

# Estudos sobre Agronegócio e Urbanização: a Região Metropolitana de Fortaleza (CE)

Denise Elias

Renato Pequeno

Felipe Rodrigues Leitão



LETRACAPITAL

**A** Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) é uma das mais importantes do Brasil. Formada por 19 municípios, destaca-se como o maior aglomerado urbano do Ceará. De acordo com dados do Censo Demográfico de 2022, com cerca de 3,9 milhões de habitantes, concentrava perto de 45% da população total do estado e 63% de seu Produto Interno Bruto.

Fortaleza constitui-se como a maior Metrópole Regional do Nordeste, cuja importância econômica extrapola o próprio Ceará. Sua região de influência supera os 20 milhões de habitantes, chegando a outros estados do Nordeste e do Norte. Ademais, corresponde ao maior PIB municipal da região Nordeste e ao 9º do Brasil.

Apesar disso tudo, a RMF é composta por uma pequena área contínua de alta urbanização, formada especialmente pelos municípios de Fortaleza, Caucaia, Maracanaú e Eusébio, já conurbados. Os demais municípios apresentam baixo adensamento urbano, mais restrito às respectivas sedes, com predomínio de espaços rurais e de atividades agropecuárias.

Algumas das atividades agropecuárias vêm passando por processo de reestruturação produtiva, difundindo um sistema de produção calcado na lógica do agronegócio, impactando nas formas de uso e ocupação do espaço, nos regimes de propriedade da terra e na estrutura fundiária.

De um lado temos a territorialização do capital do agronegócio no espaço agrícola da RMF, de outro a monopolização desse espaço pelo capital da agroindústria alimentar, o que faz desta uma das chaves explicativas de numerosas relações campo-cidade entre os municípios da RMF, assim como entre os municípios da RMF com outras regiões do Ceará, da mesma forma que de processos de (re)estruturação urbano-regional.

Fortaleza se constitui, também, como o centro de gestão do agronegócio de todo o Ceará. Dessa forma, compreendemos o agronegócio como um dos condutores para a compreensão da própria economia política da urbanização da RMF. Tais temas e processos estão no âmago da existência do presente livro, fruto de pesquisas realizadas por seus autores.

*Denise Elias*  
*Renato Pequeno*  
*Felipe Rodrigues Leitão*

ESTUDOS SOBRE AGRONEGÓCIO  
E URBANIZAÇÃO:  
a Região Metropolitana de Fortaleza (CE)

LETRAPITAL

Copyright © Denise Elias, Renato Pequeno e Felipe Rodrigues Leitão, 2024

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.*

*Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto

CAPA Felipe Rodrigues Leitão

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO Luiz Guimarães

REVISÃO Dos autores

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

---

E41e

Elias, Denise

Estudos sobre Agronegócio e Urbanização [recurso eletrônico]: a Região Metropolitana de Fortaleza (CE) / Denise Elias, Renato Pequeno, Felipe Rodrigues Leitão. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2024.

Recurso digital. ; 14 MB

Formato: epdf

Requisitos do sistema: adobe acrobat reader

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7785-961-0 (recurso eletrônico)

1. Geografia Econômica. 2. Geografia Agrária e Geografia Urbana - Aspectos socioespaciais - Região Metropolitana de Fortaleza (CE). 3. Geografia agrícola - Fortaleza (CE). 4. Economia agrícola - Fortaleza (CE). I. Pequeno, Renato. II. Leitão, Felipe Rodrigues. III. Título.

CDD: 307.7098131

24-92208

CDU: 316.334.55/.56:338.43(813.1)

---

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

LETRA CAPITAL EDITORA  
Tels.: (21) 3553-2236/2215-3781  
[www.letracapital.com.br](http://www.letracapital.com.br)

# Sumário

PREFÁCIO - Além do Tech, do Agro e do Pop: desvendando o novo Brasil .....	7
<i>Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro</i>	
<i>Nelson Diniz</i>	
Pensando o agronegócio na Região Metropolitana de Fortaleza: à guisa de introdução .....	15
<i>Denise Elias</i>	
CAPÍTULO 1 - Ceará: reestruturação econômica e nova economia política da urbanização .....	31
<i>Denise Elias</i>	
<i>Renato Pequeno</i>	
CAPÍTULO 2 - A Região Metropolitana como recorte espacial para estudos sobre o agronegócio: questões de método e metodologia.....	69
<i>Denise Elias</i>	
CAPÍTULO 3 - O que há de agrário na Região Metropolitana de Fortaleza? .....	95
<i>Denise Elias</i>	
<i>Renato Pequeno</i>	
<i>Felipe Rodrigues Leitão</i>	
CAPÍTULO 4 - Avicultura na Região Metropolitana de Fortaleza: produção, agentes e dinâmicas socioespaciais .....	125
<i>Denise Elias</i>	
<i>Felipe Rodrigues Leitão</i>	
<i>Renato Pequeno</i>	
CAPÍTULO 5 - Agroindústria alimentar: epicentro do agronegócio no Ceará.....	155
<i>Denise Elias</i>	

CAPÍTULO 6 - Agronegócio e relações campo-cidade no Ceará.....	187
<i>Denise Elias</i>	
<i>Felipe Rodrigues Leitão</i>	
CAPÍTULO 7 - Agronegócio e economia urbana na Região Metropolitana de Fortaleza (CE).....	209
<i>Denise Elias</i>	
<i>Felipe Rodrigues Leitão</i>	
Os autores .....	242

## PREFÁCIO

# Além do Tech, do Agro e do Pop: desvendando o novo Brasil

*Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro<sup>1</sup>  
Nelson Diniz<sup>2</sup>*

O Brasil do século XXI é muito diferente do Brasil da maior parte do século XX. No entanto, a percepção dessa nova realidade encontra dificuldades na sociedade, na política e mesmo na academia para se converter em uma representação social amplamente compartilhada e em uma chave incontornável de leitura do presente e de projeção do futuro de nosso país. Tal é a primeira e destacável contribuição desta obra, escrita em “caráter exploratório”, como afirmam seus autores e autora, Denise Elias, Renato Pequeno e Felipe Rodrigues Leitão: ajudar a construir e compartilhar essa representação do novo Brasil, o Brasil do século XXI.

Trata-se de um livro baseado na análise da relação entre os “agronegócios” e a urbanização, com o objetivo de identificar e compreender algumas das principais tendências de transformação da metrópole de Fortaleza. Porém, solicitamos permissão ao leitor e à leitora para melhor explicitar nosso ponto de vista: um ponto de vista de longa duração, a partir do qual gostaríamos de apresentar esta obra, dela nos afastando, provisoriamente, no tempo e no espaço, para a ela retornar ao final deste prefácio.

---

<sup>1</sup> Professor Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Pesquisador Emérito da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Pesquisador 1A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Pesquisador Associado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Coordenador Nacional do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Observatório das Metrópoles. Email: lcqueiroz@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Geografia e da Licenciatura em Geografia do Colégio Pedro II (CPII). Pesquisador do Observatório das Metrópoles. Email: nelson.filho.1@cp2.edu.br.

\* \* \*

Ao menos entre 1930 e 1980, o Brasil esteve entre os países que apresentaram os níveis mais expressivos e sustentados de crescimento econômico no mundo. Nesse período, a conservadora modernização brasileira foi conduzida sob o protagonismo do Estado desenvolvimentista, que coordenou a formação de um sistema produtivo complexo, diversificado e integrado, tanto espacial quanto intersetorialmente, de acordo com a caracterização desse sistema defendida por Pochmann e Silva (2023).

Após um período de ambiguidade estrutural do Estado – que exigiu das classes dominantes/modernizantes, de perfil eminentemente urbano-industrial, uma série de concessões em termos de participação social e política das classes populares – prevaleceram, após o golpe de 1964, o autoritarismo e o aprofundamento das relações de dependência. A partir de então, já na fase de metropolização do país, os trabalhadores sentiram os efeitos mais agudos da superexploração do trabalho e da espoliação urbana, conforme as elaborações clássicas de Ruy Mauro Marini ([1973] 2005) e Lúcio Kowarick (1979), respectivamente.

Seja como for, houve um reposicionamento ascendente do Brasil na divisão internacional do trabalho. Elevado à condição de formação social semiperiférica, o país abandonou o modelo econômico primário-exportador, quase completou a industrialização substitutiva, ao menos em relação ao paradigma da II Revolução Industrial, e assumiu também a condição de exportador de bens e serviços industriais.

Ainda de acordo com Pochmann e Silva (2023), isso só foi possível graças à formação de uma “maioria política” de caráter abertamente antiliberal, cuja origem remete a movimentos e tendências políticas que se enfrentaram, pela direita e pela esquerda, com a hegemonia do agrarismo, a exemplo da experiência do tenentismo e da influência de algumas de suas principais lideranças.

Assim, acompanhando a construção da modernidade capitalista no país, o antigo arquipélago brasileiro foi

convertido em uma totalidade complexa e integrada, ainda que prevalecessem enormes desigualdades entre regiões e classes sociais. Entretanto, no início dos anos 1980, ou seja, na “pré-história” dos ajustes neoliberais da economia brasileira, especialmente a partir do triênio recessivo 1981-1983, esse cenário começou a se “desmanchar no ar”. Com o agravamento da crise da dívida externa, o Brasil foi conduzido para uma nova direção, que expressava, inclusive, uma “nova dependência”, tal como sugerido, na ocasião, por Celso Furtado (1985).

Desse modo, apesar do retorno a algum nível de ambiguidade estrutural do Estado, sobretudo diante das novas formas de organização sindical, dos novos movimentos sociais no campo e na cidade e das novas reivindicações por direitos, que acompanhavam o ocaso da ditadura, o Brasil tomou um rumo totalmente distinto do que ocorrera durante o período desenvolvimentista. A Constituição de 1988 foi promulgada com um perfil reformista, progressista e redistributivista, mas em total contradição com a chegada, de fato, do neoliberalismo ao país. A partir de então, recorrendo novamente aos argumentos de Pochmann e Silva (2023), o que predominou foi o movimento geral da “desmodernização” do Brasil.

Após sucessivas ondas de neoliberalização – que prosperaram nos anos 1990, foram mantidas durante o período lulista e se radicalizaram após o golpe parlamentar de 2016 – o país se desindustrializou. Ao mesmo tempo, o Brasil passou a depender cada vez mais das receitas oriundas da exportação de produtos primários e semielaborados, isto é, de *commodities* agrícolas e minerais, sem perder de vista, ainda, sua metamorfose em uma plataforma de financeirização, tanto do estoque interno de riqueza envelhecida quanto dos capitais portadores de juros ultracentralizados em busca de alternativas de investimento nos circuitos da valorização financeira em todo o mundo.

Assim, o país foi reconduzido à condição de formação social periférica, em um novo reposicionamento, agora descendente, na divisão internacional do trabalho. O modelo primário-exportador tornou-se, mais uma vez, o horizonte do

“desenvolvimento”, especialmente após o chamado superciclo das *commodities* (aproximadamente entre 2003 e 2014), que animou o debate sobre as possibilidades e os limites econômicos, sociais e ambientais do “neoextrativismo” na América Latina. É indiscutível que a dependência se aprofundou ainda mais, o que fez autores e autoras como Fiori (1995) e Paulani (2022) sustentarem a existência de uma “novíssima dependência” e, mais recentemente, de uma “dependência 4.0”, diante dos processos de digitalização e plataformação do capitalismo. Porém, dessa vez, a dependência não resultou na construção, mas na desintegração espacial, no desencadeamento intersetorial e, no extremo, na destruição do aparelho produtivo nacional.

Hoje, o Brasil é, acima de tudo, um país que sofre os piores efeitos sociais e territoriais da financeirização, da reprimarização e da desindustrialização, tudo isso acentuado pelo agravamento da crise ecológica e pela intensificação da exploração da força de trabalho. Trata-se, portanto – para recordar, mais uma vez, o saudoso Celso Furtado (1992) – de uma construção que foi, no mínimo, interrompida. Assim, o Brasil do século XXI é muito mais parecido com o Brasil do século XIX e do início do século XX, ou seja, o Brasil das oligarquias agrárias e da questão social resolvida como questão exclusivamente policial.

Em linhas gerais, essa é a leitura do Brasil contemporâneo e de sua ordem urbana que temos defendido no projeto “*A nova urbanização dependente no capitalismo rentista-neoextrativista*”, desenvolvido no âmbito do INCT Observatório das Metrôpoles e do qual participa, dentre outros autores e autoras, a professora Denise Elias<sup>3</sup>.

Mas como essa regressão foi possível? Trata-se de uma imposição de fora para dentro? De uma nova forma de dominação imperialista? Como se sabe, o que está em curso não é tão simples assim.

Longe de desaparecer, o imperialismo assumiu novo aspecto, reestruturando atividades econômicas nacionais e locais, para

---

<sup>3</sup> Para mais informações sobre o projeto, seus objetivos, os pesquisadores e pesquisadoras envolvidos, consultar <https://sites.google.com/view/anovaurbanizacaodependente>. Acesso em: 28 mai. 2024.

inserir-las de maneira subalterna nas longas cadeias globais de valor. Isso permite aos grandes conglomerados internacionais, que controlam os principais circuitos financeiros, comerciais e logísticos, absorver parcelas cada vez maiores do mais-valor e das rendas da terra, geradas sobretudo pela superexploração do trabalho e pela espoliação da natureza<sup>4</sup>.

No entanto, ao lado de fatores externos, próprios da dinâmica sistêmica do capitalismo contemporâneo, é necessário considerar a formação de uma nova “maioria política”, dessa vez abertamente “neoliberal”, que renunciou completamente a qualquer pretensão de desenvolvimento nacionalmente dirigido.

Mais do que nunca, estamos, no Brasil do século XXI, diante de um “bloco no poder”, cujo padrão de atuação remete ao que Nicos Poulantzas (1976, 1978) chamava de “burguesia compradora”, isto é, uma burguesia direta e amplamente subordinada aos interesses capitalistas internacionais. Ou, recorrendo aos termos mais radicais de André Gunder Frank (1971), o que está em jogo, atualmente, é a hegemonia de uma “lumpen-burguesia”.

Seja como for, com relação a esse bloco no poder, é preciso destacar o papel central dos indivíduos, grupos e instituições vinculados ao “agronegócio”, cujo processo de formação política foi muito bem descrito e analisado por Caio Pompeia (2021), cabendo sublinhar não só a transposição do léxico próprio do universo anglo-saxão e do campo da administração de empresas (“*agribusiness*”), que escamoteia o latifúndio, mas, especialmente, a criação e a consolidação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), o suporte intelectual de entidades como o Instituto Pensar Agro (IPA) e as campanhas publicitárias do tipo “agro é tech, agro é pop, agro é tudo”.

Daí a grande relevância e contribuição de obras como “*Estudos sobre o agronegócio e urbanização: a região metropolitana de Fortaleza (CE)*”, de Denise Elias, Renato Pequeno e Felipe Rodrigues Leitão. Em primeiro lugar, porque fica evidente que, para com-

---

<sup>4</sup> A leitora e o leitor interessados no tema da atual forma histórica do imperialismo podem aprofundar seus conhecimentos recorrendo às elaborações de Furno (2022) e Smith (2024).

preender o Brasil do século XXI, é imprescindível considerar o que se passa no âmbito da influência política e econômica do agronegócio. É indiscutível que o setor tem uma das maiores bancadas no Congresso Nacional, ainda que, a depender dos critérios adotados, sua participação crescente no PIB possa ser questionada<sup>5</sup>. Mas será que ele tem contribuído, de fato, para o “desenvolvimento” do país? Será que não existe outro caminho para o Brasil, além do retorno à especialização produtiva de tipo primário-exportadora, com destaque para a agricultura e a pecuária?

Em segundo lugar, porque o “agro” já não diz mais respeito apenas ao “campo” ou ao “espaço rural”. Hoje, as relações campo-cidade se tornaram muito complexas, o que se expressa tanto no relativo deslocamento do poder e da riqueza para as chamadas “cidades do agronegócio”, quanto no impacto das atividades desse setor nas centralidades tradicionais da rede urbana brasileira, isto é, nas metrópoles. E a leitura dos três primeiros capítulos dessa obra – intitulados, respectivamente, “Ceará: reestruturação econômica e nova economia política da urbanização”, “A Região Metropolitana como recorte espacial para estudos sobre o agronegócio: questões de método e metodologia” e “O que há de agrário na Região Metropolitana de Fortaleza?” – demonstra exatamente isso: a relevância do “espaço rural” na Região Metropolitana de Fortaleza e o destacado papel das atividades agropecuárias na organização espacial dos municípios que a compõem.

Do mesmo modo, ao se analisar o tema do agronegócio, já não é mais tão simples estabelecer os limites entre os tradicionais setores da economia, primário, secundário e terciário. Há que se considerar, por exemplo, a formação dos denominados complexos agroindustriais (CAIs), que promovem a articulação sobretudo de atividades propriamente “agrícolas” e da “indústria de transformação”. Quanto a esse aspecto, o leitor e a leitora desta obra encontrarão as melhores indicações nos capítulos 4, 5 e 6, cujos títulos revelam o que está em questão: “*Avicultura na*

---

<sup>5</sup> Conferir, por exemplo, a reportagem intitulada “*O agronegócio é mesmo um sucesso?*”. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-agronegocio-e-mesmo-um-sucesso/>. Acesso em: 28 mai. 2024.

*RMF: produção, agentes e dinâmicas socioespaciais*”, “*Agroindústria alimentar: epicentro do agronegócio no Estado do Ceará*” e “*Agroindústria alimentar e relações campo-cidade*”. São capítulos voltados justamente à compreensão da centralidade econômica e espacial da indústria agroalimentar no estado do Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza.

Por fim, a leitura atenta do capítulo 7, “*Agronegócio e economia urbana na Região Metropolitana de Fortaleza*”, revela que são muitos os nexos que conectam a atividade agropecuária e a agroindústria aos demais setores econômicos. Como se verá, é na Região Metropolitana de Fortaleza, por exemplo, que estão instaladas algumas das principais infraestruturas logísticas do agronegócio nordestino, com destaque para os portos de Mucuripe e Pecém, fundamentais para os fluxos de entrada e saída das cadeias de valor do “agro” que operam no estado do Ceará.

Que o leitor e a leitora não se enganem! Este livro traz muitos elementos de um “estudo de caso”, mas trata-se daqueles “casos” que expressam, com bastante clareza, aquilo que é “regular” e “generalizável”. Ou seja, os muitos anos de pesquisa que os autores e a autora dedicaram à investigação dos temas aqui abordados permitem afirmar que seu olhar sobre o Ceará e a Região Metropolitana de Fortaleza é, acima de tudo, um olhar a respeito do Brasil do século XXI, isto é, um país ainda mais dependente, submetido a diversas formas de rentismo e hegemônico, em larga medida, pelo agronegócio.

Em síntese, por um lado, o Brasil não pode mais ser compreendido sem se considerar a centralidade das “cidades do agronegócio”, ou seja, dos espaços urbanos não metropolitanos associados à reestruturação produtiva da agropecuária e à expansão da economia e da sociedade do agronegócio (Elias, 2022, p. 146). Por outro lado, também é necessário levar em conta, como é feito neste livro, os impactos e a dinâmica específica impostos pela expansão do agronegócio nos espaços metropolitanos.

Assim, será possível conhecer melhor o Brasil do século XXI, um país que precisa encontrar um caminho alternativo para além do “tech”, do “agro” e do “pop”.

## Referências

- ELIAS, D. Pensando a operacionalização de estudos sobre cidades do agronegócio. **Revista Tamoios**, v. 18, n. 1, p.144-164, 2022. DOI: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.63811>.
- FIORI, J. L. **A globalização e a novíssima dependência**. Série Textos para Discussão, n. 343. Rio de Janeiro: Instituto de Economia Industrial (UFRJ), 1995.
- FURNO, J. **Imperialismo: uma introdução econômica**. Rio de Janeiro: Editora Da Vinci, 2022.
- FURTADO, C. **La nueva dependencia: deuda externa y monetarismo**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985.
- FURTADO, C. **Brasil: a construção interrompida**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GUNDER FRANK, A. **Lumpem-Burguesia: lumpem-desenvolvimento**. Porto: Portucalense, 1971.
- KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRESPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- PAULANI, L.. A dependência revisitada: relações de troca, a fase 4.0 e o caso do Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 64, p. 68-106. 2022.
- POCHMANN, M.; SILVA, L. C. **O Brasil no século XXI: desmodernização e desencadeamento intersectorial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2023.
- POMPEIA, C. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.
- POULANTZAS, N. **Crise das ditaduras – Portugal, Grécia, Espanha**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.
- POULANTZAS, N. **Classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- SMITH, J. **Imperialismo no século XXI: globalização da produção, superexploração e a crise do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

# Pensando o agronegócio na Região Metropolitana de Fortaleza: à guisa de introdução

*Denise Elias*

O Estado do Ceará vem assumindo um novo papel na divisão social e territorial do trabalho no Brasil, especialmente desde a década de 1990. É significativa sua reestruturação econômica e territorial frente às exigências do neoliberalismo e da produção flexível, com objetivos claros de inserção na produção e no consumo globalizados, criando condições materiais para maior solidariedade organizacional (SANTOS, 1996) com o resto do país e do mundo (ELIAS, 2005). Essas reestruturações se manifestam, entre outros fatores, pela difusão do agronegócio globalizado (ELIAS, 2003a, 2017). O capítulo 1 deste livro, intitulado **Ceará: reestruturação econômica e nova economia política da urbanização**, aborda esse tema, oferecendo uma contextualização mais abrangente da difusão do agronegócio no estado.

O agronegócio globalizado é caracterizado por uma rede complexa de atividades que se organizam em múltiplas escalas, incluindo produção agropecuária intensiva; atividades industriais de transformação, beneficiamento e modificação de produtos oriundos da agropecuária, comumente chamadas de agroindústria; indústrias de máquinas agrícolas, agrotóxicos, produtos veterinários; serviços de pesquisa agropecuária, finanças, extensão, logística, comércio exterior, ensino tecnológico, *marketing*, assistência técnica; comércios de fertilizantes, sementes melhoradas, peças para irrigação; redes de supermercados; fundos de investimentos, entre outras (ELIAS, 2003a, 2013, 2017).

No Ceará, entre as atividades do agronegócio que mais têm afetado a produção agrícola e industrial e as formas de uso e ocupação do espaço agrícola, além de promover mudanças nas

relações sociais de produção e conflitos socioambientais, estão culturas que até então não existiam ou eram pouco significativas no estado, como a produção de frutas tropicais para consumo *in natura* para exportação, com destaque para o melão; a criação de camarão em cativeiro (carcinicultura); e o cultivo de flores e plantas ornamentais.

Também merecem destaque atividades já existentes, que vêm passando por significativos processos de reestruturação produtiva, como a cajucultura, a avicultura, a produção de leite e de laticínios e a produção de coco-da-baía, seja do coco verde para consumo *in natura* ou para o envasamento industrial, entre outras.<sup>1</sup> E parte dessas produções se realiza na RMF.

Por outro lado, é evidente o crescimento da agroindústria alimentar como parte do desenvolvimento do agronegócio do Ceará, com destaque não apenas para a economia industrial, mas também para a agrícola, uma vez que alguns segmentos da agropecuária se encontram hoje monopolizados pelo capital agroindustrial, como ocorre, por exemplo, com a pecuária leiteira e com as produções de coco e de castanha de caju.

Como principais agentes à frente de todas essas atividades, temos importantes empresas e corporações, muitas de destaque nacional nos respectivos segmentos. Da mesma forma, uma gama de atividades comerciais e de serviços tem se difundido para atender às inúmeras demandas de produtos e serviços especializados das empresas do agronegócio.

O objetivo principal da pesquisa relatada, cujos resultados iniciais estão apresentados neste livro, foi estudar o agronegócio na Região Metropolitana de Fortaleza e seus principais impactos econômicos, sociais e territoriais. O ineditismo deste trabalho consiste em seu recorte espacial, voltado para uma região metropolitana específica, com grande potencial para a produção de conhecimento novo, uma vez que o tema do agronegócio globalizado ainda não havia sido explorado na RMF, assim como na maioria das regiões metropolitanas. Dessa forma, em muitos

---

<sup>1</sup> Sobre a reestruturação produtiva da agropecuária e a difusão do agronegócio no Ceará, pode ser visto Elias (2000, 2002a,b, 2003b, 2005).

aspectos, trata-se de uma pesquisa exploratória, que abrange estudos de caso, buscando uma compreensão inicial de vários processos e temas associados ao objeto estudado. Como recorte temporal, adotamos o período que vai da década de 1990, época de inflexão para a reestruturação econômica e territorial no Ceará, até o presente.

Para orientar o desenvolvimento do estudo, algumas hipóteses foram trabalhadas: 1. o agronegócio soma uma grande quantidade de atividades econômicas na Região Metropolitana de Fortaleza, sejam agropecuárias, industriais, comerciais e de serviços; 2. o agronegócio promove concentração econômica com a formação de grandes empresas e corporações associadas ao segmento; 3. o agronegócio é estrutural para a economia da cidade de Fortaleza, assim como para a (re)estruturação urbano-regional de sua região metropolitana; 4. Fortaleza é o principal centro de gestão do agronegócio do Ceará, sendo crucial para a materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio não só da região metropolitana que leva seu nome, mas de todo o Estado; 5. o agronegócio promove impactos socioambientais, afetando diretamente a produção de comunidades e povos tradicionais, gerando conflitos socioterritoriais. Destacamos que, até o momento, essas hipóteses vêm sendo comprovadas.

Como metodologia, além dos procedimentos clássicos de uma pesquisa científica, utilizamos um recurso que chamamos de matriz metodológica, uma estratégia de operacionalização de pesquisa, cuja principal função é servir como um condutor para sua execução. A matriz metodológica visa organizar de maneira encadeada, logo no início da pesquisa, os principais procedimentos e metodologias para o seu desenvolvimento, sendo composta por temas, processos, agentes, variáveis e/ou indicadores e respectivas fontes de comprovação. Esse processo está detalhado no capítulo 2, **A Região Metropolitana como recorte espacial para estudos sobre o agronegócio: questões de método e metodologia.**

## A Região Metropolitana de Fortaleza e o agronegócio

A Região Metropolitana de Fortaleza é uma das mais importantes do país. Constituída em 1973 por cinco municípios,<sup>2</sup> hoje soma 19<sup>3</sup> e destaca-se como o maior e mais complexo aglomerado urbano e econômico do Ceará. De acordo com dados do Censo Demográfico de 2022, com cerca de 3,9 milhões de habitantes, a RMF concentrava aproximadamente 45% da população total do estado e detinha 63% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2017.

De acordo com o estudo da REGIC (IBGE, 2020), é a terceira maior região de influência do país, com mais de 20 milhões de habitantes, abrangendo estados não só do Nordeste, mas também do Norte. Ademais, desde 2020, Fortaleza, município polo da RMF, corresponde ao maior PIB municipal da região Nordeste e ao 9º do Brasil. Dentre as especificidades da RMF, interessa-nos principalmente a influência do agronegócio na economia e no uso e ocupação do espaço de vários municípios que a compõem, imputando-lhe aspectos *sui generis* para uma região metropolitana.

Segundo dados do IBGE (2017), a RMF é composta por uma área contínua de alta urbanização, formada especialmente pelos municípios de Fortaleza, Caucaia, Maracanaú e Eusébio, já conurbados. Por outro lado, a maior parte das cidades que compõem a RMF apresenta baixo adensamento urbano, com urbanização mais restrita às sedes municipais e com grandes espaços de áreas rurais. Esse é o caso, em especial, dos municípios de Chorozinho, Horizonte, Paracuru, São Gonçalo do Amarante, Paracuru e Paraipaba. Evidencia-se, portanto, que o espaço rural tem elevada importância na RMF. Da mesma forma, as atividades

---

<sup>2</sup> Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz.

<sup>3</sup> Municípios de Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Paraipaba, Paracuru e Trairi.

agropecuárias destacam-se no uso e ocupação do espaço de muitos de seus municípios.

Uma variável que evidencia tal realidade é a presença de estabelecimentos agropecuários em todos os municípios da RMF, até mesmo nos mais urbanizados, que somam parte grande da área total da região, de acordo com dados do último Censo Agropecuário do IBGE (2019). Enquanto em Fortaleza e Eusébio, a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários é insignificante perante a área total desses municípios, em outros, como Guaiuba, Maranguape, Pacatuba, Trairi e Paraipaba, esse percentual ultrapassa 50%, chegando a 67% em Paraipaba.

Outros fixos (SANTOS, 1988) associados à agropecuária também evidenciam a importância dessa atividade na RMF, tais como a presença de dois perímetros irrigados públicos administrados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).<sup>4</sup> Da mesma forma, há 24 assentamentos da reforma agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), distribuídos por 11 municípios da RMF. O capítulo 3 – **O que há de agrário na Região Metropolitana de Fortaleza?** – traz mais informações sobre essas especificidades da região com forte presença do espaço rural, incluindo um cartograma bastante revelador, que mostra os espaços urbanos e rurais da RMF, segundo categorias do IBGE.

A RMF também se destaca por importantes percentuais de participação na produção agropecuária estadual, como na avicultura. Além disso, em 2017, 43% de toda a área plantada com coco no Ceará estava em municípios da RMF, especialmente em Trairi e Paraipaba. O estado também é internacionalmente conhecido por sua produção de castanha de caju, produto de grande relevância nas exportações do Ceará. Em 2017, 15% da área destinada à colheita desse produto se concentraram na RMF, especialmente em Chorozinho, Cascavel, Trairi e Pacajus,

---

<sup>4</sup> Perímetro irrigado Curu-Paraipaba, localizado no município de Paraipaba, e o perímetro de Curu-Pentecoste, que se encontra parcialmente inserido na RMF, uma vez que parte dele está São Luís do Curu, cidade da RMF, enquanto o restante do perímetro localiza-se em Pentecoste, município que não compõe a RMF.

municípios onde se percebe um processo de especialização territorial produtiva, embora tal cultura seja mais dispersa por outras áreas do estado.

A produção de leite é outro destaque da RMF. De acordo com dados de importante publicação do setor (TopMilk 100, 2020), das 100 maiores empresas produtoras de leite no Brasil, três estão no Ceará. Destas, uma apresenta a 19ª maior produção de leite do país e se encontra na RMF, no município de Maranguape, conurbado a Fortaleza. Outro aspecto que chama atenção é que essas três maiores empresas produtoras de leite possuem sede administrativa na capital, ou seja, seus escritórios corporativos se localizam em Fortaleza, o que nos dá uma pista do papel que esse município exerce como centro de gestão do agronegócio cearense.

Ainda em 2017, a RMF concentrava 50% da produção de galinhas e 58% da de ovos. É possível observar importante processo de especialização territorial produtiva, notadamente com a concentração de parcela significativa da produção nos municípios de Aquiraz, Horizonte e Cascavel, como pode ser visto no capítulo 4, intitulado **Avicultura na RMF: produção, agentes e dinâmicas socioespaciais**.

A agroindústria alimentar, por outro lado, está entre as mais relevantes atividades do agronegócio na RMF. Entre seus agentes da expansão, temos importantes empresas e corporações, com elevada expressão não só no Ceará, mas nacionalmente, uma vez que algumas se destacam em *rankings* nacionais, como acontece, por exemplo, com os ramos de moinhos de trigo e de laticínios.

Adotando-se como variável o número de estabelecimentos da agroindústria alimentar com mais de 500 empregos, a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho, é possível construir um indicador referente à representatividade dos estabelecimentos de grande porte.<sup>5</sup> Verifica-se que do numeroso contingente das agroindústrias

---

<sup>5</sup> Conforme o critério adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Pesquisa Industrial Anual (PIA), os estabelecimentos industriais são classificados em: microempresa (até 19 pessoas ocupadas), pequena empresa (de

alimentares do Ceará, somente 17 estabelecimentos contavam com mais de 500 funcionários em 2016. Destes, 15 possuíam tanto as sedes corporativas quanto as unidades industriais localizadas na RMF, mais especificamente em quatro municípios: Fortaleza, Maracanaú, Eusébio e Aquiraz.

As grandes empresas da agroindústria alimentar também se notabilizam pela capacidade produtiva instalada, pela complexidade de suas operações, pelo expressivo volume de matéria-prima que movimentam, pelo poder junto às instâncias públicas para impor suas demandas de infraestrutura e incentivos fiscais, pela diversidade de atividades econômicas que exercem e pela atuação em diferentes escalas geográficas, entre outros aspectos.

Apenas a cidade de Fortaleza reunia nove agroindústrias alimentares. Já Maracanaú contava com três estabelecimentos da agroindústria alimentar com mais de 500 empregos; enquanto Eusébio possuía dois e Aquiraz um. Mesmo as duas empresas que não tinham seus estabelecimentos industriais na RMF possuíam suas sedes corporativas na cidade de Fortaleza. O capítulo 5, **Agroindústria alimentar: epicentro do agronegócio no Estado do Ceará**, traz várias outras informações que comprovam a importância do segmento da agroindústria alimentar na RMF.

Lembremos que vários autores (SANTOS, 1979; DELGADO, 1985; CORRÊA, 2002; OLIVEIRA, 2016; DOWBOR, 2017) já destacaram a formação de corporações como um processo próprio do modo de produção no período histórico atual, chamado de técnico-científico-informacional por Milton Santos (1994).

Evidente está, então, que o avanço do agronegócio no Ceará não só é uma realidade, como também se dá através de processos basilares do momento atual do capitalismo, como o de concentração econômica e o de formação de corporações. Isso indica que a difusão do agronegócio está impactando diretamente diversas atividades agropecuárias realizadas por comunidades

---

20 a 99 pessoas ocupadas), média empresa (de 100 a 499 pessoas ocupadas) e grande empresa (500 pessoas ocupadas ou mais) (IBGE, 2017).

tradicionais, com prejuízo, por exemplo, à pequena produção agropecuária realizada em base familiar.

Por outro lado, outra característica extremamente importante que nos revela a difusão do agronegócio na RMF e sua magnitude para a (re)estruturação urbano-regional é o conjunto significativo de relações campo-cidade que se estabelecem internamente à própria região, entre alguns dos municípios da RMF ou ainda entre outras áreas do Ceará. O estudo dos circuitos espaciais da produção e dos círculos de cooperação (SANTOS, 1986; ELIAS, 2003a) das principais corporações da agroindústria alimentar com sede na RMF evidenciam a significância de fluxos de matéria e de informação que ocorrem e impactam a produção do espaço metropolitano de Fortaleza.

As interações espaciais (CORRÊA, 2016) entre os fixos associados à produção de leite nos municípios de Maranguape e Fortaleza, com as áreas das várias bacias leiteiras distribuídas por todo o estado do Ceará, assim como com a unidade industrial de uma das maiores empresas do setor localizada no município de Morada Nova, na região do Baixo Jaguaribe,<sup>6</sup> fora da RMF, a cerca de 200 quilômetros de Fortaleza, são exemplos significativos da importância que o agronegócio e as relações campo-cidade exercem na produção do espaço da RMF.

Conhecer a natureza, a quantidade e a diversidade desses fluxos possibilitam uma melhor compreensão de como o espaço da RMF se (re)produz associado ao agronegócio. Algumas relações campo-cidade a partir do agronegócio são discutidas no capítulo 6, intitulado **Agroindústria alimentar e relações campo-cidade**.

Podemos citar também o exemplo da M. Dias Branco, empresa de grande relevância nos ramos de moinhos de trigo e de massas e biscoitos, que concentra 33% desse mercado do país, o que por si só já indica a quantidade e complexidade dos *sistemas de objetos* e dos *sistemas de ação* (SANTOS, 1996) da corporação. Sua presença é marcante na RMF, com quatro

---

<sup>6</sup> Alvoar Lácteos, antiga Betânea Lácteos S.A.

grandes estabelecimentos agroindustriais: um moinho de trigo e uma indústria de gorduras e margarinas na área portuária de Fortaleza e dois de massas e biscoitos, sendo um deles situado em Eusébio e o outro no distrito industrial de Maracanaú. Como maior estabelecimento industrial da empresa na RMF, a unidade de Eusébio possui cerca de 4,5 mil empregados.<sup>7</sup>

É importante ressaltar que as localizações industriais nos municípios de Eusébio e Maracanaú, conurbados a Fortaleza, vinculam-se diretamente à estrutura viária metropolitana, o que nos fornece uma ideia da magnitude de fluxos diários de trabalhadores, matérias-primas, mercadorias etc. Entretanto, nesse caso, não se estabelecem relações campo-cidade como no segmento de laticínios, uma vez que a matéria-prima principal, o trigo, não é produzida no Ceará, mas provém de outros locais via transporte marítimo, daí a localização dos moinhos junto ao Porto de Mucuripe, a pouquíssimas centenas de metros da avenida Beira-mar, a mais valorizada e com o metro quadrado mais caro de toda a cidade de Fortaleza, o principal cartão postal da cidade.

A corporação ainda possui terras urbanas em várias áreas de Fortaleza, embora algumas ainda não tenham sido incorporadas, nem construídas, além de ser proprietária de cerca de 1/3 das terras no município de Eusébio. Assim, identificar as práticas espaciais das corporações do agronegócio é fundamental para compreender a própria produção do espaço nos municípios nos quais atuam e, conseqüentemente, da RMF como um todo. Tal conhecimento é primordial para a elaboração de várias políticas públicas urbanas desses municípios.

A M. Dias Branco possui estabelecimentos agroindustriais em várias outras cidades e regiões metropolitanas do país, sendo sua gestão centralizada em Fortaleza, o que também nos fornece uma dimensão da quantidade e da complexidade das interações espaciais, que têm Fortaleza como centro de uma rede de relações econômicas e espaciais associadas ao agronegócio.

---

<sup>7</sup> Informação obtida em visita técnica à empresa em 2019.

Em Fortaleza também situam-se vários estabelecimentos comerciais e de serviços inerentes ao consumo produtivo do agronegócio (ELIAS, 2003a, 2022a), como os principais centros de ensino técnico e superior com cursos de interesse ao agronegócio; escritórios de exportação; lojas de máquinas agrícolas, fertilizantes, agrotóxicos; e até mesmo uma das sedes da mais importante empresa de pesquisa agropecuária pública do país, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).<sup>8</sup> O capítulo 7, denominado **Agronegócio e economia urbana na Região Metropolitana de Fortaleza**, apresenta vários outros dados sobre o consumo produtivo associado ao agronegócio na RMF.

A capital cearense ainda apresenta muitos outros elos da rede do agronegócio, além da produção agropecuária propriamente dita. É na RMF que estão os modais fundamentais para a logística do agronegócio, como os dois portos do estado: Mucuripe, em Fortaleza, e Pecém, em São Gonçalo do Amarante. Pelo primeiro chega praticamente toda a matéria-prima utilizada nos três grandes moinhos de trigo sediados em Fortaleza, entre os mais destacados gêneros da indústria de transformação associados ao agronegócio no Ceará.

Já o porto do Pecém é um dos principais em relação ao transporte de frutas para a exportação no Brasil e escoar um dos principais produtos agrícolas que hoje caracteriza o agronegócio cearense voltado à exportação: o melão. Pecém exporta não só a produção cearense de frutas, mas também parte da produção de frutas de estados vizinhos, como Pernambuco, Bahia e, especialmente, Rio Grande do Norte. Cabe aqui ressaltar a assinatura de um acordo de cooperação entre o Governo do Estado do Ceará e o Porto de Roterdam em 2018, que ampliou as possibilidades de difusão do agronegócio a partir da RMF.

Algumas recentes alterações na estrutura urbana da RMF, como a implantação de um arco metropolitano que interliga

---

<sup>8</sup> O Ceará possui duas unidades da EMBRAPA, a Embrapa Agroindústria Tropical, localizada na cidade de Fortaleza, e a Embrapa Caprinos e Ovinos, no município de Sobral, no norte do estado.

as áreas portuárias e os distritos industriais, bem como a perspectiva de implementação de plataformas logísticas, denotam o crescente peso do agronegócio na sua economia e na produção de seu espaço. Constata-se ainda um maior dinamismo no setor imobiliário, notadamente por meio de loteamentos urbanos, através dos quais se expande o espaço intraurbano dos municípios, atendendo à demanda da população empregada no setor, entre outras demandas.

Apesar da pesquisa ainda estar em andamento, já foi possível aferir que a Região Metropolitana de Fortaleza é um recorte espacial importante para estudos sobre o agronegócio e que estes são estruturais para a compreensão da economia política da urbanização de Fortaleza, de sua região metropolitana e do estado do Ceará.

## Os percursos da pesquisa

A questão principal da pesquisa nasceu de um trabalho anterior que visava estudar as novas regionalizações a partir da difusão do agronegócio no estado do Ceará, com a formação do que denominamos de região produtiva do agronegócio (ELIAS, 2012, 2017, 2022b). Nesse contexto, a partir de dados de diferentes fontes, foi possível evidenciar a importância da atividade agropecuária e agroindustrial na RMF.

A pesquisa, que tem resultados parciais aqui apresentados, se formaliza e ganha corpo com meu projeto de pesquisa apoiado pelo Edital Produtividade em Pesquisa da mais importante instituição de fomento à pesquisa do país, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Mais recentemente, com o suporte da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), através da primeira edição de importante edital intitulado Mulheres na Ciência (01/2022), que tem entre seus objetivos diminuir a desigualdade de gênero na ciência, fui agraciada

com uma verba que vem permitindo avançar nos estudos aqui apresentados. Assim, agradeço sobremaneira a essas duas instituições, sem as quais este trabalho não se realizaria.

Da mesma forma, a pesquisa está associada a um trabalho maior do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – INCT/CNPq, da Rede Observatório das Metrôpoles, através do Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB) da Universidade Federal do Ceará (UFC), coordenado pelo professor Renato Pequeno, nosso parceiro em diferentes estudos há cerca de duas décadas.

Nesse caminho, o então estudante de graduação do curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Felipe Rodrigues Leitão, como nosso orientando de iniciação científica e hoje doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da mesma instituição, vem realizando seus estudos com temáticas associadas diretamente à pesquisa sobre o agronegócio na RMF, seja sobre questões iniciais da pesquisa ou sobre processos que se mostraram importantes durante seu desenrolar. Assim, os pesquisadores Renato e Felipe foram os primeiros que se somaram a mim para a realização da pesquisa. Posteriormente, o estudante de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFC, hoje mestrando do mesmo curso, Vinícius Saraiva Barretto, também participou como bolsista de iniciação científica. Aos três, meus agradecimentos, pois sem vocês os resultados seriam menos promissores.

Em um segundo momento do trabalho, que ainda se encontra em processo, já com o apoio da FUNCAP, três ex-orientandas de iniciação científica e de mestrado, hoje colegas professoras, também foram incorporadas à pesquisa, muito embora não estejam ainda aqui presentes com resultados de seus respectivos recortes temáticos, uma vez que estamos relatando uma parte mais inicial da pesquisa.

O ineditismo de uma pesquisa sobre o agronegócio tendo como recorte espacial a RMF vem sendo um desafio e tem exigido uma compreensão holística de uma realidade bastante complexa. A quase total inexistência de trabalhos sobre o agronegócio nessa região metropolitana é, sem dúvida,

um complicador, mas, ao mesmo tempo, reforça e justifica a necessidade e importância de realização do estudo, uma vez que se trata de uma inovação no campo da Ciência Geográfica e das Ciências Sociais Aplicadas, abarcando várias de suas subáreas, como a Geografia Agrária, Urbana, Econômica e Regional, principalmente, da mesma forma que para os estudos do Planejamento Urbano e Regional.

Pretendo que esse trabalho funcione como uma primeira pesquisa “guarda-chuva”, com potencial para se desdobrar em outros estudos sobre os processos econômicos, espaciais e sociambientais que se mostrem de maior magnitude e repercussão, se efetivando como uma nova linha de pesquisa nos programas de pós-graduação relacionados aos pesquisadores principais da presente proposta, em especial, para o programa de pós-graduação em Geografia da UECE.

O livro é composto por textos publicados em periódicos científicos. Alguns estão exatamente como publicados e outros sofreram pequenas lapidações. Como os capítulos são independentes, poderá haver alguma repetição entre eles, como apresentações da RMF, um cartograma da região, assim como algumas conclusões ou hipóteses. Optamos por mantê-las, para oferecer maior liberdade ao leitor, que não precisa ler os capítulos de forma sequencial.

No mais, só nos resta desejar boa leitura a todas e todos!!!

## Referências

CORRÊA, R. L. Metrópoles, corporações e espaço. *In*: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002. p. 67-114.

CORRÊA, R. L. Processos, formas e interações espaciais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 127-134, 2016.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone/Ed. UNICAMP, 1985.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

ELIAS, D. Globalização, fragmentação e organização do espaço agrário cearense. **Geonordeste**, Ano XI, n. 02, p. 79-99, 2000.

ELIAS, D. (org.). **O novo espaço da produção globalizada: o Baixo Jaguaribe (CE)**. Fortaleza: Funec, 2002a. 363p.

ELIAS, D. Integração competitiva do semiárido. *In*: ELIAS, D.; FURTADO, J. L. S. (org.). **Modernização excludente**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002b. p. 11-36.

ELIAS, D. **Globalização e Agricultura**. São Paulo: EdUSP, 2003a.

ELIAS, D. Desigualdade e pobreza no espaço agrário do estado do Ceará. **Mercator**, Fortaleza, v. 2, n. 3, 2003b. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/165>

ELIAS, D. Territorialização do capital no espaço agrário cearense. **Geografia**, v. 30, n. 2, p. 223-239, 2005. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageo/article/view/658>

ELIAS, D. Les territoires de l'agrobusiness au Brésil. **Confins** (Paris), v. 15, p. 1-20, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/7569>

ELIAS, D. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **Acta Geográfica**, v. 1, p. 13-32, 2013. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/1937>

ELIAS, D. Agronegócio globalizado: do campo à metrópole. *In*: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. (org.). **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação**. 1.ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p. 487-509.

ELIAS, D. Consumo produtivo e urbanização no Brasil: as cidades do agronegócio. **Ciência Geográfica**, v. XXVI, p. 1003-1019, 2022a. Disponível em: <https://www.ppg.revistas.uema.br/index.php/cienciageografica/article/view/2929>

ELIAS, D. Agronegócio globalizado e (re)estruturação urbano-regional no Brasil. **Revista de Geografia (RECIFE)**, v. 39, p. 290-305, 2022b. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/254811>

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. **Região de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

SANTOS, M. **O espaço dividido**. São Paulo: Hucitec, 1979, 431 p.

SANTOS, M. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, M. A. A. de (org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 121-134.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 124 p.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994. 190 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

TOPMILK 2020. **Levantamento Top 100 - Os cem maiores produtores de leite do Brasil**. Piracicaba: MilkPoint, 2020. Disponível em: <https://www.milkpoint.com.br/top100-2020-lp/>. Acesso em: 10 set. 2020.



## CAPÍTULO 1

# Ceará: reestruturação econômica e nova economia política da urbanização<sup>1</sup>

*Denise Elias*

*Renato Pequeno*

### Resumo

O período histórico vigente desde meados do século XX é marcado por um processo acelerado de globalização da produção e do consumo. Organiza-se um novo sistema econômico, que tem reestruturado a produção e o território de todos os países, promovendo uma ordem econômica caracterizada pela comunhão global entre os lugares. Nesta, o Estado do Ceará, no Nordeste do Brasil, assume um novo papel na divisão social e territorial do trabalho e deve ser considerado como uma fração do espaço total do planeta, cada vez mais aberto às influências exógenas e aos novos signos do presente. Nos últimos trinta anos, frente às exigências da produção flexível, é visível sua reestruturação econômica e territorial, com objetivos claros de inserir-se na lógica da produção e do consumo globalizados. O dinamismo econômico e da construção do território cearense se manifesta pela difusão do agronegócio; pela implantação de indústrias, fruto da guerra fiscal; pela construção de infraestruturas associadas aos transportes, às comunicações, ao saneamento básico, aos recursos hídricos; pela expansão de comércios e serviços especializados, incluindo das atividades turísticas ligadas ao litoral etc. Buscamos discutir sobre a nova

---

<sup>1</sup> Artigo publicado na revista *Mercator*, do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1142>

economia política da urbanização cearense numa tentativa de interpretação de sua reestruturação territorial.

## Um Novo Sistema Temporal

O período histórico vigente desde meados do século XX é marcado por um processo acelerado de globalização da produção e do consumo. Organiza-se, desde então, um novo sistema econômico, que tem reestruturado a produção e o território de todos os países, promovendo uma ordem econômica mundializada, caracterizada pela comunhão global entre os lugares. Segundo Ianni (1996), a sociedade nacional revela-se como uma província da sociedade global, o que nos permite concluir que a globalização é um novo processo que reveste o conhecimento da economia, da política, da cultura e do espaço.

O âmago desse novo período encontra-se na aplicação dos procedimentos e métodos científicos para a realização da produção, desenvolvendo a tecnologia-ciência da produção. A originalidade do período está em que, com a tecnologia, o homem passa a poder induzir os progressos técnicos e imprimir grande velocidade de renovação das forças produtivas. Dessa forma, com o desenvolvimento tecnológico, a sociedade pode reestruturar os tradicionais sistemas de produção, aumentando a produtividade e reduzindo custos, e, assim, organizar novas formas de produção, distribuição e consumo, as quais intensificaram e expandiram o modo de produção capitalista, provocando inúmeras metamorfoses na sociedade e no espaço.

A produção capitalista ampliou-se e passou a ser o espaço de todo o planeta, já que todos os lugares passam a poder ser facilmente atingidos pela circulação de mercadorias. Os avanços tecnológicos dos transportes tornaram concretas as possibilidades de realização de fluxos de matéria de toda a natureza (pessoas, produtos, bens de produção etc.) e proporcionaram uma nova definição das distâncias físicas, modificando o significado do tempo e do espaço para a sociedade, que passou a contar com a velocidade para superar distâncias e atingir qualquer ponto do planeta em poucas

horas. O desenvolvimento das comunicações, especialmente das telecomunicações, permitiu, por sua vez, uma revolução da transmissão da informação, mola mestra do novo período, que passa a poder ser difundida de forma rápida e segura.

Hoje, fluxos que vão do capital financeiro aos conhecimentos de toda a natureza podem atingir qualquer parte do planeta quase instantaneamente. Esse dado inteiramente novo propiciou uma verdadeira dispersão espacial da produção, já que as características das novas tecnologias permitem a instalação de estabelecimentos industriais menos dependentes dos critérios que marcavam o desenvolvimento industrial em períodos anteriores, o que faz da circulação o grande frenesi do período, uma vez que é um fator essencial da acumulação de capital.

Nesta nova conjuntura, destaca-se a fragmentação do processo produtivo a escala internacional, da mesma forma que a especialização regional da produção, cujo ápice é uma nova Divisão Internacional do Trabalho, com uma grande reorganização das economias nacionais. Sob a égide da revolução tecnológica, dá-se a inserção também do Brasil na lógica da globalização econômica. Os reflexos fazem-se sentir na sua dinâmica demográfica, generalizando-se um acelerado processo de urbanização e de crescimento populacional, culminando numa nova repartição dos instrumentos de trabalho, do emprego e dos homens na superfície do país.

## Interação entre as diferentes escalas geográficas

Apesar do processo geral e avassalador que a globalização exerce nas mentalidades e processos materiais a sua dialética é a da contradição, pois 'o mundo da globalização doentia é contrariado no lugar e o espaço mundial existe apenas como metáfora' (SANTOS, 1993). Assim sendo, o sentido profundo da globalização que caracteriza o período em curso, na medida em que está desorganizando as formas materiais da produção

na organização social existente, o que se processa é a criação de novas desigualdades.

O processo civilizatório do capital encontra obstáculos nas condições econômicas, sociais, culturas e ecológicas de cada lugar, região ou país, o que torna cada lugar diferente de outro, apresentando arranjos entre o novo e o velho, que não serão encontrados em outra parte, embora a forma social essencial se espalhe nas semelhanças entre várias situações. Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares, no sentido de que o arranjo que os elementos componentes do território têm em um determinado lugar é único e representa a base para a expansão do capital. A própria globalização acaba por produzir a fragmentação. Daí a importância crescente hoje do lugar.

Segundo Milton Santos (1994), dentre os três níveis de análise possíveis – o planetário, o nacional, o regional e local – a escolha do regional e local não significa deixar de adotar uma visão holística, uma vez que não é possível pensar o todo sem o particular, da mesma forma que não é possível pensar o lugar ou a região sem pensar no mundo. O ideal é captar a realidade do lugar a partir de suas interdependências com o país e o mundo, ou seja, de sua inserção na nova divisão nacional e internacional do trabalho, considerando a difusão de fixos e fluxos, sistemas de objetos e sistemas de ação e, assim, tentar vislumbrar as transformações da produção e a construção do espaço.

Microgeografia e macrogeografia devem andar juntas. Cabe destacar que o estudo, seja de um lugar ou de uma região, tem como premissa que é através da microgeografia que o mundo é empiricamente percebido, assim como temos que considerar conjuntamente para análise, a macrogeografia. Considerando que o mundo se define como um conjunto de possibilidades e que a Formação Econômica e Social dá as condições dessas possibilidades, o estudo de uma região ou de um lugar nos ajuda a revelar a funcionalização do seu conjunto de possibilidades e das relações entre os diferentes pares dialéticos.<sup>2</sup> Do mesmo

---

<sup>2</sup> O externo e o interno; o novo e o velho; o Estado e o mercado; configuração espacial e paisagem; psicosfera e tecnoesfera; horizontalidades e verticalidades;

modo, podemos a partir do estudo de uma região, reconhecer no âmbito da Formação Econômico e Social, os contornos da Formação Socioespacial, nos termos propostos por Santos (1978).

Qualquer parte do planeta hoje deve ser entendido como em Santos (1994), quando se refere ao estudo de uma região, ou seja, como fruto de uma solidariedade organizacional e não mais de uma solidariedade orgânica localmente teleguiada, uma vez que todos os lugares existem porque sobre eles se impõem arranjos organizacionais, criadores de coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam o fundamento da existência e da definição desses subespaços.

Diante disso, o lugar deve ser estudado como resultado do impacto das forças externas/modernizantes e a capacidade de suas virtualidades, mero espaço de conveniência, mero lugar funcional do todo; uma fração do espaço total do planeta, cada vez mais aberta às influências exógenas e aos novos signos do período atual. Como objeto e sujeito da economia globalizada, é um espaço cada vez menos autônomo, não se fechando sobre si mesmo de forma independente do resto do mundo, com o qual interage permanentemente para a acumulação ampliada do capital.

Com a aceleração da globalização, não poucos pesquisadores têm afirmado que o tempo da globalização apagou o espaço e que a expansão do capital e da tecnologia teriam eliminado as diferenciações regionais e, até mesmo, proibido de prosseguir pensando que a região existe. Concordamos com Santos (1988, 1994, 1996), quando afirma que, muito ao contrário, nunca os lugares foram tão distintos uns dos outros, uma vez que o tempo acelerado, acentuando a diferenciação dos eventos, aumenta a diferenciação dos lugares. Uma vez que o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine e a região e o lugar ganham força como meios para a percepção da globalização,

---

espaço do fazer e espaço do reger; áreas luminosas e áreas opacas; circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação; os dois circuitos da economia urbana: inferior e superior; consumo produtivo e consumptivo; metropolização e involução metropolitana; fábrica moderna dispersa e fazenda moderna dispersa, entre tantos outros (Santos, 1979, 1988, 1993, 1994, 1996).

que só se realiza com a fragmentação, recorte horizontal do espaço total.

Estudar uma região ou um lugar significa, diante do exposto, a tentativa de apreender “o conjunto das relações fundamentais, que lhes dão os contornos duradouros em sua gênese e desenvolvimento” (SILVA, 1986: 11), lembrando que, a outra face do processo de análise é de síntese, sendo essa “síntese a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada. E é essa estrutura significativa- que a visão de conjunto proporciona- que é chamada de totalidade” (KONDER, 1982: 37).

A análise de uma região ou de um lugar é, assim, apenas um recurso teórico-metodológico para desvendar o jogo de relações que se estabelecem na atual fase de desenvolvimento da história do homem. Estudar uma região ou um lugar significa detalhar sua composição enquanto organização social e econômica, na tentativa do reconhecimento do modo que essa área está inserida na ordem econômica mundial e as formas de reorganização de seu espaço.

## Reestruturação econômica, territorial e novas tendências da urbanização brasileira

Entre as mais significativas características do novo período histórico está a expansão do *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 1985, 1993, 1994, 1996). Trata-se, justamente, da consequência espacial do processo de globalização, ou seja, sua relação dialética com o território. É o resultado da construção e reconstrução permanente do espaço geográfico com conteúdos crescentes de ciência, tecnologia e informação, que são as bases materiais de toda a vida social e econômica do presente, constituindo-se num importante nível de sua determinação. Poderíamos dizer, então, que o meio técnico-científico é a nova face do espaço (SANTOS, 1988, 1994, 1996), a materialidade

para a expansão da globalização, ou ainda, sua expressão concreta, cuja expansão se dá com o aumento de fixos artificiais sobre o território (SANTOS, 1988, 1993). Juntamente com a expansão do meio técnico-científico-informacional, a aceleração da urbanização e o crescimento numérico e territorial das cidades são, em termos espaciais, os impactos mais contundentes da globalização econômica e ocorrem de forma generalizada em todo o mundo.

Se no limiar do século XX, a urbanização era pouco expressiva no planeta e ainda menos nos países de baixa renda, a década de 1950 é um divisor de águas do processo mundial de urbanização. A partir dessa data, o ritmo da urbanização e o crescimento urbano se aceleram de maneira geral em todo o planeta e de forma muito particular nos países de baixa renda, evidenciando que, sob a égide da revolução científico-técnica, a aceleração da urbanização reflete o privilégio da cidade e do urbano enquanto lócus da produção e do comércio mundializados.

No presente período histórico, o processo de urbanização é complexo, e se associa a causas diversas, como herança histórica e sensibilidade aos reclamos da modernização econômica, política e territorial, o que significa que os resultados são diversos nos diferentes continentes e mesmo dentro de cada país que os compõem.

No Brasil, o intenso processo de urbanização dos últimos quarenta anos contrasta com o país do período pré técnico-científico, essencialmente agrário, sustentado por pilares como o latifúndio, a monocultura e o trabalho escravo. O fenômeno da metropolização se implanta já a partir dos anos 1950 e hoje já suplanta a classificação oficial. Entre 1950 e 1980, assistiu-se a uma crescente concentração das atividades econômicas e da sua população em umas poucas cidades, que cresceram de maneira caótica e desordenada. Uma parte bastante substancial do incremento demográfico do país ocorreu nestas áreas, para as quais se dirigiram grandes levadas de migrantes, especialmente nos anos de 1960 e 1970, uma vez que, em razão das economias de aglomeração (escala e locali-

zação), as metrópoles tiveram reforçado o seu papel de principais focos da atividade econômica do país.

No entanto, as mudanças resultantes, sobretudo, dos ajustes promovidos pela passagem do sistema fordista para o pós-fordista ou de acumulação flexível, tiveram seus impactos, também, sobre a rede urbana brasileira. Assim, verificam-se processos de disjunção territorial entre as sedes das empresas e suas unidades de produção e/ou comercialização, gerando processos de centralização econômica combinados ao de desconcentração territorial da produção e do consumo, o que gera rebatimentos sobre a divisão interurbana do trabalho.

Um dos reflexos dessas alterações profundas no âmbito do capitalismo, observa-se, no Brasil, nos resultados dos Censos Demográficos de 2000, 2010 e 2022, nos quais é clara uma nova tendência: do aumento do ritmo de aumento demográfico das cidades que ocupam papéis intermediários na rede urbana (cidades de porte médio). Essas transformações acompanham-se de processos mais amplos, que resultam de novas formas de assentamento humano, cada vez mais dispersas, as quais refletem e apoiam a urbanização difusa.

Mudam também as formas de uso e ocupação do espaço agrícola, com o incremento da agricultura empresarial (agronegócio), intensificando-se as relações campo-cidade e a urbanização, dadas as transformações das condições sociais (estrutura fundiária e regimes de exploração do solo e de relações de trabalho) e técnicas (conjunto de técnicas e métodos adotados na produção agrícola e na pecuária) da estrutura agrária.

## O Ceará entre a ordem global e a ordem local

É nesta expansão da economia globalizada que o Ceará assume um novo papel na divisão social e territorial do trabalho do Brasil e deve ser considerado como uma fração do espaço total do planeta, cada vez mais aberto às influências exógenas e

aos novos signos do presente. Como objeto e sujeito da economia globalizada, é um espaço que pouco tem de autônomo, não se encerrando sobre si mesmo, de forma independente do resto do mundo, com o qual interage permanentemente no processo de acumulação de capital. Nos últimos vinte e cinco anos, é visível sua reestruturação econômica e, conseqüentemente territorial, com objetivos claros de inserir-se na lógica da produção e do consumo globalizados.

Frente às exigências da produção flexível, desde a década de 1980 e destacadamente da década de 1990, estão em redefinição a dinâmica de sua economia; as formas de gestão das empresas; o mercado de trabalho e a dinâmica de organização do seu território, criando as condições materiais para a maior solidariedade organizacional do Estado com o resto do mundo.

O dinamismo econômico e da construção do território cearense já se manifesta pela modernização da produção agrícola, com a construção de novos sistemas de engenharia tais como de perímetros irrigados (ELIAS, 2002a), novos sistemas de gestão dos recursos hídricos (ELIAS, 1999), favorecendo a difusão do agronegócio, em especial de frutas tropicais visando à exportação; pela implantação de indústrias, especialmente vindas de outras partes do país, fruto da guerra fiscal, com amplos benefícios do governo estadual; pela construção de infraestruturas associadas aos transportes, às comunicações, ao saneamento básico, aos recursos hídricos; pelo desenvolvimento de novas fontes de energia; pela expansão de comércios e serviços especializados; pelo crescimento das atividades turísticas, especialmente ligadas ao litoral etc.

A construção de um novo porto (Pecém, a 45 km da capital), pelo qual já escoava parte importante da produção de frutas não só do Ceará, mas também de outros Estados vizinhos; de uma nova estação de passageiros e de cargas no aeroporto, duas vezes maior do que a antiga em capacidade de movimentação, o que permitiu a criação de novas conexões com aeroportos de outras partes do mundo; um gasoduto de 385 km, que se estende de Guamaré (RN) a Pecém, passando pela capital; a instalação de uma linha especial de abastecimento de energia, conhecida

como Linhão Banabuiú-Fortaleza, beneficiando 39 municípios; a melhoria das estradas de rodagem estaduais, com a construção de novas CEs; projetos de saneamento básico; novos açudes, dentre os quais o Castanhão e obras de transposição de bacias visando à universalização do acesso à água potável, assim como a construção de fixos inerentes à irrigação, como adutoras, barragens, açudes, canais de irrigação, perímetros irrigados, entre outros são exemplos claros desta nova realidade.

Outros, em vias de implantação, virão a promover alterações ainda mais intensas, algumas no âmbito regional, tais como: a Ferrovia Transnordestina, as obras associadas à transposição do São Francisco, eixos viários melhorando as condições de interligação de Fortaleza aos principais destinos turísticos.

Verifica-se também ao longo destes últimos decênios, a realização de várias obras de menor porte, atendendo às demandas de municípios visando criar condições favoráveis à chegada de investidores de diversos setores econômicos, com destaque para o agronegócio de frutas tropicais, a indústria vinda de outros Estados a partir de política estadual de incentivos fiscais e o turismo de praia. Entendemos que essas três atividades se destacam como os principais vetores fortemente responsáveis pelos processos de reestruturação econômica e territorial que o Ceará conhece nas últimas décadas.

A estas atividades podemos claramente observar parte significativa do incremento da reestruturação territorial cearense das últimas duas décadas de forma especial, notadamente de cidades pequenas e de porte médio, assim como de muitas novas relações entre o campo e a cidade e de novas regionalizações.

## Breve caracterização dos principais macro vetores da reestruturação econômica e do território cearenses

### **Agricultura cearense: mudanças e permanências**

Historicamente, o Ceará ocupa uma posição periférica na

divisão do trabalho agropecuário no Brasil. Até três décadas atrás, sua agropecuária caracterizava-se, principalmente, pela pecuária extensiva, agricultura de subsistência, extrativismo vegetal e pela agricultura comercial do algodão. Alguns poucos produtos de origem vegetal (especialmente milho, feijão, arroz, mandioca, castanha-de-caju e algodão - arbóreo e herbáceo) e quatro de origem animal (carne e leite de bovinos; caprinos, ovinos) ocupavam a quase totalidade das terras cultivadas e eram responsáveis pelo maior percentual do valor bruto da produção agropecuária do Estado.

Diferentemente do Nordeste açucareiro, a criação de gado foi responsável pela ocupação inicial do espaço cearense, constituindo-se em importante elemento de sua organização, assim como pela sua primeira atividade econômica (SILVA, 1994). A pecuária se desenvolveu no sertão, de forma extensiva, seguindo os cursos dos principais rios, dando origem a vários núcleos de povoamento. Predominava a pecuária extensiva, o que exigia extensas glebas de terra, desenvolvendo-se em grandes propriedades, explicando, em parte, a forte presença dos latifúndios no Estado. Ainda hoje a pecuária permanece como uma importante riqueza da economia agrária cearense, especialmente no sertão central.

Incrementada pela Guerra de Secessão norte-americana, em fins do século XVIII e primeiros decênios do século XIX, o cultivo de algodão representou crescimento econômico para o Ceará, formando o binômio gado-algodão, o qual compunha o principal elemento da economia e da organização do espaço agrário cearense, até a década de 1970.

Praticamente inexistente em áreas nas quais o capitalismo já é mais avançado e crescimento econômico é mais antigo, vigoroso e calcado em bases técnicas mais modernizadas, o extrativismo vegetal ainda se constitui em importante atividade no Ceará, muito embora venha tendo suas bases arrasadas muito rapidamente nas últimas décadas, dado a expansão da agricultura empresarial. O modo de vida do sertanejo ainda é extremamente relacionado à biodiversidade do semiárido.

## **A Consecução do Agronegócio: a luta pelo domínio da terra e da água**

Com o acirramento da globalização da produção e do consumo, difundem-se, mais rapidamente, as bases materiais que possibilitaram a dispersão espacial da produção. O avanço dos transportes e das comunicações viabilizam fluxos, de matéria e de informação, até então inimagináveis. Isto é tão verdade que a instantaneidade e a simultaneidade são signos do presente. Isto faz com que o espaço da produção em geral, inclusive agrícola, amplie-se, passando a incluir áreas que até então se mostravam pouco propícias à realização de alta lucratividade.

No Brasil, muitas áreas são incorporadas à produção e ao consumo globalizados, assim como muitos novos espaços agrícolas são disponibilizados à produção agrícola capitalista nestes últimos anos. Nesse contexto, também o semiárido e o cerrado nordestinos, que, de certa forma, compunham o que Santos (1993) chamou de *exército de lugares de reserva* para determinados aspectos da produção, tornaram-se atrativos e foram ou estão sendo incorporados à produção agrícola empresarial. Destacam-se os vales do São Francisco (especialmente nos Estados de Pernambuco e Bahia), do Açu (no Rio Grande do Norte) e do Jaguaribe (no Ceará), assim como também os cerrados na Bahia, Piauí e Maranhão. Estes são incorporados diferentemente na nova divisão interna e internacional do trabalho agrícola globalizado, expandindo-se formas intensivas de produção (ELIAS, 2006; ELIAS; PEQUENO, 2006).

A inserção do espaço agrário do semiárido e dos cerrados à produção intensiva baseia-se, muito fortemente, no modelo econômico predominante nas quatro últimas décadas, incrementado desde os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), claramente de inserção do país à economia e consumo globalizados, com favorecimento aos grandes grupos econômicos, nacionais e multinacionais.

Especificamente no tocante à agropecuária, baseia-se no modelo técnico, econômico e social do agronegócio, cujo objetivo

maior é atrelar as áreas e setores econômicos considerados mais competitivos do país à dinâmica do mercado mundializado. Promovendo a implantação de grupos de programas tidos como estruturantes para o crescimento econômico, exacerbam a seletividade dos investimentos produtivos. Entre as políticas incrementadas, poderíamos citar a dos *eixos nacionais de integração e desenvolvimento*.

O Nordeste teve dois eixos, chamados de Transnordestino e o São Francisco, que visavam a construção dos sistemas técnicos e sistemas normativos necessários à inserção dos lugares escolhidos, selecionados para receberem os investimentos produtivos. Um exemplo importante é o investimento em infraestrutura econômica: transportes (aeroportos, portos, estradas de rodagem), sistemas técnicos associados à eletrificação, ao saneamento, às telecomunicações. Poderíamos destacar a difusão da infraestrutura hídrica, com grande expansão dos sistemas técnicos e normativos inerentes às novas formas de gestão dos recursos hídricos: construção de adutoras, canais, barragens, irrigação, transposição de bacias e implantação de comitês de bacias hidrográficas etc.

Entre as obras mais importantes, assim como polêmicas, do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) no Nordeste, lançado durante o início do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2011), que em parte dá continuidade aos programas e projetos do governo anterior, que resultam em expansão do capital e na fragmentação territorial na região, temos a transposição do rio São Francisco e a Transnordestina.

As políticas incrementadas com tais programas e projetos incrementaram, assim como desenvolveram metodologias, de estudos de viabilidade, como dos clusters, das cadeias produtivas etc., que se difundiram amplamente, principalmente associada ao planejamento. Os estudos de viabilidade econômica se multiplicaram. Tais estudos apontaram dez atividades como sendo as com maior viabilidade econômica para o Nordeste, sendo que três foram as escolhidas para dar início ao processo: o agronegócio de frutas tropicais e de grãos, a partir da expansão

de uma agricultura intensiva em capital e tecnologia nas manchas irrigáveis no semiárido e nos cerrados, encabeçada pela iniciativa privada, pelas empresas agrícolas e agroindustriais, que conta com uma série de programas e projetos; e, em terceiro lugar, o turismo litorâneo, que teve grande reforço com o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur).

Considerando suas potencialidades, entre os programas e projetos direcionados ao Nordeste como um todo, incluindo o Ceará, há grande destaque para o incremento à fruticultura, que vem tendo impacto devastador sobre a agricultura camponesa e o espaço agrário e urbano cearenses. O governo federal e o Banco Mundial, com forte apoio do governo estadual, estão à frente de tais programas, os quais visam aumentar a produção e a produtividade, incrementando a agricultura empresarial a partir da melhoria das condições técnicas de produção, através da pesquisa biotecnológica, de programas de assistência técnica, extensão rural, gestão da água, mais comumente denominada de recursos hídricos.

A fruticultura foi apontada nestes estudos como uma das possíveis soluções para a agricultura semiárida nordestina, incluindo a cearense. Entre as vantagens comparativas, apontam-se as suas condições naturais (temperaturas, forte luminosidade e baixa umidade relativa do ar); a grande quantidade de terras agricultáveis a preços baixos e a tecnologia de irrigação. Tais condições naturais permitem a produção de frutos de boa qualidade, durante todo o ano, eliminando a entressafra, podendo ser organizada de acordo com a demanda dos mercados nacional e externo, notadamente o europeu e o norte-americano. Algumas frutas foram escolhidas para receber os incentivos, especialmente a manga, a uva, o melão, a melancia e a banana, que são as mais solicitadas pelo mercado externo.

No Ceará, especialmente nas três últimas décadas, a fruticultura encontra-se em franca expansão, sendo uma das que mais vem se moldando à agricultura empresarial, ao agronegócio da fruticultura, seja no Perímetro Irrigado do Jaguaribe-Apodi, no município de Limoeiro do Norte, o primeiro a adotar a

agricultura empresarial no Ceará, seja no Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas, que abrange terras nos municípios de Limoeiro do Norte, Russas e Morada Nova (ELIAS, 2000, 2002, 2005). Tais municípios se encontram em região conhecida como do Baixo Jaguaribe e na Chapada do Apodi, onde já estão instaladas várias empresas agrícolas, nacionais e multinacionais, produzindo frutas.<sup>3</sup>

Assiste-se, deste então, a uma mudança extrema do discurso sobre as possibilidades econômicas do semiárido cearense, construindo-se um novo imaginário social sobre estas áreas (CASTRO, 1996), notadamente sobre os seus vales úmidos. Para estes vislumbram-se grandes possibilidades para o agronegócio globalizado de frutas e novas áreas passam a ser incorporadas à produção agrícola globalizada, cujos *circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação* (SANTOS, 1988; ELIAS, 2003a) ultrapassam os limites da região e do país, completando-se em vários outros lugares do planeta, especialmente a Europa, os Estados Unidos e o Japão.

Entre as secretarias estaduais associadas a todos esses processos, algumas se destacam. Citaríamos aqui, a política implementada pela Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), um marco para a gestão da água no Estado, tendo sido criada com a incumbência de promover o aproveitamento racional e integrado dos recursos hídricos do Estado, coordenar, gerenciar e operacionalizar estudos, pesquisas, programas, projetos e serviços tocantes aos recursos hídricos do Estado. Dentre as instituições que compõem a estrutura institucional para a execução da política estadual de recursos hídricos do Ceará, a maior inovação dá-se com a criação da Cogerh (Companhia de

---

<sup>3</sup> Elias (2006, 2011, 2024) defende que a difusão do agronegócio em geral, incluindo o da fruticultura, tem promovido importantes processos de (re)estruturações urbano-regionais em todo o Brasil. Considerando o presente texto, poderíamos destacar a regionalização a partir da expansão da fruticultura formada por municípios do Ceará e do Rio Grande do Norte, que abrange do vale do Jaguaribe ao vale do Açu, não respeitando os limites político-administrativos pré estabelecidos. Se pensarmos em termos de municípios componentes de tal região produtiva, poderíamos destacar os municípios de Limoeiro do Norte, Russas, Quixeré e Icapuí (no Ceará) e Ipanguaçu, Barauna e Açu (no Rio Grande do Norte).

Gestão dos Recursos Hídricos), em 1993, visando a implementação do modelo de gerenciamento integrado, previsto na lei estadual de recursos hídricos, tendo por finalidade gerenciar a oferta d'água armazenada nos corpos superficiais e subterrâneos, sob o domínio do Estado.

Tendo como sua principal missão a de promover a organização dos usuários, dentro das premissas desta política, uma das medidas inovadoras é a implementação de um novo modelo de gerenciamento dos recursos hídricos, com a instalação de Comitês de Bacias hidrográficas. Os Comitês, previstos pela lei estadual, têm poder consultivo e deliberativo. É a instância mais importante de participação e integração do planejamento e das ações na área dos recursos hídricos,<sup>4</sup> tanto que, nos últimos anos, vem se travando uma verdadeira disputa para a composição dos comitês, que têm representantes da sociedade civil organizada, das instituições públicas e privadas. Nos locais onde a sociedade civil está mais organizada, a composição dos membros consegue ser mais equilibrada, enquanto em outros, é notório a hegemonia dos que sempre estiveram à frente do poder local e estadual. Vale destacar que o que está em jogo é a disputa pela água e que o Ceará é um dos principais laboratórios, no Brasil, das novas políticas de gestão dos recursos hídricos patrocinadas pelo Banco Mundial.

Um dos mais polêmicos programas do Governo do Estado no tocante a política de recursos hídricos é o Águas do Ceará, o maior programa de infraestrutura de oferta de água da história do Estado. O programa reúne um conjunto de obras de combate à escassez de recursos hídricos que está desenhando um novo mapa das águas no Ceará, considerando o número e a complexidade dos sistemas de engenharia envolvidos, reorganizando o sistema de saneamento básico, assim como permitindo novas perspectivas para o abastecimento e para a produção. Prevê a construção de 40 novos açudes estratégicos, sendo o mais importante o açude Castanhão, localizado no Baixo Jaguaribe, o maior de toda a história do Ceará.

---

<sup>4</sup> O Caminho das Águas, SRH e Cogerh, sd.

O polêmico açude Castanhão é o coração de um grande sistema de interligação de bacias hidrográficas, na verdade, o objetivo principal do Águas do Ceará é permitir a interligação de bacias hidrográficas, com a perenização de rios, realizando uma série de obras de engenharia que transponham os recursos hídricos da zona úmida para abastecer as áreas com escassez hídrica. Um exemplo é o Eixão das Águas, que tem o objetivo de transportar recursos hídricos do Baixo Jaguaribe até o Porto do Pecém, na Região Metropolitana de Fortaleza.<sup>5</sup>

Dessa forma, no caso da produção agrícola, independentemente do sistema técnico que se utilize, seja de sequeiro, seja de irrigação, o que estamos assistindo é a inserção de partes do semiárido a uma produção regulada pelo mercado associado ao novo padrão estandardizado de produção e consumo alimentar. Assim também, a expansão e a chegada de empresas agrícolas e agroindustriais, nacionais e multinacionais, que passam a atuar no semiárido, acirrando a divisão territorial e social do trabalho agrícola, com a refuncionalização do espaço agrícola, difundindo-se especializações produtivas, denotando-se, então, uma seletividade na organização da produção e do espaço, seja agrícola seja urbano, resultando no incremento da divisão territorial e social do trabalho. Os resultados vêm sendo bastante devastadores do ponto de vista social, ambiental e de organização do espaço, seja no campo, seja nas cidades (ELIAS, 2002b, 2003b, 2005; ELIAS; PEQUENO, 2006, 2007, 2010a, b; PEQUENO, 2008, 2010, 2011).

## **O crescimento do setor industrial**

A discussão sobre o papel da indústria como fator de crescimento e acumulação econômica regional tem sido realizada há décadas. No Nordeste, desde as conclusões do

---

<sup>5</sup> Sobre as novas formas de gestão da água no Ceará, especialmente na região do Baixo Jaguaribe, assim como algumas das disputas territoriais envolvidas pode ser visto a dissertação de Cintia Lins (2008), defendida no Programa de Pós Graduação em Geografia da UECE, com o título de *Impactos territoriais e socioeconômicos do Canal da (des)Integração no Ceará, no contexto do Baixo e Médio Jaguaribe*.

Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), a industrialização tornou-se paradigma da superação das desigualdades regionais e do atraso relativo de áreas menos integradas aos fluxos de capitais e mercadorias. Hoje, após a consolidação do mercado nacional e das mutações provocadas pelo processo de globalização, o vetor industrial ganhou novo *status* em espaços como o do Estado do Ceará.

Neste sentido, a crise de regime de acumulação e a reestruturação da indústria estão modificando largamente a organização territorial das economias regionais. Por um lado, antigas regiões industriais passam pelo esvaziamento e perda da densidade de empregos, enquanto surgem novos espaços industriais em outras áreas. É nesse duplo processo que se insere o recente movimento de expansão industrial do Ceará.

As três últimas décadas marcam uma importante mudança do processo produtivo industrial desenvolvido no Estado. Novos elementos ligados à globalização da economia vão trazer consigo a fluidez dos investimentos, resultando na dispersão espacial da indústria moderna que se realiza alterando os circuitos de uma racionalidade produtiva materializada no território. Ao objetivar o rompimento com as práticas mais tradicionais de organização da produção, a nova dinâmica busca garantir o fortalecimento das estratégias empresariais, onde o deslocamento dos circuitos de operação tende a mudar os processos tanto na Região Metropolitana de Fortaleza quanto no interior, sobretudo em algumas cidades de porte médio, vinculando novas características à organização espacial dos municípios.

Por outro lado, o resgate da indústria como macro vetor de crescimento seria impensável, no atual contexto, sem a ação efetiva do Estado como catalisador e orientador dos fluxos de capitais. No caso específico do Ceará, a política intencional de governo visando a atração de projetos industriais tem se efetivado pelo uso da sinergia da reestruturação produtiva na construção do novo espaço industrial.

### *Antecedentes*

Inicialmente, a produção industrial cearense esteve vinculada aos investimentos de origem local. Numa primeira fase demarcada pela forte presença do tripé gado/algodão/agricultura de subsistência, a organização econômica do Estado formou uma base industrial que funcionou muito mais como um prolongamento da agricultura, na medida em que se centrou na transformação da matéria-prima local e se processou espontaneamente, destacando investimentos de grupos familiares radicados no território.

Historicamente, a ação estatal como indutora da indústria tem precedentes. Nos anos 1960 e 1970, uma segunda fase de evolução industrial cearense contou com a participação efetiva do Governo Federal, que propôs a implantação de projetos industriais dentro das estratégias centralizadas do planejamento regional, especialmente a partir das ações da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Os incentivos fiscais passaram a ser aplicados tanto na modernização de velhas atividades como na instalação de novas indústrias e o Governo do Estado do Ceará reuniu esforços no sentido de aperfeiçoar as condições de infraestrutura e a criação de dispositivos que pudessem oferecer serviços de apoio técnico e financeiro ao setor.

Mas as alterações do período não implicaram em mudanças da estrutura industrial cearense, que permaneceu com o predomínio de ramos produtivos tradicionais, voltados para bens de consumo não duráveis (tais como têxtil, vestuário e calçados, produtos alimentícios, bebidas, metalmecânica leve). Da mesma forma, os estabelecimentos ficaram concentrados em poucos pontos do Estado, principalmente nos municípios da Região Metropolitana (Fortaleza e Maracanaú), Juazeiro do Norte e Sobral.

### *Processos recentes relacionados ao dinamismo industrial*

As transformações engendradas no período supracitado influenciaram decisivamente a política e a economia no Ceará

e, por consequência, sua evolução industrial, especialmente a partir de meados dos anos de 1980. A tentativa de afirmar um projeto de modernização pautado numa proposta de integração irrestrita ao mercado e à dinâmica global foi um dos resultados mais marcantes da fase supracitada. Como consequência, deu-se o aparecimento de um modelo político que levou à frente uma intervenção planejada na economia, o que oportunizou uma reestruturação territorial, garantindo fluidez e interconexão aos movimentos, essenciais para que algumas mudanças pudessem ser firmadas em sintonia com as demandas da globalização.

Como importante elemento constitutivo das transformações territoriais e econômicas dessa nova fase industrial do Ceará, o Estado, representado pelo Governo do Ceará e por prefeituras locais, usa de incentivos fiscais e da modernização da infraestrutura para garantir a ampliação da atividade industrial e a inserção de grandes empresas de capital nacional no território cearense, estimulando a migração de investimentos para cidades sem nenhuma tradição fabril. Outro elemento importante da dinâmica industrial cearense é o estímulo ao investimento produtivo através de uma parceria com organismos internacionais, dos quais o poder público adquire novas e diversificadas fontes de recursos. Desenha-se um conjunto de propostas que busca estruturar o território a partir de grandes obras de infraestrutura, no intuito de garantir a dinamização da indústria de transformação.

Projetou-se um redesenho do território, que passou a ser esquadrihado e reestruturado a partir do soerguimento de inúmeros objetos técnicos, e uma política de benefícios tributários foi montada para garantir a alavancagem de investimentos que pudessem materializar o plano de transformação industrial. Essas intervenções, reproduzidas por todas as gestões do governo estadual do início da década de 1990 até o presente momento, somaram-se às demais vicissitudes do território e constituíram vantagens competitivas geradoras de efeitos de encadeamento capazes de atrair capitais diversos.

Desde então, emergiu uma nova fase para a evolução industrial do Estado, com impactos expressivos sobre o processo

de produção, o trabalho e as relações estabelecidas no território. Tais mudanças são reiteradas pelo desempenho da economia e pela participação da indústria na produção das riquezas cearenses. Se considerarmos a participação da indústria sobre o Produto Interno Bruto (PIB) estadual, constata-se que a mesma cresceu significativamente desde meados dos anos 1980. Os resultados positivos foram igualmente visíveis na evolução do mercado de trabalho formal da indústria de transformação, uma vez que, nas últimas décadas, o Ceará apresentou, relativamente, um desempenho bem superior ao da região Nordeste e mesmo do Brasil.

Em termos gerais, uma síntese das inúmeras variáveis relevantes para a dinamização industrial cearense, apresenta o desempenho da atividade sobre a economia nesses últimos anos. No final da década de 2000, a indústria representava 23,5 % do Valor Adicionado Bruto a preços básicos; somava 13 % de todos os estabelecimentos do Estado e empregava 20 % do estoque de empregos formais. Da mesma forma, o setor era responsável pelo consumo de 25,5 % da energia elétrica e de 50,5 % das fontes de arrecadação do ICMS, além de representar 67 % das exportações do Estado no ano de 2010.

A seleção das novas indústrias vindas para o Ceará tem obedecido a critérios ditados pela redução de custo e favorecimentos fiscais e locacionais, destacando-se ramos que já possuíam tradição no Estado. Neste sentido, o resultado da realocação espacial mostra um perfil ainda pouco diferenciado do existente no início da década de 1990. Em geral, fortaleceram-se os ramos industriais como têxtil, alimentos, confecções e calçados. O fato novo fica por conta do incremento nos ramos de insumos industriais, o que indica uma tendência de complementaridade na matriz de insumo-produto, sobretudo no ramo de calçados (PEREIRA JÚNIOR, 2005, 2013).

Da mesma forma, o processo ainda se dá de maneira espacialmente seletiva, onde algumas áreas de maior destaque econômico penetram na nova lógica produtiva, distinguindo-se exatamente pela diferente capacidade de oferecer às empresas

industriais uma lucratividade maior, garantindo uma margem mais ampliada de acumulação ao capital ali instalado. São as áreas que se adaptam mais progressiva e eficientemente aos interesses das firmas hegemônicas, transformando-se em centros de expansão da produção industrial e da geração de empregos formais.

Destacam-se a Região Metropolitana de Fortaleza, na qual os municípios de Caucaia, Maracanaú, Maranguape, Fortaleza, Horizonte, Pacajus, Eusébio e São Gonçalo do Amarante apresentam o maior quantitativo, que conciliam os benefícios de uma maior renúncia fiscal com todas as vantagens de uma área pertencente a metrópole. Da mesma forma, destacam-se alguns municípios do interior, a exemplo de Sobral, Crato e Juazeiro do Norte, muito embora outros também tenham sido contemplados por algum projeto de investimento, em menor grau de intensidade.

Neste sentido, embora os efeitos do plano de desenvolvimento industrial engendrado pelo Estado atinjam um universo mais amplo de municípios, esse processo se dá com diferentes densidades em cada localidade e assume características regionais particulares. Portanto, existe uma territorialização do processo de incremento industrial em termos da localização e de demanda de mão-de-obra.

### *Novas perspectivas: o complexo petroquímico e siderúrgico*

Outro dado importante da reestruturação territorial e urbana cearense, a partir da atividade industrial, tende a dinamizar mais ainda o quadro já apresentado, em especial a partir da montagem de um complexo petroquímico e siderúrgico, que poderá mudar as formas de acumulação industrial no Ceará. Ao considerar a efetivação de dois grandes projetos de intervenção industrial, notadamente com a montagem da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), investimento iniciado em 2016, percebemos que os novos impactos da atividade industrial está longe de esgotar as possibilidades de reestruturação territorial, econômica e urbana no Ceará.

Trata-se de um caso à parte, que foge à regra dos demais empreendimentos, não só pela sua dimensão, como pela natureza das alterações infraestruturais que tende a provocar na base econômica e social do Estado. É o projeto isolado com o maior aporte de capital. Essa diferença se explica pela característica por ser o núcleo da indústria de bens de capital, envolvendo alta tecnologia e investimento capital-intensivo. O próprio perfil da mão-de-obra envolvida se destaca com relação às demais indústrias, seja pelo padrão de salários, seja pelo padrão de instrução/qualificação. Os seus empregos diretos e a elevada composição orgânica do capital envolvido, por si só, representarão uma ruptura com o padrão da indústria até então dominante no Ceará.

O montante de capital investido é expressivo para a economia regional; mas, além disso, trata-se de um empreendimento que incorpora tecnologia. Sua capacidade de geração de emprego direto é reduzida, tendo seu papel mais importante no estímulo à criação de um entorno metalmeccânico.

Considerando que sua instalação efetiva ainda não se processou, seus resultados só serão perceptíveis no longo prazo. De qualquer forma, os mais recentes processos tendem a intensificar os movimentos e a produzir relações econômicas diversas, responsáveis por diferentes formas de aglomeração, deslocamento e funcionalidade. Todavia, desta vez, pela própria articulação que engendra, tais transformações estão muito mais condicionadas a um novo padrão de acumulação privada no Estado, marcado, sobretudo, pela maior abrangência escalar que materializa.<sup>6</sup>

### *Turismo: nova fronteira econômica*

Durante mais de dois séculos, a dinâmica da acumulação do capital esteve centrada num jogo de forças inerentes à produção industrial. Dentre os novos cenários prevaletentes com

---

<sup>6</sup> Entre os trabalhos que podem ser lidos sobre o processo mais recente de industrialização do Ceará, temos os de Pereira Júnior (2005, 2013).

a globalização, um dos aspectos de destaque é a terceirização da economia, que passa a compor, cada vez com mais intensidade, parte importante do PIB e da PEA de todos os países.

Composto pelas atividades comerciais e de serviços, alguns sub-ramos vêm ganhando notoriedade nas duas últimas décadas, dentre as quais as atividades inerentes ao lazer, uma das que mais cresce no mundo, aumentando o total de divisas geradas pelos setores de viagens, turismo e entretenimento em geral, que já movimentam percentual importante do Produto Bruto Mundial.

No Brasil, apesar de ainda incipiente, o turismo já se mostra induzindo o crescimento econômico e a configuração territorial com o espraiamento de novos artefatos infraestruturais para possibilitar a realização de fluxos populacionais associados ao turismo receptivo.

Com a explosão do turismo de massa no contexto da globalização, multiplica-se o número de lugares utilizados para o desenvolvimento da atividade, considerados como produtos a consumir, o que possibilitou também ao Ceará desenvolver-se como um pólo turístico.

Sua importância na economia do Estado tem aumentado, já contribuindo com parte do PIB, de acordo com dados da Setur (Secretaria de Turismo). Desde os anos de 1990, vem se multiplicando o número de turistas e os anos recentes têm mostrado uma multiplicação dos sistemas de objetos e das políticas públicas para o setor, sendo a própria criação da Setur, uma das mais significativas.

A atividade turística tem sido considerada por suas possibilidades multiplicadoras, uma vez que vários setores são impactados, direta e indiretamente: alimentação, hospedagem, comércio, artesanato, confecções, bancos, transportes, saúde, comunicações etc., gerando uma nova dinâmica ao espaço, promovendo a expansão de fixos (infraestruturas de acesso, apoio, suporte) e, conseqüentemente, o aumento de fluxos de diferentes naturezas e intensidades.

Na competição com os demais polos turísticos do Brasil e do mundo, o Ceará vem buscando atingir os padrões internacionais

mínimos que permitam sua inserção no mercado mundial de turismo. Com um litoral com 573 km, representando 16 % do litoral nordestino e 7 % da costa brasileira, 2,8 mil horas de exposição solar por ano e temperatura média de 28 graus, o turismo associado à planície litorânea tornou-se área turística privilegiada e é o que tem tido maior destaque.

Encontram-se na planície litorânea a cidade de Fortaleza e os principais polos receptores de turismo. Apesar da ainda fraca participação relativa no ranking das principais cidades mais visitadas no país, Fortaleza tornou-se ainda no final dos anos 1990, o terceiro maior portão de entrada do Nordeste e detém praticamente toda a infraestrutura turística do Estado. Para os dias de hoje, já há fontes que indicam Fortaleza como o principal destino turístico de todo o Nordeste.

Apesar do conjunto de virtualidades passíveis de serem aproveitadas para o desenvolvimento da atividade turística, o Estado do Ceará apresenta uma gama importante de dificuldades a seu pleno incremento. Destacaríamos a precariedade dos sistemas técnicos e dos serviços oferecidos. Quanto ao primeiro grupo, pesados investimentos vêm sendo realizados, embasados especialmente em algumas políticas públicas estaduais e federais.

Entre as políticas explicitamente voltadas ao turismo, destacaríamos o Prodetur (Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste) e o Prodeturis (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Litoral Cearense). O Prodeturis configura o modelo de planejamento territorial adotado para o desenvolvimento do turismo, localizando-se na Macrorregião do Litoral, sendo caracterizado por uma concepção sistêmica e integrada e por um conceito que dá prioridade ao desenvolvimento social e cultural da população, ao desenvolvimento urbano dos núcleos, à estruturação da atividade econômica e ao fortalecimento da base municipal, segundo uma ação interativa e participativa do poder público, da iniciativa privada e das comunidades.

O Prodetur/CE, concebido no final da década de 1980, tem como objetivo geral o desenvolvimento econômico da

região Nordeste e como objetivo específico o desenvolvimento do turismo no Ceará. Para alcançar esse objetivo se contempla a realização de investimentos em infraestrutura de suporte para melhorar a qualidade dos serviços básicos, ambientais e atração turística, complementadas por atividades de fortalecimento institucional e promoção turística. Sua concepção básica é estruturar o novo eixo de desenvolvimento do turismo ao longo da planície litorânea cearense, aproveitando-se do efeito polarizador exercido por Fortaleza.

O Prodetur/CE divide o território cearense em macrorregiões turísticas, sendo que o litoral está dividido em quatro grandes regiões. A região turística II, composta pelos municípios de Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paraipaba, Paracuru, Trairi e Itapipoca, denomina-se Costa do Sol Poente e integra a área selecionada para a primeira etapa de implantação do programa, para a qual estão direcionadas as principais estratégias governamentais de incentivo à atividade. Importantes investimentos em sistemas técnicos, de diferentes níveis e complexidades, estão se concentrando nesta área. A rodovia Estruturante, inaugurada no final da década de 1990, é um exemplo.

Não podemos esquecer também as políticas implicitamente direcionadas ao desenvolvimento do turismo, tais como de urbanização, saneamento básico, construção de um novo terminal de passageiros no aeroporto, recuperação de rodovias, abastecimento d'água etc.

Tais investimentos têm apresentado significativos impactos nas comunidades tradicionais, há séculos ocupantes das áreas hoje extremamente valorizadas para os investimentos do mercado imobiliário associado à atividade turística. Dessa forma, junto à reorganização da economia e do território, são muitas as mudanças em andamento, as quais clamam por análises mais apuradas, visando melhor avaliar os impactos de tais atividades e políticas públicas.

## Reestruturação urbana e das cidades

Como apontam os dados divulgados pelo Censo 2010 do IBGE, em termos demográficos, considerando as mesorregiões delimitadas pelo mesmo instituto, observa-se que a região metropolitana é aquela que mais cresceu, num percentual três vezes maior que a mesorregião dos sertões cearenses, justamente aquela que menos cresce no período. Diminui o número de pequenos municípios com população menor que 20 mil habitantes, ao passo que crescem os municípios com população superior a 50 mil moradores. Remanesce o maior crescimento nos municípios periféricos à Fortaleza, a mais densa capital brasileira. Aumenta a população dos municípios litorâneos. Prevaecem os municípios que tomam parte da região metropolitana como aqueles que mais crescem. Consolidam-se centros regionais. Todas estas dinâmicas demográficas já apontam para transformações que indicam alterações na rede urbana cearense, bem como na estrutura intraurbana das cidades, independentemente de seu porte.

Longe de pretender esgotar o elenco de fenômenos a serem enfrentados para a compreensão da economia política da urbanização e das cidades (SANTOS, 1994) do Estado do Ceará, indicamos a seguir um conjunto de processos em curso nas últimas décadas, classificados segundo a escala regional e intraurbana. Na escala regional, se reconhece a rede de cidades, o sistema viário regional e a concentração espacial das atividades produtivas como elementos estruturadores; por outro, na escala intraurbana, a localização do setor secundário, a constituição de um sistema de centralidades, a expansão do consumo produtivo agrícola (ELIAS, 2003a) e as áreas residenciais segregadas se destacam como partes integrantes da estrutura das cidades.

No âmbito da escala regional, os principais processos observados são: acirramento de diferenças entre as regiões historicamente produzidas e as decorrentes da implementação de atividades produtivas modernizadoras; conformação de corredores de desenvolvimento ao longo de eixos viários que interligam a região metropolitana aos principais destinos

turísticos; disseminação de fragmentos onde o crescimento econômico vinculado ao macro vetor econômico da indústria em contraposição à sua maior concentração na metrópole e nas cidades de porte médio; transformações intensivas em torno das regiões beneficiadas com grandes investimentos públicos em obras de infraestrutura voltadas para o agronegócio em contraposição à desaceleração no crescimento de regiões em que permanecem as culturas e práticas agrícolas tradicionais; ampliação da área de influência das cidades que assumem funções regionais, organizando espaços de seu em torno imediato; constituição de aglomerado urbano na região sul do Estado; dispersão urbana nas proximidades da capital e do litoral; crescimento desordenado acompanhado dos mais diversos impactos socioambientais na região metropolitana em decorrência da sua desconsideração como unidade territorial de planejamento e gestão; inexistência da escala regional no âmbito institucional associada à forte centralização da gestão a partir da capital, entre outros.

Na escala urbana, os processos, ainda que recorrentes e generalizados, se diferenciam em função do porte das cidades, de sua localização e de sua posição na rede urbana. Num esforço de síntese seria possível indicar como principais fenômenos em processo: a dispersão das indústrias no espaço intraurbano onde as de maior porte vêm sendo implementadas nos espaços periféricos acessados por eixos viários regionais; atividades comerciais concentradas no centro tradicional vinculado às feiras tradicionais, emergindo novas formas nos eixos viários regionais voltadas para os setores produtivos; mobilidade urbana vinculada aos grandes eixos regionais que por vezes atravessam as cidades e noutras atraem o crescimento em sua direção; precariedade das infraestruturas urbanas exacerbada nas áreas de exclusão social; zonas de transição urbano-rural alvo de projetos de parcelamento irregulares; crescimento desordenado nas periferias associado a projetos habitacionais de interesse social, remanescendo vazios urbanos; surgimento de áreas favelizadas nas entradas da cidade, em especial naquelas que interligam a cidade polo regional às demais e aos próprios distritos que

integram sua área de influência; redistribuição de comunidades tradicionais e surgimento de resistências frente à implantação de empreendimentos turísticos; fragilidade dos instrumentos de proteção e preservação ambiental frente aos agentes promotores do crescimento econômico.

Frente a estes processos, cuja evolução decorre muitas vezes da ausência de políticas públicas de desenvolvimento urbano, o Governo do Estado deu início, ainda na década de 1990, à implementação de programas de desenvolvimento urbano. Desde a chegada dos primeiros investidores, em especial, dos organismos internacionais (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outros) garantindo aporte financeiro para a realização de serviços e obras para o desenvolvimento pretendido, verificou-se a necessidade de formulação e implementação de instrumentos de planejamento urbano e regional. Com isso buscava-se promover a estruturação das cidades de modo ordenado, amenizando suas incompatibilidades de uso do solo, identificar projetos transformadores, bem como garantir condições favoráveis à implementação de obras.

Destaca-se aqui o Prourb (Programa de Desenvolvimento Urbano do Estado do Ceará) em sua componente denominada Cidades do Ceará, realizado no período de 1997 a 2001, através do qual dezenas de municípios considerados estratégicos foram alvo de processos de planejamento urbano voltados para a formulação de planos diretores, leis urbanísticas e identificação de projetos estruturantes. Estes viriam a ser executados concomitantemente à implementação dos planos, após sua aprovação nas respectivas câmaras municipais. Todavia, desde 2001, com a aprovação do Estatuto das Cidades, estes instrumentos de planejamento tornam-se obsoletos, dado que, em sua ampla maioria, não atendem às diretrizes da nova lei federal.

O exemplo recente associado à elaboração dos planos locais de habitação de interesse social, onde a necessidade de dimensionar as demandas futuras tem como questão maior a inexistência de terrenos disponíveis para o seu atendimento no próprio município. Isto tem conduzido ao adensamento

explosivo de alguns setores da cidade e à ocupação de áreas de preservação permanente urbanas. Por outro lado, remanescem grandes áreas vazias aguardando investimentos públicos que venham a valorizá-las, para que assim possam ser ofertadas às demandas do mercado imobiliário formal.<sup>7</sup>

## Considerações finais

Para concluir, diríamos que a inserção do Estado do Ceará numa produção e consumo globalizados tem se dado de forma conservadora, mantendo intocável algumas estruturas sociais incompatíveis com os fundamentos do desenvolvimento social e territorial, acentuando as históricas desigualdades brasileiras. Isto significa dizer que a difusão de inovações econômicas e seu rebatimento no território vêm sendo extremamente seletivos, privilegiando determinados segmentos sociais e econômicos mais rapidamente suscetíveis a uma reestruturação sustentada pelas inovações científico-técnicas e pelos princípios básicos para o crescimento da produtividade e da competitividade, em detrimento da maioria da população.

Apesar dos investimentos, o desenvolvimento pretendido encontra dificuldades na sua implementação, dadas as condições de planejamento e gestão no âmbito regional e nos municípios. Muitos são os problemas urbanísticos a serem enfrentados, os quais podem ser reunidos nas seguintes temáticas: conflitos de uso e ocupação do solo; problemas de mobilidade urbana associados à circulação e aos meios de transporte; acessibilidade precária aos equipamentos sociais e às redes de infraestrutura. Mais ainda, as condições inadequadas de moradia, a predominante irregularidade fundiária e o crescente déficit habitacional se agravam por conta do aumento generalizado da taxa de urbanização nos diversos municípios do Estado.

---

<sup>7</sup> Para um aprofundamento sobre as questões tratadas nesse item podem ser vistos os estudos de Pequeno (2008a,b; 2009; 2010; 2015a,b; 2023), Pequeno e Nascimento (2021), Pequeno e Rosa (2015).

Diante disso, o Estado do Ceará passa a promover programas específicos de desenvolvimento urbano, os quais apesar de oficialmente participativos, recorrem a procedimentos tecnocráticos na confecção de planos diretores. Todavia, estas tentativas não conseguem lograr êxito por diversos motivos entre os quais: a formulação de diagnóstico superficial e setorial, a ênfase dada à identificação de projetos estruturantes, a precariedade institucional dos municípios e centralização das ações pelo governo estadual.

Cabe aprofundar os estudos para melhor avaliar em que medida essas mudanças têm reflexos imediatos na economia política da urbanização do Estado do Ceará e, sobretudo, como esses reflexos se consubstanciam numa rede urbana em que o papel macrocefálico de Fortaleza, estabelecido há muitas décadas, foi reforçado em decorrência das políticas de incentivos à instalação de indústrias vinda de outros Estados, a partir de benefícios fiscais.

Tudo isto vem se refletindo nas *idades*, que passam a reproduzir os mesmos problemas urbanos das cidades maiores do Centro-Sul do país. Destacariamos: ausência ou insuficiência de infraestrutura social (creches, escolas, postos de saúde) nas áreas habitadas pela população de menor renda; surgimento de áreas de ocupação em situação de risco ambiental; favelização nos espaços destinados a usos institucionais e áreas verdes; disseminação de vazios urbanos promovendo a especulação imobiliária; loteamentos periféricos clandestinos desprovidos de infraestrutura; congestionamento nas áreas centrais por movimentação de carga e descarga, dentre outros.

Na busca pela compreensão do processo de urbanização e das transformações intraurbanas é possível identificar vários processos que se repetem, apesar da diversidade da realidade econômica, socioambiental e cultural. Estes processos se encontram diretamente relacionados ao intenso e rápido crescimento demográfico pelo qual têm passado as sedes dos municípios, deflagrando-se, assim, um crescimento urbano desordenado.

Deste crescimento urbano predominantemente excludente, emergem diversas questões associadas à forma desigual como se dá o acesso aos benefícios trazidos pela urbanização, assim como aos conflitos e incompatibilidades de uso e ocupação do território levando ao surgimento de marcas de degradação ambiental comprometedoras das condições de habitabilidade nas diferentes escalas. É na construção dos espaços residenciais, sejam eles formais ou informais, legais ou ilegais, promovidos pelo poder público ou pelo setor privado, tecnicamente assistidos ou autoconstruídos, que se perceberá a forma mais predatória com que a expansão da urbanização tem se dado, tanto nas áreas centrais como nas áreas intermediárias, periurbanas ou mesmo em zonas de transição urbano-rural.

Compreendendo o espaço como síntese da interação entre os processos naturais e as relações sociais de produção e adotando-se as formas como a moradia se configura na paisagem como referência, os diferentes fenômenos podem ser agrupados segundo as seguintes questões: favelização; expansão do mercado imobiliário; disseminação da produção de habitação de interesse social pelo Estado; inserção de novos atores sociais; descompasso entre a formulação da política urbana e habitacional local e a realidade

É na construção dos espaços residenciais, sejam eles formais ou informais, legais ou ilegais, promovidos pelo poder público ou pelo setor privado, tecnicamente assistidos ou autoconstruídos, que se percebe a forma mais predatória com que a expansão da urbanização tem se dado, tanto nas áreas centrais como nas áreas intermediárias, periurbanas ou mesmo em zonas de transição urbano-rural.

Neste sentido, o desafio da compreensão dos impactos promovidos pelos diferentes macro vetores econômicos que predominam no atual fenômeno de urbanização cearense se faz fundamental para o entendimento da estruturação urbana e das cidades.

## Referências

- ARAÚJO, T. B. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 29, p.7-36, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141997000100002>
- BEZERRA, J. E. **O mercado de trabalho agrícola formal nas áreas de difusão do agronegócio no nordeste do Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.
- BEZERRA, J.; ELIAS, D. Difusão do trabalho agrícola formal no Brasil e sua dinâmica multiescalar. *Investigaciones Geográficas* – Instituto de Geografía. Universidad Nacional Autónoma de México, n. 76, p. 104-117, 2011. DOI: <https://doi.org/10.14350/rig.29878>
- CAMPOLINA, C. D. A nova geografia econômica do Brasil. In: VELLOSO, J. P. R. (org.). **Brasil 500 anos: futuro, presente, passado**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000. p. 303-351.
- CASTRO, I. E. *Seca versus seca*. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Brasil: Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 283-324.
- CHAVES, M. L. J. **Modernização da agricultura e urbanização em Limoeiro do Norte (Baixo Jaguaribe, Ceará): transformações socioespaciais**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.
- CEARÁ. Governo do Estado do. **Plano Plurianual Regionalizado de 2008-2010**. Fortaleza: SEPLAN, 2008.
- DANTAS, E. W. C. Imaginário social nordestino e políticas de desenvolvimento do turismo no Nordeste brasileiro. **Geosp**, v. 22, p. 9-30, 2007. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2007.74063>
- DANTAS, E. W. C. **Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. V. 1. 127p. (Coleção Estudos Geográficos, 2)
- DANTAS, E. W. C. **Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza**. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011. 103p.
- DANTAS, E. W. C.; ARAGÃO, R. F. Elaboração da imagem turística do Ceará: entre publicidade turística e propaganda política. **Geosul**, v. 21, p. 45-62, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12812>
- DANTAS, E. W. C.; PEREIRA, A. Q.; PANIZA, A. Urbanização litorânea e vilegiatura marítima nas metrópoles nordestinas brasileiras. **Cidades**, v. 5, p. 14-34, 2008. DOI: <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2008v5n8.12300>
- DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L.; LIVRAMENTO, M. C. (org.).

**Turismo e imobiliário nas metrópoles.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010, v. 1, 224p.

ELIAS, D. A agropecuária do estado do Ceará no contexto da globalização. *In: AMORA, Z. B. (org.). Ceará: enfoques geográficos.* Fortaleza: EdUECE, 1999, p. 43-72.

ELIAS, D. Modernização conservadora da agropecuária no Baixo Jaguaribe. **Propostas Alternativas: Vale do Jaguaribe, natureza e diversidade cultural II.** Fortaleza: Instituto da Memória do Povo Cearense, 2000.

ELIAS, D. Globalização, fragmentação e organização do espaço agrário cearense. **Geonordeste**, ano XI, n. 02, p. 79-99, 2000.

ELIAS, D. (org.). **O novo espaço da produção globalizada: o Baixo Jaguaribe (CE).** Fortaleza: EdUECE, 2002a. 363p.

ELIAS, D. Integração competitiva do semiárido. *In: ELIAS, D.; SAMPAIO, J. L. (org.). Modernização excludente.* Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002b. p.12-36.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura: a Região de Ribeirão Preto.** São Paulo: EdUSP, 2003a.

ELIAS, D. Desigualdade e pobreza no espaço agrário cearense. **Mercator**, v. 2, n. 3, p. 61-69, 2003b. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/165>

ELIAS, D. Reestruturação produtiva da agricultura cearense: rumo à desintegração competitiva e à fragmentação do espaço agrário. *In: BORZACCHIELLO, J.; CAVALCANTE, T.; DANTAS, E. (org.). Ceará: um novo olhar geográfico.* Fortaleza: Demócrito Rocha, 2005. p. 429-461.

ELIAS, D. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista NERA**, v. 1, n. 8, p. 29-51, 2006. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i8.1442>

ELIAS, D. Fronteiras em mutação no Brasil Agrícola. *In: FELDMAN, S.; FERNANDES, A. (org.). O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios.* Salvador: EdUFBA, 2007. p. 135-151.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 13, n. 2, p.153-167, 2011. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2p153>

ELIAS, D. Agronegócio e seletividade espacial: uma região produtiva do agronegócio de frutas no Semiárido. **Espaço Aberto**, 2024 (no prelo).

ELIAS, D.; PEQUENO, R. (org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais.** Fortaleza: BNB, 2006. 483p.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 9, p. 25-40, 2007. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2007v9n1p25>

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. *In: SPOSITO, M. E.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (org.). Agentes econômicos, reestruturação urbana e regional*: Passo Fundo e Mossoró. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 101-286

ELIAS, D.; MUNIZ, A.; BEZERRA, J. E. Agronegócio e reorganização das relações de trabalho agrícola no Baixo Jaguaribe (CE). *Revista Econômica do Nordeste*, v. 38, p. 32-47, 2007. DOI: <https://doi.org/10.61673/ren.2007.516>

IANNI, O. Nação: província da sociedade global? *In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 77-84.

LIMA, S. L.; S. **Políticas públicas e modernização agrícola no Baixo Jaguaribe**. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2000.

LINS, C. **Impactos territoriais e socioeconômicos do Canal da (des) integração no Ceará, no contexto do Baixo e Médio Jaguaribe**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

MUNIZ, A. M. V. **Reestruturação produtiva e trabalho agrícola no Baixo Jaguaribe**: mudanças, permanências, desafios e tendências. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

PEQUENO, R. Políticas habitacionais, favelização e desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências. *Scripta Nova*, v. XII, p. 35, 2008a. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/scriptanova/article/view/114805>

PEQUENO, R. Análise sócio-ocupacional da estrutura intraurbana da Região Metropolitana de Fortaleza. *Mercator*, v. 7, p. 71-86, 2008b. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/10>

PEQUENO, R. Estrutura intraurbana sócio-ocupacional e condição desigual de moradia na região metropolitana de Fortaleza. *In: COSTA, C. L.; DANTAS, E. (org.). Vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Fortaleza*. Fortaleza: Edições UFC, 2009. p. 55-98.

PEQUENO, R. Urban illegality in the Fortaleza metropolitan area; special social interest zones as an alternative solution. *In: 14<sup>th</sup> IPHS Conference – Urban Transformation: controversies, contrasts and challenges*, 2010, Istanbul. 14<sup>th</sup> IPHS Conference: ITU – Urban and environmental planning research center, v. 3, p. 63-82.

PEQUENO, R. Condição de moradia: retrato das desigualdades socioespaciais *In: OLIVEIRA, J. A. (org.). Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais*. 1. ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, v. 2, 2011. p. 40-56.

PEQUENO, R. Mudanças na estrutura socioespacial da metrópole: Fortaleza entre 2000 e 2010 In: COSTA, M. C. L; PEQUENO, R. (org.) **Fortaleza: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015a, p. 187-237. Disponível em: <https://transformacoes.observatoriodasmetropoles.net.br/livro/fortaleza/>

PEQUENO, R. Condições de moradia e desigualdades socioespaciais: o caso de Fortaleza In: COSTA, M. C. L; PEQUENO, R.(org.). **Fortaleza: transformações da ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015b, p. 238-282. Disponível em: <https://transformacoes.observatoriodasmetropoles.net.br/livro/fortaleza/>

PEQUENO, R. Quadro de mudanças da favelização de Fortaleza: marginalidade, informalidade e precariedade. **Revista de Geografia**, v. 40, p. 282, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/257191>

PEQUENO, R.; ARAGÃO, T. A Dimensão habitacional da Região Metropolitana de Fortaleza. In: PEQUENO, Renato (org.). **Como anda Fortaleza**. Brasília: Ministério das Cidades, v. 5, 2009. p. 69-96.

PEQUENO, R.; BARROSO, J.; ARAGÃO, T. A. Desigualdades socioespaciais e a questão habitacional na metrópole. In: PEQUENO, R. (org.). **Como anda Fortaleza**. Brasília: Ministério das Cidades, v. 5, 2009. p. 195-219.

PEQUENO, R.; MOREIRA, A. F. M. Análise sócio-ocupacional da estrutura intraurbana da Região Metropolitana de Fortaleza. In: PEQUENO, R. (org.). **Como anda Fortaleza**. Brasília: Ministério das Cidades, v. 5, 2009. p. 97-125.

PEQUENO, R.; NASCIMENTO, R. M. Os grandes conjuntos habitacionais como parte do processo de produção do espaço: análise da frente de expansão sul de Fortaleza. In: CARDOSO, A.; D'OTTAVIANO, C. (Org.). **Habitação e direito à cidade: desafios para as metrópoles em tempos de crise**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021, p. 267-304. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/habitacao-e-direito-a-cidade-desafios-para-as-metropoles-em-tempos-de-crise-2/>

PEQUENO, R.; ROSA, S. V. Inserção urbana e segregação espacial: análise do Programa Minha Casa Minha Vida em Fortaleza In: SANTO AMORE, C.; RUFINO, M. B. C.; SHIMBO, L. Z. **Minha Casa... e a Cidade?** Avaliação do PMCMV em 6 estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 131-164. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/minha-casa-e-a-cidade-avaliacao-do-programa-minha-casa-minha-vida-em-seis-estados-brasileiros/>

PEREIRA JUNIOR, E. **Industrialização e reestruturação do espaço metropolitano**. Reflexões sobre o caso de Horizonte-Pacajus (CE). Fortaleza: EduECE, 2005. 239p.

PEREIRA JUNIOR, E. **Território e economia política** – uma abordagem a

partir do novo processo de industrialização no Ceará. São Paulo: Editora da UNESP/Selo Cultura Acadêmica, 2013.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994. 190p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, J. B. O algodão na organização do espaço. *In*: SOUZA, S. (org.). **História do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1994.



## CAPÍTULO 2

# A Região Metropolitana como recorte espacial para estudos sobre o agronegócio: questões de método e metodologia<sup>1</sup>

*Denise Elias*

### Resumo

O Estado do Ceará assumiu um novo papel na divisão social e territorial do trabalho nas três últimas décadas. É significativa sua reestruturação econômica e territorial frente às exigências do neoliberalismo e da produção flexível, com objetivos claros de inserção na produção e no consumo globalizados. Este capítulo apresenta questões de método e de metodologia de uma pesquisa sobre o agronegócio na Região Metropolitana de Fortaleza. Para orientar o desenvolvimento deste estudo, algumas hipóteses foram trabalhadas, a saber: 1) o agronegócio soma uma grande quantidade de atividades econômicas na Região Metropolitana de Fortaleza; 2) a cidade de Fortaleza é o principal centro de gestão do agronegócio no Ceará e 3) o agronegócio compõe o circuito superior da economia urbana de algumas cidades cearenses, sendo na de Fortaleza onde tal fenômeno é mais presente e complexo. Como metodologia, utilizamos um recurso que chamamos de matriz metodológica, que tem por objetivo organizar de forma encadeada os procedimentos de método e metodologia para a consecução de uma pesquisa e, como recorte temporal, adotamos a década de 1990 até o presente. Concluímos que a

---

<sup>1</sup> Capítulo publicado no Boletim Goiano de Geografia, do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG). Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/63448>

região metropolitana é um recorte espacial importante para os estudos sobre o agronegócio e que o estudo desse agronegócio é estrutural para a interpretação da própria economia política de Fortaleza e de sua região metropolitana.

## Introdução

O agronegócio globalizado soma um conjunto de atividades que se dão em rede, de forma totalmente interligada e multiescalar, que inclui: produção agropecuária; atividades industriais de transformação, beneficiamento e modificação desta agropecuária, comumente chamadas de agroindústria; indústrias de máquinas agrícolas, agrotóxicos, produtos veterinários; serviços de pesquisa agropecuária, finanças, extensão, logística, ensino tecnológico, marketing, assistência técnica, comércio exterior; comércios de fertilizantes, sementes melhoradas, peças para irrigação; redes de supermercados; fundos de investimentos; redes de poder (tal como a poderosa bancada ruralista que atua no Congresso Nacional), entre outras (ELIAS, 2003a, 2013b, 2017a).

Neste contexto, é evidente que os estudos sobre o agronegócio não estão limitados à agropecuária, mas precisam ser intersetoriais e interescolares, sob pena de terem sua compreensão inviabilizada. Da mesma forma, não se restringem ao campo. A economia e o espaço urbanos estão no âmago do problema de pesquisa quando se quer efetivamente compreendê-lo.

Este capítulo tem por objetivo apresentar questões de método e de metodologia de uma pesquisa em andamento sobre o agronegócio na Região Metropolitana de Fortaleza. Ele dá continuidade às nossas reflexões sobre a importância que a cidade e a economia urbana têm para a difusão do agronegócio no Brasil e a sua influência na expansão da urbanização do país.

Há tempos defendemos a tese de que a cidade tem importância crucial para a economia, a sociedade e o território do agronegócio, ou seja, de que as condições materiais para reprodução do capital do agronegócio também se dão nas

idades. A novidade aqui fica por conta do recorte espacial, qual seja, o de uma região metropolitana, no caso específico da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), localizada no estado do Ceará, na Região Nordeste do Brasil.<sup>2</sup> Além do mais, como recorte temporal, adotamos a década de 1990 até o presente.

O Ceará assumiu um novo papel na divisão social e territorial do trabalho nas três últimas décadas. É significativa sua reestruturação econômica e territorial frente às exigências do neoliberalismo e da produção flexível, com objetivos claros de inserção na produção e no consumo globalizados. Essas reestruturações se manifestam, entre outros, pela difusão do agronegócio globalizado.<sup>3</sup>

Para orientar o desenvolvimento deste estudo, trabalhamos com algumas hipóteses estruturais e complementares, a saber: 1) o agronegócio soma uma grande quantidade de atividades econômicas na RMF, sejam elas industriais, comerciais, de serviços e até mesmo agropecuárias em alguns dos 19 municípios que hoje a compõem; 2) a cidade de Fortaleza é o principal centro de gestão do agronegócio no Ceará e 3) o agronegócio compõe o circuito superior da economia urbana de algumas cidades cearenses, sendo na de Fortaleza onde tal fenômeno é mais presente e complexo.<sup>4</sup>

Com a finalidade de organizar de forma encadeada os procedimentos de método e metodologia para a consecução da pesquisa, afora os procedimentos clássicos da metodologia científica, recorreremos a um recurso utilizado nos últimos anos que chamamos de matriz metodológica. Esta visa organizar os temas, processos, agentes, variáveis, indicadores e suas respectivas fontes de comprovação associados a uma pesquisa científica.<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> Muito embora já tenhamos destacado em outros momentos a importância da metrópole para o agronegócio no Brasil, é a primeira vez que temos uma região metropolitana como recorte espacial de uma pesquisa.

<sup>3</sup> Sobre o agronegócio globalizado no Ceará, pode ser visto, entre outros, Elias (1999, 2002a, 2002b, 2003b, 2005) e Elias e Pequeno (2006, 2013).

<sup>4</sup> Para ler sobre os dois circuitos da economia urbana, ver Santos (2004),

<sup>5</sup> Os estudos sobre as formas de melhor organizar a metodologia de uma pesquisa científica, ao qual denominamos de matriz metodológica, foram inicialmente

Além desta introdução, o capítulo é composto por quatro seções. Na primeira, fazemos uma síntese sobre a nossa compreensão da cidade como lócus da regulação do agronegócio globalizado. Na segunda, apresentamos os dois dos principais elementos de operacionalização da pesquisa: as questões norteadoras e a matriz metodológica. Na terceira, compartilhamos o detalhamento da matriz em seus elementos de análise. As principais questões de método e as estratégias de operacionalização da pesquisa são abordadas nas duas últimas seções descritas. E, por último, na quarta seção, temos as Considerações Finais.

## A cidade como lugar de reprodução do capital do agronegócio

A tese de que a cidade tem importância crucial para a economia, a sociedade e o território do agronegócio no Brasil já foi defendida em diferentes momentos.<sup>6</sup> O agronegócio cria inúmeras novas demandas de produtos e serviços especializados e as cidades são eficazes para satisfazer tais necessidades. Desta forma, uma série de bens e serviços diretamente associados às condições gerais de produção do agronegócio estão na cidade. É na cidade que se dá a gestão do agronegócio, pelas seguintes razões: é onde ocorre a elaboração das normas; se localizam as sedes corporativas dos principais agentes do agronegócio, parte das agroindústrias, as bolsas de valores; reside a maior parte dos trabalhadores, especializados ou não; estão as lojas de sementes geneticamente modificadas, de venda de máquinas agrícolas, as sedes das empresas de aviação agrícola, de consultoria etc.

---

desenvolvidos durante colóquios promovidos entre 2003 e 2004 pelos membros do grupo de pesquisa Globalização, Agricultura e Urbanização (GLOBAU), coordenado por Denise Elias (UECE) e Renato Pequeno (UFC), por iniciativa do segundo pesquisador, durante o desenvolvimento da pesquisa intitulada *Economia Política da Urbanização do Baixo Jaguaribe (CE)*, financiada pelo CNPq. Além dos professores-coordenadores, muitos orientandos e ex-orientandos utilizam a matriz metodológica no desenvolvimento de suas pesquisas.

<sup>6</sup> Sobre o tema, ver Elias (2003a, 2003b, 2007, 2009, 2017a, 2017b).

As cidades são, portanto, importantes pontos e nós dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação (SANTOS, 1986, 1988, 1993) do agronegócio globalizado. O estudo destes circuitos e círculos nos mostra um conjunto de interações espaciais (CORRÊA, 2016) entre campo e cidade e entre cidades de diferentes extratos na rede urbana, assim como entre diferentes regiões do país com o restante do mundo. Isto evidencia tanto a grande capilaridade do agronegócio quanto a necessidade de que os estudos sobre ele tenham caráter multiescalar.

À medida que a reestruturação produtiva da agropecuária avança, mais se aprofunda a divisão social e territorial do trabalho do agronegócio, mais numerosas e complexas se tornam as relações campo-cidade, mais aumenta o número e o tamanho das aglomerações urbanas próximas aos campos produtivos das principais commodities, promovendo uma mudança do patamar da urbanização brasileira. Várias são as cidades que polarizam regiões produtivas associadas ao agronegócio e que ganharam destaque na rede urbana do Brasil nas últimas três décadas.

Em nossa compreensão, podemos mesmo falar da existência de uma rede de cidades associadas ao agronegócio, composta por pequenas cidades em um de seus extremos e importantes cidades globais do outro.

Pensando na divisão do trabalho entre as cidades dessa rede, grosso modo, poderíamos dizer que as cidades pequenas são os lugares cujo entorno imediato realiza alguma produção agropecuária intensiva e, por vezes, também a produção industrial associada. É comum que estas cidades sejam extremamente especializadas no atendimento às demandas do agronegócio e que as funções voltadas a tais necessidades tenham primazia sobre as demais funções. Razão pela qual as chamamos metaforicamente de *cidades do agronegócio*, com o objetivo de evidenciar o poder das corporações do setor em impor seus interesses à economia e à (re)produção de seu espaço.

Dessa maneira, estabelece-se, de forma muito clara, o que Santos (1993) chamava de produção de espaços corporativos. Nas cidades do agronegócio, a produção do espaço corporativo

por parte das empresas hegemônicas do setor é mais visível e deletéria, o que pode ser evidenciado com a análise das inúmeras e complexas desigualdades socioespaciais nelas difundidas.<sup>7</sup>

As cidades médias destacam-se nesta rede de cidades especialmente como centro de gestão de amplas regiões produtivas do agronegócio, como já foi evidenciado em outros estudos.<sup>8</sup> As metrópoles globais, por sua vez, são o lugar do comando deste agronegócio. De maneira geral, é onde estão localizadas as sedes corporativas dos principais agentes do setor, tais como as corporações agroalimentares, as representações dos fundos do agronegócio, as principais empresas do sistema financeiro, os escritórios das bolsas de valores e mercadorias, as empresas de logística, entre outros.

Isto nos leva a relembrar e reforçar outras ideias já defendidas, como, por exemplo, a de que o agronegócio globalizado compõe o circuito superior da economia urbana de algumas das principais metrópoles do mundo (ELIAS, 2003a, 2017a).

Mais uma vez utilizando e adaptando os estudos de Santos (1993) para o tema presente, diríamos que enquanto as cidades médias e pequenas consolidam-se como *lugares do fazer* do agronegócio globalizado, os *lugares do mandar* são as metrópoles ou cidades globais onde se dá seu comando geral. São estas últimas que estão no topo da hierarquia da rede de cidades associadas ao agronegócio, assim como de resto para muitas outras atividades.

Exemplifiquemos para reforçar nosso argumento. Para tanto, nos valem da localização das sedes corporativas das 50 principais empresas e corporações monopolistas do agronegócio com atuação no país, tendo como fonte de dados a edição especial

---

<sup>7</sup> A noção de cidade do agronegócio tem sido discutida desde a elaboração da minha tese de doutorado, defendida em 1996 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo (USP), e posteriormente publicada pela EdUSP, em 2003, e reimpressa pela mesma editora em 2018. Sobre o tema, ver Elias (2003, 2007, 2010, 2016, 2022). Sobre as desigualdades socioespaciais nas cidades associadas ao agronegócio, ver Elias (2003a, 2006) e Elias e Pequeno (2007, 2015, 2018, 2020).

<sup>8</sup> Nos estudos de Elias (2003a, 2006, 2011, 2013a, 2015, 2017b) e Elias e Pequeno (2006, 2010, 2015) fica evidente o papel das cidades de porte médio como centros de gestão do que chamamos de região produtiva do agronegócio.

da revista *Exame – Melhores & Maiores*, as 1.000 maiores empresas do Brasil, de julho 2016.<sup>9</sup>

Das 50 maiores empresas/corporações associadas ao agronegócio, com controle acionário brasileiro e estrangeiro, 31 (62%) tinham sede em metrópoles. A cidade de São Paulo era o grande destaque, pois concentrava 25 (50%) das sedes corporativas de tais empresas, configurando-se, assim, como o epicentro do comando do agronegócio no país, muito embora naturalmente seja somente um elo subalterno na rede de comando de tais corporações.<sup>10</sup>

Na mesma linha de exemplificação, os estudos já realizados e associados à pesquisa ora relatada nos permitem apontar alguns elementos de comprovação das três hipóteses aqui trabalhadas. Podemos utilizar dados da agroindústria alimentar, uma das principais atividades associadas ao agronegócio no Ceará, uma vez que algumas ocupam lugares de destaque nos principais rankings nacionais de seus respectivos segmentos, tais como de moinhos de trigo, laticínios e envasamento de água de coco.

Utilizando como variáveis o número de estabelecimentos da agroindústria alimentar e o número estabelecimentos com mais de 500 empregos, é possível construir um indicador referente ao que seriam os grandes estabelecimentos do ramo. Verifica-se que do contingente total das agroindústrias alimentares, 17 tinham acima de 500 empregos em 2016. Deste total, 15 possuíam tanto sedes corporativas como estabelecimentos industriais em apenas quatro cidades da RMF (Fortaleza, Maracanaú, Eusébio e Aquiraz). A cidade de Fortaleza sozinha reunia nove agroindústrias alimentares deste total de 15.<sup>11</sup> Mesmo as duas

---

<sup>9</sup> Na edição, há um levantamento das 400 maiores empresas do agronegócio por vendas líquidas.

<sup>10</sup> Entre as 25 corporações com as respectivas sedes no Brasil localizadas na metrópole paulistana estão algumas das mais importantes do agronegócio do mundo, atuantes em diversos segmentos. As outras metrópoles eram Porto Alegre, Curitiba, Rio de Janeiro, Salvador e Cuiabá, cada qual com uma empresa; exceto Porto Alegre, com duas empresas.

<sup>11</sup> Maracanaú possui três estabelecimentos da agroindústria alimentar com mais de 500 empregos; Eusébio possui dois e Aquiraz um.

corporações que não tinham seus estabelecimentos industriais na RMF possuíam sedes corporativas na cidade de Fortaleza.

Para encerrarmos esta seção, gostaríamos de citar Santos (1988, 1993), que ainda na década de 1980, referindo-se à realidade brasileira como um todo, dizia que não era mais possível utilizarmos dos esquemas clássicos de hierarquia urbana para compreender o país. O mesmo vale para o caso das cidades que compõem a rede associada ao agronegócio.

O agronegócio se realiza totalmente a partir da dialética entre a ordem global e a ordem local, formando verdadeiras redes de produção e de poder globalizadas. Desse modo, para entender essas redes é necessário considerar as relações com o espaço mais imediato, bem como as múltiplas e complexas relações interescares.

Não é incomum, por exemplo, que as cidades do agronegócio estejam conectadas diretamente com as cidades globais, seja no Brasil ou em outras partes do mundo, e que não tenham nenhuma relação com algumas das cidades próximas. Isto é tanto mais verdadeiro quanto mais acirrada for a reestruturação produtiva da agropecuária e a divisão social e territorial do trabalho do agronegócio. Assim, para melhor compreender as interações espaciais entre as cidades que de alguma forma participam da economia e do território do agronegócio globalizado, é fundamental ter como princípio a heterarquia urbana.<sup>12</sup>

## Estratégias de operacionalização da pesquisa

Partimos da compreensão de que para a realização de uma pesquisa científica é necessário combinar problemas de método e de metodologia aplicados ao estudo da economia política do território escolhido para estudo, no caso a RMF. Esta é estudada como uma fração do espaço total do planeta, cada vez mais aberta às influências exógenas e aos novos pilares do presente, tais como

---

<sup>12</sup> Ver Catelan (2014).

a reestruturação produtiva, o neoliberalismo e a financeirização (SANTOS, 1988; HARVEY, 2003; SOJA, 1993; ANTUNES, 2001).

Para Santos (1996), a pesquisa geográfica deve considerar o atual período histórico como um sistema temporal coerente, cuja explicação exige que se considere as características dos *sistemas técnicos* e dos *sistemas de ação*. Os primeiros nos dão a expansão da materialidade, dos fixos, e os segundos nos dão as bases históricas que promovem sua realização. Da mesma forma, devemos considerar também os fundamentos socioeconômicos e políticos, ou seja, os fatos da organização e controle em escala global que têm a intermediação do Estado, que viabiliza a construção das bases técnicas demandadas pela globalização do espaço da RMF.

Com o objetivo de melhor explicitar como estamos operacionalizando a pesquisa, destacamos que, de maneira geral, foram adotadas duas estratégias: 1) composição de um conjunto de questões norteadoras; 2) confecção da matriz metodológica da pesquisa. A primeira serve como guia para a realização da pesquisa. São muitas as questões norteadoras que podem ser arroladas na busca da compreensão da economia política dos territórios do agronegócio, especialmente nas áreas que passam por processo recente de reestruturação econômica e territorial, como é o caso da RMF.<sup>13</sup> A segunda é uma importante estratégia de operacionalização da pesquisa e objetiva organizar, logo no seu início, de maneira encadeada, os principais procedimentos de método e metodologia.

É importante destacar que algumas das questões são recorrentes para os estudos sobre o agronegócio, independentemente do recorte espacial. Mas outras são bastante específicas para o caso da RMF, talvez extensiva a outras metrópoles. Elas são apresentadas aqui em toda sua complexidade para evidenciar os objetivos desta pesquisa e inspirar leitores a realizar novos estudos sobre o tema.

---

<sup>13</sup> Por vezes, por complexidades e especificidades que se mostram durante a realização da pesquisa, não é raro que algumas questões norteadoras acabem derivando para a organização de novas pesquisas, principalmente quando a pesquisa em realização tem objeto e objetivos ainda pouco trabalhados, como é o caso do agronegócio globalizado na RMF.

Em quais municípios da RMF existem atividades econômicas associadas ao agronegócio globalizado e em quais elas têm peso no cômputo total do PIB e na ocupação do espaço? Como a difusão do agronegócio está interferindo nas formas de uso e ocupação do espaço agrícola e urbano, nos regimes de propriedade da terra e na estrutura fundiária? Qual a importância da agroindústria alimentar no parque industrial da RMF, segundo o número de estabelecimentos e empregos? Qual a distribuição espacial da agroindústria alimentar na RMF? É possível observar os processos de territorialização de empresas monopolistas agropecuárias e agroindustriais e a monopolização dos espaços agrícolas por estas empresas? Quais as interações espaciais entre as áreas de produção agropecuária e as agroindústrias presentes na RMF? Qual a importância do consumo produtivo do agronegócio (ELIAS, 2003, 2015) na economia urbana da RMF? É possível evidenciar nas cidades da RMF a participação de atividades do agronegócio no circuito superior da economia? Quais seriam as grandes empresas vinculadas ao agronegócio situadas na RMF? Qual a representatividade dos empregos do agronegócio no cômputo total dos empregos da RMF? Como evolui a taxa de urbanização dos municípios nos quais mais fortemente se processam transformações no espaço agrícola e urbano associados ao agronegócio? Quais respostas vêm sendo formuladas pelo Estado e pela sociedade civil organizada frente aos impactos socioespaciais de difusão do agronegócio? Existem redes de poder (sindicatos, entidades de classe etc.) associadas ao agronegócio na RMF? Quais demandas vêm sendo formuladas ao Estado pelas redes de poder do agronegócio? Qual o rebatimento do agronegócio no mercado de terras agrícolas e no mercado imobiliário no espaço interurbano na RMF? Alguma cidade da RMF assumiu novo papel na rede urbana do Ceará a partir da difusão do agronegócio nela realizado? Quais são as relações campo-cidade estabelecidas a partir da difusão do agronegócio na RMF? Há processos de concentração econômica e espacial na RMF associados ao agronegócio? Há mudanças na estruturação das cidades da RMF que podem ser associadas ao

agronegócio? É possível observar processos de (re)estruturação urbano-regional na RMF associados ao agronegócio? Observa-se a entrada de grandes grupos econômicos (redes de hotéis, de *fast food*, franquias) que alteram as lógicas de estruturação dos espaços urbanos da RMF nas quais o agronegócio se destaca na economia? Onde se localizam os principais espaços de comando do agronegócio na RMF? Diante da inexistência do planejamento territorial metropolitano, qual é a importância de questões como a segurança hídrica, os conflitos territoriais, a valorização imobiliária e a segregação espacial frente à presença do agronegócio na RMF?

Na sequência, apresentamos a matriz metodológica. É composta de temas, processos, agentes, variáveis e/ou indicadores e suas respectivas fontes de comprovação.<sup>14</sup> Sua principal função é servir como um condutor para a operacionalização da pesquisa e considera questões de método e metodologia, da organização de seu banco de dados à redação final do trabalho.<sup>15</sup>

Os temas refletem os pilares teórico-conceituais adotados para a pesquisa, formando um conjunto de conceitos e noções. Para cada tema, são selecionados os principais processos associados para análise. Para cada processo são levantados os principais agentes envolvidos. Da mesma forma, para cada processo é selecionado algum dado para avaliar ou medir a evolução do que está sendo estudado, tal como uma variável e/ou indicador.<sup>16</sup> Esses podem ser dados quantitativos ou qualitativos, primários ou secundários, mas devem possibilitar observar a evolução do que se tem como objetivo avaliar. Já para cada variável e seus respectivos indicadores operacionais é preciso haver ao menos

---

<sup>14</sup> Para alguns casos, os agentes podem ser as próprias variáveis para compreensão dos processos.

<sup>15</sup> Um banco de dados da pesquisa reúne um conjunto de informações levantadas e organizadas de uma pesquisa científica, desde as referências bibliográficas até os materiais de várias naturezas coletados durante trabalhos de campo e visitas técnicas. Em nada se assemelham com a organização de dados estatísticos, embora estes com grande frequência também façam parte do banco de dados de pesquisa.

<sup>16</sup> É possível que uma variável permita a construção de diferentes indicadores e que eles correspondam a formas de operacionalização do estudo dos processos.

uma fonte de comprovação, ou seja, a indicação da existência, de como e onde a informação será obtida, tais como as bases de dados fornecidas por instituições públicas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Agência Nacional de Águas - ANA, Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, entre outros), as associações privadas (juntas comerciais, federações da indústria etc.), os resultados obtidos através de *survey*, as constatações a partir de trabalho de campo, a pesquisa documental e as entrevistas realizadas com atores de destaque, entre outros.

Cabe aqui um alerta importante: a utilização da matriz metodológica não pode ser utilizada como uma “camisa de força”, ela deve ser flexível. Todo conhecimento adquirido para a consecução da pesquisa e os processos emergentes captados durante a análise de objeto de estudo devem contribuir para ultrapassar o discurso e a própria matriz pensados no início da pesquisa e, efetivamente, colaborar para o aperfeiçoamento dos instrumentos de realização da pesquisa, assim como de análise, inclusive incorporando fundamentos teórico-conceituais complementares.

Embora seja imprescindível organizar as questões de método e metodologia para iniciar uma pesquisa científica, essa organização pode sofrer mudanças, pois ela deve se ajustar à realidade estudada, permitindo a inserção de aspectos até então não considerados. Assim, é comum que no fim da pesquisa a matriz metodológica esteja reformulada, com novos processos, agentes, variáveis e indicadores. Entendemos que assim é possível avançar em direção a uma construção metodológica e teórica mais consistente.

Neste sentido, na seção a seguir apresentaremos cada um dos principais temas norteadores desta pesquisa, assim como os respectivos processos, agentes, variáveis e/ou indicadores e fontes de comprovação da matriz metodológica de nossa pesquisa sobre o agronegócio na RMF.

## Matriz Metodológica

A matriz metodológica da nossa pesquisa sobre a RMF está ancorada em três temas principais: 1) a reestruturação produtiva da agropecuária; 2) a agroindústria alimentar e 3) o consumo produtivo do agronegócio. Antes de apresentá-los, vale destacar que a totalidade é indissociável, mas as subdivisões constituem um recurso metodológico importante, sem o qual dificilmente conseguiríamos efetivamente realizar a pesquisa.

Iniciemos com a *reestruturação produtiva da agropecuária*.<sup>17</sup> Inúmeros intelectuais, tais como Santos (2000), Harvey (2003), Antunes (2001), destacaram que o atual período histórico está apoiado no tripé destrutivo baseado na reestruturação produtiva, no neoliberalismo, sob o comando do capital financeiro. Em outras oportunidades chamamos a atenção para o fato de que é neste mesmo tripé que estão ancoradas as metamorfoses da atividade agropecuária brasileira das últimas décadas, as quais culminam no que há cerca de 20 anos se convencionou chamar de agronegócio, a face da agropecuária sob o domínio do capitalismo monopolista, que já ocupa parte significativa das terras no país.

A reestruturação produtiva da agropecuária tem entre os seus objetivos minimizar uma das principais limitações para a acumulação ampliada do capital do setor, isto é, o tempo de produção sempre muito superior ao tempo de trabalho. Com a adoção de pacotes tecnológicos<sup>18</sup> fortemente alicerçados na ciência, tecnologia e informação, transformaram-se as forças produtivas do setor, através de significativa modificação dos sistemas técnicos agrícolas e a difusão de um padrão estandardizado de produção, com aumento da produtividade e da produção (ELIAS, 2003, 2013b).

Isso possibilitou a ocupação mais intensiva da terra, mesmo daquelas que até então se mostravam pouco propícias à realização

---

<sup>17</sup> Entendemos que esse tema é recorrente para qualquer estudo sobre o agronegócio globalizado no Brasil.

<sup>18</sup> Conjunto de insumos químicos, máquinas, produtos e serviços especializados, entre muitos outros.

da atividade agropecuária em moldes do capitalismo monopolista, mas que com as novas forças produtivas se tornam passíveis de serem transformadas em prol das formas de produção em expansão. Desde então, promove-se uma verdadeira apropriação da natureza pelos principais agentes do agronegócio globalizado, tais como as corporações agroindustriais, agroquímicas, as *tradings* e os fundos de investimentos.<sup>19</sup> De acordo com Martins (1980) ainda nos anos 1980, tal processo transforma a terra de trabalho, cada vez mais, em terra de negócios. Os impactos sociais, ambientais e espaciais são de grande monta para toda a sociedade e o território brasileiros.<sup>20</sup>

Além de Trotsky, vários autores evidenciaram que o capitalismo se expande de forma desigual e contraditória, portanto, o agronegócio não se difundiu por todo o território brasileiro, nem da mesma forma. Primeiramente, o agronegócio ocupou as terras e áreas mais favoráveis aos seus objetivos expansionistas, notadamente no que Santos (1986, 1993) chamou de Região Concentrada. Mas desde a década de 1990, se difunde por áreas que até então funcionavam como verdadeiros lugares de reserva (SANTOS, 1993; ELIAS, 2002b). Assim chegou também ao Ceará, que historicamente pouca importância tinha na divisão do trabalho agropecuário no Brasil.

São muitos os processos associados à reestruturação produtiva da agropecuária cearense. Citamos aqui aqueles que mais diretamente estão relacionados a nossa pesquisa: alterações das formas de uso e ocupação do espaço agrícola; transformações no efetivo dos rebanhos; modernização dos sistemas técnicos agrícolas; alterações da condição legal das terras; crescimento da agropecuária empresarial; modificações no perfil de pessoal ocupado na agropecuária; aumento das formas de sujeição formal do pequeno agricultor; nova dinâmica do mercado de

---

<sup>19</sup> Tais como JBS, Bunge, Cargill, ADM, Nestle, Bayer, Basf Philip Morris, Souza Cruz, John Deere, entre tantas outras.

<sup>20</sup> Considerando os objetivos deste capítulo, é inviável dissertar longamente sobre o agronegócio globalizado. Contudo, já o fizemos em outros estudos, ver Elias (2003a, 2013b, 2017a).

terras, com a intensificação do valor de troca em detrimento do valor de uso; incremento da concentração fundiária; formação de redes políticas do agronegócio; ampliação da logística para o agronegócio; acirramento dos conflitos sociais no campo (ELIAS, 1999, 2002a, 2002b, 2003b, 2005 e ELIAS; PEQUENO, 2006, 2013).

É possível reconhecer como principais agentes da difusão do agronegócio no Ceará as empresas agropecuárias e agroindustriais, já se observando a formação de corporações monopolistas. Segundo Oliveira (2016), as empresas monopolistas controlam a produção e se articulam através de dois processos monopolistas territoriais no comando da produção agropecuária. O primeiro é a territorialização dos monopólios, ou seja, quando as empresas atuam no controle da propriedade privada da terra, no processo produtivo no campo e no processamento industrial da produção agropecuária. O segundo é a monopolização do território, isto é, quando as empresas controlam camponeses e capitalistas produtores agropecuários através de mecanismos de subordinação, caracterizando a transferência de lucros e renda da terra; o que do ponto de vista de Martins (1981) é uma sujeição formal do camponês ao capital.

Quanto às variáveis e/ou indicadores associados aos processos supracitados, podemos citar: número e área dos estabelecimentos agropecuários segundo classes de utilização da terra (lavouras permanentes e temporárias, matas e florestas nativas, matas e florestas plantadas, pastagens naturais, pastagens plantadas, terras em descanso/produtivas não utilizadas, terras inapropriadas); efetivo dos rebanhos (bovinos, caprinos e ovinos, galináceos, produção de ovos, produção de leite); estabelecimentos que utilizam máquinas e implementos agrícolas; área agrícola irrigada; estabelecimentos/área com acesso à eletrificação; estabelecimentos que utilizam insumos químicos e sementes selecionadas; estabelecimentos que utilizam agrotóxicos; quantidade de agrotóxicos utilizados nos estabelecimentos agropecuários; condição legal das terras (próprias, sem titulação definitiva, arrendadas, parceria, ocupadas); número de empresas agrícolas;

pessoal ocupado e empregos formais em estabelecimentos agropecuários; preço da terra; estabelecimentos e área, segundo classes de área dos estabelecimentos agropecuários; instituições e órgãos ligados ao agronegócio; infraestrutura de logística; número de armazéns e silos.

No que tange às fontes de comprovação, teríamos de forma muito especial os Censos Agropecuários, a Produção Agrícola Municipal, a Produção Pecuária Municipal, o Abate, Leite, Produção de Ovos de Galinha (POG), todos produzidos pelo IBGE; a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego. Além destas fontes oficiais, teríamos ainda informações advindas dos trabalhos de campo, visitas técnicas às secretarias municipais e estaduais, além de documentos organizados na hemeroteca. Para os dados do IBGE, os anos trabalhados são 1985, 1996, 2006 e 2017.

O segundo tema principal é o da *agroindústria alimentar*. Em nossa compreensão, o estudo da agroindústria alimentar é central para parte significativa dos estudos sobre o agronegócio no Brasil de uma maneira geral e para o Ceará de forma especial. Considerando seu caráter polissêmico, esclarecemos que por agroindústria consideramos as atividades industriais de beneficiamento, processamento ou de transformação de produtos originários da agropecuária, ou seja, as indústrias de transformação que têm suas matérias-primas oriundas da atividade agropecuária. Por agroindústria alimentar entendemos as indústrias que produzem toda uma extensa gama de alimentos processados ou matérias-primas e insumos para um numeroso conjunto destes alimentos.

As duas últimas décadas foram de grande crescimento para o setor, que se destaca no quadro geral da indústria de transformação (em número de estabelecimentos e de empregos), nos processos de territorialização dos monopólios no espaço agrário cearense e na monopolização de partes significativas dos territórios e da produção agropecuários, como já se observa, por exemplo, na cajucultura, na avicultura, na pecuária leiteira e na produção de coco.

Esse tema tem em seu âmago uma clássica característica da expansão do capitalismo no campo: a subordinação crescente da agropecuária à indústria (KAUTSKY, 1980). Isto se dá de diferentes formas, desde a dependência como consumidora de uma série de produtos industrializados (máquinas agrícolas, fertilizantes, agrotóxicos, sementes geneticamente modificadas etc.) até a entrega de parte cada vez maior da produção agropecuária à indústria para beneficiamento, processamento ou transformação. Para esta segunda situação, nosso interesse principal na pesquisa, citando Oliveira (2010), é quando teríamos a circulação subordinada à produção ou o monopólio na produção (agroindústria).

A magnitude deste processo pode ser observada, entre outros, pela própria transformação dos hábitos alimentares, especialmente desde os anos de 1970, com a criação de muitas novas mercadorias, todas provenientes da agroindústria alimentar, ou seja, alimentos refinados e processados em diferentes níveis, com adição de conservantes, aromatizantes, açúcares, tais como: embutidos; enlatados; congelados; sucos e refrigerantes; molhos prontos; massas alimentícias, biscoitos e salgadinhos; produtos derivados de leite; gelatinas; refrescos em pó; achocolatados; pães de forma; cereais matinais; óleo de soja; massas para bolo; alimentos instantâneos; carnes em conservas; temperos prontos; margarinas; sorvetes, muitos sem nenhum ou com baixíssimo valor nutricional. Tais mudanças impactam negativamente no bem-estar das pessoas e promovem inúmeros problemas à população, favorecendo o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, algumas das quais hoje se constituem em verdadeiros problemas de saúde pública.<sup>21</sup>

Como toda mercadoria, desde então, os alimentos de uma maneira geral e os processados de forma especial passam a valer mais pela sua marca do que propriamente pelo seu valor

---

<sup>21</sup> A obesidade, o diabetes, a hipertensão, as doenças cardiovasculares, a síndrome metabólica, o câncer de mama e outros tumores, a asma, o infarto, o acidente vascular cerebral estão entre as doenças associadas ao consumo de alimentos processados e ultraprocessados.

nutricional, criando-se vários mitos para sustentar tal realidade. Ou será que existe alguma outra explicação para que uma mãe saudável substitua a amamentação pelo leite em pó? Aliás, não por coincidência, hoje o leite produzido no Brasil é um dos produtos de origem animal monopolizado pelo capital agroindustrial, ou seja, no qual há forte sujeição dos produtores aos interesses do capital industrial.<sup>22</sup>

Para selecionarmos as agroindústrias de interesse para a pesquisa no quadro geral da indústria de transformação, utilizamo-nos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).<sup>23</sup> Identificamos 16 grupos. A partir dos objetivos de nossa pesquisa e das características do agronegócio globalizado no Ceará, dividimos estes grupos em dois grandes ramos, a saber: agroindústria não alimentar e agroindústria alimentar. Este último é nosso objeto específico de interesse, seja pela importância que o mesmo tem no cômputo total da indústria de transformação no Ceará, seja porque a agroindústria alimentar associa-se diretamente à difusão do agronegócio no estado. Dos 16 grupos, nove estão associados a agroindústria alimentar,<sup>24</sup> sendo que cada um se

---

<sup>22</sup> Associado ao padrão da alimentação corrente, temos novas formas de distribuição dos alimentos, comandadas pelas grandes redes de supermercados, que se transformaram nos principais centros de distribuição varejistas dos alimentos processados. A distribuição dos alimentos também corresponde a uma importante atividade que integra a complexa rede composta pelo agronegócio e que ainda necessita de estudos para melhor compreender o funcionamento das principais corporações do ramo e principalmente suas estratégias espaciais. Sobre o tema pode ser visto Elias (2021).

<sup>23</sup> “A CNAE é o instrumento de padronização nacional dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do país. Trata-se de um detalhamento da CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas, aplicada a todos os agentes econômicos que estão engajados na produção de bens e serviços, podendo compreender estabelecimentos de empresas privadas ou públicas, estabelecimentos agrícolas, organismos públicos e privados, instituições sem fins lucrativos e agentes autônomos (pessoa física)” (BRASIL, 2014).

<sup>24</sup> São eles: Fabricação de bebidas; Processamento, preservação e produção de conservas de frutas, legumes e outros vegetais; Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de rações balanceadas para animais; Abate e preparação de produtos de carne e de pescado; Laticínios; Torrefação e moagem de café; Produção de óleos e gorduras vegetais e animais e, finalmente, Fabricação de outros produtos alimentícios.

desdobra em várias classes, que somam 36 no total.<sup>25</sup> São estas que diretamente interessam à pesquisa.

Selecionamos nove processos associados às agroindústrias alimentares como os primordiais a serem abordados: expansão do número de estabelecimentos; crescimento do número de empregos; diversificação das classes da agroindústria alimentar; ampliação da concentração econômica; formação de corporações agroindustriais alimentares; incremento do poder econômico e político das corporações agroindustriais alimentares; concentração espacial das corporações agroindustriais alimentares; monopolização da produção agropecuária pelas corporações agroindustriais alimentares; aumento das relações campo-cidade promovidas pelas corporações agroindustriais alimentares.

Como principais agentes da expansão da agroindústria alimentar, temos importantes corporações em parceria com o estado em seus diferentes níveis, especialmente federal e estadual. Algumas destas corporações têm destaque não só no Ceará, mas em todo o país nos respectivos segmentos que representam.

Quanto às variáveis e aos indicadores para avaliar os processos citados, utilizamos: número de estabelecimentos agroindustriais; número de empregos agroindustriais; número de empregos e estabelecimentos, segundo grupos e classes da agroindústria; número de empregos por estabelecimento segundo faixas de número de empregos; número de empresas com mais de 500 empregados; distribuição espacial dos estabelecimentos e dos empregos da agroindústria; localização da sede corporativa das agroindústrias alimentares; percentual de domínio da produção agropecuária por parte das agroindústrias; fluxos de trabalhadores, matérias-primas e insumos realizados entre o local da produção agropecuária e as sedes das agroindústrias alimentares.

Como fonte de dados temos a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), notadamente o número de estabelecimentos e empregos segundo seus diferentes desdobramentos, e os anos

---

<sup>25</sup> Dado a limitação de páginas do presente capítulo, optamos por não as listar.

considerados são 1996, 2006 e 2016; a Federação da Indústria do Estado do Ceará (FIEC); documentos organizados na hemeroteca, especialmente notícias e matérias dos principais jornais diários, locais e nacionais; visitas técnicas às secretarias e agências de desenvolvimento do estado; rankings das principais empresas do país publicados por revistas de circulação nacional (por exemplo, Exame, Valor 1000, Globo Rural, Dinheiro Rural). Além disso, nos trabalhos de campo, em especial nas visitas técnicas às empresas agroindustriais, às entidades sindicais e às organizações não governamentais, é possível obter parte das informações que venham a confirmar ou a confrontar os processos sob investigação previamente apontados.<sup>26</sup>

Chegamos ao nosso terceiro e último tema adotado para caracterização do agronegócio na RMF, o *consumo produtivo*. A importância deste tema se deve a alguns fatores, como a já destacada subordinação crescente da agropecuária à indústria, o que tornou a primeira na condição de dependente da segunda, como consumidora de uma série de produtos industrializados, o que alterou radicalmente suas forças produtivas. Da mesma forma, interligadas a esta e outras mudanças, são criadas várias demandas ainda mais complexas, seja de produtos ou serviços especializados, muitos até então inexistentes, mas que crescem de forma exponencial nas últimas décadas.

Os estudos sobre o consumo produtivo aparecem primeiro em Marx (1982), associados à reprodução dos meios de produção. Para o caso do agronegócio, é bastante explícita a relação com o processo de produção. Desde o início de nossos estudos para a realização do doutorado, na década de 1980, entendemos tal tema como estruturante para melhor compreender a difusão do agronegócio, assim como alguns dos mais importantes processos econômicos e espaciais a ele associados.

Naquela época, o termo consumo produtivo agrícola era discutido com base em Santos (1988, 1993). Porém, posteriormente

---

<sup>26</sup> Em Elias (2003a, 113-185) dedicamos um longo capítulo ao estudo da agroindústria numa das principais regiões produtivas do agronegócio do Brasil, a de Ribeirão Preto (SP).

optamos por consumo produtivo do agronegócio, visando deixar evidente a qual atividade agropecuária exatamente nos referíamos. Como o próprio nome explicita, este tipo de consumo está diretamente associado às condições gerais de produção do agronegócio, ou seja, aquele inerente à reprodução dos meios de produção (bens e serviços) para a consecução do agronegócio.

Assim, nos lugares onde se processam a reestruturação produtiva da agropecuária e a difusão do agronegócio globalizado, é recorrente que as cidades desenvolvam novas funções, ou seja, que expandam suas economias urbanas associadas ao *consumo produtivo do agronegócio*.<sup>27</sup> Isto reforça nossa tese da crucial importância que a cidade e a economia urbana têm para a reprodução do capital do agronegócio.

Defendemos, desde então, que o crescimento destes comércios e serviços está entre os vetores de incremento não só da economia urbana, mas também como fator causal da (re)estruturação de várias cidades, de muitas novas relações campo-cidade, do incremento da urbanização, assim como de processos de (re)estruturação urbano-regional em regiões onde o agronegócio é relevante na economia e na produção do espaço.

No que diz respeito aos processos associados ao consumo produtivo do agronegócio, destacaríamos especialmente o crescimento da busca por bens e serviços especializados associados às condições gerais de produção deste. Efetivamente a lista destes bens e serviços se desdobra numa gama considerável. No referente às variáveis e aos indicadores, passaríamos para a indicação das principais adotadas para evidenciar tal processo. Começaríamos com as inerentes aos produtos: estabelecimentos comerciais de máquinas e equipamentos agrícolas, agrotóxicos, adubos, fertilizantes, corretivos do solo, sementes melhoradas, rações e produtos veterinários em especial. Muitas são as possibilidades de operacionalizá-las de modo a construir indicadores.

---

<sup>27</sup> Em algumas de nossas pesquisas consideramos o consumo produtivo do agronegócio em diferentes partes do país. Poderíamos citar Elias (2003a, 2009, 2015) e Elias e Pequeno (2010).

Quanto aos serviços, a lista é bem maior e a complexidade superior. Destacamos as que tomamos para nossa pesquisa: aluguel de máquinas; instituições de ensino superior, técnico e tecnológico com cursos voltados para o agronegócio, assim como seus respectivos cursos; empresas de transporte marítimo de cargas; empresas de transporte aéreo de cargas; serviços de armazenagem; empresas de pesquisa agropecuária; serviço de aviação agrícola; feiras agropecuárias; escritórios de exportação; serviço de consultoria (financeira, gestão, comércio exterior, planejamento, fusões e aquisições, vendas, irrigação, topografia, meio ambiente, principalmente) e serviços de aviação agrícola.

Sempre que existirem as informações, interessa-nos o número de estabelecimentos e de empregos associados a cada uma destas atividades, assim como a sua localização. Quando possível, temos como objetivo saber outras informações. Entre as que mais nos interessam está o destino destes comércios e serviços a partir da RMF, intentando detectar o alcance territorial de atuação das empresas, sejam elas comerciais ou de prestação de serviço, visando aferir as interações espaciais a partir da cidade de Fortaleza no oferecimento de comércios e serviços associados ao consumo produtivo do agronegócio.

Sobre as principais fontes de dados teríamos: dados da RAIS; MEC/Inep; Ceará Portos; Docas do Ceará; Pesquisa de Estoques IBGE; jornais de circulação diária com acesso via internet; trabalhos de campo e visitas técnicas às empresas de desenvolvimento do estado do Ceará, sindicatos patronais, feiras agropecuárias, entre outros.

Vale destacar que dentre os temas trabalhados, este é o de maior complexidade para obtenção dos dados, especialmente no que tange aos serviços, seja pela quantidade, especialização ou mesmo falta de fontes, sendo que para obtenção de várias delas necessita-se de um trabalho bem mais minucioso e demorado de coleta e organização de dados primários. Quase como montar um *patchwork* com um conjunto de informações dispersas e sem uma fonte oficial para a sua obtenção, sem a possibilidade de construir séries históricas, ou seja,

dependemos muito de informações documentais, das próprias empresas que prestam os serviços, de pessoas que atuam no ramo e de trabalhos de campo.

## Considerações finais

O ineditismo de uma pesquisa sobre o agronegócio globalizado tendo como recorte espacial uma região metropolitana vem representando um desafio para sua realização, que exige do pesquisador uma visão transversal do conhecimento e uma compreensão cada vez mais dialética e holística da realidade.

Este trabalho pode funcionar como uma primeira pesquisa “guarda-chuva” com potencial para se desdobrar em outros estudos sobre os processos econômicos e espaciais que se mostrarem de maior repercussão. Estamos convictos de que muitas ideias de pesquisa surgirão e que são os primeiros passos para a efetivação de uma linha de pesquisa. Salientamos que as questões de método e de metodologia aqui trabalhadas, com ajustes, servem para outros recortes espaciais.

Para alguns aspectos considerados para análise, a pesquisa em andamento se apresenta como um estudo exploratório, no sentido que poderá oferecer visões gerais de determinados processos ainda pouco trabalhados da realidade de Fortaleza e respectiva região metropolitana.

Nossa principal meta quando do início da pesquisa era estudar o agronegócio na RMF. Mas, mesmo com a pesquisa ainda em desenvolvimento, estamos vislumbrando alguns resultados que não imaginávamos num primeiro momento, tal como a compreensão de que o agronegócio globalizado é fundamental para interpretar a própria economia política da cidade de Fortaleza e de sua região metropolitana. Com os próximos passos da pesquisa pensamos que será possível apresentar elementos de argumentação e comprovação desta afirmação que por ora fazemos como hipótese.

## Referências

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- CATELAN, M. **Heterarquia urbana**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
- CORRÊA, R. L. Processos, formas e interações espaciais. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 61, n. 1, p. 127-134, 2016. DOI: [https://doi.org/10.21579/issn.2526-0375\\_2016\\_n1\\_art\\_7](https://doi.org/10.21579/issn.2526-0375_2016_n1_art_7)
- ELIAS, D. A agropecuária do estado do Ceará no contexto da globalização. *In*: AMORA, Z. B. (org.). **Ceará: enfoques geográficos**. Fortaleza: Funece, 1999. p. 43-72.
- ELIAS, D. A modernização da produção agropecuária. *In*: ELIAS, D. (org.). **O novo espaço da produção globalizada: Baixo Jaguaribe (CE)**. Fortaleza: Funece, 2002a. p. 281-355.
- ELIAS, D. Integração competitiva do semiárido. *In*: ELIAS, D.; FURTADO, J. L. S. (org.). **Modernização excludente**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002b. p. 11-36.
- ELIAS, D. **Globalização e agricultura: a Região de Ribeirão Preto**. São Paulo: EdUSP, 2003a. 400 p.
- ELIAS, D. Desigualdade e pobreza no espaço agrário cearense. **Mercator**, Fortaleza, v. 2, n.3, p. 61-69, 2003b. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/165>
- ELIAS, D. Reestruturação produtiva da agricultura cearense. *In*: SILVA, J.B.; CAVALCANTE, T.; DANTAS, E. (org.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2005. p. 429-446.
- ELIAS, D. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista Nera**, v. 1, n. 8, p. 29-51, 2006. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i8.1442>
- ELIAS, D. Fronteiras em mutação no Brasil agrícola. *In*: FELDMAN, S.; FERNANDES, A. (org.). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios**. Salvador: EdUFBA, 2007. p. 135-151.
- ELIAS, D. Reestruturação produtiva da agropecuária e urbanização dispersa no Brasil. *In*: SANFELIU, C. B.; SPOSITO, M. E. (org.). **Las ciudades medias o intermedias em um mundo globalizado**. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2009. p. 87-105.
- ELIAS, D. O Brasil agrícola com áreas urbanas: a cidade do agronegócio. *In*: OLIVEIRA, J.A. **Cidades brasileiras**. Manaus: UFAM, 2010. p.147-164.
- ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 13, p. 153-170, 2011. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2p153>
- ELIAS, D. Regiões produtivas do agronegócio. *In*: BERNARDES, J. A.; SILVA, C. A.; ARRUZZO, R. C. (org.). **Espaço e energia**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013a. p. 201-220.

ELIAS, D. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **Acta Geográfica**, Ed. Especial. Geografia Agrária, p. 13-32, 2013b. DOI: <https://doi.org/10.5654/actageo2013.0003.0001>

ELIAS, D. Consumo produtivo em Regiões do Agronegócio do Brasil. In: BELLET, C.; MELAZZO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; LLOP, J. M. (org.). **Urbanización, producción y consumo em ciudades medias/intermedias**. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015. p. 35-56.

ELIAS, D. Agronegócio e reestruturação urbana e regional no Brasil. In: BUHLER, E. A., GUIBERT, M.; OLIVEIRA, V. L. O. (org.). **Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016. p. 63-82. DOI: <https://doi.org/10.7476/9786557250044.0004>

ELIAS, D. Agronegócio globalizado: do campo à metrópole. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (org.). **O espaço e a metropolização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017a. p. 487-509.

ELIAS, D. Construindo a noção de Região Produtiva do Agronegócio. In: OLIVEIRA, H. C. M.; CALIXTO, M. J. M. S.; SOARES, B. R. (org.). **Cidades médias e região**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017b. p. 19-56.

ELIAS, D. O alimento mercadoria e a fome no Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 41, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/69103>.

ELIAS, D. Consumo produtivo e urbanização no Brasil: as cidades do agronegócio. **Ciência Geográfica**, v. XXVI, p. 1003-1019, 2022b. Disponível em: <https://www.ppg.revistas.uema.br/index.php/cienciageografica/article/view/2929>.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. (org.). **Agronegócio e dinâmicas socioespaciais no Nordeste**. Fortaleza: BNB/Etene, 2006.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 9, n.1, 25-39, 2007. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2007v9n1p25>

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Reestruturação econômica e nova economia política da urbanização no Ceará. **Mercator**, v. 12, n. 28, p. 95-112, 2013. DOI: <https://doi.org/10.4215/RM2013.1228.0007>

ELIAS, D.; PEQUENO, R. (Re)estruturação urbana e desigualdades socioespaciais em região e cidade do agronegócio. **GEOgraphia (UFF)**, v. 17 n. 35, p. 10-39, 2015. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2015.v17i35.a13727>

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Reestruturação produtiva e do território de Mossoró (RN). In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (org.). **Tendências da urbanização brasileira: novas dinâmicas de estruturação urbano-regional**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018. p. 59-100.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARX, K. Introdução [À Crítica da Economia Política]. *In*: MARX, K. **Contribuição para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 [1859]. (Coleção Os Pensadores).
- OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iände Editorial, 2016.
- OLIVEIRA, A. U. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-Território**, v. 5, n.10, p. 5-64, 2010. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT51012048>
- PEQUENO, R., ELIAS, D. Estruturação urbana e questão da moradia nas cidades do agronegócio. **GeoTextos**, 16(1). Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/37591>
- REVISTA EXAME. **Melhores e maiores**. São Paulo: Abril, 2016.
- SANTOS, M. Circuitos espaciais da produção: um comentário. *In*: SOUZA, M. A. A.; SANTOS, M. (org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, M. **O espaço dividido**. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2004.
- SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

## CAPÍTULO 3

# O que há de agrário na Região Metropolitana de Fortaleza?<sup>1</sup>

Denise Elias

Renato Pequeno

Felipe Rodrigues Leitão

### Resumo

A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), no estado do Ceará, é uma das mais importantes do Brasil. Formada por 19 municípios, é extremamente heterogênea e marcada por consideráveis diferenças entre seus municípios, incluindo os níveis de urbanização. Para além da diversidade, apresenta especificidades bastante *sui generis* quando se trata de uma região metropolitana, tal como a forte presença de espaço rural e de atividades agropecuárias, que caracterizam predominantemente o uso e a ocupação do território de alguns municípios. Neste capítulo, apresentamos evidências da importância do espaço rural e da atividade agropecuária na RMF e trabalhamos com a hipótese de que essa atividade tem grande destaque em relação ao uso e a ocupação do espaço e à economia da região. Como metodologia, adotamos os procedimentos clássicos de uma pesquisa científica na área de ciências humanas e sociais aplicadas, como pesquisa bibliográfica e documental, organização de séries estatísticas e confecção de cartogramas. Por fim, confirmamos a hipótese de que o espaço rural e as atividades agropecuárias têm forte presença na RMF.

---

<sup>1</sup> Capítulo publicado na revista GeoTextos, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/49491>

## Introdução

Este capítulo apresenta alguns resultados de uma pesquisa sobre a difusão do agronegócio na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e seus principais impactos econômicos, sociais e territoriais (ELIAS, 2020; LEITÃO, 2021; ELIAS; LEITÃO; PEQUENO, 2022). Para o presente estudo, apresentamos evidências que confirmaram uma das principais hipóteses trabalhadas: a de que a agropecuária é uma atividade de grande destaque na economia e na produção do espaço da RMF. Como recorte temporal, adotamos o período que vai da década de 1990 até os dias atuais.

A metodologia consistiu em pesquisa bibliográfica e documental, além do levantamento de dados estatísticos sobre a produção agropecuária e dados sobre o número de estabelecimentos agropecuários, número de pessoas residentes em áreas urbanas ocupadas no setor agropecuário, taxa de urbanização, área dos municípios, número de assentamentos rurais, classificação dos espaços urbano e rural, entre outros.

Para algumas dessas variáveis, quando os dados permitiam, foram construídas séries históricas. Para a elaboração de cartogramas, utilizamos o tratamento de dados através do *software* Qgis. As principais fontes consultadas foram o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizando notadamente os Censos Agropecuários, os Censos Demográficos, a Produção Agrícola Municipal, a Produção Pecuária Municipal, a Estimativa da População e o Produto Interno Bruto Municipal.

Além desta introdução e das considerações finais, o capítulo é composto por cinco seções. A primeira apresenta algumas características da economia e do território da RMF, enquanto o reconhecimento do espaço rural na RMF é o foco da segunda seção. Já a seção seguinte apresenta dados sobre os estabelecimentos agropecuários na região e os destaques da produção agropecuária. A existência de perímetros irrigados

públicos e de assentamentos de reforma agrária são temas discutidos na quarta seção. Por fim, a última seção discute a presença das pessoas residentes em áreas urbanas ocupadas no setor agropecuário.

## Apresentando a Região Metropolitana de Fortaleza

Frente às exigências do neoliberalismo e da produção flexível, desde os anos 1990, de forma especial, o Ceará passa por importantes processos de reestruturação econômica e territorial e é cada vez mais aberto às influências exógenas e aos novos signos do período histórico atual, com objetivo de inserir-se na lógica da produção e do consumo globalizados e da maximização dos lucros. Tais mudanças são comandadas por uma comunhão de interesses das elites locais com novos agentes econômicos forasteiros, com o total apoio do Estado. Esse cenário inseriu o Ceará em uma nova divisão social e territorial do trabalho, com fortes impactos sobre a economia e o território (ELIAS; PEQUENO, 2013).

No início dessas transformações, o dinamismo econômico se manifestou com a construção de novos sistemas de objetos (SANTOS, 1996) associados aos transportes (estradas, aeroportos, terminais de passageiros, porto), às comunicações (redes de telefonia móvel e internet), ao saneamento básico, à eletrificação e aos recursos hídricos (açudes, canais de irrigação, adutoras), com objetivo de proporcionar a fluidez territorial e informacional para os novos investimentos produtivos.

Também foram implantadas indústrias de bens de consumo com mão de obra intensiva não qualificada, fruto da guerra fiscal encampada muito fortemente pelo governo estadual, tornando o Ceará um dos expoentes do que Santos (2000) chamou de guerra dos lugares pelos investimentos produtivos. Realçaram-se os investimentos realizados em indústrias de produção de bens de consumo, especialmente têxtil, vestuário, calçados, alimentos

e bebidas, caracterizadas como de trabalho intensivo. Entre os destaques, está a instalação de indústrias calçadistas provenientes de outros estados, especialmente do Rio Grande do Sul, que transformou o Ceará no segundo maior polo de produção e exportação de calçados do Brasil.<sup>2</sup> No caso do ramo calçadista, considerando o grande contingente de mão de obra que uma unidade ocupa, a implantação em determinados municípios foi determinante para a (re)estruturação do mercado de trabalho local, especialmente em cidades do interior do estado.<sup>3</sup>

Após duas décadas, no início do século XXI, esse perfil industrial foi em parte alterado com a implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), no qual foram instaladas indústrias de bens de produção, como a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), que produz vários tipos de placas de aço, transformando o estado em produtor e exportador desse produto. Essa recente realidade reorganizou a pauta de exportações do Ceará, que tinha no seu topo produtos como a castanha-de-caju e hoje tem as placas de aço. De acordo com dados da empresa, seus produtos chegam a mais de 23 países e são responsáveis pelas principais movimentações do Porto do Pecém (CSP, s. d.). Atualmente, o CIPP é formado por cerca de outras 25 indústrias notadamente de bens de produção e de serviços logísticos (PECÉM, s. d.).

Entre as atividades produtivas implantadas, tivemos também o incentivo a modernos e diversificados comércios e serviços, incluindo atividades associadas ao chamado turismo de sol e mar, que movimentam uma gama numerosa de serviços (hospedagem, alimentação, transporte, administração, lazer, agências de turismo, artesanato) e que fizeram do Ceará, com seus quase 600 km de um lindíssimo litoral, um dos destinos turísticos mais procurados por brasileiros e estrangeiros, inclusive para a prática

---

<sup>2</sup> Dados do Governo do Estado do Ceará (2018) mostram que 47 % dos empregos gerados na indústria de transformação no Ceará são gerados na indústria de calçados e de vestuário (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2018).

<sup>3</sup> Sobre o tema, consultar Pereira Junior (2005, 2013).

de esportes aquáticos.<sup>4</sup> Para a construção dessa realidade e com o objetivo de vender as belezas naturais do litoral cearense, o governo do estado tem investido maciçamente em publicidade e *marketing*, desde os anos 1990 até hoje.

A reestruturação produtiva também atingiu a agropecuária, incrementando uma atividade voltada especialmente à obtenção de lucro e renda da terra, difundindo os pilares do que se convencionou chamar de agronegócio. Atingiu tanto produções já existentes, como de frutas tropicais (coco, melão, castanha de caju), pesca de camarão, avicultura, produção de leite e laticínios, além de implantar novas culturas como a de rosa, sendo que alguns produtos são voltados especialmente para a exportação.<sup>5</sup>

A difusão de todas essas atividades se deu concomitantemente à multiplicação de comércios e serviços especializados, associados tanto ao consumo consumptivo quanto ao consumo produtivo.<sup>6</sup> Isso culminou com a instalação de estabelecimentos filiais de lojas de departamentos, supermercados,<sup>7</sup> *shopping-centers*,<sup>8</sup> bancos, universidades públicas e privadas, serviços de saúde privada, clínicas médicas e hospitais, hotéis, serviços de telefonia móvel, filiais de lojas de eletrodomésticos e eletrônicos, lojas especializadas no consumo produtivo para a agropecuária, empresas de consultoria,

---

<sup>4</sup> Entre os mais famosos esportes aquáticos, podemos citar o da prática de kitesurf, que se aproveita dos fortes ventos e do litoral cearenses. No segundo semestre do ano, algumas praias ficam com o céu colorido pelas velas dos kitesurf e com uma profusão de sons que misturam várias línguas estrangeiras com a dos nativos. Cumbuco, no município de Caucaia, localizada a cerca de 35 km de Fortaleza, pode ser citada entre as mais visitadas para a prática de tal esporte.

<sup>5</sup> Sobre a reestruturação produtiva da agropecuária cearense, consultar Elias (2002a, 2002b, 2003a, 2005, 2006).

<sup>6</sup> Sobre o consumo produtivo e consumo consumptivo, consultar Santos (1988, 1993) e Elias (2003b).

<sup>7</sup> Até o final da década de 1990, no ramo de distribuição do setor varejista, dominavam as empresas de capital local. A rede de supermercados Pão de Açúcar, por exemplo, iniciou sua operação no Ceará em 1998, ingressando de forma agressiva com a aquisição de oito lojas de uma rede de supermercados de capital local ainda hoje existente: Mercadinho São Luiz.

<sup>8</sup> De acordo com a Associação Brasileira de *Shopping Centers* (ABRASCE), Fortaleza está entre as principais capitais com maior área bruta locável em *shoppings* do Brasil, figurando com o 4º lugar em 2017, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (O POVO, 2017).

redes de *fast food*, empresas imobiliárias, incorporadoras e de construção civil, serviços de logística, centros de distribuição de empresas de e-commerce, entre tantos outros.<sup>9</sup>

Apesar de ter entre as justificativas para a distribuição dos generosos recursos públicos utilizados para incentivos fiscais para a atração de investimentos<sup>10</sup> o fato de que esses trariam empregos e desenvolvimento para todo o estado, após cerca de três décadas de início dessas políticas, podemos afirmar que houve crescimento econômico, mas não com a intensidade pretendida.<sup>11</sup> Além disso, grande parte dos investimentos se concentraram em alguns poucos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza.

Esse cenário foi determinante para a quebra de muitos dos históricos paradigmas explicativos da economia política da urbanização cearense, assim como de resto da própria cidade de Fortaleza, capital do Ceará, ocorrendo a reconfiguração espacial e a expansão de sua região metropolitana, estendendo-se ao longo do litoral.

Constituída em 1973, a RMF foi então composta por cinco municípios (Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz). Ao longo do tempo, foi sendo expandida mediante processos de

---

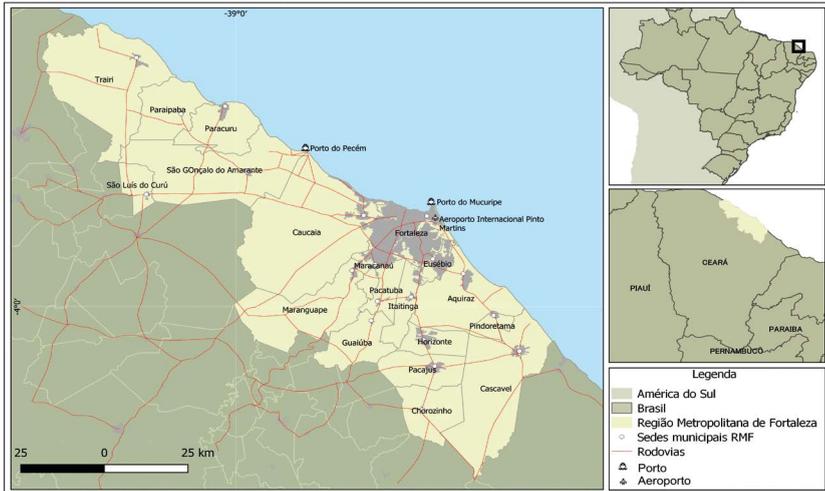
<sup>9</sup> A pandemia de coronavírus intensificou sobremaneira o *e-commerce* e, com isso, houve um aumento na instalação de centros de distribuição dos principais varejistas atuantes no Brasil, como Mercado Livre, Americanas, Amazon, Magazine Luiza. Essas duas últimas já possuem unidades no Ceará, sendo que a Amazon foi a mais recente a se instalar, em outubro de 2021, no município de Itaitinga, na Região Metropolitana de Fortaleza. Recentemente, foi anunciado que a gigante chinesa Alibaba está em fase de estudos para também se implantar no estado (XIMENES, 2022).

<sup>10</sup> Entre os principais, destacam-se o Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) e o Programa de Atração de Empreendimentos Estratégicos (PROADE) do Governo do Ceará, com diferimento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), até hoje em vigência. Os incentivos são mais generosos do que a isenção de impostos, uma vez que incluem muitas vezes outros aspectos, como a doação de terrenos para implantação dos investimentos. Dados do Governo do Estado do Ceará (2018) mostram que 87% do estoque total de empregos na indústria calçadista são gerados por empresas incentivadas pelo FDI.

<sup>11</sup> O estado do Ceará é historicamente um dos mais pobres e desiguais do Brasil. No momento que escrevíamos o presente capítulo (maio 2022), um dos dois principais jornais cearenses estampava a manchete de que a taxa de desocupação do Ceará é de 11%, com 3,6 milhões de cearenses fora da força de trabalho. Por outro lado, mais da metade dos trabalhadores do estado estão na informalidade (MAGNO, 2022).

emancipação de distritos e de anexação de novos municípios, até somar os atuais 19 municípios, conforme a Figura 1.<sup>12</sup>

Figura 1 - Mapa de Localização da Região Metropolitana de Fortaleza (CE)



Fonte: organizado por Felipe Rodrigues Leitão.

Com uma área total de mais de 7,4 mil km<sup>2</sup>, a RMF é a mais populosa e complexa aglomeração urbana do Ceará.<sup>13</sup> Seus 4,1 milhões de habitantes correspondem a cerca de 45% do total da população do estado, a qual se concentra principalmente em Fortaleza, capital do estado e município polo da região metropolitana. De acordo com estimativa populacional do IBGE (IBGE, 2019a), Fortaleza somava pouco mais de 2,6 milhões de habitantes em 2019, correspondendo a 29% do total da população cearense e a 65% da RMF. Além disso, concentrava cerca de sete vezes a quantidade de habitantes do segundo município mais populoso da RMF, Caucaia com 361,4 mil habitantes, enquanto a população dos outros 17 municípios somava cerca 1,075 mil habitantes, revelando uma desigual distribuição de pessoas (Tabela 1).

<sup>12</sup> Atualmente, a RMF é composta pelos seguintes municípios: Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Paraipaba, Paracuru e Trairi.

<sup>13</sup> Sobre o conceito de aglomeração urbana, consultar Miyazaki (2017).

Em 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) da região correspondeu a mais de 60% do PIB total do estado, sendo que Fortaleza foi responsável pela maior participação, seguida de longe por Maracanaú e Caucaia (IBGE, 2017b), municípios conurbados ao sudoeste e ao oeste de Fortaleza, respectivamente (Tabela 1). Em conjunto, os três municípios concentravam próximo a 80% da população e do PIB da RMF (79,5% e 81,5%, respectivamente). Esses dados evidenciam que a macrocefalia urbana (SANTOS, 2008), característica da urbanização brasileira, também está presente na RMF.

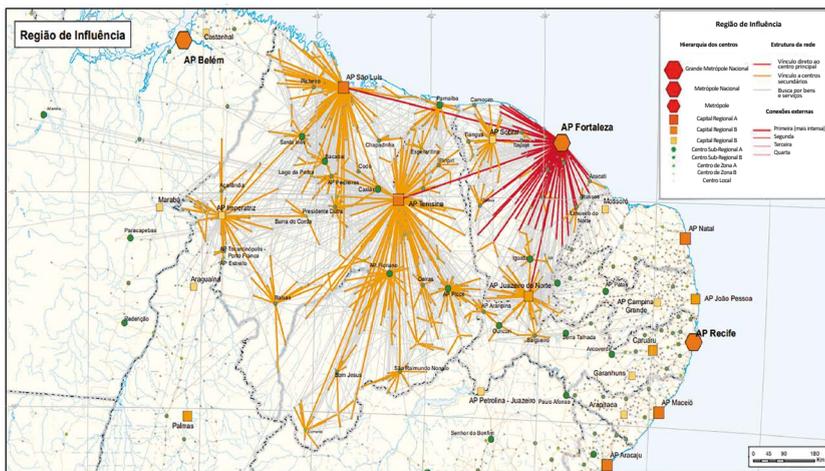
**Tabela 1 - População, área total e PIB do Ceará e da RMF**

<b>Município</b>	<b>População 2019</b>	<b>PIB (mil R\$) 2017</b>
Ceará	9.132.078,00	147.890.392
RMF	4.106.245	93.130.074
%	44,97	62,97
Aquiraz	80.271	2.205.364
Cascavel	71.743	895.957
Caucaia	361.400	5.860.370
Chorozinho	20.264	268.102
Eusébio	53.618	2.955.751
Fortaleza	2.669.342	61.579.403
Guaiúba	26.064	209.204
Horizonte	67.337	1.596.807
Itaitinga	37.980	663.523
Maracanaú	227.886	8.537.588
Maranguape	128.978	1.367.885
Pacajus	72.203	1.064.219
Pacatuba	83.432	1.035.662
Paracuru	35.076	475.781
Paraipaba	32.744	357.051
Pindoretama	20.567	221.074
São Gonçalo do Amarante	48.422	3.081.374
São Luís do Curu	13.000	96.085
Trairi	55.918	658.874

Fonte: organizado por Felipe Rodrigues Leitão a partir de dados do IBGE (2017b, 2019a).

Economias fortemente calcadas no terciário são regra nas principais metrópoles no mundo. Essa realidade não é diferente para Fortaleza, com sua economia fortemente atrelada ao comércio e aos serviços. A importância econômica dessa cidade extrapola em muito o estado do Ceará, constituindo-se como uma metrópole regional. Dados última pesquisa Regiões de Influência das Cidades - REGIC (IBGE, 2020) mostraram que sua centralidade alcança outros estados da região Nordeste (Piauí, Maranhão e Pernambuco) e Norte (Tocantins e Pará), abrangendo as capitais São Luís e Teresina, alcançando 34 centros sub-regionais, 58 centros de zonas e 630 cidades, constituindo a quarta maior área de influência no quesito população do país, com mais de 20 milhões de habitantes (Figura 2). Ademais, desde 2020, Fortaleza tem o maior PIB municipal da região Nordeste e o 9º do Brasil.

Figura 2 - Região de influência de Fortaleza em 2018



Fonte: IBGE (2020).

Apesar de a RMF se destacar economicamente em atividades comerciais e de serviços, as demais atividades (dentre elas, a agropecuária) também estão presentes e contribuem para a economia e produção do espaço. Com base nesse contexto, nos propomos a apresentar e analisar algumas características importantes dessas atividades na RMF.

## O espaço rural

A RMF é uma região extremamente heterogênea, marcada por diferenças consideráveis entre os municípios que a compõem, incluindo distintos níveis de urbanização. Para além da diversidade entre os municípios, tratando-se de uma região metropolitana, a RMF apresenta especificidades bastante *sui generis*, como a forte presença do setor rural e das atividades agropecuárias, que caracterizam predominantemente o uso e a ocupação do território de alguns municípios.

Em 2010, os municípios com menores taxas de urbanização foram Trairi (36,5%) e Paraipaba (44,5%) (Tabela 2). Outros cinco mostravam menos de dois terços da população vivendo nas áreas urbanas, como São Gonçalo do Amarante, Paracuru, São Luiz do Curu, Pindoretama e Chorozinho, todos situados nas extremidades da região metropolitana, onde as práticas agrícolas se apresentam mais intensamente.

**Tabela 2 - Taxa de urbanização no Ceará, RMF e por municípios em 1991, 2000 e 2010<sup>14</sup>**

UF / Região / Município	Taxa Urbanização (%)		
	1991	2000	2010
Ceará	65,37	71,53	75,09
RMF	93,39	94,34	94,51
Aquiraz	88,05	90,43	92,37
Cascavel	79,76	83,06	84,90
Caucaia	89,40	90,26	89,18
Chorozinho	27,75	50,62	60,41
Eusébio	100,00	100,00	100,00
Fortaleza	100,00	100,00	100,00
Guaiúba	57,21	78,51	78,36
Horizonte	58,99	83,23	92,50

<sup>14</sup> O último dado apresentado é 2010, tendo em vista que esse foi o ano da última edição do Censo Demográfico, fonte utilizada na construção da tabela.

Itaitinga <sup>15</sup>	-	90,86	99,30
Maracanaú	99,53	99,69	99,32
Maranguape	72,46	74,05	76,00
Pacajus	71,23	77,83	81,95
Pacatuba	89,16	90,97	85,89
Paracuru	53,23	60,54	65,08
Paraipaba	39,62	49,80	44,72
Pindoretama	33,64	45,60	60,38
São Gonçalo do Amarante	61,46	62,00	65,02
São Luís do Curu	65,36	64,23	64,56
Trairi	21,08	32,37	36,53

Fonte: organizado por Felipe Rodrigues Leitão a partir de dados do IBGE (2011).

A partir da classificação proposta pelo IBGE (2019c), podemos verificar que o espaço da RMF está dividido entre as categorias urbanas e rurais, subclassificadas em outras diferentes sete situações que vão desde espaços com alta densidade de edificações até áreas de uso rural caracterizadas pela presença de estabelecimentos agropecuários, como demonstrado no Quadro 1.<sup>16</sup> Somente 25% da área da RMF é classificada como efetivamente urbana, enquanto o restante é considerado rural, nas diferentes classes consideradas no estudo.<sup>17</sup>

<sup>15</sup> O município de Itaitinga foi fundado em 1992, desmembrado de Pacatuba. Dessa forma, não é possível acesso a informações anteriores a esse ano.

<sup>16</sup> A unidade territorial utilizada nesta pesquisa são os setores censitários, que dizem respeito à “menor porção territorial utilizada pelo IBGE para planejar e realizar levantamentos de dados do Censo e Pesquisas Estatísticas [...]. Este corresponde a um recorte do território nacional, considerando a Divisão Político-Administrativa e outras estruturas territoriais, que permite o levantamento das informações estatísticas dentro do prazo determinado para a coleta. [...] Traduz o estágio temporal dos sistemas cadastrais do IBGE, conforme os processos de aquisição, tratamento, gerenciamento e atualização dos dados, na construção da Base Territorial do Censo Demográfico e Pesquisas Domiciliares. [...] Além disso, cada setor traz informações necessárias ao dimensionamento da coleta, como sua condição urbana ou rural e status de localidades, como cidades, vilas, núcleos urbanos e aglomerados rurais” (IBGE, s. d., *on-line*).

<sup>17</sup> A delimitação da área ocupada por essas categorias foi realizada a partir das informações dos Setores Censitários do IBGE e calculada a partir da área ocupada por cada um por meio do programa de Georreferenciamento Quantun Gis.

**Quadro 1 - Categoria e situação para classificação do espaço da RMF**

<b>Categoria</b>	<b>Situação</b>	<b>Definição</b>
Urbano	Área urbana de alta densidade de edificações	Área urbana com alta densidade de edificações.
	Área urbana de baixa densidade de edificações	Área urbana com baixa densidade de edificações, processos de expansão urbana, áreas verdes desabitadas, entre outras.
	Núcleo urbano	Áreas urbanas isoladas e aglomerados rurais de extensão urbana que estejam descolados da área urbana. Inclui também conjuntos habitacionais e condomínios, mesmo em áreas rurais.
Rurais	Povoado	Aglomerado rural sem caráter privado ou empresarial, ou seja, não vinculado a um único proprietário do solo e caracterizado pela existência de comércio e serviços.
	Núcleo rural	Aglomerado rural vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, agroindústria, usinas etc.).
	Lugarejo	Aglomerado rural que não dispõe dos serviços ou equipamentos urbanos definidores dos povoados e que não estão vinculados a um único proprietário.
	Área rural (exclusive aglomerados)	Área de uso rural caracterizada pela dispersão de domicílios e pela presença usual de estabelecimentos agropecuários.

Fonte: organizado por Felipe Rodrigues Leitão a partir de IBGE (2019c).

A partir dessas informações, verificamos a ocorrência de uma área de alta urbanização, composta pela conurbação de partes de cinco municípios: principalmente Fortaleza, mas também Caucaia ao oeste, Maracanaú ao sudoeste, Eusébio e Aquiraz ao leste. Em relação à conurbação, cabe ressaltar seus diferentes fatores causais: a influência do crescimento urbano ao longo do

litoral por meio de loteamentos de segunda residência, tanto ao leste como ao oeste; a implantação de um distrito industrial em Maracanaú e conjuntos habitacionais ao sudoeste desde os anos 1970; e a expansão ao leste em direção a Eusébio e Aquiraz por meio de loteamentos fechados.

Para além dessa área, o adensamento populacional e de edificações se mostra mais expressivo em pontos dispersos na região, sobretudo em torno das respectivas sedes municipais, como ocorre com Horizonte, Pacajus e Chorozinho, ao sul ao longo da BR 116 e com São Gonçalo do Amarante ao oeste.

Já a área urbana de baixa densidade é mais presente especialmente à margem da área conurbada, destacando-se os municípios de Caucaia, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Itaitinga, Aquiraz, Eusébio, Cascavel, Horizonte e Pacajus. Por outro lado, há pequenos núcleos dispersos ao longo dos demais municípios. Os dados também mostram que até mesmo dentro de cada município há grandes diferenças de urbanização do território, revelando um padrão de urbanização dispersa, que se contrapõe à alta densidade demográfica nas partes conurbadas.

Por outro lado, a categoria rural aparece com grande destaque na RMF, até mesmo em municípios com forte integração à capital Fortaleza, como Caucaia e Maracanaú, que apresentam vastas áreas classificadas como não urbanas, que ocupam parte significativa de seus respectivos territórios, emergindo à medida que nos distanciamos da mancha urbana principal. Paraipaba não chega a constituir área de adensamento nem em torno da sua sede, formando somente um pequeno núcleo urbano no distrito sede, com urbanização incipiente. A Figura 3 a seguir ilustra a realidade *sui generis* da RMF.



dicotomias direção/execução, manual/não manual e função superior/inferior.<sup>19</sup>

Através da metodologia da rede, Pequeno (2015), pesquisador do núcleo Fortaleza do OM, ao apresentar a estrutura social da metrópole em suas áreas homogêneas, concluiu que mais de 77% da superfície da RMF correspondia ao chamado tipo socioespacial rural e constatou que os trabalhadores agrícolas apresentavam maior percentual em relação às demais categorias sócio-ocupacionais e maior densidade na totalidade do espaço metropolitano. Esse tipo abrange a totalidade dos municípios de São Gonçalo do Amarante, Guaiúba, Cascavel, Pindoretama e Chorozinho, assim como partes das áreas rurais de Caucaia, Maranguape, Pacajus e Aquiraz.

Segundo o mesmo estudo, outros 14% da RMF foram reconhecidos como tipo operário-rural, no qual se destaca a presença de trabalhadores em ocupações industriais e agrícolas. Integram esse tipo, algumas áreas dos municípios mais próximos a Fortaleza, para onde se deslocaram indústrias provenientes da capital e outras oriundas dos demais estados, atraídas pelos incentivos ofertados pelo governo estadual desde a década de 1990.

Em relação ao tipo operário-rural, observa-se a junção de atividades produtivas que revelam a intensa transformação pela qual passam alguns municípios da RMF mais próximos à capital, onde a agropecuária passa a conviver com o setor industrial. Essa situação pode ser constatada nos seguintes municípios: Caucaia, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Itaitinga, Horizonte, Pacajus, Eusébio e Aquiraz.<sup>20</sup>

Entendemos que os estudos de Pequeno (2015) seriam uma comprovação do que os dados do IBGE (2019c) apontaram, uma

---

<sup>19</sup> Por meio de tratamento geoestatístico, com base em análise multivariada e de *clusters* realizados através do *software* StatLab, são reconhecidos os diferentes tipos socioespaciais correspondentes aos compartimentos que compõem a estrutura social da metrópole. Sobre a metodologia, consultar Ribeiro (2013).

<sup>20</sup> Maiores detalhes sobre esse estudo para Fortaleza podem ser obtidos em Pequeno (2015). Importante lembrar que a base de dados deste estudo foi o Censo Demográfico IBGE de 2010, quando a RMF era composta por apenas 15 municípios, ficando ausentes os municípios de Paracuru, Paraipaba, Trairi e São Luis do Curu.

vez que ambos mostram a predominância dos espaços rurais na RMF (em torno de 75%).

Nas próximas seções, apresentaremos alguns aspectos sobre o uso desses espaços da RMF.

## Os estabelecimentos agropecuários e os destaques da produção agropecuária

Nesta seção, também apresentamos dados que nos permitiram testar a hipótese de que a agropecuária é uma atividade de grande destaque no que tange ao uso e ocupação do espaço e da economia da RMF. O número de estabelecimentos agropecuários existente na região de estudo foi uma variável importante para trabalharmos essa hipótese.

De acordo com o IBGE (2019b), estabelecimento agropecuário pode ser definido como uma unidade produtiva dedicada, em parte ou integralmente, às atividades agropecuárias, florestais ou aquícolas, não importando seu tamanho, formação jurídica ou localização (área urbana ou rural), desde que atenda à prerrogativa da dedicação à produção agropecuária para a venda ou para o consumo.<sup>21</sup> Segundo o último Censo Agropecuário (IBGE, 2019b), a RMF contava com 28.107 estabelecimentos agropecuários, somando uma área de 256.035 hectares, distribuídos de forma bastante desigual pelos 19 municípios. Aquiraz, Trairi e Maranguape apresentaram os maiores números de estabelecimentos, com 15,5%, 12% e 11% do total de unidades da região, respectivamente; enquanto Fortaleza, Maracanaú e Eusébio foram os municípios com menos estabelecimentos agropecuários, com quantidades inferiores a 1%.

Em relação à área dos estabelecimentos agropecuários, 53% distribuíam-se somente em quatro dos maiores municípios da RMF em superfície: Trairi, Maranguape, Cascavel e São Gonçalo

---

<sup>21</sup> O estabelecimento agropecuário é a unidade básica dos dados dos Censos Agropecuários do IBGE, a mais importante base de informações sobre a produção agropecuária e o espaço agrícola brasileiros.

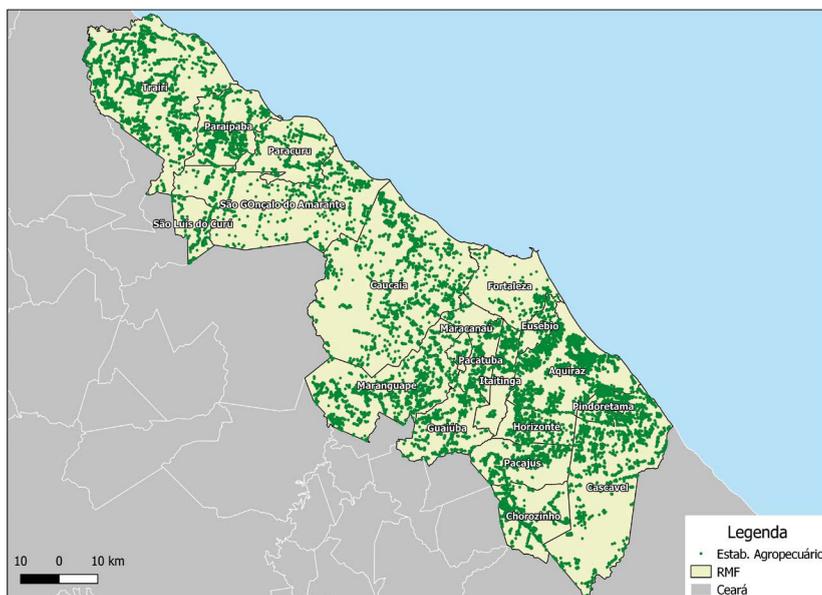
do Amarante. Em contrapartida, Fortaleza, Maracanaú, Eusébio, Itaitinga e Pindoretama apresentavam as menores áreas de estabelecimentos agropecuários, somando conjuntamente um percentual inferior a 3% (Tabela 3). A Figura 4 exemplifica essa realidade ainda pouco estudada da RMF.

**Tabela 3 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários na RMF, segundo municípios em 2017**

Municípios	Estabelecimentos		Área (ha)	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Aquiraz	4.324	15,38	7.136	2,79
Cascavel	2.549	9,07	32.796	12,81
Caucaia	2.698	9,60	22.799	8,90
Chorozinho	1.383	4,92	13.538	5,29
Eusébio	187	0,67	204	0,08
Fortaleza	244	0,87	288	0,11
Guaiúba	1.167	4,15	15.185	5,93
Horizonte	753	2,68	5.149	2,01
Itaitinga	637	2,27	2.489	0,97
Maracanaú	194	0,69	1.975	0,77
Maranguape	3.047	10,84	32.689	12,77
Pacajus	1.239	4,41	12.064	4,71
Pacatuba	774	2,75	7.196	2,81
Paracuru	589	2,10	6.013	2,35
Paraipaba	1.776	6,32	20.175	7,88
Pindoretama	1.490	5,30	2.338	0,91
São Gonçalo do Amarante	1.192	4,24	23.084	9,02
São Luís do Curu	497	1,77	3.679	1,44
Trairi	3.367	11,98	47.238	18,45
Total	28.107	100,00	256.035	100,00

Fonte: organizado por Felipe Rodrigues Leitão a partir de IBGE (2019b).

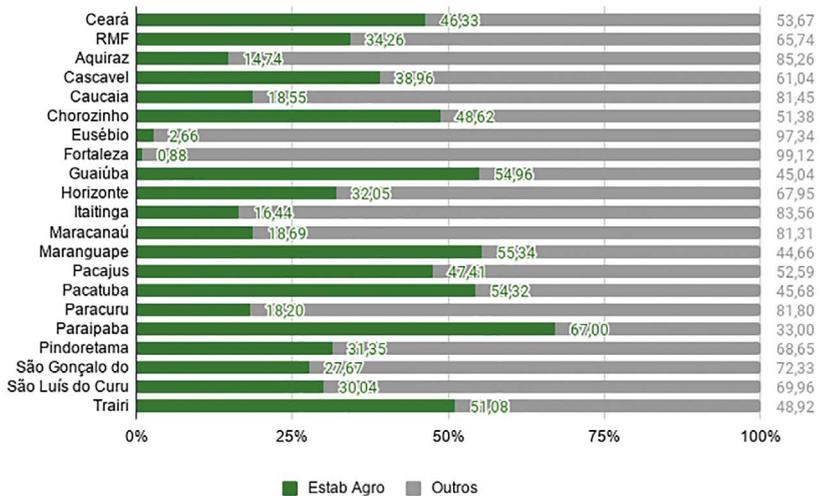
**Figura 4 - Estabelecimentos agropecuários na RMF em 2019**



Fonte: organizado por Felipe Rodrigues Leitão a partir de IBGE (2019b).

Dados da mesma fonte indicam que a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários somava cerca de 34% da área total da RMF. Se pouco significam em relação à área total de um município como Fortaleza, para outros sete somavam quase 50% ou mais de suas áreas municipais: Paraipaba (67%), Maranguape (55,34%), Guaiúba (54,96%), Pacatuba (54,32%), Trairi (51,08%), Chorozinho (48,62%) e Pacajus (47,41%) (Figura 5). É importante lembrar que esses municípios se localizam nas direções oeste e sul, portanto opostas à direção leste, onde os dados do IBGE (2019c) apontaram a expansão de áreas urbanas de alta e baixa densidade (Figura 3).

Figura 5 - Proporção entre a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários e a área total do estado do Ceará, RMF e seus municípios em 2017<sup>22</sup>



Fonte: organizado por Felipe Rodrigues Leitão a partir de IBGE (2019b).

De maneira geral, o IBGE classifica as formas de uso e ocupação dos estabelecimentos agropecuários em cinco classes principais: lavouras permanentes, lavouras temporárias, matas e florestas, pastagens naturais, pastagens plantadas. Em relação à RMF, os dados do último Censo Agropecuário (IBGE, 2019b) indicavam a predominância das lavouras temporárias e permanentes. Também chama a atenção à maciça perda de área com matas e florestas, reduzida em 73%, entre 1995 e 2017, quando passou de 195.235 para 52.642 hectares. No último ano, 58% das matas e florestas naturais da RMF concentravam-se somente Trairi, Cascavel e Caucaia, municípios com extensa superfície e localização litorânea, condição que os coloca sob a ameaça de implantação de novos empreendimentos imobiliários voltados para segunda residência ou vinculados às atividades do turismo de sol e mar.

Entre as culturas permanentes produzidas na RMF, destacava-se a produção de frutas, especialmente coco e manga. O Ceará é

<sup>22</sup> Para a construção do gráfico, a área dos estabelecimentos agropecuários, disponibilizada pelo IBGE em hectares, foi convertida em km<sup>2</sup> para que fosse possível realizar a comparação com a área total dos municípios.

o maior produtor de coco do Brasil, cultura que vem passando por importante processo de reestruturação produtiva nas últimas duas décadas. Em 2017, 43 % da produção de coco do estado se realizava na RMF, especialmente em Trairi e Paraipaba, enquanto 32% da produção estadual de manga ocorria na RMF.

Outra cultura permanente de grande importância na RMF é a castanha-de-caju, produto de destaque nas exportações do Ceará. Em 2017, 15% da área destinada à colheita desse produto em todo o estado se concentravam na RMF, especialmente nos municípios de Chorozinho, Cascavel, Trairi e Pacajus.

Na pecuária, o grande destaque da RMF é a avicultura. Em 2017, a região produziu 50% da produção total das galinhas e 58% da de ovos de toda a produção do Ceará, com maior concentração nos municípios de Aquiraz, Horizonte e Cascavel, que apresentam um processo de especialização territorial produtiva (ELIAS; LEITÃO; PEQUENO, 2022). Cabe ressaltar a presença de muitos casos de mudança de uso do solo nas granjas situadas nas franjas periurbanas desses municípios ou ao longo dos eixos viários principais, as quais vêm sendo progressivamente transformadas em loteamentos e condomínios fechados. Além disso, mais recentemente, ganha importância o surgimento de novas áreas de aviários ao oeste da RMF, como em São Gonçalo do Amarante e Paracuru.

A produção de leite também merece destaque na pecuária da RMF. Embora a quantidade produzida na região em relação ao total do estado fosse pequena em 2017 (8%), as taxas mostram tendência de elevação, tendo atingido 81,5%, entre 1995 e 2017. Nesse último ano, as maiores produções foram registradas em Caucaia (29%) e Maranguape (26%) (IBGE, 2018). Por outro lado, de acordo com dados de uma importante publicação do setor (MILKPONT, 2022), das 100 maiores empresas produtoras de leite do Brasil, três situam-se no Ceará e uma delas, a 19ª maior produtora de leite do país em 2021, encontra-se em Maranguape, município conurbado à Fortaleza.

O mesmo estudo mostra que, entre essas três empresas cearenses apontadas entre as maiores produtoras de leite do país, embora só uma tivesse a produção em município da RMF, as

três instalaram suas respectivas sedes corporativas na cidade de Fortaleza. Entendemos que isso é uma evidência da força que essa cidade tem também no que tange à gestão dos processos associados à produção agropecuária intensiva.

## Perímetros irrigados públicos e assentamentos de Reforma Agrária

Também corrobora a importância da atividade agropecuária no espaço e na economia da RMF a presença de dois perímetros irrigados públicos e 24 assentamentos da reforma agrária. Os perímetros irrigados públicos pertencem ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e são herança de quando a principal forma de intervenção do governo federal para buscar solucionar o problema da seca no Nordeste se dava através da construção de açudes, barragens e sistemas de irrigação.

Esse tipo de intervenção, baseada em ações isoladas de construção de obras de engenharia, perdurou até meados do século XX, quando o Brasil passou por um breve momento de efervescência de debates sobre as teorias desenvolvimentistas, com destaque para as discussões sobre as disparidades regionais brasileiras. Foi então que se criaram algumas instituições visando a intervenção federal na região Nordeste, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).<sup>23</sup> Na mesma época, teve início a atuação planejada do Estado no Nordeste para fornecer os sistemas técnicos e normativos (SANTOS, 1996), visando dinamizar economicamente a região. Segundo Bursztyn (1984), foi quando o Estado brasileiro deixou de ser autoritário por omissão para se tornar autoritário ativo (ELIAS, 2002b).

No que tange à agropecuária, entre as principais políticas públicas da SUDENE, visando expandir as condições materiais e econômicas necessárias à modernização da atividade, entendida como a expansão do capitalismo no campo, a irrigação foi aponta-

---

<sup>23</sup> E também o Banco do Nordeste e a Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), entre outras.

da como instrumento com capacidade de expandir as forças produtivas e de aumentar a produção e a produtividade (ELIAS, 2002b).

Dessa feita, a década de 1970 marcou a criação de um conjunto de políticas públicas voltadas à irrigação, entre as quais se destaca o Programa de Irrigação do Nordeste, destinado ao aproveitamento dos vales úmidos. Na época, priorizou-se em toda a região a construção de grandes perímetros irrigados públicos, tendo sido construídos 27, dos quais nove se encontravam no Ceará.<sup>24</sup> Nas décadas seguintes, outros cinco perímetros foram construídos no estado, com objetivos já voltados à lógica de difusão do agronegócio

Os perímetros são grandes sistemas de objetos (SANTOS, 1996) voltados à produção agrícola, tendo a irrigação como parte muito importante de um sistema técnico agrícola. Eles são compostos de um conjunto de fixos como açudes, canais de irrigação e de adução, estações de bombeamento, redes de drenagem, rede viária, escritório de administração e, naturalmente, lotes de produção, entre outros (ELIAS, 2002b).

Dos 14 perímetros irrigados existentes no Ceará, dois se encontram em municípios que compõem a RMF: Curu-Paraipaba e o Curu-Pentecoste. Inaugurado em 1975, o perímetro Curu-Paraipaba localiza-se em Paraipaba, um dos últimos municípios que passou a compor a RMF, em 2015. Originalmente destinado à pequenos produtores, hoje também se volta a empresas e técnicos, apresentando destaque pela relevante produção de coco (ADECE, 2011). Já o Perímetro Curu-Pentecoste – implantado em 1974 e ocupado sobretudo por pequenos produtores, com

---

<sup>24</sup> O tema dos perímetros irrigados construídos pelo DNOCS é bastante complexo e importante para entender a expansão do capitalismo no campo no Nordeste de uma maneira geral, incluindo o caso cearense. Desde o início dessa política de construção dos perímetros irrigados públicos no Nordeste, estes passaram por muitas mudanças, como aquelas promovidas pela política denominada de Novo Modelo de Irrigação, no final da década de 1980, que está entre as principais no que tange à promoção de programas estruturantes para o crescimento econômico no campo, voltados para expansão de atividades agropecuárias moldadas em padrões com maior produtividade, calcadas em produtos de alto valor agregado, com aumento da produção e da competitividade. Depois dessas mudanças nas políticas de perímetros irrigados, novos empreendimentos ainda foram construídos no Ceará já dentro dessa lógica (Tabuleiro de Russas, Araras Norte e Baixo Acaraú) (ELIAS, 2002b). Sobre o tema dos perímetros irrigados, consultar Diniz (2002).

o cultivo de banana, coco, mamão e feijão – possui apenas uma parte na RMF, uma vez que parte de sua área se localiza no município de São Luís do Curu, incorporado à região em 2015, ficando o restante do perímetro em Pentecoste, cidade que não pertence à RMF (ADECE, 2011).

A região também conta com 24 assentamentos rurais do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), a maior parte (15) implantada após os anos 2000, distribuídos em 11 municípios e beneficiando 1.722 famílias assentadas. Caucaia, município conurbado à Fortaleza, apresenta o maior número de assentamentos, totalizando sete unidades. Entre estes encontram-se dois dos maiores assentamentos no que tange à área ocupada (terceira e quarta posição), sendo que o maior em termos de área se situa em Cascavel e o segundo maior em Paraipaba (INCRA, 2019).

## Trabalhadores agrícolas não rurais

Ainda nas décadas de 1980 e 1990, ao discutir sobre as novas tendências da urbanização brasileira, Milton Santos (1988, 1993) defendia que seria interessante considerar para tais estudos a existência de um trabalhador agrícola não mais rural. Essa nos pareceu uma excelente variável para analisarmos a relevância da agropecuária na RMF.

O Censo Demográfico de 2010 permite identificar essa categoria de trabalhadores e, para esse ano, a RMF registrava 25.755 trabalhadores agrícolas não rurais, ou seja, pessoas residentes em áreas urbanas ocupadas no setor agropecuário. Desses, 23% residiam em Fortaleza. Dessa forma, uma das principais metrópoles do Brasil possuía cerca de seis mil residentes ocupados em atividades classificadas como agropecuárias.

Considerando-se a pouca representatividade das atividades agropecuárias na metrópole cearense, esse dado nos permite deduzir que, entre os trabalhadores que realizam movimentos pendulares na RMF, encontram-se os que moram em Fortaleza e estão ocupados em atividades agropecuárias em municípios

vizinhos. Cascavel, Aquiraz e Caucaia vêm na sequência de Fortaleza no que tange ao número de pessoas residentes em áreas urbanas ocupadas no setor agropecuário (Tabela 4). Esses dados mostram que as interações espaciais (CORRÊA, 2016) ocorridas entre cidade e campo são importantes na RMF e devem ser levadas em conta para compreendermos a economia, a sociedade e, naturalmente, a produção do espaço da RMF.

**Tabela 4 - Pessoas residentes em áreas urbanas ocupadas no setor agropecuário da RMF, segundo os municípios em 2010**

<b>Município</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Aquiraz	2.584	10,03
Cascavel	2.857	11,09
Caucaia	2.269	8,81
Chorozinho	462	1,79
Eusébio	563	2,19
Fortaleza	5.943	23,07
Guaiúba	997	3,87
Horizonte	809	3,14
Itaitinga	728	2,83
Maracanaú	859	3,34
Maranguape	1.931	7,50
Pacajus	1.163	4,52
Pacatuba	477	1,85
Paracuru	708	2,75
Paraipaba	437	1,70
Pindoretama	460	1,79
São Gonçalo do Amarante	1.310	5,09
São Luís do Curu	164	0,64
Trairi	1.036	4,02
Total	25.757	100,00

Fonte: organizado por Felipe Rodrigues Leitão a partir de IBGE (2011).

Dentre as ocupações que compõem o contingente de trabalhadores agropecuários residentes urbanos, há predominância das classificadas pelo IBGE como sem qualificação, sendo que cerca de 70% são agricultores ou trabalhadores da agropecuária,

somando 17.973 pessoas. Desse total, 15% residem em Fortaleza, 11,5% em Aquiraz, 11% em Cascavel, 10% em Maranguape e 9,5% em Caucaia, totalizando 56,5% de trabalhadores (Tabela 5).

Por outro lado, as atividades com maior qualificação, como de dirigentes de produção, agrônomos, engenheiros ambientais, veterinários e técnicos agropecuários somavam 1.968 pessoas na RMF. Dessas, a maioria (72,5% ou 1.424 pessoas) residia em Fortaleza.

**Tabela 5 - Mão de obra agrícola não rural sem qualificação na RMF segundo os municípios em 2010**

Municípios	Agricultores e trabalhadores da agropecuária	Trabalhadores florestais, pescadores e caçadores	Dirigentes de produção agropecuária, silvicultura e pesca	Agrônomo, engenheiros ambientais e veterinários	Técnicos agropecuários e assistentes veterinários	Operadores de máquinas agrícolas e florestais móveis	Total
Aquiraz	2.063	402	35	-	6	78	2.584
Cascavel	1.947	857	34	-	-	19	2.857
Caucaia	1.673	537	21	25	13	-	2.269
Chorozinho	396	56	5	-	-	5	462
Eusébio	494	58	-	-	11	-	563
Fortaleza	2.736	1.699	263	985	176	84	5.943
Guaiúba	820	166	12	-	-	-	998
Horizonte	622	104	36	35	-	11	808
Itaitinga	621	98	-	-	-	10	729
Maracanaú	794	-	24	9	11	21	859
Maranguape	1.778	85	8	32	18	9	1.930
Pacajus	950	177	-	14	-	23	1.164
Pacatuba	366	51	-	25	34	-	476
Paracuru	501	177	9	-	21	-	708
Paraipaba	273	68	31	-	23	41	436
Pindoretama	433	16	-	-	-	10	459
S. Gonçalo Amarante	969	321	10	-	10	-	1.310
São Luís do Curu	147	17	-	-	-	-	164
Trairi	390	614	21	-	11	-	1.036
Total	17.973	5.503	509	1.125	334	311	25.755

Fonte: organizado por Felipe Rodrigues Leitão a partir de dados do IBGE (2011).

## Considerações finais

A partir da discussão aqui exposta, verifica-se que a RMF, embora abrigue uma das principais metrópoles do Brasil, é marcada pela dominância do espaço rural frente ao urbano que se manifesta ora de forma contínua – conurbação de Fortaleza com os municípios limítrofes, ora sob a forma de pontos dispersos – no entorno das sedes dos demais municípios da região.

Os dados apresentados destacaram a forte presença dos estabelecimentos agropecuários na RMF e a existência de uma importante produção agropecuária no contexto da região, assim como sua significativa participação no contexto do próprio estado para algumas culturas.

Chama atenção que a expansão urbana da região metropolitana desde Fortaleza ocorra praticamente à margem de um processo de planejamento territorial desde 1992, quando foi extinta a Autarquia Metropolitana de Fortaleza. Tal constatação decorre da inclusão de alguns municípios com baixos níveis de integração à RMF, bem como da ausência de estratégias de desenvolvimento urbano que promovam uma estrutura mais equilibrada.

Percebe-se um padrão de crescimento fortemente fragmentado, marcado pela presença de atividades produtivas dispersas ao longo dos eixos viários e sem qualquer preocupação com possíveis incompatibilidades de uso nas franjas de transição urbano-rural. Assim, os aspectos aqui discutidos apontam para a necessidade de instrumentos de planejamento territorial que possam contribuir com uma melhor gestão metropolitana.

## Referências

ADECE – Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará. **Perímetros Públicos Irrigados do Ceará (2011)**. ADECE: Fortaleza, 2011. Disponível em: [https://www.adece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/98/2012/10/perimetros%20publicos\\_do\\_ceara\\_sb-7.pdf](https://www.adece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/98/2012/10/perimetros%20publicos_do_ceara_sb-7.pdf) Acesso em: 04 jan. 2021.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis: Vozes, 1984.

CORRÊA, R. L. Processos, formas e interações espaciais. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 61, n. 1, p. 127-134, 2016. DOI: [https://doi.org/10.21579/issn.2526-0375\\_2016\\_n1\\_art\\_7](https://doi.org/10.21579/issn.2526-0375_2016_n1_art_7)

CSP. COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECÉM. **Processo de produção do aço**. [s. d.]. Disponível em: <https://www.cspecem.com/pt-br/sobre-a-csp/processo-de-producao-do-aco/>. Acesso em: 17 mai. 2022.

DINIZ, A. A construção dos perímetros irrigados e a criação de novas territorialidades no sertão. *In*: ELIAS, D.; SAMPAIO, J. L. F. (org.). **Modernização excludente**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. p.39-60.

ELIAS, D. **O novo espaço da produção globalizada: o Baixo Jaguaribe (CE)**. Fortaleza: Funece, 2002a. 363p.

ELIAS, D. Integração competitiva do semiárido. *In*: ELIAS, D.; FURTADO, J. L. S. (org.). **Modernização excludente**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002b. p. 11-36.

ELIAS, D. Desigualdade e pobreza no espaço agrário do estado do Ceará. **Mercator**, v. 2, n. 3, 2003a. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/165>

ELIAS, D. **Globalização e agricultura: a Região de Ribeirão Preto**. São Paulo: EdUSP, 2003b, 400 p.

ELIAS, D. Territorialização do capital no espaço agrário cearense. **Geografia**, v. 30, n. 2, p. 223-239, 2005. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/658/5033>

ELIAS, D. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista Nera**, v. 1, n. 8, p. 29-51, 2006. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i8.1442>

ELIAS, D. A Região Metropolitana como recorte espacial para estudos sobre o agronegócio: questões de método e metodologia. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 40, n. 01, p. 1-28, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5216/bgg.v40i01.63448>

ELIAS, D.; LEITÃO, F. R.; PEQUENO, R. Avicultura na Região Metropolitana de Fortaleza: produção, agentes e dinâmicas socioespaciais. **Caminhos de Geografia**, 2022 (no prelo).

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Reestruturação econômica e a nova economia política da urbanização no Ceará/Brasil. **Mercator**, v. 12, n. 28, pág. 95-112, 2013. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1142>

GOVERNO DO CEARÁ. **Informe Econômico nº1/2018. A importância do setor calçadista na economia cearense**. Fortaleza: Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará (SDE), 2018. 23p. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/IE-01-de-2018-A-import%C3%A2ncia-do-setor-cal%C3%A7adista-na-economia-cearense.pdf>. Acesso em: 13 maio 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos municípios**. 2017b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=26360&t=destaques>. Acesso em: 20 nov. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa da população**. 2019a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 20 nov. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Malha dos Setores Censitários – Edição de 2019**. 2019c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/26565-malhas-de-setores-censitarios-divisoes-intramunicipais.html?edicao=28392&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 05 set. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Região de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa da Pecuária Municipal**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2022>. Acesso em: 10 dez. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Malha dos Setores Censitários**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/26565-malhas-de-setores-censitarios-divisoes-intramunicipais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 05 set. 2020.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Incra nos Estados** - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. 2019. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 25 ago. 2020.

LEITÃO, F. R. **O agronegócio globalizado na Região Metropolitana de Fortaleza (CE)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021.

MAGNO, A. Ceará registra 3,6 milhões de pessoas fora da força de trabalho no primeiro trimestre. **O Povo**, 13 mai. 2022. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2022/05/13/ceara-registra-36-milhoes-de-pessoas-fora-da-forca-de-trabalho-no-primeiro-trimestre.html>. Acesso em: 13 mai. 2022.

MILKPONT. **Levantamento Top 100 2022** – Os 100 maiores produtores de leite do Brasil. Piracicaba: MilkPont. Disponível em: [https://www.milkpoint.com.br/top100/top100-2021.pdf?utm\\_source=top100&utm\\_medium=download&utm\\_campaign=marco-2022](https://www.milkpoint.com.br/top100/top100-2021.pdf?utm_source=top100&utm_medium=download&utm_campaign=marco-2022). Acesso em: 20 abr. 2022.

MIYAZAKI, V. K. Aglomeração urbana. In: SPOSITO, E. S. (org.). **Glossário de geografia humana e econômica**. São Paulo: Ed. UNESP, 2017. P. 9-21.

O POVO. **Fortaleza é a 4ª capital com maior área em shoppings**. 30 dez. 2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/12/fortaleza-e-a-4-capital-com-maior-area-em-shoppings.html>. Acesso em: 14 mai. 2022.

PECEM. Complexo Industrial e Portuário. **Área industrial**. [s. d.]. Disponível em: <https://www.complexodopecem.com.br/area-industrial/>. Acesso em: 17 mai. 2022.

PEQUENO, R. Mudanças na estrutura socioespacial da metrópole: Fortaleza entre 2000 e 2010. In: COSTA, M. C. L.; Pequeno, R. (org.). **Fortaleza: Transformações da ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. P. 187-237.

PEREIRA JUNIOR, E. **Industrialização e reestruturação do espaço metropolitano**. Reflexões sobre o caso de Horizonte-Pacajus (CE). Fortaleza: EdUECE, 2005. 239p.

PEREIRA JUNIOR, E. **Território e economia política** – uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

RIBEIRO, L. C. Q.; RIBEIRO, M. G. **Análise social do território: fundamentos teóricos e metodológicos**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SANTOS, M. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: EdUSP, 2008.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

XIMENES, V. Mercado Livre negocia centro de distribuição no Ceará. **Diário do Nordeste**, 14 jan. 2022. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/victor-ximenes/mercado-livre-negocia-centro-de-distribuicao-no-ceara-1.3180602>. Acesso em: 13 mai. 2022.



## CAPÍTULO 4

# Avicultura na Região Metropolitana de Fortaleza: produção, agentes e dinâmicas socioespaciais<sup>1</sup>

Denise Elias

Felipe Rodrigues Leitão

Renato Pequeno

### Resumo

A economia da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) está associada especialmente ao terciário. Apesar disso, a agropecuária está presente em todos os seus municípios, sendo a avicultura intensiva um destaque. O objetivo do capítulo é apresentar as principais características da avicultura, especialmente seus agentes e dinâmicas socioespaciais. As hipóteses norteadoras do mesmo foram: a) a avicultura dessa região guarda importantes especificidades; b) as empresas avícolas se territorializam por vários dos seus municípios; c) a concentração econômica e a formação de grandes empresas são processos em curso; d) a avicultura está entre os agentes de produção do espaço não só agrícola, mas também urbano-regional na RMF; e) a cidade de Fortaleza é o centro de gestão da avicultura cearense. A metodologia consistiu em pesquisa qualitativa e quantitativa. Entre as conclusões, podem ser mencionadas: a RMF se constitui na principal área de produção avícola do Ceará, denotando um processo de especialização territorial produtiva à leste de Fortaleza; a avicultura se realiza sem configurar o sistema de

---

<sup>1</sup> Capítulo publicado na revista *Caminhos de Geografia*, Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/59431>

‘integração’ sob o domínio de corporações frigoríficas e participa dos dois circuitos da economia urbana. Mostra-se, assim, basilar para a compreensão da economia política de Fortaleza, da urbanização e da metropolização de sua região metropolitana.

## Introdução

Esse capítulo apresenta uma caracterização da avicultura realizada na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), atividade que passa por processo de reestruturação produtiva nas três últimas décadas, compondo-se hoje como um dos destaques do agronegócio do estado do Ceará (ELIAS, 2002; 2003b; 2005; ELIAS; PEQUENO, 2013).

As hipóteses norteadoras do mesmo foram: a) a avicultura intensiva cearense guarda especificidades quando comparada a que se realiza em outras partes do Brasil; b) as principais empresas avícolas se territorializam por vários municípios da RMF e são responsáveis por novas formas de uso e ocupação de seus espaços agrícolas; c) a concentração econômica e a formação de corporações são processos em curso no setor; d) a avicultura está entre os agentes de produção do espaço não só agrícola, mas também urbano-regional na RMF; e) a cidade de Fortaleza é o centro de gestão da avicultura no Ceará.

Com seus 4.167.996 habitantes (IBGE, 2021), a RMF constitui-se na maior e mais complexa aglomeração urbana do Ceará, somando cerca de 45% de toda a população do estado. Fortaleza, por sua vez, é uma das principais metrópoles brasileiras e, de acordo com o estudo Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2020), se posiciona como uma metrópole regional, com vasta região de influência, que se estende por todo o estado chegando aos municípios do Piauí, Maranhão e Pernambuco, na região Nordeste, e Tocantins e Pará na região Norte, abrangendo uma população de mais de 20 milhões de habitantes. Ela se destaca como a quinta maior região de influência em termos de área, abarcando outras duas capitais do Nordeste (São Luís e Teresina), 34 centros sub-regionais, 58 centros de zonas e 630 cidades.

A economia da RMF está associada especialmente ao terciário. Apesar disso, a produção agropecuária está presente em todos os seus 19 municípios, muito embora em graus distintos de participação e importância no total do PIB de cada um. A evidência do destaque da agropecuária na RMF pode ser dada pelos significativos percentuais de participação da produção agropecuária da região em relação ao total do estado, como é o caso da avicultura intensiva. No ano de 2017, a RMF somava 50% da produção de galinhas do Ceará e 58% da de ovos, constituindo-se na mais importante região avícola do estado. Diante do exposto, entendemos que a RMF é um importante recorte espacial para estudos sobre o setor.

A metodologia consistiu em pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema da avicultura de maneira geral e no Ceará de forma especial, notadamente considerando aspectos inerentes à produção, aos agentes envolvidos e às dinâmicas socioespaciais; no levantamento de dados estatísticos, seguido da construção de séries históricas sobre a produção de galinhas e de ovos, o número de estabelecimentos e empregos da classe industrial de abate de aves e outros pequenos animais e preparação de produtos de carne, da mesma forma que do número de estabelecimentos e empregos da criação de aves, tendo como fonte dados do IBGE e do Ministério do Trabalho e Emprego; no tratamento de dados no software Qgis e construção de cartogramas; na consecução de trabalhos de campo com a realização de entrevistas abertas e semi-estruturadas com diferentes agentes da avicultura. O recorte espacial foi a RMF e o recorte temporal se inicia na década de 1990, momento de inflexão para a reestruturação econômica e territorial no Ceará, vindo até o presente.

Além desta introdução e das considerações finais, o capítulo é composto por três seções. A primeira traz dados da produção de galinhas e ovos para três anos abarcando de 1995 a 2017, destacando a reestruturação produtiva e a especialização territorial ocorrida no período. A segunda apresenta os principais agentes, dinâmicas socioespaciais e especificidades da avicultura realizada na RMF. A última seção apresenta elementos para o debate sobre

o papel da avicultura enquanto agente partícipe da produção do espaço urbano-regional na RMF.

## Reestruturação produtiva e especialização territorial

Em todo o mundo, quando o tema é a pecuária intensiva, as transformações da avicultura estão entre as atividades que primeiro sofrem alterações e que até hoje mais se modificaram nas últimas cinco décadas. Isso se dá com a utilização intensiva de todos os mais modernos recursos técnicos e científicos para sua realização, caracterizando uma verdadeira reestruturação produtiva no setor, com mudanças estruturais das forças produtivas, tal como a que fez diminuir o tempo de criação de uma ave até o abate, que hoje ocorre aproximadamente em 45 dias (ELIAS, 2003a; 2013).

E no Brasil não é diferente, sendo que a avicultura cresceu com taxas geométricas de produção e de produtividade, representando um dos mais complexos e destacados segmentos do agronegócio no país. Ao setor estão associados milhares de médios e pequenos agricultores e um grupo pequeno de grandes frigoríficos especializados no abate e comercialização da carne de frango, principal produto do segmento.<sup>2</sup>

Muito embora o Ceará não se encontre entre os principais produtores no cenário nacional, é o segundo maior produtor de galinhas e de ovos da região Nordeste, o que deve ser destacado, já que essas são duas das variáveis importantes para avaliar o setor. O Nordeste reunia 18% da produção de galinhas e 16% da produção de ovos do Brasil em 2017 e, de acordo com dados da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) do IBGE, no mesmo ano, o Ceará concentrava 25% e 26%, respectivamente, da produção nordestina, ficando atrás somente de Pernambuco.

A cada ano, o Brasil bate um novo recorde da produção de galinhas e de ovos. Em 2019, um estudo realizado pelo IBGE

---

<sup>2</sup> Sobre a reestruturação produtiva na avicultura brasileira pode ser visto Espíndola (1999, 2002) e Mizusaki (2009).

mostrou que houve crescimento da produção de ovos nas 21 das unidades da federação com granjas enquadradas no universo da pesquisa. O Ceará apresentou o segundo maior aumento (+30,37 milhões de dúzias), só superado pelo do estado de São Paulo (+53,60 milhões de dúzias) (DINHEIRO RURAL, 2020).

A produção cearense tem como principal destino o consumo no próprio estado, mas vem crescendo a venda para outros mercados, especialmente na própria região Nordeste, mas também na Norte. A produção avícola se distribui por todo o Ceará, sendo a RMF a principal região produtora, somando 50% da produção de galinhas e 58,5% da de ovos de todo o estado, no ano de 2017 (Tabela 1). No intervalo considerado para análise dos dados estatísticos, de 1995 a 2017, o crescimento da produção na RMF foi importante, 78,5% para as galinhas e de 68,5% no caso dos ovos. Creditamos tal crescimento em especial ao processo de reestruturação produtiva da agropecuária que passa a se difundir no Ceará, notadamente a partir da década de 1990, imprimindo a lógica empresarial de produção e consumo também à avicultura (ELIAS, 2005; ELIAS; PEQUENO, 2006; 2013).

**Tabela 1 – Ceará e RMF. Produção de Galinhas e Ovos, 1995, 2006, 2017**

Produção	1995			2006			2017		
	Ceará	RMF	% RMF/CE	Ceará	RMF	% RMF/CE	Ceará	RMF	% RMF/CE
<b>Galinhas</b> (cabecas)	6.734.073	3.024.494	44,91	7.100.954	2.907.345	40,94	10.833.764	5.397.463	49,82
<b>Ovos</b> (mil dúzias)	91.962	61.606	66,99	101.337	64.239	63,39	177.766	103.726	58,35

Fonte: organizado pelos autores (2020) com base na Pesquisa da Pecuária Municipal do IBGE.

Mas a produção não se distribui igualmente pelos 19 municípios da RMF. Em 2017, somente três deles, Cascavel, Horizonte e Aquiraz, somavam 61% de toda a produção de galinhas da região, assim como 30,5 % da produção do Ceará (Tabela 2). Se somarmos a produção do município de Pacajus, vizinho ao Horizonte e do qual esse se desmembrou em 1989,

a dos três principais produtores, teríamos 68,35% da produção de galinhas da RMF, denotando uma forte concentração da produção à leste de Fortaleza, como pode ser observado na Figura 1.

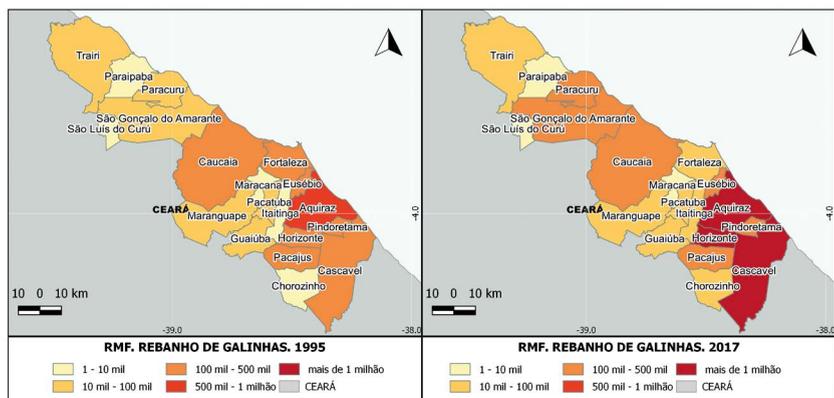
Quando o indicador é a variação no período em análise, Cascavel se destaca dos demais, tendo multiplicado sua produção em mais de sete vezes entre 1995 a 2017, contra duas vezes e meia de Horizonte e uma vez e meia de Aquiraz. Por outro lado, foi grande a diminuição da produção ocorrida em Fortaleza, mostrando a mesma tendência já observada em outras cidades que comandam regiões metropolitanas.

**Tabela 2 – RMF. Produção de galinhas, segundo municípios, 1995, 2006, 2017**

Municípios	1995		2006		2017	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Aquiraz	727.493	24,05	790.193	27,18	1.067.929	19,79
Cascavel	147.190	4,87	206.762	7,11	1.141.010	21,14
Caucaia	288.616	9,54	15.092	0,52	153.400	2,84
Chorozinho	4.664	0,15	2.223	0,08	44.000	0,82
Eusébio	198.436	6,56	122.460	4,21	239.393	4,44
Fortaleza	279.295	9,23	70.938	2,44	15.696	0,29
Guaiúba	56.056	1,85	18.036	0,62	38.789	0,72
Horizonte	424.490	14,04	702.539	24,16	1.078.389	19,98
Itaitinga	3.400	0,11	6.217	0,21	25.499	0,47
Maracanaú	1.100	0,04	1.695	0,06	2.334	0,04
Maranguape	82.123	2,72	16.850	0,58	22.945	0,43
Pacajus	434.766	14,37	284.074	9,77	401.635	7,44
Pacatuba	13.645	0,45	24.315	0,84	44.875	0,83
Paracuru	50.646	1,67	66.152	2,28	442.873	8,21
Paraipaba	5.013	0,17	6.268	0,22	8.830	0,16
Pindoretama	194.901	6,44	357.827	12,31	194.160	3,60
São Gonçalo do Amarante	98.185	3,25	195.731	6,73	455.853	8,45
São Luís do Curu	2.705	0,09	4.091	0,14	2.987	0,06
Trairi	11.770	0,39	15.882	0,55	16.866	0,31
Total RMF	3.024.494	100,00	2.907.345	100,00	5.397.463	100,00

Fonte: organizado pelos autores (2020) com base na Pesquisa da Pecuária Municipal do IBGE.

**Figura 1 – RMF. Distribuição do rebanho de galinhas, segundo municípios, 1995, 2017**



Fonte: organizado pelos autores (2020) com base na Pesquisa da Pecuária Municipal do IBGE.

Os dados sobre a produção de ovos na RMF evidenciam a mesma desigual distribuição pelos 19 municípios. Para o ano de 2017, não por coincidência, os três municípios maiores produtores de galinhas são também os que se destacavam como os principais produtores de ovos, a saber: Cascavel, Aquiraz e Horizonte, cada qual concentrando um pouco mais de 20% da produção total de ovos da RMF e somando juntos 63,5% dessa. Se a essa produção nos três principais municípios somarmos a produção de Pacajus teríamos 71% da produção de ovos da RMF (Tabela 3), evidenciando, mais uma vez, a forte concentração da produção avícola em poucos municípios.

Vale destacar que, exceto Aquiraz, que já tinha importante produção de ovos no primeiro ano analisado, quando concentrava  $\frac{1}{4}$  da produção da RMF, Cascavel e Horizonte apresentavam situações de menor destaque, revelando forte incremento da produção no período analisado. Enquanto Aquiraz teve sua produção aumentada em 43% entre 1995 e 2017, Cascavel aumentou em seis vezes (513,5%) e Horizonte em duas vezes e meia (146,5%). Por outro lado, muito embora alguns municípios não apresentem percentuais de participação significativos no total da produção de ovos na RMF, tiveram suas respectivas produções aumentadas significativamente no período, tais como

em São Gonçalo do Amarante, cuja produção aumentou cerca de quatro vezes, e em Paracuru 16 vezes. Novamente vale o destaque para a diminuição da produção em Fortaleza, que passa a ser irrisória diante do total da região metropolitana.

**Tabela 3 - RMF. Produção de ovos, segundo município (mil dúzias), 1995, 2006, 2017**

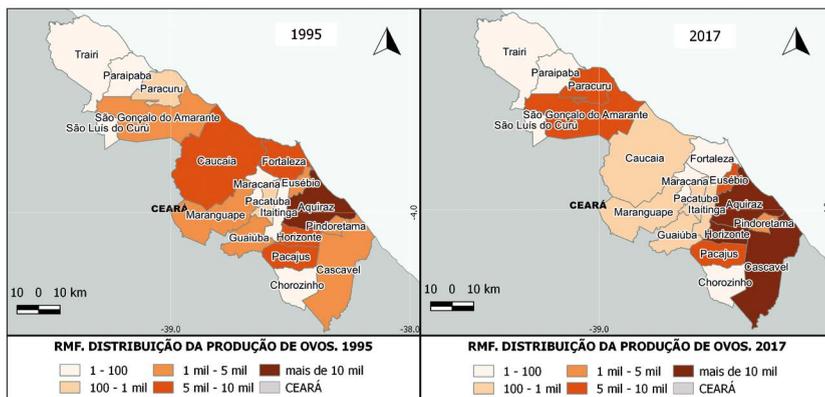
RMF e Município	1995		2006		2017	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Aquiraz	15.357	24,93	17.384	27,06	21.972	21,18
Cascavel	3.612	5,86	4.219	6,57	22.164	21,37
Caucaia	6.003	9,74	2.538	3,95	997	0,96
Chorozinho	30	0,05	11	0,02	18	0,02
Eusébio	2.894	4,70	2.949	4,59	6.235	6,01
Fortaleza	6.869	11,15	1.984	3,09	80	0,08
Guaiúba	1.444	2,34	1.379	2,15	760	0,73
Horizonte	8.783	14,26	15.378	23,94	21.639	20,86
Itaitinga	17	0,03	40	0,06	521	0,50
Maracanaú	4	0,01	10	0,02	14	0,01
Maranguape	1.438	2,33	537	0,84	139	0,13
Pacajus	8.729	14,17	3.957	6,16	7.817	7,54
Pacatuba	234	0,38	472	0,73	896	0,86
Paracuru	405	0,66	672	1,05	6.643	6,40
Paraipaba	20	0,03	28	0,04	47	0,05
Pindoretama	3.384	5,49	9.491	14,77	4.671	4,50
São Gonçalo do Amarante	2.313	3,75	3.080	4,79	9.008	8,68
São Luís do Curu	11	0,02	18	0,03	15	0,01
Trairi	59	0,10	92	0,14	90	0,09
Total RMF	61.606	100,00	64.239	100,00	103.726	100,00

Fonte: organizado pelos autores (2020) com base na Pesquisa da Pecuária Municipal do IBGE.

Diante disso, é possível afirmar que existe uma territorialização da avicultura em vários municípios da RMF nas últimas décadas, promovendo novas formas de uso e ocupação do espaço agrícola nesses municípios, resultando em uma nova configura-

ção espacial da atividade. Tal reconfiguração é claramente caracterizada por uma especialização territorial produtiva na porção leste da RMF, como pode ser observado nas Figuras 1 e 2.

**Figura 2 - RMF. Distribuição da produção de ovos (mil dúzias), segundo municípios, 1995, 2017**



Fonte: organizado pelos autores (2020) com base na Pesquisa da Pecuária Municipal do IBGE.

## Agentes, dinâmicas socioespaciais e especificidades

Entre as principais características da avicultura brasileira, fruto da reestruturação produtiva, está a sujeição da renda da terra do agricultor ao capital industrial, que, segundo Martins (1981), corresponde a uma das estratégias de difusão do capitalismo no campo. Nessa relação, não há uma expropriação direta do agricultor, pois ele permanece com a propriedade da terra, mas parte de sua renda é apropriada por outros, normalmente empresas e corporações agroindustriais com os quais o agricultor se associa para a realização da produção. A sujeição da renda da terra e a dependência dos agricultores se dá, então, com base na relação estabelecida entre os pequenos e também médios agricultores familiares, que realizam a criação das aves, e as agroindústrias frigoríficas, que processam o abate e a comercialização do produto final.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> No Brasil, além da avicultura, é possível observar procesos similares, por exemplo,

O contrato estabelecido entre as partes prevê, entre outros aspectos fundantes para a sujeição da renda da terra ao capital industrial, o fornecimento dos bens de produção por parte do frigorífico, tais como pintos de um dia, ração, medicamentos veterinários, desinfetantes, assistência técnica para a construção dos aviários e a produção. Ao agricultor cabe arcar com os custos de montagem do aviário e com todos os cuidados diários para a criação das aves até o momento do abate.

Outro aspecto crucial dessa relação é o contrato de exclusividade de venda, caracterizando a obrigatoriedade da entrega de toda a produção para o frigorífico “parceiro”. Isso confere aos frigoríficos controle na determinação dos preços dos bens de produção fornecidos para criação e, principalmente, do preço de compra das aves criadas, lembrando que na hora do pagamento da produção por parte dos frigoríficos são feitos todos os descontos dos insumos fornecidos no início do processo produtivo.

Tal tipo de relação estabelecida entre os avicultores e os frigoríficos está entre os casos mais emblemáticos no Brasil de sujeição e expropriação da renda da terra do agricultor pelo capital industrial e são muitos os estudos que mostraram todos seus aspectos perniciosos. Assim, de um lado, tivemos um importante processo de concentração econômica, que fez dos frigoríficos verdadeiras corporações agroindustriais e, de outro, temos milhares de agricultores totalmente submetidos aos ditames dessas corporações.<sup>4</sup> Destacamos também que a sujeição da renda da terra se dá ainda pelo capital financeiro, já que, de maneira geral, é o avicultor que arca com os custos da montagem dos aviários e, dessa forma, quase sempre recorre aos empréstimos bancários e, como todos sabemos, sempre

---

na produção de leite, fumo, soja e frutas.

<sup>4</sup> O setor dos frigoríficos está entre os que passou pelos mais intensos processos de concentração econômica na agropecuária brasileira. Foram muitas aquisições e fusões, restando poucas empresas. No caso da avicultura, dados da Avisite mostraram que em 2015 oito frigoríficos concentravam cerca de 65% do total das cabeças de frango abatidas no Brasil: BRF, JBS, Aurora, Copacol, Globoaves, C.Vale, Rio Branco e Coopavel. Disponível em: <<http://www.avisite.com.br>>.

com altas taxas de juros praticadas nos bancos atuantes no Brasil.<sup>5</sup>

Embora também esteja passando por processos de reestruturação produtiva nas duas últimas décadas, com utilização dos mais modernos sistemas técnicos agrícolas, com uso intensivo de capital e de tecnologias adotadas mundialmente no ramo, tais como a informatização dos aviários, o uso da engenharia genética, com grandes aumentos de produção e produtividade, a avicultura realizada no Ceará de maneira geral, incluso na RMF, guarda singularidades consideráveis em relação às áreas onde é comandada pelos grandes frigoríficos.

Entre as principais características da avicultura intensiva cearense destacamos: a não existência do chamado sistema de integração, sob domínio de grandes frigoríficos; uma importante divisão do trabalho entre os principais agentes partícipes da atividade, de maneira geral destacando-se os que realizam a criação das aves dos que promovem o abate e a comercialização da produção; a primazia de pequenos abatedouros frente ao grande frigorífico; a predominância da comercialização do frango vivo ou recém abatido e a hegemonia do capital local. Tais aspectos por si só já denotam que a atividade possui agentes e processos em parte bastante distintos dos hegemônicos em outras partes do país.

Diferentemente do sistema de integração no qual identificamos notadamente dois agentes principais atuantes em todo o processo produtivo (pequeno agricultor e grande frigorífico), no Ceará temos um número maior de agentes envolvidos considerando da criação à comercialização. O início do processo se dá com as granjas, modernas empresas agrícolas de criação das aves, sendo que a grande maioria é especializada

---

<sup>5</sup> Em trabalhos de campo realizados em aviários nos municípios de Chapecó (SC) e Rio Verde (GO), no ano de 2017, foi possível conversar com alguns pequenos avicultores e melhor conhecer parte das dificuldades pelas quais passavam dado o sistema de produção integrado com os grandes frigoríficos. Todos se queixaram da obrigatoriedade de seguirem um conjunto de sistemas técnicos padronizados, com frequentes demandas de atualização, o alto custo para a montagem e manutenção dos aviários, os endividamentos bancários, entre outros.

na produção de frango vivo e de ovos, os principais produtos da avicultura cearense. Existem em especial as granjas de criação de frango e as de postura comercial. Elas respondem por cerca de 50% do consumo estadual de frango e 90% do de ovos.<sup>6</sup> Essas empresas realizam a produção com os mais modernos sistemas técnicos agrícolas disponíveis para o ramo, em nada devendo aos principais centros da avicultura do país. Todas as empresas avícolas no Ceará são de capital local e várias nasceram na década de 1960 como pequenas granjas na então periferia da cidade de Fortaleza.

Em sua grande maioria, as granjas modernas não realizam o abate das aves. A comercialização de cerca de 80% das respectivas produções ocorre a partir da venda do frango vivo para pequenos e médios abatedouros, que se mostram importantes agentes da avicultura cearense. Esses, ao contrário das granjas, compõem um conjunto mais numeroso e heterogêneo no que tange ao capital e à tecnologia envolvidos.

Há desde médios abatedouros até os chamados “abatedouros de fundo de quintal” que sacrificam diariamente uma pequena quantidade de aves e atuam de maneira informal e extremamente artesanal. O primeiro grupo soma poucos estabelecimentos e acaba atuando como atacadista intermediário entre as granjas e os pequenos comércios varejistas, assim como para um conjunto de abatedouros menores. Alguns apenas vendem o frango abatido para comércios menores, enquanto outros possuem também seus próprios pontos de comercialização no varejo.

Não há dados oficiais precisos ou atualizados sobre o número total de abatedouros existentes no Ceará, até mesmo porque uma parte atua de maneira extremamente artesanal e informal, sem alvará de funcionamento ou licença ambiental, em dissonância com as normas sanitárias, como as de descarte dos resíduos dos animais abatidos. Isto explica em parte a localização de muitos abatedouros em bairros populares da periferia de Fortaleza e sobretudo dos municípios vizinhos, onde o controle urbano

---

<sup>6</sup> Os outros 50% são supridos pelos frangos congelados dos grandes frigoríficos brasileiros.

e sanitário é menos eficaz.<sup>7</sup> Mas, apesar da ausência de dados, estudos realizados pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene) (BEZERRA et al., 2015) mostraram que havia cerca de 1.200 estabelecimentos em todo o estado que recebiam aves vivas para abate e comercialização. Entendemos, então, que tal heterogeneidade entre os agentes envolvidos na avicultura e suas respectivas dinâmicas de produção é outra das principais características do setor no Ceará.

Uma entrevista realizada com um proprietário de um pequeno abatedouro localizado em Caucaia, município da RMF conurbado à Fortaleza, ajudou-nos a melhor compreender o funcionamento dessa singularidade da avicultura cearense. Segundo ele, de maneira geral, os pequenos abatedouros compram o frango vivo das próprias granjas ou de intermediários e realizam o abate em suas instalações. A princípio, é menos viável a compra direta das principais empresas avícolas, considerando tanto a forma de pagamento, que é adiantado antes do recebimento da mercadoria, quanto as condições de entrega, que seguem um cronograma mais rigoroso imposto pelas empresas. Torna-se, assim, mais plausível para o “modelo de negócio” das pequenas unidades de abate comprar dos intermediários, dado que o pagamento é realizado no momento da entrega da mercadoria, da mesma maneira que essa se dá de forma mais flexível, sem demanda de um rígido calendário preestabelecido de entrega.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Os abatedouros de menor porte utilizam procedimentos ainda bastante rudimentares, tais como o de funil para a sangria. Essas condições insalubres, de maneira geral, põem em risco à saúde dos trabalhadores dessas unidades, da população consumidora, da população vizinha aos estabelecimentos e do meio ambiente. Isso rebate também na forma de comercialização. Não é incomum encontrar nos bairros mais periféricos das cidades da RMF, caixotes nas calçadas com meia dúzia de frango recém abatido para venda. Por outro lado, são frequentes as notícias nos principais meios de comunicação do Ceará sobre tal realidade, assim como a de fechamento de abatedouros clandestinos que descartam restos de animais (penas, vísceras, sangue etc.) nos principais cursos d’água da cidade de Fortaleza. Disponível em: OPovo on line, 23/06/2020. Abatedouro clandestino que descartava restos de animais no Riacho Maranguapinho é fechado em Fortaleza. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2020/06/23/abatedouro-clandestino-que-descartava-restos-de-animais-no-riacho-maranguapinho-e-fechado-em-fortaleza.html>>. Acesso em: 28 ago 2020.

<sup>8</sup> Entrevista realizada no dia 26 de julho de 2020.

Em contrapartida, a existência de um grande número de pequenos e médios abatedouros é também indicativo da quase inexistência de frigoríficos, o que faz com que seja necessário abater o frango mais próximo ao momento do consumo, assim como espacialmente mais próximo do mercado consumidor. Dessa forma, se em grande parte das principais metrópoles brasileiras a maior parte do frango comercializado é a do frango congelado, no Ceará, incluindo Fortaleza, é a do frango recém abatido, que é o frango fresco, que nunca foi congelado, enviado ao mercado logo após o abate para ser consumido em poucos dias.<sup>9</sup>

Essa predominância da comercialização do frango recém-abatido, popularmente conhecido como “frango quente”, denota também muito da cultura cearense e mesmo nordestina de uma maneira geral, uma vez que é um produto muito apreciado e difundido em todo o estado. Mesmo na capital Fortaleza é possível encontrá-lo em estabelecimentos comerciais por toda a cidade, até mesmo em suas áreas mais valorizadas. Em uma das avenidas com o metro quadrado mais caro de Fortaleza, por exemplo, pode-se ler em uma placa de um pequeno açougue a frase “vende-se frango abatido”. Cabe o destaque que o açougue fica ao lado de uma loja da rede multinacional de supermercados Pão de Açúcar, uma das maiores detentoras do varejo alimentar no país, e defronte o supermercado Cometa, rede de supermercados de capital local, sendo que ambas comercializam tanto o frango produzido no estado (resfriado e congelado), quanto o frango congelado de alguns dos principais frigoríficos do país.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> A princípio, desde que realizado em consonância com as normas sanitárias, o consumo do frango recém abatido não é ruim, ao contrário.

<sup>10</sup> Informação de campo do dia 12 de setembro de 2020. Em entrevista com o proprietário do açougue, pudemos ter mais detalhes sobre a comercialização do frango abatido (ou frango quente) realizado pelo estabelecimento, tais como de que é possível adquirir o produto todos os dias da semana, de segunda a segunda, das 7h às 12h, assim como aceitam encomenda de sangue do animal para a confecção de frango à cabidela, iguaria muito apreciada no estado, que tem como peculiaridade o cozimento do frango no sangue do animal, o qual serve ainda como ingrediente principal para o molho que rega o prato.

Além dos agentes e processos citados até o momento, outros também vêm se apresentando com grande força. Como de resto em todo o sistema capitalista em seu estágio atual, as granjas cearenses vêm passando por um processo de concentração econômica. Poderíamos dizer que o setor hoje se apresenta organizado de forma oligopsonica, uma vez que poucas empresas detêm parte considerável do capital, das forças produtivas, da produção e do mercado consumidor estadual de frango e de ovos.

Muito embora os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) mostrem a existência de 104 estabelecimentos agrícolas de produção de aves na RMF em 2017, de acordo com o site da Associação Cearense de Avicultura (Aceav), representante das empresas avícolas no Ceará, eram 21 as empresas principais do setor em 2020.<sup>11</sup> É importante dizer que tal discrepância entre os números se deve a duas questões em especial. Uma é que as empresas contabilizadas pela Aceav são as maiores e mais importantes, não significando que não existam outras empresas. Por outro lado, é comum que uma mesma empresa possua vários estabelecimentos de produção de aves, com CNPJ distintos e, dessa forma, contabilizados separadamente.<sup>12</sup>

As duas fontes indicam que esse número de empresas já foi bem superior ainda na década de 1990, sendo as aquisições por parte de algumas empresas um dos processos que explica a redução desse montante. Os dados da RAIS indicavam que em 1995 o número era de 198 estabelecimentos de criação de aves na RMF, o que mostra uma redução de 47,5 % no período de

---

<sup>11</sup> Das empresas localizadas na RMF, a lista das associadas a Aceav incluía: Companhia de Alimentos do Nordeste (Cialne); Regina Agroindustrial; Avicultura Industrial Josidith Ltda; Avine Comercial e Avícola do Nordeste; Emape-Alimentos Ltda; Granja Santa Lúcia S/A; Granjas São José S/A; Pacheco Neto – Ovos de Codorna Ceave; Tijuca Alimentos; Haisa-Horizonte Avícola e Industrial S/A; J.Reis Avícola Ltda / Drogavet. Disponível em: <<https://www.aceav.com.br/index.php/more/associados>>. Acesso em: 12 jun. 2020. Cabem aqui alguns destaques: se considerarmos somente as empresas atuantes na RMF, o número de empresas diminui para 18. Além dos dados contidos no site da Aceav, tivemos oportunidade de realizar entrevista com alguns de seus executivos em outubro de 2020, aos quais agradecemos.

<sup>12</sup> Em atuação na avicultura cearense temos tanto pessoas jurídicas, quanto pessoas físicas.

22 anos (1995-2017). A mesma fonte apresenta que o número de empregos com carteira assinada nos estabelecimentos, no entanto, passou de 3.606 em 1995 para 5.856 no segundo ano, o que evidencia que embora tenha diminuído o número de estabelecimentos, houve aumento de empregados (62,5%), evidenciando crescimento da atividade.<sup>13</sup>

A formação de corporações, própria do capitalismo, notadamente no período histórico atual, como estudaram vários autores (SANTOS, 1979; CORRÊA, 2002; OLIVEIRA, 2016; DOWBOR, 2017), já pode ser observada na avicultura da RMF. Entendemos que a reestruturação produtiva e a acumulação de capital ocorrida nas últimas décadas, contribuiu para a formação de algumas corporações associadas à atividade. Entre os destaques citaríamos a Companhia de Alimentos do Nordeste (Cialne), hoje uma das líderes do setor na região Nordeste (VALOR 1000), e a Regina Agroindustrial S/A. Fundadas na década de 1960, ambas são empresas de capital local e fechado.<sup>14</sup>

Essas duas corporações, embora se destaquem na criação de frangos de corte e de ovos, já atuavam ou passam a atuar em outras atividades nas últimas décadas, algumas inclusive associadas diretamente às demandas da realização da própria avicultura, tais como comércio de insumos agropecuários; fabricação de alimentos para animais;<sup>15</sup> transporte rodoviário de cargas<sup>16</sup>; mas também preparação do leite<sup>17</sup>; fabricação de laticínios, embutidos, entre

---

<sup>13</sup> Cabe destacar que o número de pessoas atuando na criação de aves pode ser superior, dada a informalidade que caracteriza o trabalho na agropecuária cearense.

<sup>14</sup> Capital fechado: “característica do tipo de sociedade anônima em que o capital, representado por ações, é dividido entre poucos acionistas. Além disso, as ações não são negociáveis em Bolsas de Valores e são transmitidas ou negociadas apenas sob consenso dos acionistas” (SANDRONI, 2008).

<sup>15</sup> Quase todas as principais empresas avícolas cearenses possuem suas indústrias de ração.

<sup>16</sup> Muitas vezes para transporte de suas próprias mercadorias. É comum ver pelas cidades da RMF os caminhões com logotipos das principais empresas avícolas cearenses entregando seus produtos nos estabelecimentos comerciais.

<sup>17</sup> Pertencia à Cialne, por exemplo, a 19ª maior produção de leite do Brasil no ano de 2020 (TOPMILK, 2020).

outros,<sup>18</sup> caracterizando tais corporações como multisetoriais, o que reforça o perfil verticalizado de organização empresarial.

A formação das corporações no ramo avícola cearense vem acompanhado de outros processos, tais como o da verticalização da produção.<sup>19</sup> A Regina Agroindustrial é um destaque, uma vez que realiza desde a criação das aves até a distribuição dos seus produtos finais com marca própria nas principais redes de supermercados atuantes no Ceará. É praticamente a única empresa no Ceará que possui frigorífico e tem o frango congelado com marca própria, que pode ser encontrado tanto nos principais supermercados da RMF, como no restante do estado.<sup>20</sup>

É necessário dizer que não se trata de uma verticalização absoluta, já que parte dos bens de produção imprescindíveis à avicultura são provenientes de empresas localizadas em outras partes do país e mesmo do mundo, tais como uma gama extensa de equipamentos técnicos como climatizadores, dosificadores, comedouros, bebedouros, sistemas de resfriamento, iluminação, ventilação, da mesma forma que medicamentos, entre tantos outros.<sup>21</sup>

Sem dúvida, o bem de produção de maior complexidade para a avicultura continua sendo o material genético para a criação, ou seja, as bisavós, as avós e as matrizes, como são chamadas as aves que produzem os ovos férteis para produção de aves comerciais

---

<sup>18</sup> Fonte: <<https://cnpj.s.rocks/cnpj/07220874000101/companhia-de-alimentos-do-nordeste-cialne.html>>. Acesso em: 7 set. 2020.

<sup>19</sup> “Verticalização: atuação de uma empresa em mais de um estágio do processo produtivo, o que frequentemente ocorre por meio da fusão de várias empresas que atuam em estágios diferentes. O mais abrangente tipo de verticalização ou integração vertical é o da empresa que controla desde a produção de matérias-primas até a confecção final do produto” (SANDRONI, 2008).

<sup>20</sup> Outra empresa, a Tijuca Alimentos, também vem verticalizando a produção e distribuindo seus produtos com marca própria, incluso de frangos congelados. Mas como é uma empresa do município de Beberibe, que não compõem a RMF, muito embora seja uma extensão dessa, não a incluímos como exemplo no texto.

<sup>21</sup> Durante trabalho de campo em uma região produtiva do agronegócio (ELIAS, 2017b) comandada pela cidade de Passo Fundo (RS), em 2011, tivemos a oportunidade de realizar uma visita técnica à GSI, localizada no município de Marau, uma das empresas produtoras de um conjunto significativo desses bens de produção para aviários. Já naquele momento, chamou-nos atenção, entre outros, como estava avançado o uso da informática para o gerenciamento e monitoramento dos aviários, tais como da iluminação, da temperatura etc.

de corte ou de postura comercial para dar os melhores resultados para a criação.<sup>22</sup> Elas resultam da utilização das mais modernas técnicas de engenharia genética e o setor é dominado por poucas e poderosas corporações multinacionais, representando um aspecto de dependência da avicultura brasileira.<sup>23</sup>

Muito desse material genético utilizado no país é produzido em parceria com as multinacionais. No Ceará, por exemplo, a Cialne é cliente da Aviagen desde 1998, empresa estadunidense considerada uma das líderes mundiais em genética de aves. Nesse caso, o contrato prevê não somente a utilização, mas a licença para a multiplicação das matrizes do tipo Ross no Nordeste (AVICULTURA INDUSTRIAL, 2016). A Cialne é a única produtora em todo o Norte e Nordeste desse tipo de insumo.<sup>24</sup> Esse bem de produção primordial para a avicultura intensiva também evidencia o acirramento da divisão do trabalho do setor, uma vez que existem os estabelecimentos avoseiros, os matrizeiros, os matrizeiros de recria, os incubatórios de granjas de linha pura, os estabelecimentos incubatórios de avoseiros, entre outros.<sup>25</sup>

---

<sup>22</sup> Delas depende a qualidade da produção comercial em grande escala, assim como que uma ave possa ir para o abate com 45 dias.

<sup>23</sup> De acordo com dados da Embrapa Suínos e Aves, bisavós: devido à necessidade de ganhos genéticos cumulativos e de grande número de aves para a seleção, além do grande número de galinhas para produzir os ovos, as linhas puras podem ser reproduzidas em várias incubações, quinzenalmente. Os produtos nascidos são da mesma constituição das linhas puras e selecionadas dentro da linha, transformando-se em Bisavós. Avós: do acasalamento das bisavós dentro de linha gera-se os galos nas linhas de macho e as galinhas nas linhas de fêmeas que serão os pais das matrizes e, portanto, chamados de avós. Matrizes: as matrizes são os híbridos resultantes do cruzamento de avós. Por exemplo, a matriz macho AB é produzida pelo acasalamento do avô paterno (galo A) com a avó paterna (galinha B) e a matriz fêmea CD é produzida pelo acasalamento do avô materno (galo C) com a avó materna (galinha D). Disponível em: <<http://www.cnpsa.embrapa.br/SP/aves/Avo-bisavo.html>>. Acesso em: 18 set. 2020.

<sup>24</sup> Disponível em: <https://www.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/aviagene-cialne-celebram-juntos-uma-longa-historia-na-avicultura-brasileira/20160524-090718-1044>. Acesso em: 16 set. 2020.

<sup>25</sup> O *estabelecimento avoseiro*, que é granja de avós, importadora, exportadora e produtora de ovos férteis para produção de matrizes; *estabelecimento matrizeiro*: granja ou núcleo de matrizes, importadora, exportadora e produtora de ovos férteis para produção de aves comerciais de corte ou de postura comercial; *estabelecimento matrizeiro de recria*: granja ou núcleo de recria de matrizes de 1

## Fixos, fluxos e estruturação urbana

Uma das hipóteses trabalhadas foi a de que avicultura está entre os agentes de produção do espaço não só agrícola, mas também urbano-regional na RMF. Dessa forma, identificamos os *sistemas de objetos* (SANTOS, 1996) de algumas das principais empresas avícolas cearenses, entendendo que através deles é possível vislumbrar não somente os fixos a elas inerentes, mas também parte dos seus fluxos materiais e imateriais, especialmente a partir dos *circuitos espaciais de produção* (SANTOS, 1986, 1996), revelando dinâmicas socioespaciais associadas, tais com a própria territorialização das empresas monopolistas (OLIVEIRA, 2016) atuantes no setor.

Isso nos ajudou a melhor compreender a geografia da avicultura não só da RMF, mas cearense como um todo e, por sua vez, nos deu elementos para concernir sobre a produção do espaço da RMF pela avicultura, uma vez que, como destacou Santos (1988, 1996), a interação entre *fixos* e *fluxos* expressa a realidade do espaço geográfico.

As empresas selecionadas foram a Cialne e a Regina Agroindustrial, pela importância delas para o setor na RMF como já destacado. Os fixos considerados foram seus respectivos aviários, fábricas de ração, incubatórios, unidades industriais de abate e preparação da carne de frango resfriado e congelado, sedes dos escritórios corporativos, granjas de matrizes, centros de distribuição e demais unidades associadas à produção e gestão. Através da consulta à diversas fontes, foi possível identificar um conjunto importante de fixos das duas empresas.<sup>26</sup>

---

dia produtoras de aves comerciais de corte e postura; *estabelecimento incubatório de granjas de linha pura*: estabelecimento importador, exportador e produtor de aves de 1(um) dia para produção de bisavós; *estabelecimento incubatório de avoseiros*: estabelecimento importador, exportador e produtor de aves de 1 dia para produção de matrizes, entre outros. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/pagina-249.html>>. Acesso em: 18 set. 2020.

<sup>26</sup> Não há uma fonte oficial de dados que nos permita identificar todos os fixos inerentes à avicultura cearense ou da RMF, segundo empresas. Fez-se necessário um trabalho qualitativo complexo de coleta de informações em diferentes fontes, com objetivo de organizar dados que permitissem caracterizar tais empresas, assim como fazer análises e tirar conclusões. Dessa forma, consultamos sites das

Considerando somente a RMF, pudemos identificar, por exemplo, que a Regina Agroindustrial possui unidades de criação de frangos para corte, nos municípios de Maracanaú, Maranguape, Itaitinga, Aquiraz, Pacatuba, Pindoretama, Pacajus, Cascavel e Caucaia, sendo que em alguns desses municípios há registro de existência de mais de uma unidade. Sua sede corporativa, por sua vez, se localiza na cidade de Fortaleza e seu frigorífico no distrito industrial de Maracanaú (com o nome de Poli Alimentos).<sup>27</sup>

Já a Cialne tem mais de 50 unidades produtivas distribuídas por diferentes municípios especialmente no estado do Ceará, mas também no Maranhão, Paraíba e Piauí. Essas unidades estão todas a uma distância média de 600 a mil quilômetros da cidade de Fortaleza, onde também está situada a sua sede corporativa.<sup>28</sup> Na RMF os fixos da empresa distribuem-se especialmente por Fortaleza, Maranguape, Caucaia, Aquiraz, Paracuru, São Gonçalo do Amarante, Guaiuba e Paraipaba.<sup>29</sup> No Maranhão, as granjas de frangos e a fábrica de ração

---

respectivas empresas, da ACEAV, do Etene, do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), dos dois principais jornais de circulação diária do Ceará (O Povo e Diário do Nordeste), de revistas especializadas em matérias sobre o agronegócio etc., todos citados na bibliografia ou nas notas de rodapé. A localização de muitas das granjas foi realizada através da busca no Google e no aplicativo de mapas Google Earth. Assim, considerando não só essa dificuldade de acesso à informação, somada aos processos frequentes de reestruturação produtiva, aquisição de novas unidades por algumas empresas, assim como de fechamento de outras, os dados contidos no capítulo apresentam um retrato da situação do momento no qual a pesquisa foi realizada. Por exemplo, no início da pesquisa algumas das fontes consultadas nos indicavam a existência de um frigorífico no Piauí pertencente a Cialne, sendo que por ocasião da redação desse capítulo obtivemos a informação, em entrevista na Aceav, que o mesmo havia sido fechado há pouco tempo.

<sup>27</sup> Fora da RMF encontra-se instalada também no município cearense de Barroquinha; em Paulo Afonso na Bahia e Paragominas no Pará. A Poli Alimentos está presente também no município de Barbalha, no sul do Ceará. Disponível em: <<https://polealimentos.com.br/>>. Acesso em: 18 set. 2020.

<sup>28</sup> Disponível em: <<http://www.cialne.com.br/content/historia>> e <<https://www.dinheirorural.com.br/secao/capa/sem-tempo-para-descansar>>. Acesso em: 6 jun. 2020.

<sup>29</sup> No Ceará estão ainda nos municípios relacionados a outros polos de avicultura do estado, tais como em Ubajara, Umirim e Irauçuba.

abastecem as unidades da região. No Piauí possui granja de frangos e fábrica de ração.<sup>30</sup>

Os aspectos até aqui apresentados permitem afirmar que, a partir dos *sistemas de objetos* da atividade avícola na RMF realiza-se uma grande quantidade de fluxos, seja de aves, ração, maquinários, vacinas, equipamentos para aviários, capital, trabalhadores agrícolas residentes na cidade, informações etc. Assim, a interseção dialética entre fixos e fluxos resulta em um conjunto de interações espaciais (CORRÊA, 2016; COCCO e SILVEIRA, 2017) e forma uma importante rede geográfica multiescalar. Essa rede interliga campo e cidade de vários municípios da RMF através de seus processos produtivos, da mesma forma que de outros estados, especialmente do Nordeste, nos quais existem unidades produtivas e também mercado consumidor. Isso sem falar nas relações de outras escalas geográficas estabelecidas para aquisição de bens de produção.

É grande também a quantidade de fluxos de várias naturezas e espessuras entre os diversos fixos das principais empresas com Fortaleza, uma vez que suas sedes corporativas estão situadas nessa cidade, algumas ainda nos endereços de origem nos bairros periféricos da cidade, assim como a sede da Aceav, localizada no bairro da Aldeota, área de um dos metros quadrados mais caros da cidade. Os fluxos com Fortaleza se dão também devido o consumo produtivo (SANTOS, 1988; 1993) do agronegócio (ELIAS, 2003a; 2015) demandado pela avicultura. Como já evidenciamos na seção anterior, a quantidade de bens de produção necessários à atividade soma uma gama de produtos e serviços especializados e mesmo que parte seja atendida diretamente junto à representantes comerciais, ainda resta um conjunto que se realiza a partir da cidade de Fortaleza. Entre esses podemos citar os que demandam mão de obra especializada, crédito, serviços de marketing, tecnologias modernas, consultorias de várias naturezas, equipamentos agrícolas, entre outros. Não podemos deixar de citar ainda os

---

<sup>30</sup> Fonte: Cialne. Disponível em: <<http://www.cialne.com.br/>>. Acesso em: 14 jul. 2020; DINHEIRO RURAL. <<https://www.dinheiorural.com.br/secao/capa/sem-tempo-para-descansarr>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

fluxos para a distribuição da produção, tais como os que se dão com as lojas do segmento de distribuição e comercialização no varejo, notadamente as lojas de auto-serviço.

Afirmamos, então, que as interações espaciais promovidas pela avicultura têm na cidade de Fortaleza seu ponto de comando, evidenciando, como já nos mostrou Elias (2003a; 2015; 2017a; 2020) para outras realidades, que as condições gerais de reprodução do capital do agronegócio, no caso agronegócio avícola, também se dão na cidade, impactando tanto na sua economia, quanto na produção de seu espaço. Assim, também ficou evidente a relevância dos processos econômicos e territoriais da avicultura para a produção do espaço não só agrícola, mas também urbano-regional na RMF.

Cabe destacar ainda que parte das áreas ocupadas pelas granjas quando do início de suas atividades foram incorporadas ao espaço urbano em décadas mais recentes. Muitas das granjas existentes na RMF tiveram suas atividades iniciadas em áreas limítrofes da cidade e em bairros periféricos de Fortaleza, então muito distantes do centro, mais a sudeste, tais como Messejana, Lagoa Redonda, Curió, Paupina, Pedras, entre outros. Com o crescimento demográfico e econômico da capital do estado, o aumento da urbanização e a conseqüente expansão imobiliária, notadamente para fins residenciais, ocorreram mudanças significativas nas formas de uso e ocupação do solo desses bairros e do próprio limite da cidade e várias áreas então ocupadas por granjas foram loteadas, convertendo a terra rural em terra urbana. A diminuição do número de estabelecimentos de criação de aves serve como um indicador para tal realidade. Dados da RAIS indicam que somavam 27 unidades em Fortaleza no ano de 1995 contra 10 em 2017.

Algumas dessas áreas foram alvo de fortes processos de especulação imobiliária a partir da década de 1990 e se transformaram em local de moradia para população de renda mais elevada, até mesmo com a construção de condomínios fechados, o que aumentou sobremaneira o preço da terra (PEQUENO, 2015, 2016). Outras áreas foram alvo de políticas

públicas para construção de moradias populares, como os conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida (PEQUENO e ROSA, 2015) no bairro de Paupina. Na Figura 3, é possível ver, com o aplicativo de mapas Google Earth, que em 2009 ainda existiam as granjas (conforme a marcação em vermelho), mas que em 2011 elas foram substituídas pelos conjuntos habitacionais.

**Figura 3. Fortaleza. Substituição das granjas pelo PMCMV no bairro Paupina 2009 e 2020**



Fonte: Google Earth, organizado pelos autores (nov. 2020).

Isso afastou a produção avícola da capital, contribuindo para que se instalasse nos municípios vizinhos da RMF, que ofereciam condições mais favoráveis para a expansão da atividade, maiores extensões de terra e a menor preço, além de proximidade com o principal mercado consumidor. Mas já é possível observar processos similares aos ocorridos em Fortaleza em outros municípios da RMF, como por exemplo em Eusébio, onde estabelecimentos agrícolas de produção de aves foram transformados em loteamentos e até mesmo condomínios fechados (eram 11 estabelecimentos que produziam aves em 1995 contra dois em 2017). O mesmo ocorreu nos municípios de Caucaia e Maracanaú, dois dos mais próximos a Fortaleza e urbanizados da RMF. O número de estabelecimentos de criação de aves em Caucaia passou de 12 para um no período considerado para análise, enquanto de 21 para 4 em Maracanaú. Mas recentemente é possível observar o mesmo processo em municípios da RMF menos próximos à capital.

Lembremos que a especulação imobiliária urbana é uma forma pela qual os proprietários da terra recebem uma

renda transferida dos outros setores produtivos da economia (CAMPOS FILHO, 1992). Da mesma forma que no mercado imobiliário o preço da terra urbana é muito superior ao da terra rural. Assim, podemos concluir que esse processo de conversão das áreas de granjas em áreas urbanas além de evidenciar parte da produção do espaço urbano, foi benéfico para alguns de seus proprietários e contribuiu para a acumulação de capital no setor, a ampliação de suas respectivas capacidades produtivas e a reestruturação produtiva e concentração economia das últimas duas décadas.

## Considerações finais

A pesquisa sobre a avicultura realizada na RMF confirmou as hipóteses levantadas, assim como permitiu outras conclusões. Considerando os processos monopolistas territoriais no comando da produção agropecuária e florestal mundial no presente período histórico, como nos ensinou Oliveira (2016), observou-se a territorialização das empresas avícolas por amplas extensões do espaço agrícola de vários municípios da RMF. Tais empresas têm o controle direto da produção das aves, da propriedade da terra, da produção de alguns dos bens de produção fundamentais à avicultura e algumas já realizam também a produção industrial (abate e processamento). Assim, o setor está em franco processo de concentração econômica, já se observando a formação de corporações, com tendência para o acirramento de tal processo na próxima década, o que poderá inviabilizar a existência de pequenas e médias granjas em atuação.

As corporações avícolas imprimiram novas condições técnicas de produção ao setor, às relações sociais de produção, à circulação e à distribuição, resultando em complexas dinâmicas socioespaciais ao espaço urbano-regional da RMF. É nítido o deslocamento do capital do setor para outros municípios da RMF, concomitante a uma especialização territorial produtiva à leste de Fortaleza, o que testemunha o poder das principais empresas do

setor de reorganizar não só a produção, mas também o território, que passa a ter novas formas de uso e ocupação. Tal poder de especialização territorial é claramente uma evidência do que Santos (1979, 1996) chamava de uso corporativo do território pelas grandes empresas.

Notamos também que a avicultura intensiva realizada na RMF é responsável por um forte incremento das relações campo-cidade, diluindo essa clássica dicotomia, como já ocorre em várias outras partes do Brasil que passam ou passaram por processos de reestruturação produtiva, como já demonstrado por Elias (2003a; 2013; 2015; 2017). Isso mostra que para as grandes empresas e corporações da avicultura, campo e cidade não estão em oposição, mas fazem parte de uma mesma rede geográfica com grande capilaridade pela RMF que inclui campo e cidade de diversos municípios da RMF, assim como de outras áreas, cada vez mais distantes de Fortaleza, que em vários casos extrapola os limites políticos-administrativos da RMF e do próprio Ceará.

Para essas empresas e corporações campo e cidade são formas-conteúdo (SANTOS, 1988, 1996) de uma mesma espacialidade integrada pela e para a reprodução ampliada do capital na avicultura. Dessa forma, um conjunto grande de fixos e fluxos, de horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 1996) compõem as redes geográficas formadas pelas grandes empresas e corporações avícolas cearenses e são, dialeticamente, tanto causa quanto efeito de inúmeras interações espaciais que estão no âmago da própria reprodução ampliada do capital de tais empresas.

Podemos avançar nessa análise utilizando outras categorias do método geográfico trabalhadas por Santos (1985), tais como estrutura, processo, função e forma, que são fundamentais para a compreensão da produção do espaço. Assim, o processo de reestruturação produtiva da avicultura cearense das últimas décadas promoveu novas formas espaciais, no campo e nas cidades, que cumprem muitas novas funções demandadas pela atividade. Naturalmente, tudo isso deve ser considerado juntamente com outra categoria basilar para a compreensão

do espaço, qual seja, o tempo, uma vez que o espaço guarda processos, formas, funções de tempos diferentes.

Todos esses aspectos devem ser levados em conta para a compreensão da lógica da (re)produção monopolista dos espaços agrícolas, mas também urbanos da RMF, já que a avicultura intensiva participa da economia urbana de várias de suas cidades, sobretudo Fortaleza. Em face do exposto e levando em conta os diferentes agentes atuantes no setor, incluso as pequenas granjas, pequenos abatedouros e a distribuição no varejo, chegamos a conclusões inicialmente não formuladas como hipóteses, tal como a de que a avicultura praticada na RMF, baseando-nos na teoria elaborada por Santos (1979), participa dos dois circuitos da economia urbana.

Enquanto as modernas empresas e corporações avícolas integram o circuito superior da economia urbana, as dezenas de pequenos abatedouros e comércios, por sua vez, participam do circuito inferior da economia urbana em várias das cidades da RMF, incluso na capital Fortaleza. A complexidade dessa realidade merece novos estudos visando melhor reconhecer todas as suas características e dinâmicas.

Por último, concluímos que para além da geografia agrária e da geografia econômica, o estudo é fundamental para a compreensão da própria morfologia urbana da RMF. Por morfologia urbana entendemos, seguindo Sposito (2017), não apenas a uma dada forma urbana, tal como ela se apresenta configurada espacialmente, mas ao processo de sua gênese e desenvolvimento, segundo os quais podemos explicá-la e não apenas descrevê-la.<sup>31</sup> Dessa forma, os estudos realizados permitem afirmar que a avicultura intensiva realizada na RMF é basilar para a compreensão da própria economia política

---

<sup>31</sup> Morfologia urbana “... não se referiria a uma dada forma urbana (extensão e volume), tal como ela se apresenta configurada espacialmente, mas ao processo de sua gênese e desenvolvimento, segundo os quais podemos explicar essa morfologia e não apenas descrevê-la ou representá-la gráfica ou cartograficamente. Aceitando-se essa perspectiva, a morfologia urbana refere-se não apenas à forma, mas também aos conteúdos que orientam essa forma e são por ela redefinidos continuamente” (SPOSITO: 2017, 298).

da cidade de Fortaleza, assim como da economia política da urbanização da RMF. Da mesma forma, como afirmou Elias (2020), que a RMF se constitui como um importante recorte espacial para estudos sobre o agronegócio globalizado no estado do Ceará.

## Referências

- AGRIMIDIA. **Aviagem e Cialne celebram juntos uma longa história na avicultura brasileira**. São Paulo, 24 maio 2016. Disponível em: <https://www.agrimidia.com.br/negocios/empresas/aviagem-e-cialne-celebram-juntos-uma-longa-historia-na-avicultura-brasileira/>. Acesso em: 16 set. 2020.
- ABPA - Associação Brasileira de Proteína Animal. **Relatório Anual 2020**. Disponível em: <http://gg.gg/mq6v3>. Acesso em: 05 out. 2020.
- BEZERRA, F. J. A. *et al.* (org.). **Perfil socioeconômico do Ceará**. Fortaleza. Fortaleza: BNB, 2015. 194p.
- CAMPOS FILHO, C.M. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1992. 143p.
- COCCO, R. G.; SILVEIRA, M. R. Interações espaciais. *In*: SPOSITO, E. S. **Glossário da geografia humana e econômica**. São Paulo: Editora UNESP, 2017. p. 229-238
- CORRÊA, R. L. Metrôpoles, corporações e espaço. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002. p. 67-114.
- CORRÊA, R. L. Processos, formas e interações espaciais. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 61, n. 1, p. 127-134, 2016. DOI: [https://doi.org/10.21579/issn.2526-0375\\_2016\\_n1\\_art\\_7](https://doi.org/10.21579/issn.2526-0375_2016_n1_art_7)
- DINHEIRO RURAL. **Sem tempo para descansar**. 12 set. 2014. Disponível em: <https://dinheirorural.com.br/sem-tempo-para-descansar/>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- DINHEIRO RURAL. **Produção de ovos alcança recorde de 3,83 bi de dúzias em 2019, diz IBGE**. 19 mar. 2020. Disponível em: <https://dinheirorural.com.br/producao-de-ovos-alcanca-recorde-de-383-bi-de-duzias-em-2019-diz-ibge/>. Acesso em: 6 jun. 2020
- DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017. 320p.
- ELIAS, D. Integração competitiva do semiárido. *In*: ELIAS, D.; FURTADO, J. L. S. (org.). **Modernização excludente**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. p. 11-36.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura**: a Região de Ribeirão Preto. São Paulo: EdUSP, 2003a.

ELIAS, D. Desigualdade e pobreza no espaço agrário cearense. **Mercator**, v. 2, n. 3, p. 61-69, 2003b. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/165>

ELIAS, D. Reestruturação produtiva da agricultura cearense. In: SILVA, J. B.; CAVALCANTE, T.; DANTAS, E. (org.). **Ceará**: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2005. p. 429-446.

ELIAS, D. Consumo produtivo em Regiões do Agronegócio do Brasil. In: BELLET, C.; MELAZZO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; LLOP, J. M. (org.). **Urbanización, producción y consumo em ciudades medias/intermedias**. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015. p. 35-56.

ELIAS, D. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **Acta Geográfica**, v. 1, p. 13-32, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5654/actageo2013.0003.0001>

ELIAS, D. Agronegócio globalizado: do campo à metrópole. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (org.). **O espaço e a metropolização**: cotidiano e ação. Rio de Janeiro: Consequência, 2017a. p. 587-509.

ELIAS, D. Construindo a noção de Região produtiva do agronegócio. In: OLIVEIRA, H. C. M. De; CALIXTO, M. J. M. S.; SOARES, B. R. (org.). **Cidades médias e região**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017b. p. 19-56.

ELIAS, D. A Região Metropolitana como recorte espacial para estudos sobre o agronegócio: questões de método e metodologia. **Boletim Goiano de Geografia**, n. 40, v. 01, p. 1-28, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5216/bgg.v40i01.63448>

ELIAS, D.; PEQUENO, R. (org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: BNB, 2006. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2020/07/EBOOK-DIFUSA%CC%83O-AGRO-NE.pdf>

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Reestruturação econômica e nova economia política da urbanização no Ceará. **Mercator**, v. 12, n. 28, p. 95-112, 2013. DOI: <https://doi.org/10.4215/RM2013.1228.0007>

ESPINDOLA, C. J. **As agroindústrias no Brasil**: o caso da Sadia. Chapecó: Grifos, 1999.

ESPINDOLA, C. J. A gênese das agroindústrias de carnes em Santa Catarina. In: SILVA, J. M. P.; SILVEIRA, M. R. (org.). **Geografia econômica do Brasil**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Região de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html>. Acesso em: 05 out. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa da Pecuária Municipal**. 1995, 2006, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/201>. Acesso em: 10 dez. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/panorama>. Acesso em: 20 maio 2020.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MINISTÉRIO DE ECONOMIA. **Relação Anual de Informações Sociais - RAIS**. Brasília. Disponível em: <http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>. Acesso em: 01 abr. 2024.

MIZUSAKI, M. Y. **Território e reestruturação produtiva da avicultura**. Dourados: Editora da UFGD, 2009.

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iände Editorial, 2016.

PEQUENO, R. Mudanças na estrutura socioespacial da metrópole: Fortaleza entre 2000 e 2010. *In*: COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R. (org.). **Fortaleza: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 187-237. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/colecao-metropoles-transformacoes-na-ordem-urbana-fortaleza/>.

PEQUENO, R. Quadro de mudanças na estrutura socioespacial da Região Metropolitana de Fortaleza entre 2000 e 2010. *In*: SILVA, S. B. M.; CARVALHO, I. M. M.; PEREIRA, G. C. **Transformações metropolitanas no século XXI**. Salvador: EdUFBA, 2016. p. 133-172.

PEQUENO, R.; ROSA, S. Inserção urbana e segregação espacial: análise do Programa Minha Casa Minha Vida em Fortaleza. *In*: SANTO AMORE, C.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (org.). **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p.131-164. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/minha-casa-e-a-cidade-avaliacao-do-programa-minha-casa-minha-vida-em-seis-estados-brasileiros/>.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia do século XXI**. 4. ed. revisada. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, M. **O espaço dividido**. São Paulo: EdUSP, 1979

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. Circuitos espaciais da produção. *In*: SOUZA, M. A. A.; SANTOS, M. (org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988. 132p.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SPOSITO, M. E. Morfologia urbana. *In*: SPOSITO, E. S. (org.) **Glossário da geografia humana e econômica**. São Paulo: Editora UNESP, 2017. p.297-302.

TOPMILK 2020. **Levantamento Top 100** – *Os cem maiores produtores de leite do Brasil*. Piracicaba: MilkPoint, 2020. Disponível em: <https://www.milkpoint.com.br/top100-2020-lp/>. Acesso em: 10 set. 2020.

VALOR 1000. **1000 Maiores Empresas e as campeãs em 25 setores e 5 regiões**. Rio de Janeiro: Grupo Globo, 2019.

## CAPÍTULO 5

# Agroindústria alimentar: epicentro do agronegócio no Ceará<sup>1</sup>

*Denise Elias*

### Resumo

O presente capítulo trabalha com três teses por nós defendidas. A primeira que a agroindústria alimentar é uma atividade central para a compreensão da difusão do agronegócio no Ceará. A segunda que a materialização das condições gerais de reprodução do capital deste agronegócio se dá também em algumas cidades da Região Metropolitana de Fortaleza, com destaque para a que lhe empresta o nome. A terceira tese é a de que as grandes empresas da agroindústria alimentar realizam um uso corporativo do território cearense e, dessa forma, são agentes responsáveis por importantes processos econômicos e espaciais no estado. Apresentar elementos de argumentação e de comprovação destas teses é nosso objetivo principal. O capítulo é composto por três seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira apresenta o perfil da agroindústria cearense por tamanho, considerando estabelecimentos e empregos segundo faixas de total de empregos por estabelecimento. A distribuição espacial da agroindústria é tema da segunda seção. A terceira parte apresenta o ramo da agroindústria alimentar, segundo grupos e classes de atividade econômica, dando destaque às grandes empresas, assim como aos processos econômicos e espaciais dos quais estas são importantes agentes.

---

<sup>1</sup> Capítulo publicado na Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/27877>

## Introdução

O presente capítulo trabalha com três teses por nós defendidas. A primeira é a de que a agroindústria alimentar é uma atividade central para a compreensão da difusão do agronegócio globalizado no estado do Ceará. A segunda é que a materialização das condições gerais de reprodução do capital deste agronegócio se dá também em algumas cidades da Região Metropolitana de Fortaleza, mas o destaque maior fica para a cidade que lhe empresta o nome. Por último, que as grandes empresas da agroindústria alimentar realizam um uso corporativo do território cearense, o que indica que são agentes determinantes para processos de (re)estruturação produtiva da agropecuária, (re)estruturação de algumas cidades, incluindo da Região Metropolitana de Fortaleza, assim como por processos de (re)estruturação urbano-regional, com o aumento da metropolização. Apresentar elementos de argumentação e de comprovação destas teses é nosso objetivo principal.

Lembremos que parte da agropecuária brasileira passa por significativas metamorfoses nos últimos cinquenta anos, ancorada pela reestruturação produtiva, pelo neoliberalismo, sob o comando do capital industrial e financeiro, culminando num novo modelo econômico, social, político e territorial de produção agropecuária preconizado com a mundialização financeira, hoje mais conhecido como agronegócio globalizado (ELIAS, 2003a, 2013), e que já ocupa parte significativa das terras no país.

Entre as características deste agronegócio está a interdependência entre vários setores econômicos, que incluem a agropecuária, a produção industrial, seja a que produz os bens de produção para a agropecuária, seja a que transforma a produção agropecuária, assim como os setores de comércio e de serviços, uma vez que requer uma grande quantidade de produtos e serviços especializados. Isto evidencia que para dar

conta do agronegócio faz-se necessário a realização de estudos intersetoriais, levando em conta este conjunto de atividades. (ELIAS, 2013, 2017)

Como já afirmamos em outras oportunidades, a ampliação do agronegócio é espacialmente seletiva.<sup>2</sup> Primeiramente ocupou as terras e áreas mais favoráveis à expansão de uma agricultura intensiva em ciência, tecnologia e informação, que passaram a ser forças produtivas para a atividade. Mas, desde os anos 1990, vem se difundindo em áreas que até então funcionavam como verdadeiros lugares de reserva (SANTOS, 1988; ELIAS, 2003b).

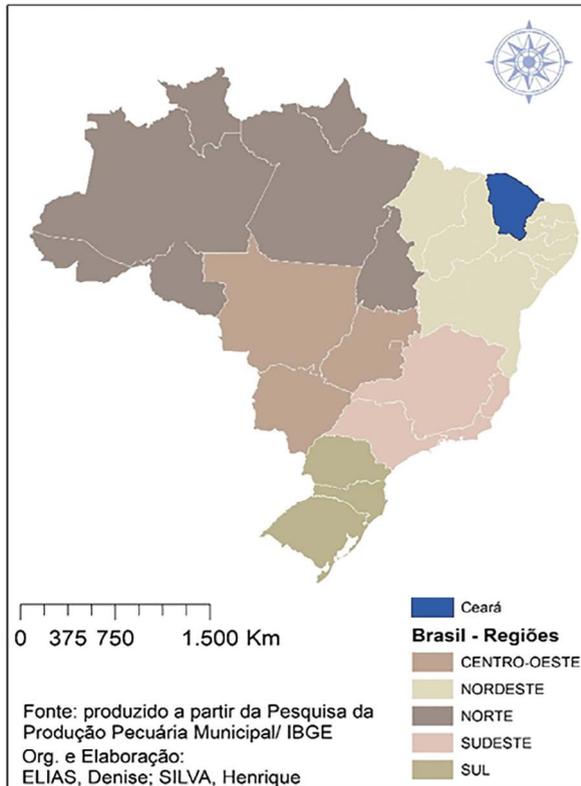
É neste contexto que chega também ao estado do Ceará (Figura 1), que historicamente tinha uma posição periférica na divisão do trabalho agropecuário no Brasil. Até então, a agropecuária cearense caracterizava-se, principalmente, pela pecuária extensiva, agricultura de subsistência, extrativismo vegetal e pela agricultura comercial do algodão, esta também produzida com técnicas pouco intensivas. Tais atividades ocupavam a quase totalidade das terras cultivadas e eram responsáveis pelo maior percentual do valor bruto da produção agropecuária. A maior parte era produzida por pequenos agricultores, associada aos ritmos da natureza do Semiárido (ELIAS, 2002).

Mas, frente às exigências do neoliberalismo, a agropecuária cearense assume novos papéis com a difusão do agronegócio globalizado. Desde então, é significativa sua reestruturação econômica e territorial frente às exigências da produção flexível, com objetivos claros de inserção na produção e no consumo globalizados, criando as condições materiais para maior solidariedade organizacional (SANTOS, 1996) com o país e o mundo (ELIAS, 2006).

---

<sup>2</sup> Além de socialmente excludente e ambientalmente insustentável (ELIAS, 2003a,b, 2006).

Figura 1. Brasil, segundo grandes regiões e o estado do Ceará.



Com o crescimento do agronegócio, entre as atividades que se destacam e que mais fortemente têm afetado a produção, as formas de uso e ocupação do espaço agrícola, assim como as relações sociais de produção, temos a de frutas tropicais para consumo *in natura* (melão, manga, banana, melancia etc., Figura 2); de camarão em cativeiro (carcinicultura, Figura 3); de flores e plantas ornamentais,<sup>3</sup> entre outros. A produção é voltada, em grande parte, para a exportação. Como principais agentes à frente de tais atividades, temos algumas importantes empresas, agrícolas e industriais.

<sup>3</sup> O Ceará ocupa o segundo lugar no ranking brasileiro da produção de flores, especialmente rosas, ficando atrás apenas de São Paulo, da mesma forma que de produção de camarão em cativeiro, perdendo somente para o Rio Grande do Norte (ELIAS, 2002).

**Figura 2. Ceará: Produção de melão para exportação e *packing house* de empresa agrícola de produção de frutas para exportação.**



Fonte: Fotos Denise Elias.

**Figura 3. Ceará: Produção de camarão em cativeiro e beneficiamento industrial de camarão produzido em cativeiro.**



Fonte: <https://marsemfim.com.br/voce-come-camarao/>  
<https://www.youtube.com/watch?v=qkz8ewsruF8>

É evidente também, como parte da elevação do agronegócio cearense, o crescimento da atividade agroindustrial. Por agroindústria entendemos aqui as atividades industriais de beneficiamento, processamento ou de transformação de produtos originados da agropecuária. Destacam-se não só na economia industrial, mas estão cada vez mais associadas à economia agrícola do estado, uma vez que alguns segmentos da agropecuária se encontram monopolizados pelo capital agroindustrial, como ocorre com a avicultura, a pecuária leiteira, a produção de coco, de castanha de caju (Figuras 4 e 5), entre outros.

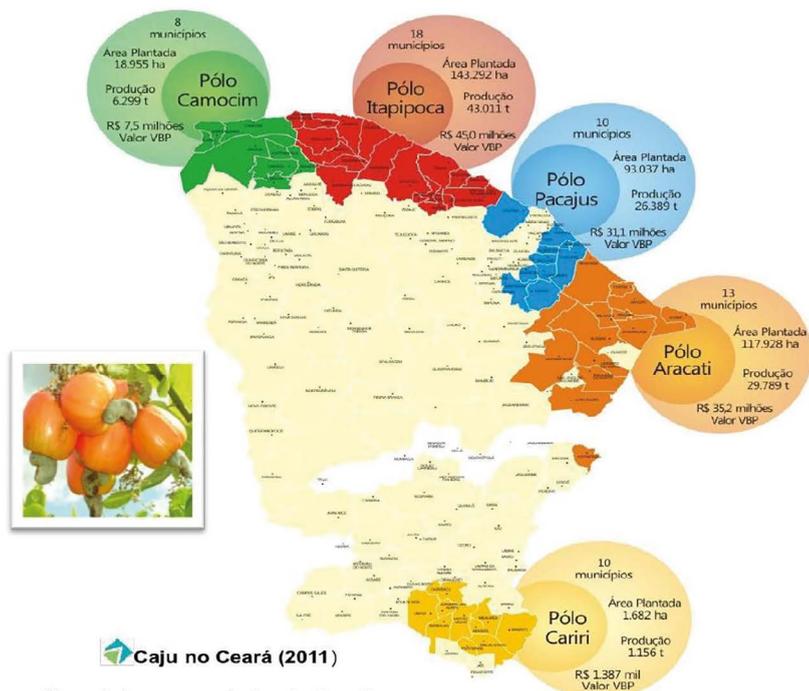
**Figura 4: Cajucultura: produção agrícola e beneficiamento industrial.**



Fonte: <http://icapuinalinha.blogspot.com/2011/11/usina-transforma-podas-de-cajueiro-em.html>  
<https://sigite.sagrima.ma.gov.br/producao-de-caju-se-recupera-depois-de-quebra-de-safra/>  
<https://www1.sfipec.org.br/fiec-noticias/109579/exportacoes-de-castanhas-de-caju-no-ceara-sofrem-retracao-em-setembro>  
<https://www1.sfipec.org.br/fiec-noticias/127771/exportacoes-de-castanha-de-caju-impulsionam-saldo-comercial-positivo-de-aquiraz>

A agroindústria é responsável hoje no Ceará por inúmeros fluxos, de matéria-prima, informação, mão-de-obra, insumos agrícolas etc. entre os locais de produção agropecuária e o da transformação industrial, de logística, de exportação etc. Os circuitos espaciais de produção (SANTOS, 1986) de determinadas agroindústrias evidenciam a formação de redes geográficas (CORRÊA, 2016), entre as quais muitas formadas por novas relações entre o campo e a cidade. Desta forma, a reestruturação produtiva da agropecuária do Ceará é concomitante ao crescimento da atividade agroindustrial. Diante disto, entendemos que essa se constitui num dos temas centrais para a compreensão do aumento do agronegócio no estado.

Figura 5. Ceará. Polos de produção, área plantada, produção e volume de exportação de castanha de caju.



- 1º produtor e exportador do Brasil
- 5 Polos com 59 municípios
- Área Plantada: 374,9 mil ha
- Área Caju Anão: 70,6 mil ha
- Área Caju Comum: 304,3 mil ha
- Produção de castanha: 106,6 mil t
- Produção de Pedúnculo: 783,2 mil t
- Exportações ACC: US\$ 176,0 milhões
- Exportações LCC: US\$ 13,8 milhões



Fonte: Adece, Câmara Setorial de Caju.<sup>4</sup>

[https://www.adece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/98/2012/09/frutas-do-ceara\\_frutal\\_2012\\_pdf.pdf](https://www.adece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/98/2012/09/frutas-do-ceara_frutal_2012_pdf.pdf)

<sup>4</sup> O principal produto comercial do cajueiro é o seu fruto, a castanha, uma noz que possui em seu interior uma amêndoa (ACC), bastante apreciada em vários países. Da castanha é possível ainda aproveitar a casca para alguns produtos, tais como para extração de um líquido, conhecido como LCC, de reconhecida capacidade biocida (EMBRAPA).

Os estudos que ora relatamos fazem parte de uma pesquisa maior sobre o agronegócio globalizado no Ceará, sendo a agroindústria um de seus eixos. Como recorte espacial temos o estado como um todo e como recorte temporal a década de 1990 até o presente. No que tange a metodologia, adotamos os procedimentos clássicos da pesquisa científica, a saber: pesquisa bibliográfica e documental; levantamento de dados e organização de séries estatísticas; organização de uma hemeroteca; realização de trabalhos de campo e visitas técnicas à Federação das Indústrias do Ceará (FIEC), câmaras setoriais etc.; sistematização e análise das informações organizadas.

Para os objetivos propostos, a organização das séries estatísticas foi baseada em duas variáveis chave para a pesquisa, quais sejam, número de estabelecimentos e de empregos agroindustriais. Duas fontes foram imprescindíveis: a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)<sup>5</sup> e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para os anos de 1996, 2006 e 2016.<sup>6</sup> A primeira foi nossa base para selecionarmos os diferentes grupos e classes de atividades da indústria de transformação que compreendemos como as que podem ser classificadas como agroindústria. Identificamos 16 grupos de atividades.

A partir dos objetivos de nossa pesquisa e das características do agronegócio no Ceará, dividimos estes grupos em dois grandes ramos a saber: agroindústria alimentar e não alimentar.

---

<sup>5</sup> “A CNAE é o instrumento de padronização nacional dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do país. Trata-se de um detalhamento da CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas, aplicada a todos os agentes econômicos que estão engajados na produção de bens e serviços, podendo compreender estabelecimentos de empresas privadas ou públicas, estabelecimentos agrícolas, organismos públicos e privados, instituições sem fins lucrativos e agentes autônomos (pessoa física)” (BRASIL, 2014).

<sup>6</sup> O MTE disponibiliza vários dados sobre o mercado de trabalho formal brasileiro, tais como os contidos na RAIS, sobre o número de empregos formais e estabelecimentos contratantes.

O primeiro ramo é nosso objeto específico de interesse, seja pela importância que o mesmo tem no cômputo total da agroindústria cearense no que tange às duas principais variáveis utilizadas para análise, seja porque associa-se diretamente ao crescimento do agronegócio no estado.

Esta subdivisão nos serviu para a seleção dos dados da RAIS. Como resultado, tivemos um banco de dados da agroindústria do Ceará, segundo municípios, classes de atividades agroindustriais, estabelecimentos e empregos.<sup>7</sup> O que apresentamos neste texto é uma síntese dos resultados obtidos com a análise de todo este material, somado a todos os demais procedimentos adotados na pesquisa.<sup>8</sup>

O capítulo é composto por três seções além desta introdução e das considerações finais. A primeira demonstra o perfil da agroindústria cearense por tamanho, apresentando estabelecimentos e empregos segundo empregos por estabelecimento. A distribuição espacial das mesmas é tema da segunda seção. A terceira parte apresenta o ramo da agroindústria alimentar, segundo grupos e classes de atividade econômica, dando destaque às grandes empresas e aos processos econômicos e espaciais dos quais estas são importantes agentes.

---

<sup>7</sup> A organização do banco de dados estatístico da pesquisa foi um trabalho coletivo, realizado entre os anos de 2016 e 2017. Para a concepção e organização de estrutura para o armazenamento das informações, contamos com a colaboração do arquiteto Henrique Alves da Silva. Da mesma forma, com o trabalho de dois alunos de graduação do curso de Geografia, Felipe Rodrigues Leitão, bolsista do PIBIC do CNPq, e Wenniton Almeida como auxiliar de pesquisa.

<sup>8</sup> Tais como a leitura do material bibliográfico e de um conjunto de documentos sobre as principais empresas da agroindústria alimentar do Ceará; das visitas técnicas a algumas empresas; participação em workshops na FIEC; nos meus próprios estudos sobre o agronegócio cearense desde final da década de 1990 etc.

## Qual o Tamanho da Agroindústria no Ceará?

A agroindústria é responsável por parcela significativa do PIB industrial do Ceará. Entre outros podemos evidenciar seu destaque pelo percentual de concentração dos estabelecimentos e empregos perante toda a indústria de transformação. Em 2016, reunia 19% (2.096) de todos os estabelecimentos da indústria de transformação e 35% (81.287) dos empregos. Por outro lado, apresentou crescimento significativo no intervalo de duas décadas, entre 1996 e 2016, quando o número de estabelecimentos agroindustriais cresceu 80,5% (de 1.160 para 2.096) e o de empregos 88,5% (de 43.107 para 81.287).

Entre as hipóteses quando do início da pesquisa, tínhamos a de que a maior parte dos estabelecimentos agroindustriais era composta por pequenos estabelecimentos. Para chearmos, utilizamos os dados sobre o número de empregos por estabelecimento da base de dados da RAIS, que classifica o total de estabelecimentos e empregos de acordo com faixas de número de empregos.

A análise destes dados efetivamente comprovou tal hipótese, uma vez que aproximadamente metade de todos os estabelecimentos agroindustriais possuía até 4 empregados nos três anos analisados. Se somarmos a faixa de 1 a 4 empregados à faixa de 5 a 9, os números são ainda mais impactantes, ou seja, cerca de 68,5% tinham até 9 empregados.<sup>9</sup> Muito embora estas pequenas agroindústrias concentrassem um percentual significativo do total dos estabelecimentos, as mesmas somavam somente cerca de 5,5% de todos os empregos em todos os anos analisados.

---

<sup>9</sup> Mais precisamente, 70%, 70% e 65% dos estabelecimentos nos anos de 1996, 2006 e 2016 respectivamente.

No outro extremo, os dados dos estabelecimentos com mais de 500 empregos comprovam que estes estão reunidos em poucos estabelecimentos. Vejamos: no ano de 1996, somente 26 estabelecimentos agroindustriais (2,4% do total) tinham 500 ou mais empregados. Eram 33 (cerca de 2%) em 2006 e 31 (1,6% do total) em 2016. No entanto, somavam, respectivamente 60,5%, 60% e 54% do total de empregos da agroindústria cearense (Tabela 1). Os dados supracitados evidenciam uma concentração dos empregos agroindustriais em um pequeno número de grandes estabelecimentos, indicando concentração econômica no ramo agroindustrial.

**Tabela 1 – Ceará. Número de estabelecimentos e empregos agroindustriais segundo quantidade de empregados por estabelecimento (1996 e 2016).**

Faixas de empregos	Estabelecimentos				Empregos			
	1996		2016		1996		2016	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
<b>De 1 a 4</b>	518	48,23	862	44,39	1.104	2,22	1.799	2,21
<b>De 5 a 9</b>	234	21,79	403	20,75	1.522	3,06	2.647	3,26
<b>De 10 a 19</b>	122	11,36	281	14,47	1.660	3,33	3.773	4,64
<b>De 20 a 49</b>	95	8,85	198	10,20	2.815	5,65	6.167	7,59
<b>De 50 a 99</b>	36	3,35	87	4,48	2.554	5,13	6.114	7,52
<b>De 100 a 249</b>	29	2,70	56	2,88	4.916	9,87	8.819	10,85
<b>De 250 a 499</b>	14	1,30	24	1,24	5.120	10,28	7.954	9,79
<b>De 500 a 999</b>	15	1,40	17	0,88	11.969	24,03	11.731	14,43
<b>1000 ou mais</b>	11	1,02	14	0,72	18.151	36,44	32.283	39,71
<b>Total</b>	1.074	100,00	1.942	100,00	49.811	100,00	81.287	100,00

Fonte dos dados brutos: MTE/RAIS. Organização de Felipe R. Leitão

## Distribuição Espacial das Agroindustriais

A análise da localização dos estabelecimentos agroindustriais segundo municípios revela uma grande diferenciação na distribuição espacial dos mesmos pelo território cearense. Historicamente, a urbanização do estado é extremamente

macrocefálica<sup>10</sup>, com uma forte concentração da população, dos serviços, do comércio e das indústrias em Fortaleza, a capital do Ceará. Tal característica se mostrou verdadeira também para o caso da agroindústria.

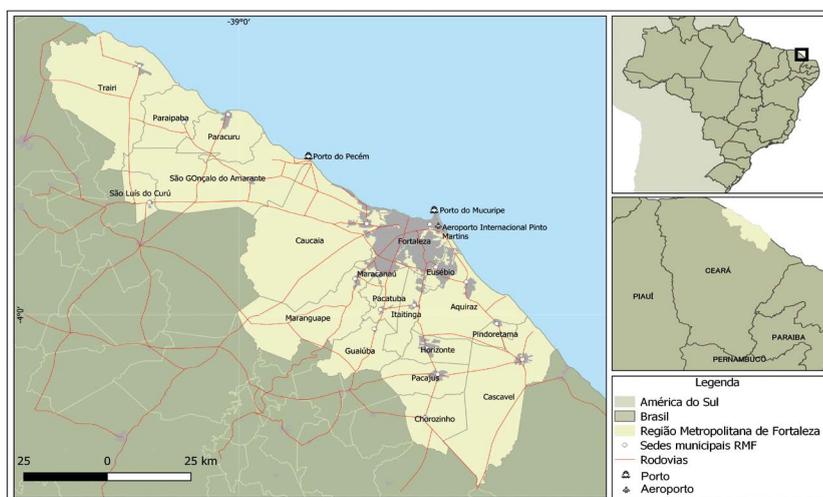
Em 1996, Fortaleza concentrava mais da metade (53%) de todos os estabelecimentos agroindustriais do Ceará e 39,5% em 2016. Importante destacar que o percentual de participação de Fortaleza cai apesar do mesmo ter apresentado crescimento do número de estabelecimentos entre 1996 e 2016 (de 615 para 829) e continuar em primeiro lugar. Isto indica, então, que houve alguma descentralização das agroindústrias.

Os dados para os dez municípios com maior número de estabelecimentos ainda evidenciam, entretanto, significativa concentração no território cearense, pois sozinhos totalizavam 76%, 67,5% e 64% de todos os estabelecimentos agroindustriais do estado respectivamente nos três anos estudados. Ficou demonstrado também a forte concentração dos estabelecimentos na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF, Figura 6). Desta forma, apesar de ter ocorrido certa descentralização, apenas os municípios da RMF entre os dez com maior número de estabelecimentos concentravam mais da metade de todos os estabelecimentos agroindustriais do Ceará em todo o período analisado, respectivamente, 58,5%, 53% e 51%. No último ano estudado, além de Fortaleza, os municípios que participam dos dez mais eram Maracanaú, Caucaia e Eusébio (Tabela 2, Figuras 7 e 8). A RMF era composta por cinco municípios quando de sua criação em 1973 e hoje por 19 municípios.

---

<sup>10</sup> A macrocefalia se caracteriza por forte concentração da população, dos serviços e dos comércios em poucos centros urbanos. Evidencia, assim, uma rede urbana desequilibrada, seja de um estado ou de um país.

Figura 6. Ceará. Região Metropolitana de Fortaleza. 2019



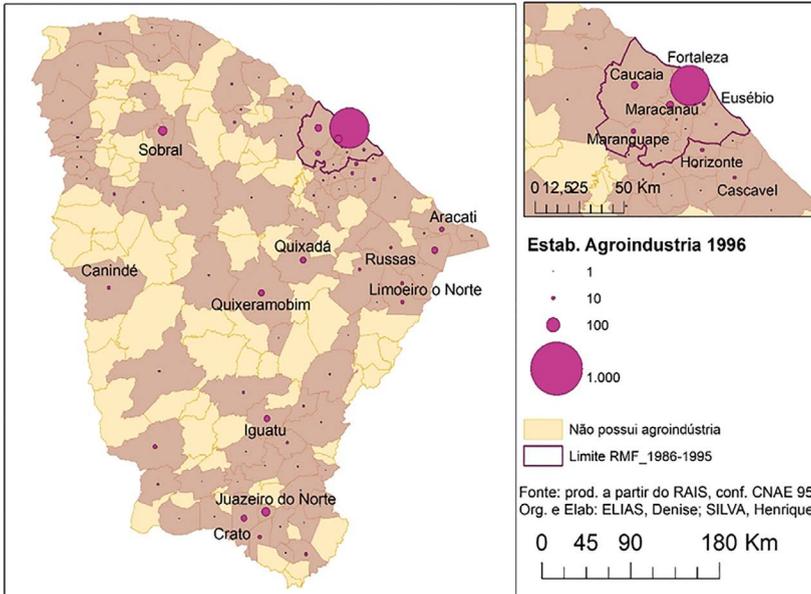
Fonte: organizado por Felipe Rodrigues Leitão.

Tabela 2 - Ceará. 10 principais municípios segundo número de estabelecimentos agroindustriais (1996 e 2016).

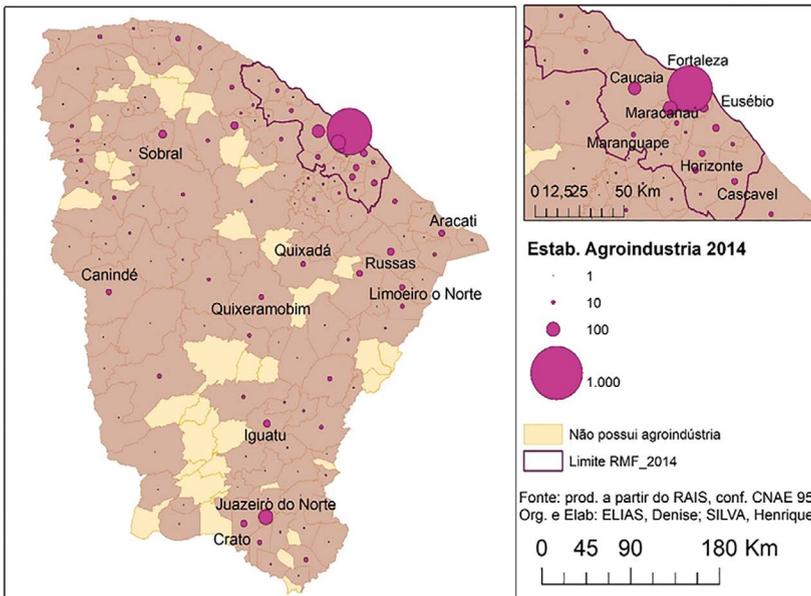
1996			2016		
UF / Município	Qtde.	%	UF / Município	Qtde.	%
Ceará	1.160	100,00	Ceará	2.096	100,00
Fortaleza	615	53,02	Fortaleza	829	39,55
Sobral	46	3,97	Maracanaú	105	5,01
Juazeiro do Norte	41	3,53	Juazeiro do Norte	101	4,82
Maracanaú	34	2,93	Caucaia	91	4,34
Caucaia	29	2,50	Eusebio	48	2,29
Jaguaruana	26	2,24	Iguatu	38	1,81
Crato	24	2,07	Sobral	36	1,72
Iguatu	23	1,98	Aracati	35	1,67
Quixadá	23	1,98	Itapajé	32	1,53
Quixeramobim	22	1,90	Russas	31	1,48
<b>Total</b>	<b>883</b>	<b>76,12</b>	<b>Total</b>	<b>1.346</b>	<b>64,22</b>

Fonte dos dados brutos: MTE/RAIS. Organização de Felipe R. Leitão.

**Figura 7. Ceará. Total de Estabelecimentos da Agroindústria. 1996**



**Figura 8. Ceará. Total de Estabelecimentos da Agroindústria. 2014**



Quando a variável é o número de empregos agroindustriais, 10 municípios somavam parte muito significativa do total nos três anos analisados. Por outro lado, a forte concentração na RMF é também uma característica importante. Em 1996, dos 10 municípios com maior número de empregos, 7 pertenciam a RMF e concentravam 82,5% (35.615 empregos) de todo o emprego agroindustrial do estado; em 2006, dos 10 municípios 7 estavam na RMF e concentravam 64% (45.234 empregos) e, finalmente, em 2016, 5 dos 10 municípios eram da RMF e concentravam 57,5% (46.727 empregos) (Tabela 3, Figuras 9 e 10).

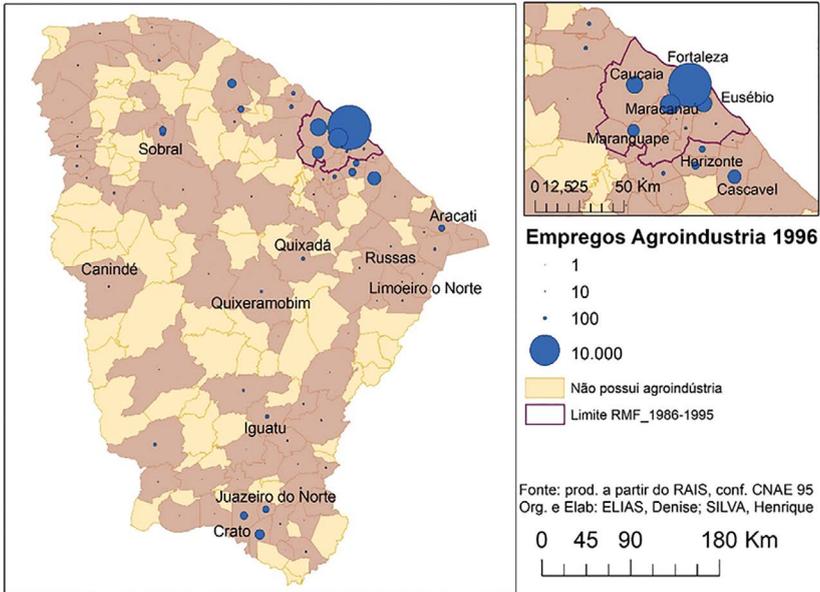
Houve aumento do número de empregos nos 10 municípios com maior quantidade de empregos, concomitante à diminuição da participação relativa desse grupo sobre o total do estado. Isto prova que ocorreu certa descentralização dos empregos agroindustriais pelo estado. Desta forma, parece que dois processos ocorreram paralelamente, tanto o crescimento absoluto de empregos na RMF, quanto a difusão dos mesmos pelo interior do estado. Houve, portanto, no período avaliado, significativo aumento do emprego agroindustrial metropolitano no Ceará, assim como sua disseminação pelas áreas não metropolitanas do estado.

**Tabela 3 - Ceará. 10 principais municípios segundo o número de empregos agroindustriais (1996 e 2016).**

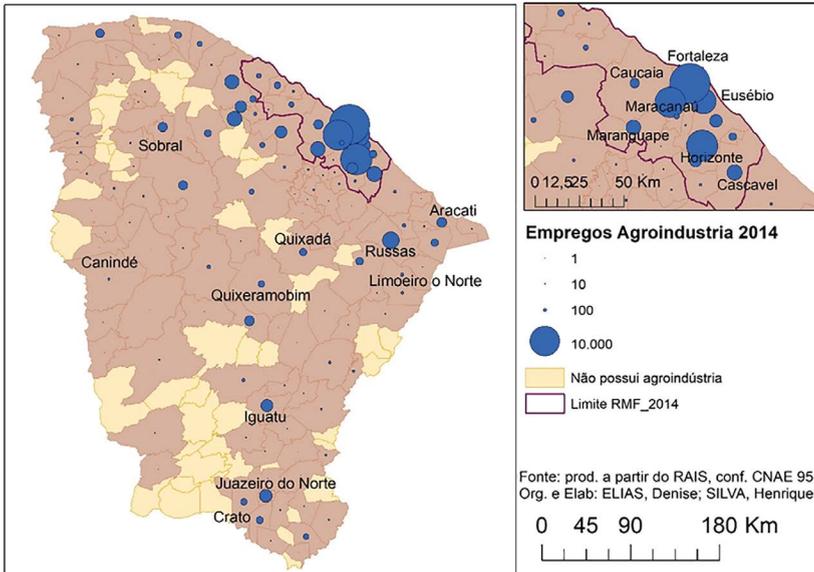
1996			2016		
UF / Município	Qtde.	%	UF / Município	Qtde.	%
Ceará	43.107	100,00	Ceará	81.287	100,00
Fortaleza	21.066	48,87	Fortaleza	17.389	21,39
Maracanaú	4.313	10,01	Horizonte	9.593	11,80
Caucaia	3.120	7,24	Maracanaú	8.695	10,70
Eusebio	2.948	6,84	Eusebio	6.857	8,44
Cascavel	2.021	4,69	Itapipoca	3.658	4,50
Maranguape	1.543	3,58	Russas	2.567	3,16
Barbalha	1.029	2,39	Cascavel	2.352	2,89
Itapipoca	780	1,81	Itapajé	2.079	2,56
Crato	658	1,53	Juazeiro do norte	1.894	2,33
Pacajus	604	1,40	Pentecoste	1.841	2,26
<b>Total</b>	<b>38.082</b>	<b>88,34</b>	<b>Total</b>	<b>56.925</b>	<b>70,03</b>

Fonte dos dados brutos: MTE/RAIS. Organização de Felipe R. Leitão.

**Figura 9. Ceará: Total de Empregos da Agroindústria. 1996**



**Figura 10. Ceará: Total de Empregos da Agroindústria. 2014**



## O Ramo da Agroindústria Alimentar

A atividade agroindustrial de maneira geral é extremamente diversificada, em relação aos grupos de atividade, ao número de empregados, ao nível de tecnologia, as interações com o território, ao mercado consumidor etc. Nesta seção nos dedicaremos a apresentar algumas das principais características dos grupos e classes da agroindústria alimentar cearense.

Recordemo-nos que alicerçado da CNAE, identificamos 16 grupos de atividades da indústria de transformação que compreendemos como os que se classificam como agroindústria. Guiados pelos objetivos principais de nossa pesquisa, assim como pelas características do agronegócio no Ceará, adotamos a divisão destes grupos em dois ramos: agroindústria alimentar (a que aqui nos interessa) e não alimentar.

A agroindústria alimentar soma 9 grupos. São eles: 1) *Fabricação de bebidas*; 2) *Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de rações balanceadas para animais*; 3) *Processamento, preservação e produção de conservas de frutas, legumes e outros vegetais*; 4) *Abate e preparação de produtos de carne e de pescado*; 5) *Laticínios*; 6) *Torrefação e moagem de café*; 7) *Produção de óleos e gorduras vegetais e animais*; 8) *Fabricação de outros produtos alimentícios* e, finalmente, 9) *Fabricação e refino de açúcar*. Cada um destes 9 grupos se desdobra em várias classes, que somam 36 no total.<sup>11</sup>

Da mesma forma que a agroindústria tem destaque frente ao total da indústria de transformação no Ceará, a agroindústria alimentar compõe a maior parte da agroindústria. No ano de 2016 somava 1.856 estabelecimentos, 88,5% do total, e 43.106 empregos, 53% do total da agroindústria.

Não seria plausível detalharmos aqui todas as análises realizadas para as 36 classes e os resultados aos quais chegamos. Por isso optamos por oferecer algumas conclusões,

---

<sup>11</sup> O ramo da agroindústria não alimentar é composto por sete grupos: 1) fabricação de calçados de couro; 2) tecelagem - inclusive fiação e tecelagem; 3) fiação; 4) curtimento e outras preparações de couro; 5) fabricação de produtos do fumo; 6) beneficiamento de fibras têxteis naturais; 7) produção de álcool.

em especial de processos revelados durante toda a pesquisa e que nos servem como elementos de argumentação para as teses defendidas.

Começamos com um dos mais significativos: o processo de concentração econômica no ramo da agroindústria alimentar cearense, que se mostrou significativa no período analisado. Ao início da pesquisa tínhamos como hipótese que algumas empresas agroindustriais cearenses se destacavam no cenário estadual, concentrando parte significativa do capital, da força de trabalho, de valor da produção, do mercado, das articulações com a atividade agropecuária ou em qualquer outra variável que sirva como medida de desempenho do setor. Tal hipótese foi confirmada.

Várias são as evidências. Vamos a uma delas utilizando as duas variáveis chave da pesquisa. Trabalhamos com o total de estabelecimentos e empregos segundo número de empregos por estabelecimento, de acordo com faixas de número de empregos, para todas as 36 classes da agroindústria alimentar. Entre as revelações com a análise deste grande conjunto de informações tivemos a de que, em 2016, somente 14 estabelecimentos possuíam 500 ou mais empregos. Representavam menos de 1% do total (0,75%) de todos os estabelecimentos da agroindústria alimentar, no entanto, reuniam sozinhos 33,5% do contingente dos empregos.<sup>12</sup> Estes 14 estabelecimentos estavam distribuídos em 9 classes de 7 grupos de atividade da agroindústria alimentar, indicando expressiva diversificação. A estes estabelecimentos classificamos como as grandes empresas da agroindústria alimentar cearense (Tabela 4).<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Embora não seja nosso objetivo trabalhar com a agroindústria como um todo, destacamos que no ramo da agroindústria não alimentar eram 17 os estabelecimentos com 500 ou mais empregos no ano de 2016, sendo que 11 pertenciam ao grupo de Fabricação de calçados de couros. Assim, eram 31 as empresas com 500 ou mais empregos em toda a agroindústria cearense.

<sup>13</sup> Identificar essas 14 empresas não é tarefa simples, pois, apesar da evidência da existência das mesmas apoiados nos dados do MTE, é necessário realizar uma série de outros procedimentos indicados na metodologia para chegar a cada uma delas. Para algumas classes é mais simples saber com certeza qual

**Tabela 4 - Ceará. Empresas da Agroindústria Alimentar com mais de 500 empregos, segundo classes de atividade econômica (2016).**

Grupo	Classe de atividade econômica	N.º Empresas	Empregos
Fabricação de outros produtos alimentícios	Fabricação de Massas Alimentícias	2	5.973
	Fabricação de Outros Produtos	2	1533
Fabricação de Bebidas	Fabricação, Retificação, Homogeneização e Mistura de Aguardentes e Outras Bebidas Destiladas	1	552
	Fabricação de Refrigerantes e refrescos	1	1183
Laticínios	Fabricação de produtos do laticínio	2	1020
Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de rações balanceadas para animais	Beneficiamento, moagem e preparação de outros produtos de origem vegetal	2	1226
Abate e preparação de produtos de carne e de pescado	Abate de reses, preparação de produtos de carne	1	652
Processamento, preservação e produção de conservas de frutas, legumes e outros vegetais	Processamento, preservação e produção de conservas de frutas	2	1254
Torrefação e moagem de café	Torrefação e moagem de café	1	987
<b>Total</b>		<b>14</b>	<b>14380</b>
<b>Participação no total da agroindústria alimentar</b>		<b>0,75%</b>	<b>33,36%</b>

Fonte dos dados brutos: MTE/RAIS. Organização de Denise Elias.

A este conjunto de 14 grandes empresas, somamos outras 3 que não poderiam ficar de fora quando o assunto é evidenciar concentração econômica. No caso, empresas da classe de Moagem de trigo e fabricação de derivados, que por possuírem processos produtivos extremamente automatizados, não aparecem na classe com mais de 500 empregos por estabelecimento, mas em uma faixa inferior.

Evidenciada a concentração na agroindústria alimentar, interessava-nos saber a localização destas 17 empresas. Para tanto,

a empresa possui mais de 500 empregos. Mas para outras, por um conjunto de motivos, é bem mais complexo. No momento da redação desse texto, já conseguimos identificar a maior parte das 14 empresas, mas optamos pela não divulgação visando checar mais alguns elementos de comprovação.

recorremos aos dados de empregos segundo municípios para cada uma das classes as quais pertenciam estas empresas. Isto nos revelou outro processo tão ou mais importante, qual seja, o da concentração espacial, já que 15 das 17 grandes empresas localizavam-se somente em 4 municípios da RMF. Fortaleza toma a ponta com 9 empresas; Maracanaú com 3; Eusébio com 2; Aquiraz com 1. Fora da RMF tínhamos Itapipoca<sup>14</sup> e Morada Nova<sup>15</sup> com 1 empresa cada. Desta forma, no período analisado, na agroindústria alimentar os empregos ficaram bastante concentrados em poucos municípios, notadamente pertencentes a RMF.<sup>16</sup>

Ficou evidente, também, o aumento do controle da produção agropecuária cearense por parte de algumas destas 17 grandes empresas, seja através da monopolização do território, seja através da territorialização dos monopólios. Oliveira (2016) já destacou que a agropecuária sob o capitalismo monopolista mundializado difunde-se com base da formação de empresas monopolistas, que controlam a produção e se articulam através destes dois processos monopolistas territoriais no comando da produção agropecuária e florestal.

Algumas das grandes empresas da agroindústria alimentar cearense atuam tanto no processamento industrial da produção agropecuária, quanto têm o controle da propriedade privada da terra agrícola e do processo produtivo no campo. Mas também e cada vez mais, controlam a produção agropecuária através de mecanismos de subordinação, de camponeses e de capitalistas produtores agropecuários, caracterizando a transferência de lucros e especialmente renda da terra destes para as primeiras.

Entre as 17 grandes empresas identificadas, os casos de monopolização do território agrário ficaram muito evidentes, por exemplo, nas classes de Fabricação de outros produtos

---

<sup>14</sup> Localizada a 134 km da capital Fortaleza.

<sup>15</sup> Localizada a 164 km de Fortaleza.

<sup>16</sup> Ao contrário da dispersão espacial da produção que ocorreu com alguns grupos, sendo o exemplo da fabricação de calçados, pertencente ao ramo da agroindústria não alimentar, entre os mais emblemáticos.

alimentícios (como de produção de derivados de coco, Figura 11), Beneficiamento, moagem e preparação de outros produtos de origem vegetal (como de processamento de castanha de caju) e Fabricação de produtos de laticínio. Isto não significa que estas empresas monopolistas também não se territorializem, muito ao contrário, mas que exercem os dois processos paralelamente.

**Figura 11: Classe Fabricação de outros produtos alimentícios: produção de coco, beneficiamento industrial e venda de água de coco envasada.**



Fonte: produção de coco e venda de água de coco envasada – fotos de Denise Elias;  
<https://abrafrutas.org/2019/11/08/producao-de-coco-no-ceara-cresce-20-no-segundo-semester/>  
<http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/6315-fabrica-de-processamento-de-coco-e-inaugurada-em-piacabucu>

Para o caso das 3 empresas da classe de Moagem de Trigo e Fabricação de Derivados temos um caso bem específico, pois o Ceará embora se constitua num dos principais polos de moagem de trigo do país<sup>17</sup>, não produz a matéria-prima da qual necessita,

<sup>17</sup> As 3 empresas compareceram na lista das dez melhores da atividade no país em 2015 (Revista Globo Rural, 2016). Uma delas ocupava o 110° lugar entre os 200 maiores grupos privados com atuação no país, classificados por vendas líquidas. No ranking das 100 maiores do Norte-Nordeste, duas delas estavam presentes,

qual seja, o trigo. Este é todo importado de outros estados e países, o que justifica que estejam todas instaladas junto ao Porto de Mucuripe, em Fortaleza, ao lado de uma das áreas de metro quadrado mais caro da cidade (Figura 12).

**Figura 12. Fortaleza. Polo trigueiro no Porto do Mucuripe.**



Fonte: <https://dialogospoliticos.wordpress.com/2012/09/27/explosao-em-fabrica-do-grupo-m-dias-branco-deixa-oito-trabalhadores-gravemente-feridos/>

Entre estas 17 empresas encontram-se algumas que se destacam não só no cenário estadual, mas também regional e nacional nas suas respectivas atividades de atuação. Lembremos que vários autores (SANTOS, 2004; DELGADO, 1985; CORRÊA, 2002; DOWBOR, 2017) destacaram a formação de corporações como um processo próprio do capitalismo no período histórico atual. Evidente está, então, que o avanço do agronegócio no Ceará não só é uma realidade, como também se dá através do processo de formação de corporações agroindustriais.

Embora os dados analisados tragam as informações segundo estabelecimentos, vários entre estes 17 grandes estabelecimentos compõem parte de importantes corporações agroindustriais. Dessa forma, se a estas empresas associarmos as demais das respectivas *holdings* às quais pertencem, teremos processos de concentração econômica ainda mais significativos. Vale também um outro exemplo, qual seja, de uma mesma

---

uma em 9º lugar e a outra em 40º lugar (Exame, 2016).

corporação que comparece com mais de um estabelecimento na lista dos 17 maiores, sendo um estabelecimento na classe de Fabricação de Massas Alimentícias e outro na de Moagem de Trigo e Fabricação de Derivados.

Destas grandes empresas e corporações agroindustriais podemos ainda tirar outros exemplos de indicadores significativos da força do agronegócio globalizado do Ceará, como o da financeirização do setor. Grande parte das 17 grandes empresas tem origem em empresas familiares de capital local<sup>18</sup> e vem buscando se reestruturar nos últimos anos. A década de 1990 é um marco para os processos de (re)estruturação da agroindústria no estado. Prova disto é que as empresas vêm promovendo uma transição de um perfil de gestão familiar para outro cada vez mais empresarial. Algumas já promoveram a abertura de capital na bolsa de valores, que ainda é pouco presente mesmo entre as grandes empresas. Podemos indicar os exemplos da grande indústria da classe de Fabricação de outros Produtos Alimentícios, em Itapipoca, e a de Fabricação de Produtos de Laticínio, em Morada Nova. A primeira abriu seu capital em 2015<sup>19</sup> e a segunda em 2017.<sup>20</sup>

Isto nos leva a outro processo que se revelou com vários desdobramentos complexos, qual seja, o aumento das relações entre o campo e a cidade. São muitos os fluxos provocados por estas corporações agroindustriais e são de várias naturezas, de matérias-primas, de informação, de capital, de mão-de-obra etc. Estes se dão entre os fixos associados às unidades industriais, como vimos em grande parte localizadas na RMF, e as áreas de produção da matéria-prima.

Algumas empresas agroindustriais mostram grande capilaridade por espaços agrícolas cada vez mais extensos e distan-

---

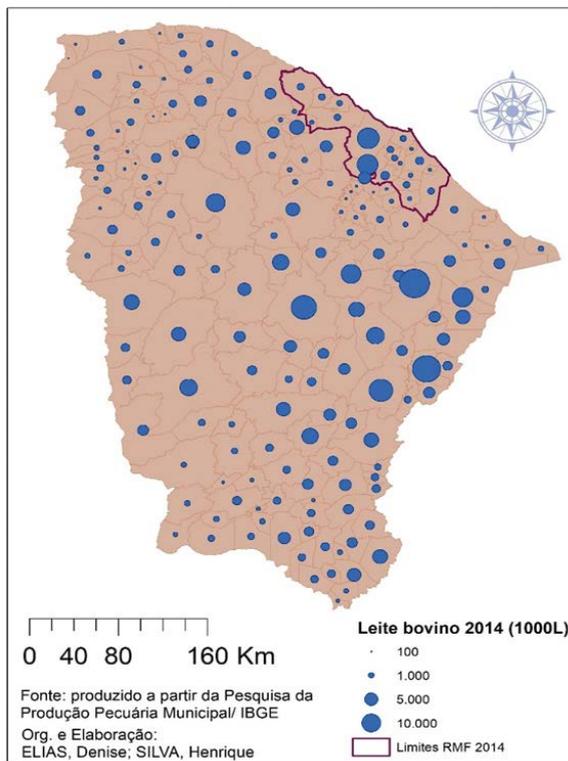
<sup>18</sup> Mas que puderam se formar e crescer devido a muitos investimentos públicos, a partir de inúmeras políticas de financiamento, isenções fiscais etc. As políticas públicas da década de 1990 foram determinantes para o crescimento da agroindústria.

<sup>19</sup> Em 2015, teve um grande aporte feito por um dos fundos de *private equity* gerido pela BRZ Investimentos (BORTOZI, 2015)

<sup>20</sup> 20% da empresa foi adquirido por um fundo de investimentos estadunidense, a *Arlon Latin America Partners* (ROCHA, 2017).

tes, que em vários casos em muito extrapolam os limites políticos-administrativos do Ceará. Podemos citar o caso da grande empresa da classe de Fabricação de Produtos do Laticínio, localizada no município de Morada Nova,<sup>21</sup> que monopoliza parte significativa da pecuária leiteira, não só no próprio estado, mas também de dezenas de municípios em estados vizinhos (PE, SE, BA e PB).<sup>22</sup> Somada a uma outra empresa importante da classe, concentram cerca de 70% de toda a produção de leite no Ceará, que é uma das principais atividades da pecuária do estado (Figura 13).

**Figura 13. Ceará. Produção de leite bovino (em mil litros). 2014**



<sup>21</sup> Eleita a quarta melhor empresa de laticínios do Brasil pelo 12º Anuário do Agronegócio de 2016 (MILKPONT, 2017) e a terceira posição de acordo com a Melhores e Maiores (Revista Exame, 2016).

<sup>22</sup> Jornal O Povo, 10.4.2018.

Por outro lado, se considerarmos os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação (SANTOS, 1986, 1988, 1996) inerentes a todos os fixos associados a estas grandes empresas, será possível chegar a um conjunto complexo de interações espaciais que culminam por formar inúmeras redes geográficas (CORRÊA, 2016). Estas são compostas não só pelas relações que se dão entre o campo e as cidades, mas também e cada vez mais por fluxos internos a cada uma das cidades que compõem tais redes, assim como entre estas cidades.

Vamos a um exemplo que muito evidencia os fluxos intra-urbanos e interurbanos na RMF. Utilizemos duas das 17 grandes empresas agroindustriais que pertencem a uma mesma corporação, uma da classe de Fabricação de Massas Alimentícias e outra de Moagem de Trigo e Fabricação de Derivados. A primeira é uma das líderes da produção de biscoitos e massas no Brasil, com cerca de 33% do mercado nacional.<sup>23</sup> Ambos estabelecimentos se localizam em municípios da RMF, o primeiro em Eusébio e o segundo em Fortaleza.

Por sua vez, a produção da corporação é bastante verticalizada, ou seja, parte significativa da matéria-prima principal (farinha de trigo) da primeira provém da segunda. Só isso já nos daria uma grande quantidade de fluxos de matéria-prima entre as duas unidades, distantes cerca de 30 km uma da outra. Podemos somar a isto, por exemplo, os fluxos diários de funcionários da unidade de Eusébio, pois ao contrário da unidade de moinho de trigo que é extremamente automatizada, a de biscoitos e massas possuía 4,5 mil empregados em 2018.

Para encerrar este exemplo, citaríamos que esta corporação possui ainda outras duas unidades industriais na RMF que são estruturais para a produção da mesma, uma localizada em Fortaleza e outra no Distrito Industrial de Maracanaú (RMF), distante cerca de 30 km da primeira. Se aos fixos já citados somarmos os inerentes à obtenção de máquinas, insumos, assistência técnica, transporte de carga rodoviário e marítimo,

---

<sup>23</sup> Informação obtida durante trabalho de campo realizado à empresa em setembro de 2018.

obtenção de tecnologia, escritórios de exportação, câmara setorial etc., teríamos melhor noção do alcance e complexidade das redes geográficas formadas por tais empresas, que em muito ultrapassam os limites do estado e mesmo do país

As evidências apresentadas nos permitem afirmar que as grandes empresas da agroindústria alimentar estão entre os principais agentes de produção do espaço agrário, urbano e urbano-regional no Ceará. São responsáveis por parte importante dos processos de urbanização do estado, da mesma forma que por processos de (re)estruturação urbana e regional do mesmo, incluindo o de metropolização. Tais processos são evidências incontestáveis do que Santos (2004) chamava de um uso corporativo do território.

## Considerações finais

Esperamos que os aspectos trabalhados no presente texto tenham sido elementos de argumentação e comprovação para as teses apresentadas. Recordando, a de que a agroindústria alimentar é uma atividade central para a compreensão da difusão do agronegócio globalizado no Ceará; a de que a materialização das condições gerais de reprodução do capital deste agronegócio se dá também em algumas cidades da Região Metropolitana de Fortaleza, com destaque para a que lhe empresta o nome, assim como a de que as grandes empresas da agroindústria alimentar realizam um uso corporativo do território cearense e são agentes responsáveis por importantes processos econômicos e espaciais no estado.

Entre tais processos destacaríamos o de (re)estruturação produtiva da agropecuária; forte concentração econômica na agroindústria alimentar; concentração espacial da agroindústria alimentar na RMF; a formação de várias redes geográficas, ou seja, formas espaciais resultantes das interações espaciais associadas a estas empresas, o que nos permite falar da formação de várias redes agroindustriais no Ceará. Por outro lado, tais interações espaciais associadas as grandes empresas da agroindústria alimentar estão

no âmago dos processos de (re)estruturação de algumas cidades, incluindo da RMF, sendo as cidades de Fortaleza, Maracanaú, Eusébio exemplos significativos. Destacamos ainda o processo de (re)estruturação urbano-regional, incluindo o da própria metropolização.

Desta forma, o uso corporativo do território por parte das grandes empresas da agroindústria alimentar evidencia, então, tais empresas como importantes agentes promotores da expansão da urbanização, da (re)estruturação de cidades, assim como da (re)estruturação urbano-regional no Ceará.

Tanto a monopolização do território quanto a territorialização do monopólio evidenciam o uso corporativo do território por parte das grandes empresas da agroindústria alimentar. Estas empresas, que se territorializam no espaço agrário, assim como processam a monopolização deste estão entre as que mais têm impactado nos processos de reestruturação produtiva da agropecuária e de transferência de partes substanciais da renda da terra dos agricultores para as corporações, como ocorre com a pecuária de leite, coco, caju, entre outros.

Considerando que cada uma das grandes empresas faz um uso corporativo do território, ou seja, de acordo com seus interesses, assim como que cada uma tem suas especificidades de produção, circulação, distribuição e consumo, podemos afirmar que se formam distintos arranjos territoriais produtivos. Assim, se fazem necessários estudos específicos para poder melhor avaliar as características de cada um destes arranjos. É certeza que as características dos territórios produzidos, dos conflitos e desigualdades socioespaciais resultantes serão distintos segundo as diferentes corporações.

Entendendo que a agroindústria alimentar é uma atividade central do agronegócio globalizado, podemos afirmar que, utilizando a teoria dos dois circuitos da economia urbana de Santos (2004), este agronegócio compõe o circuito superior da economia urbana de algumas cidades cearenses, sendo Fortaleza aquela onde isto é mais presente e complexo. Da mesma forma, que Fortaleza é o centro de gestão do agronegócio no estado,

ou seja, Fortaleza é um nó fundamental na rede de relações econômicas, sociais e territoriais deste. Nela se processa parte importante da sua gestão, da elaboração das normas, onde está um dos portos da RMF, onde estão as sedes corporativas das grandes empresas agrícolas e agroindustriais, mesmo quando a unidade produtiva se localiza em outro município etc.

O agronegócio cearense atua unindo e interligando agentes e economias agrícolas e urbanas, atuando de forma multiescalar, conectando diversos espaços locais, regionais, nacionais e mesmo mundiais criando verdadeiras redes geográficas que, além de uma moderna produção agrícola, destaca-se também uma, igualmente moderna agroindústria alimentar. É responsável, dessa forma, por muitas novas relações entre o campo e a cidade.

Apesar de todos os investimentos públicos realizados visando atrair investimentos produtivos para o Ceará, que caracterizam o estado como um dos que mais realizou a guerra fiscal nos anos 1990 e 2000, as grandes empresas que se destacam no ramo agroindustrial alimentar são, em grande parte, empresas que já existiam. Naturalmente, foram extremamente beneficiadas com os investimentos públicos, algumas constituindo-se hoje como corporações agroindustriais. Por outro lado, o discurso público do chamado “governo das mudanças” (GONDIM, 2000; PARENTE; ARRUDA, 2002) destacava que os investimentos tinham como objetivo a descentralização espacial, mas no caso da agroindústria alimentar a concentração espacial na RMF é uma característica.

No imaginário social do brasileiro, o Ceará é conhecido como um estado pobre, onde predomina a seca, uma economia pouco dinâmica. Desde o final dos anos 1990, o agronegócio vem promovendo processos de reestruturação produtiva da agropecuária; mudanças nas formas de uso e ocupação do espaço agrário; ainda maior concentração da terra; expulsão de pequenos produtores; uso indiscriminado de agrotóxicos com graves danos à saúde da população e do meio ambiente; conflitos no campo pela terra e pela água etc. Mas entendemos que ainda falta bastante para compreendermos os processos que estão no âmago de tantas destas mazelas.

Para encerrar, destacamos que o estudo do agronegócio globalizado no Ceará de maneira geral, assim como das corporações agroindustriais de maneira específica são importantes como objetos de pesquisa para a Geografia como todo, especialmente para a Agrária, Econômica, Urbana e Regional.

Da mesma forma, esperamos que a leitura do texto possa despertar o interesse de outros pesquisadores para o tema da agroindústria alimentar, visando uma possível atualização da agenda de pesquisa incluindo estudos sobre as mesmas, assim como seus impactos sobre a reestruturação produtiva da agropecuária, sobre a (re)estruturação urbano-regional e das cidades no Ceará, que em última instância seriam sobre a economia política da urbanização cearense.

## Referências

ADECE - Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. Disponível em: <https://www.adece.ce.gov.br/download/camara-setorial-da-cadeia-produtiva-da-cajucultura/>. Acesso em: 01 abr. 2024.

BORTOZI, T. Com novo sócio, Ducoco prevê dobrar produção. **Valor Econômico**, 25 mai. 2015. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/4064304/com-novo-socio-ducoco-preve-dobrar-producao>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. **IBGE. CNAE**. Disponível em: <https://cnae.ibge.gov.br/classificacoes/download-concla/8265-download>. Acesso em: 25 jun. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais - RAIS**.

CORRÊA, R. L. Metrôpoles, corporações e espaço. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002. p. 67-114.

CORRÊA, R. L. Processos, formas e interações espaciais. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 61, n. 1, p. 127-134, 2016. DOI: [https://doi.org/10.21579/issn.2526-0375\\_2016\\_n1\\_art\\_7](https://doi.org/10.21579/issn.2526-0375_2016_n1_art_7)

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone/Ed. UNICAMP, 1985.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017. 320p.

ELIAS, D. Integração competitiva do semiárido. In: ELIAS, D.; FURTADO,

- J. L. S. (org.). **Modernização excludente**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. p. 11-36.
- ELIAS, D. **Globalização e agricultura: a Região de Ribeirão Preto**. São Paulo: EdUSP, 2003a.
- ELIAS, D. Agricultura científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. *In*: Souza, M. A. A. (org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003b. p. 315-340.
- ELIAS, D. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista Nera**, v. 1, n. 8, p. 29-51, 2006. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i8.1442>
- ELIAS, D. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. **Scripta Nova**, v. 12, p. 74-96, 2008. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/ScriptaNova/article/view/115472>
- ELIAS, D. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **Acta Geográfica**, v. 1, p. 13-32, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5654/actageo2013.0003.0001>
- ELIAS, D. Agronegócio globalizado: do campo à metrópole. *In*: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (org.). **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 587-509.
- ELIAS, D.; PEQUENO, R. Reestruturação econômica e nova economia política da urbanização no Ceará. **Mercator**, v. 12, n. 28, p. 95-112, 2013. DOI: <https://doi.org/10.4215/RM2013.1228.0007>
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Valorização da casca da castanha-de-caju por meio do aproveitamento do LCC e do resíduo sólido**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-projetos/-/projeto/211566/valorizacao-da-casca-da-castanha-de-caju-por-meio-do-aproveitamento-do-lcc-e-do-residuo-solido>. Acesso em: 02 abr. 2024.
- FIEC - Federação das Indústrias do Ceará. **Guia Industrial do Ceará**, Fortaleza: 2017.
- GONDIM, L. Os governos das mudanças (1987-1994). *In*: Souza, S. (org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000. p. 409-424.
- IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/>. Acesso: 27 ago. 2019.
- LEITÃO, F. R. **Atividade agroindustrial e corporações no Ceará**. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.
- MILKPOINT. **Levantamento Top 100 2017 - Os 100 maiores produtores de leite do Brasil**. Disponível em: <https://www.milkpoint.com.br/top100/top100-2017.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2024.
- OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iânde Editorial, 2016.

PARENTE, J.; ARRUDA, J. M. **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. 170p.

REVISTA GLOBO RURAL. **12° anuário do agronegócio**. Rio de Janeiro: Globo, 2016.

REVISTA EXAME. **Melhores e maiores**. São Paulo: Abril, 2016.

ROCHA, A. A. Fundo americano Arlon compra 20% da Betânia. **Valor Econômico**, 02 jun. 2017. Disponível em: <http://www.valor.com.br/agro/4989712/fundo-americano-arlon-compra-20-da-betania>. Acesso em: 31 mar. 2018.

SANTOS, M. Circuitos espaciais da produção: um comentário. *In*: SOUZA, M. A. A.; SANTOS, M. (org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. p.121-134.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.124p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo, Hucitec, 1996. 308p.

SANTOS, M. **O espaço dividido**. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2004. 431p.

ZARANZA, G. CBL Alimentos muda para Betânia Lácteos e investe R\$ 20 mi no Ceará. **Jornal O Povo**, 10 abr. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2018/04/cbl-alimentos-muda-para-betania-lacteos-e-investe-r-20-mi-no-ceara.html>. Acesso em: 02 jul. 2018.



## CAPÍTULO 6

# Agronegócio e relações campo-cidade no Ceará<sup>1</sup>

*Denise Elias*

*Felipe Rodrigues Leitão*

## Resumo

A difusão do agronegócio no Ceará tem sido intensa nas últimas três décadas. Desse modo, este capítulo analisa as relações campo-cidade estabelecidas nesse estado a partir da agroindústria alimentar, entendendo-a como parte desse agronegócio. A metodologia consistiu em pesquisa bibliográfica, organização de séries históricas sobre estabelecimentos e empregos industriais, trabalhos de campo e organização de uma hemeroteca. Concluímos que, por um lado, com a difusão do agronegócio no Ceará, parte da produção agropecuária está fortemente monopolizada pelo capital industrial e, por outro, que a formação de empresas monopolistas no setor da agroindústria alimentar está em crescimento. Assim, as empresas monopolistas são variável-chave para melhor compreender os processos associados ao agronegócio no Ceará de maneira geral, da mesma forma que na Região Metropolitana de Fortaleza.

## Introdução

A expansão do capitalismo monopolista se dá, dentre outras maneiras, através da sujeição da agricultura à indústria.<sup>2</sup> No Brasil, esse processo é bastante evidente e hoje são inúmeros os ramos de produção agropecuária monopolizados pelo capital

---

<sup>1</sup> Capítulo publicado na Revista de Geografia, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/247393>

<sup>2</sup> Sobre o tema ver Oliveira (2010).

industrial, especialmente pelas agroindústrias. Por agroindústria entendemos as atividades industriais de beneficiamento, processamento e/ou transformação de matérias-primas originadas na agropecuária (alimentos, bebidas, papel e celulose etc.).

A reestruturação produtiva da agropecuária (ELIAS, 2003a, 2013, 2017) das últimas cinco décadas é paralela a uma significativa modificação do perfil do setor industrial brasileiro, sendo a expansão da agroindústria um dos aspectos deste processo, notadamente desde a década de 1970. Esta se deu dentro de um contexto mais amplo, no qual um conjunto de políticas econômicas visava promover as exportações de bens manufaturados ou semimanufaturados, entre os quais se incluíam os de produtos agroindustriais (ELIAS, 2003a).

Diante do exposto, entendemos que a agroindústria se constituiu numa das variáveis-chave para os estudos sobre as relações campo-cidade, de forma singular se as consideramos através dos *circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação* (SANTOS, 1996). São inúmeros os fluxos de matéria e de informação, entre os locais da produção agropecuária e o da transformação industrial, das sedes corporativas destas empresas, dos escritórios de exportação, das estações de pesquisa agropecuária, dos portos e aeroportos e todos os demais comércios e serviços associados ao consumo produtivo (SANTOS, 1988) do agronegócio globalizado (ELIAS, 2003a, 2015, 2017). Estes formam verdadeiras redes geográficas nas palavras de Correa (2014), às quais temos chamado de redes agroindustriais (ELIAS, 2008), para o caso dos estudos sobre o agronegócio globalizado.

No Ceará, historicamente, a agroindústria se destaca em meio à indústria de transformação, tanto no total de estabelecimentos, quanto no número de empregos, sobretudo a agroindústria alimentar, que é responsável por parte significativa do PIB industrial do estado. Inferimos, então, que o estudo desse ramo industrial constitui um vetor importante para o estudo das relações campo-cidade hoje vigentes no estado. Dessa forma, neste capítulo, temos como principal objetivo evidenciar as relações campo-cidade no Ceará estabelecidas a partir da agroindústria alimentar.

Como metodologia adotamos alguns procedimentos clássicos da pesquisa científica, tais como a pesquisa bibliográfica; a seleção de variáveis (estabelecimentos e empregos industriais) e organização de séries históricas, tendo como recorte temporal meados dos anos 1990 até o presente, sendo os dados trabalhados para os anos de 1996, 2006 e 2016; trabalhos de campo; organização de uma hermeroteca com documentos considerando temas, processos, agentes de interesse para a pesquisa; sistematização e análise do material organizado. Como recorte espacial tivemos o estado do Ceará.

Além desta introdução e das considerações finais, o capítulo é composto por três seções que apresentam alguns resultados da pesquisa em andamento sobre o agronegócio no Ceará. A primeira faz uma breve contextualização da relevância da relação da agropecuária com a indústria no estado. A segunda descreve o perfil da agroindústria cearense. A terceira apresenta evidências das relações campo-cidade de várias naturezas que se dão no Ceará. Para tanto, selecionamos algumas importantes empresas cearenses da agroindústria alimentar.

## Agropecuária e indústria

A agropecuária, o extrativismo e a pesca sempre tiveram peso determinante na economia do Ceará. Até final dos anos 1990, a hegemonia era de culturas tradicionais voltadas ao consumo alimentar (feijão, arroz, milho, mandioca, em especial) e alguns produtos destinados à exportação (castanha de caju, cera de carnaúba, lagosta). A maior parte produzida em estabelecimentos de pequenas dimensões, de forma extensiva, com sistemas técnicos agrícolas tradicionais, mais associadas aos ditames e aos ritmos da natureza do semiárido. Durante séculos e até muito recentemente, o modo de vida do sertanejo, em grande parte relacionado à biodiversidade deste bioma, foi predominante no estado. Mas desde a década de 1990 há uma difusão do agronegócio globalizado com muitos e profundos impactos na economia, na produção do espaço e no modo de vida.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Sobre a difusão do agronegócio no Ceará ver Elias (1999, 2002a, 2002b, 2003b).

Como ocorre em todo o semiárido nordestino, as atividades industriais estiveram associadas intrinsecamente ao aproveitamento de seus recursos naturais, notadamente através da transformação de produtos agropecuários e do extrativismo vegetal. Evidencia-se, assim, que parte importante das indústrias tem nestes a fonte principal de matéria-prima, o que por si só já evidencia inúmeras conexões entre o campo e a cidade, especialmente considerando que parte significativa das agroindústrias localiza-se na cidade.

Podemos mesmo dizer que, para o caso cearense, as origens dessa associação remontam ao período colonial, com a criação de gado (couros e peles). Posteriormente, no século XVIII e principalmente no século XIX, com o cultivo de algodão e sua transformação industrial, já em bases mais modernas e voltada para exportação (indústria de fiação e têxtil). Nesta época, surgem alguns outros ramos associados, como o de óleos vegetais obtidos através do algodão, mas também de outras espécies nativas, tais como da oiticica e da mamona.

O setor industrial do estado tem outro de seus marcos nos anos 1950 e 1960, período no qual tomava corpo o debate sobre as desigualdades regionais e as possíveis formas de eliminá-las, sendo a região Nordeste o centro de parte de tais debates, vista como “região problema”. As políticas públicas idealizadas no período mencionado propunham um desenvolvimento regional baseado na industrialização, como forma de dar novo impulso à economia local e integrá-la à nacional.

Destacou-se, nesse momento, a atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), órgão federal criado em 1958 para orientar e gerir os investimentos públicos direcionados à região. Os incentivos fiscais eram a principal ferramenta operada, sendo direcionados à modernização e ampliação de empresas já existentes, assim como a implantação de novas plantas indústrias. Tais políticas deram grande impulso ao setor industrial cearense, notadamente ao agroindustrial (OLIVEIRA, 1993).

Vários autores já destacaram que foram dois os momentos importantes na política de incentivos à industrialização

orquestrados pela Sudene no Ceará. O primeiro, no início da década de 1960, a partir do Artigo 34/18<sup>4</sup>, incentivando a atividade industrial cuja base estava no capital e matéria-prima locais, o que afetou sobremaneira as atividades industriais já tradicionalmente praticadas no estado, como as da agroindústria alimentar e a de vestuário, que figuram entre as mais beneficiadas, o que em parte reforçou os poucos grupos econômicos existentes.

O segundo momento é o inaugurado pelo Fundo de Investimento do Nordeste (Finor), em 1974, sendo considerado o “berço da industrialização cearense” (ABU-EL-HAJ, 1997). Neste contexto, o Ceará figurou entre os três estados da região Nordeste que mais receberam incentivos fiscais do conjunto Artigo 34/18 e FINOR<sup>5</sup>, como aponta Ferreira (1995). Vale lembrar que os investimentos deste período também serviram, em grande parte, para fortalecer as agroindústrias tradicionais.

A economia cearense, até então fortemente baseada na agropecuária, passou por uma mudança de perfil. Com as políticas de incentivos fiscais, a atividade industrial ganhou mais peso. Porém, é necessário levar em consideração que isso não promoveu uma mudança radical nas estruturas produtivas locais, uma vez que se beneficiaram desse processo as atividades industriais tradicionalmente desenvolvidas no estado, ou seja, aquelas associadas às materiais primas locais (AMORA, 1994).

No que tange às ações do Poder Executivo do Ceará, uma ferramenta implantada foi o Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), de 1979, que ao longo do tempo se consolida como uma importante política de fomento industrial no estado. Ao FDI associa-se um conjunto de programas e suas modalidades visam a implantação, ampliação, diversificação, modernização e recuperação de empresas, tendo se consolidado como um dos principais instrumentos de atração de indústrias para o Ceará. Cada progra-

---

<sup>4</sup> Artigo 34 do decreto Lei n.º 3995 de dezembro de 1961 e as emendas introduzidas pelo artigo 18 do Decreto Lei n.º 4239 de junho de 1963. Este instituía a possibilidade de as empresas reduzirem seus impostos de renda anuais em 50% possibilitando a capitalização de projetos industriais.

<sup>5</sup> Além do Ceará, os outros estados que mais receberam recursos provenientes do FINOR foram Bahia e Pernambuco.

ma soma uma gama significativa de benefícios, destacando-se a renúncia fiscal, para a instalação de empreendimentos industriais.<sup>6</sup>

A década de 1990 se configura como um ponto de inflexão para a efetiva consolidação desses programas, que através de uma série de benefícios e concessões fiscais, transformou o Ceará em um dos mais aguerridos representantes de uma verdadeira guerra fiscal entre os estados pelos investimentos produtivos, deixando bastante evidente o que Santos (1994) chamou de guerra dos lugares.

Apesar de todas as concessões e renúncias fiscais realizadas e de efetivamente ter ocorrido atração de alguns importantes investimentos, sendo o das indústrias de calçados e da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) entre os exemplos mais concretos, os investimentos públicos continuaram também atuando em benefício de ramos de atividade já praticados, dentre os quais o da agroindústria, que se destaca ainda hoje como uma das principais atividades econômicas no Ceará.

## Perfil da agroindústria<sup>7</sup>

Considerando a relevância da agroindústria na economia do Ceará, utilizamos a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)<sup>8</sup> para identificar os grupos de indústria de

<sup>6</sup> Os principais programas são: o *Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial* (Provin): até 75% do ICMS devido; retorno de 1% a 25%; o *Programa de Atração de Empreendimentos Estratégicos* (Proade): até 99% do ICMS relativo às operações de produção própria da empresa; retorno de até 1%; o *Programa de Incentivos à Centrais de Distribuição de Mercadorias do Ceará* (PCDM): até 75% do ICMS gerado nas saídas interestaduais de mercadorias; diferimentos: ativo fixo 100%; matéria-prima até 100%; ASTC; o *Programa de Incentivos da Cadeia Produtiva Geradora de Energias Renováveis* (PIER): 75% do ICMS recolhido mensalmente e dentro do prazo legal; retorno de 1%. Cada programa apresenta suas especificidades, objetivos e público-alvo. Disponível em: <<https://www.adece.ce.gov.br/2014/06/11/incentivos-fundo-de-desenvolvimento-industrial-fdi/>>. Acesso em: 18 jul. 2020.

<sup>7</sup> A organização do banco de dados estatístico sobre a agroindústria foi um trabalho coletivo realizado no desenvolvimento de projeto sobre o agronegócio no Ceará coordenado por Denise Elias. Para a concepção e organização da estrutura para o armazenamento das informações, contamos com a colaboração do arquiteto Henrique Alves da Silva. Da mesma forma, com o trabalho do então aluno de graduação do curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE) Wenniton Almeida, como auxiliar de pesquisa.

<sup>8</sup> A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) é a classificação

transformação que seriam correspondentes às agroindustriais e chegamos a um conjunto de 16 grupos de atividades.<sup>9</sup> Para atingir as atividades predominantes no estado, agrupamos esse conjunto em dois ramos: o alimentar e o não alimentar. Enquanto o último soma sete grupos, o alimentar é formado por nove grupos de atividade industrial, conforme apresentado no Quadro 1. Vale destacar que cada grupo se desdobra em uma gama de classes de atividades industriais.

**Quadro 1 - Ceará: ramos e grupos da agroindústria**

<b>Ramos</b>	<b>Grupos</b>
<b>Agroindústria Alimentar</b>	Fabricação de outros produtos alimentícios
	Fabricação de bebidas
	Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de rações balanceadas para animais
	Processamento, preservação e produção de conservas de frutas, legumes e outros vegetais
	Abate e preparação de produtos de carne e de pescado
	Laticínios
	Torrefação e moagem de café
	Fabricação e refino de açúcar
	Produção de óleos e gorduras vegetais e animais
<b>Agroindústria não alimentar</b>	Fabricação de calçados de couro
	Tecelagem - inclusive fiação e tecelagem
	Fiação
	Curtimento e outras preparações de couro
	Fabricação de produtos do fumo
	Beneficiamento de fibras têxteis naturais
	Produção de álcool

Fonte: Organizado pelos autores (2018) com base em informações da CNAE.

oficial adotada pelo governo brasileiro na identificação de atividades econômicas, cadastro e registro de empresas. Busca-se com sua institucionalização a padronização no fornecimento, coleta e disseminação de dados. A CNAE apresenta uma estrutura hierarquizada, tendo atualmente cinco níveis: seção, divisão, grupo, classe e subclasse. (IBGE, 2007).

<sup>9</sup> É importante destacar que a nossa seleção está diretamente associada aos objetivos da pesquisa sobre o agronegócio no Ceará e as atividades industriais existentes no estado.

A partir da CNAE, recorreremos aos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE),<sup>10</sup> para chegarmos ao número de estabelecimentos e de empregos dos respectivos grupos da agroindústria. Os dados atestaram a relevância da atividade no Ceará, de forma singular na concentração de empregos. Em 2016, as agroindústrias somavam perto de 19% de todos os estabelecimentos e 35% do total de empregos da indústria de transformação. Muito embora tenha perdido participação relativa em relação a 1996, a variação absoluta mostra um crescimento superior a 80% nos 20 anos considerados para análise em ambas as variáveis analisadas (Tabela 1), sendo que o número de estabelecimentos passa de 1.160 para 2.096 e o de empregos de 43.107 para 81.287.

**Tabela 1 - Ceará: número de estabelecimentos e empregos da indústria de transformação e da agroindústria. 1996 e 2016**

	Estabelecimentos		Empregos	
	1996	2016	1996	2016
Indústria de transformação (A)	4.390	11.146	107.371	232.501
Agroindústria (B)	1.160	2.096	43.107	81.287
Participação B/A (%)	26,42	18,8	40,15	34,96

Fonte: Organizado pelos autores (2018) com base nos dados do MTE/RAIS.

O ramo da agroindústria alimentar, por sua vez, mostra-se bastante expressivo no conjunto da agroindústria cearense, representando 88,55% dos estabelecimentos e 53% dos empregos para o ano de 2016, como mostra a Tabela 2.

<sup>10</sup> A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é um importante instrumento de coleta de dados socioeconômicos que toda pessoa jurídica e outros empregadores devem enviar ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) brasileiro. Foi instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975. Tem como objetivos suprir às necessidades de controle da atividade trabalhista no país, prover dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e disponibilizar informações do mercado de trabalho às entidades governamentais. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br/sitio/sobre.jsf>>. Acesso em 18 jul. 2020.

**Tabela 2 - Ceará: número de estabelecimentos e empregos da agroindústria segundo os seus ramos. 1996, 2016**

Ramo	1996		2016		1996		2016	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
<b>Agroindústria Alimentar</b>	984	84,83	1.856	88,55	32.690	75,83	43.106	53,03
<b>Agroindústria não alimentar</b>	176	15,17	240	11,45	10.417	24,17	38.181	46,97
<b>Total</b>	1.160	100	2.096	100	43.107	100	81.287	100

Fonte: Organizado pelos autores (2018) com base nos dados do MTE/RAIS.

A mesma base de dados (MTE/RAIS) indica que a agroindústria é formada principalmente por microempresas (com até 19 empregados) e que, em 2016, elas somavam 79,5% do total de estabelecimentos agroindustriais. Destaca-se, porém, a importância dos estabelecimentos de grande porte (com mais de 499 empregados)<sup>11</sup>. Embora não representassem nem 1% do total de estabelecimentos agroindustriais no mesmo ano, concentravam 54% dos empregos<sup>12</sup>.

Neste 1% estão estabelecimentos que se constituem como modernas empresas que, além do número de empregos, se notabilizam também pela capacidade produtiva instalada, pela complexidade de suas operações, pela grande quantidade de matéria-prima que movimentam, pelo poder que têm junto ao Estado de impor suas demandas de infraestrutura e incentivos fiscais, pela diversidade de atividades econômicas que exercem, pela atuação em diferentes escalas geográficas etc.

Fica evidente, desta forma, que tais empresas se constituem em importantes agentes de produção do espaço, devido à grande quantidade de fixos e fluxos (SANTOS, 1988) de várias naturezas e magnitudes a elas associados. Entre os processos inerentes a tais empresas, podemos destacar as relações campo-cidade, incrementadas sobremaneira nas duas últimas décadas no Ceará.

<sup>11</sup> Conforme o critério adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Pesquisa Industrial Anual (PIA), os estabelecimentos industriais são classificados em: microempresa (até 19 pessoas ocupadas), pequena empresa (de 20 a 99 pessoas ocupadas), média empresa (de 100 a 499 pessoas ocupadas) e grande empresa (500 pessoas ocupadas ou mais) (IBGE, 2017).

<sup>12</sup> Fonte: MTE/RAIS, 2016.

Levando em consideração a importância do ramo alimentar da agroindústria e o destaque dos estabelecimentos de grande porte, intuímos que as grandes empresas da agroindústria alimentar são um excelente objeto de análise para desvendarmos inúmeros processos inerentes ao agronegócio globalizado no Ceará, entre eles as relações campo-cidade, que se multiplicaram nas duas últimas décadas. Dessa forma, selecionamos algumas das empresas mais destacadas neste ramo como objeto de análise e, efetivamente, foi possível vislumbrar várias redes geográficas (CORRÊA, 2014) por elas tecidas.

Considerando o total de estabelecimentos e de empregos que concentram perante o total da agroindústria alimentar, destacamos quatro grupos, especificamente: *Laticínios; Abate e preparação de produtos de carne e de pescado; Fabricação de outros produtos alimentícios; Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de rações balanceadas para animais*. Esses quatro grupos, no ano de 2016, concentravam 80,26% do total de estabelecimentos e 47,86% dos empregos na agroindústria alimentar no Ceará, sendo o de Fabricação de outros produtos alimentícios o mais destacado quanto aos estabelecimentos e empregos.

**Tabela 3 - Número de estabelecimentos e empregos dos grupos agroindustriais alimentares selecionados.**

Grupo	Estabelecimentos				Empregos			
	1996		2016		1996		2016	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Abate e preparação de produtos de carne e de pescado	34	2,93	94	4,48	553	1,28	2.760	3,4
Fabricação de outros produtos alimentícios	642	55,34	1.100	52,48	11.299	26,21	19.489	23,98
Laticínios	100	8,62	185	8,83	882	2,05	2.915	3,59
Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de rações balanceadas para animais	75	7,62	134	7,22	9.961	30,47	5.274	11,96
Total	851	74,51	1.513	73,01	22.695	60,01	30.438	42,93

Fonte: Organizado pelos autores (2018) com base nos dados do MTE/RAIS.

## Relações campo-cidade a partir das agroindústrias alimentares<sup>13</sup>

O objetivo desta seção é apresentar evidências das inúmeras relações campo-cidade que se dão no estado do Ceará a partir de algumas de suas principais empresas agroindustriais alimentares.

Considerando a importância do grupo de *Laticínios*, notadamente a classe de *Preparação do leite, fabricação de produtos do laticínio*, os exemplos serão de duas das mais importantes empresas associadas: a Betânia Lácteos e a Cooperativa Agrícola Mista de Maranguape Ltda. Juntas elas consomem cerca de 70% de todo o leite *in natura* produzido no Ceará,<sup>14</sup> o que por si só já mostra a grande capilaridade das relações campo-cidade estabelecidas por estas duas empresas, especialmente considerando que as bacias leiteiras se distribuem por todas as áreas do estado. Da mesma forma, tal informação evidencia que no Ceará parte importante da pecuária leiteira está monopolizada pelo capital industrial.

A Cooperativa Agrícola Mista de Maranguape Ltda tem sede no município de Maranguape, na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), sendo sua produção voltada principalmente para a própria região. No que tange à origem de sua matéria prima destacam-se especialmente produtores locais e dos municípios do Sertão Central do estado (MENDES, 2006).

A Betânia Lácteos é líder no segmento de leite longa vida na região Nordeste,<sup>15</sup> com 30 % deste mercado e 13% do segmento de iogurtes,<sup>16</sup> e foi eleita a quarta melhor empresa de laticínios pelo

<sup>13</sup> Para a redação da presente seção, a metodologia predominante foi a leitura e seleção de parte do material organizado na hemeroteca.

<sup>14</sup> CE: Parmalat deve estimular aumento na produção. **MilkPoint**. 09 maio 2007. Disponível em: <https://www.milkpoint.com.br/noticias-e-mercado/giro-noticias/ce-parmalat-deve-estimular-aumento-na-producao-35921n.aspx>. Acesso em: 31 mar. 2018.

<sup>15</sup> FALCÃO, Mariana. Betânia volta a liderança de longa vida no NE. **Valor Econômico**, Recife, 29 jul. 2015. Disponível em: <<https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2015/07/29/betania-volta-a-lideranca-em-longa-vida-no-ne.ghtml>> Acesso em: 13 jul. 2020.

<sup>16</sup> CAVALCANTE, Irna. CBL Alimentos muda para Betânia Lácteos e investe R\$ 20 mi no Ceará. **O Povo**, 10 abr. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2018/04/cbl-alimentos-muda-para-betania-lacteos-e-investe-r-20-mi-no-ceara.html>. Acesso em: 13 jul. 2020.

12° Anuário do Agronegócio de 2016<sup>17</sup> e a sexta maior empresa no ramo de leite e derivados do Brasil, em 2018.<sup>18</sup> Ela possui um portfólio com 80 produtos, incluindo leites pasteurizados, leites longa vida, bebidas lácteas, iogurtes, queijos, requeijões, doce de leite, leite em pó, creme de leite e leite condensado, distribuídos em cinco marcas, sendo que uma delas se confunde com a da própria empresa. As demais são Leбом, Jaguaribe, Cilpe e Latimilk,<sup>19</sup> sendo que algumas destas guardam o nome de empresas que foram adquiridas pela Betânia, especialmente desde o final da década de 2000.

**Figura 1. Estabelecimento industrial da empresa de laticínios Betânia Lácteos**



Fonte: Disponível em: <https://distribuicao.abad.com.br/industria/cbl-alimentos-muda-para-betania-lacteos-e-anuncia-investimentos/>. Acesso em: 21 jul. 2020.

Além da distribuição através de suas próprias marcas realizada em mais de 20 mil pontos de venda,<sup>20</sup> parte de sua produção é voltada a outras empresas, para as quais embala com suas respectivas

<sup>17</sup> REVISTA GLOBO RURAL. 12° Anuário do Agronegócio. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2016.

<sup>18</sup> REVISTA EXAME. **Melhores e Maiores: as 1000 maiores empresas do Brasil**. São Paulo: Editora Abril, 2019.

<sup>19</sup> Betânia aplica R\$ 25 mi em fábrica de Morada Nova. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 24 maio 2017. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/betania-aplica-r-25-mi-em-fabrica-de-morada-nova-1.1758989>>. Acesso em 13 jul. 2020.

<sup>20</sup> NOGUEIRA, Adriano. Fundo compra 20% da Betânia. **O Povo**, Fortaleza, 02 jun. 2017. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/economia/2017/06/fundo-compra-20-da-betania.html>. Acesso em: 14 jul. 2020.

marcas, tal como ocorre com a multinacional francesa Danone, com sede no Distrito Industrial no município de Maracanaú, na RMF.<sup>21</sup>

Tanto a obtenção da matéria-prima quanto o mercado da empresa revelam uma atuação regional, embora sua relevância no setor seja nacional, uma vez que se destaca entre as melhores empresas produtoras de laticínios do Brasil.<sup>22</sup> A empresa capta 830 mil litros de leite por dia de seus 3.500 fornecedores espalhados por cerca de 130 municípios em todo o Nordeste,<sup>23</sup> especialmente do próprio Ceará, mas também de Pernambuco, Sergipe, Bahia e Paraíba.<sup>24</sup> São cinco unidades industriais distribuídas pelos estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Sergipe, além de 10 centros de distribuição no Nordeste.<sup>25</sup>

A unidade fabril cearense da Betânia Lácteos está localizada na região do baixo Jaguaribe, no município de Morada Nova, cerca de 200 km de Fortaleza, capital do estado, onde sua sede está situada, o que também evidencia as relações campo-cidade de grande complexidade, devido aos fluxos de várias naturezas, incluindo os de informações associados aos processos de gestão corporativa. De suas redes políticas (SILVA, 2018) poderíamos citar o Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado do Ceará (Sindlaticínios), presidido por um importante executivo da Betânia Lácteos<sup>26</sup>, e a Câmara Temática do Leite e

<sup>21</sup> FALCÃO, Mariana. Betânia volta a liderança de longa vida no NE. **Valor Econômico**, Recife, 29 jul. 2015. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2015/07/29/betania-volta-a-lideranca-em-longa-vida-no-ne.ghml>. Acesso em 14 jul. 2020.

<sup>22</sup> MILKPONT. **Levantamento TOP 100 2017**: os 100 maiores produtores de leite do Brasil. 2017. Disponível em: <https://www.milkpoint.com.br/top100/top100-2017.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2018.

<sup>23</sup> CAVALCANTE, Irna. CBL Alimentos muda para Betânia Lácteos e investe R\$ 20 mi no Ceará. **O Povo**, 10 abr. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2018/04/cbl-alimentos-muda-para-betania-lacteos-e-investir-20-mi-no-ceara.html>. Acesso em: 13 jul. 2020.

<sup>24</sup> ROCHA, Alda do Amaral. Com Arlon, Betânia planeja fazer investimento de 100 milhões. **Valor Econômico**, 14 jul. 2017. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2017/07/14/com-arlon-betania-planeja-fazer-investimentos-de-r-100-milhoes.ghml>. Acesso em: 13 jul. 2020.

<sup>25</sup> Disponível em <https://www.betanalacteos.com.br/quem-somos>. Acesso em: 13 jul. 2020.

<sup>26</sup> Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/sindicatos-por-estado/?estado=CE>. Acesso 14 jul. 2020.

Derivados, da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. (Adece),<sup>27</sup> pertencente à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, da qual o Sindlaticínios é entidade participante, ambos localizados na cidade de Fortaleza.

Para o caso do grupo de *Abate e Preparação de Produtos de Carne e de Pescado*, que inclui a classe de *Abate de Aves e Outros Pequenos Animais e Preparação de Produtos de Carne*, vamos exemplificar as relações campo-cidade a partir da *Companhia de Alimentos do Nordeste (Cialne)*, que se destaca na avicultura cearense e abastece o mercado das regiões Nordeste e Norte do país.

Maior empresa da avicultura do Ceará, uma das líderes do setor no Nordeste,<sup>28</sup> a Cialne, fundada em 1966, tem 53 unidades produtivas distribuídas pelos estados do Ceará, Maranhão e Piauí. Sua sede corporativa localiza-se na cidade de Fortaleza. Além dessa, são granjas de avós, granja de matrizes, granja de frangos, incubatórios, fábrica de ração, uma unidade industrial de abate de frangos, produção de leite, laticínio, criação de ovinos, cria e recria de gado. Todos esses fixos estão distribuídos por diferentes municípios num raio médio de 600 quilômetros de Fortaleza, com o máximo de mil quilômetros entre o frigorífico e mercados consumidores. No Ceará os fixos da empresa distribuem-se especialmente por Fortaleza, Maranguape, Caucaia, Aquiraz, Paracuru e São Gonçalo do Amarante, estes municípios todos na RMF, além de Ubajara, Umirim, Guaiúba, entre outros. No Maranhão, as granjas de frango e a fábrica de ração abastecem as unidades da região. No Piauí possui um abatedouro próprio (Dudico), uma fábrica de ração e uma granja de frangos.<sup>29</sup>

---

<sup>27</sup> “As Câmaras Setoriais e Temáticas são órgãos de caráter consultivo e propositivo, compostas por representantes das entidades privadas, organizações não governamentais e órgãos públicos relacionados aos respectivos segmentos produtivos. Os integrantes das Câmaras atuam em colegiado, identificando as potencialidades e removendo as dificuldades com vistas ao desenvolvimento econômico das atividades produtivas no Ceará”. Disponível em: <<https://www.adece.ce.gov.br/camaras/ct-leite/>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

<sup>28</sup> VALOR 1000. **1000 Maiores Empresas e as campeãs em 25 setores e 5 regiões**. Rio de Janeiro: Grupo Globo, 2019.

<sup>29</sup> CIALNE. Disponível em: <<http://www.cialne.com.br/>>. Acesso em: 14 jul. 2020; DINHEIRO RURAL.

É de grande expressão a quantidade de fluxos que se dá entre estes diferentes fixos associados à empresa: trabalhadores, matérias-primas, insumos (ração, vacinas etc.), maquinários, informações, capital etc., evidenciando uma complexa rede geográfica da empresa, que é multiescalar e conectada ao campo e à cidade por meio de seus processos produtivos.

No grupo *Fabricação de outros produtos alimentícios*, a empresa agroindustrial que serve de exemplo é a *Ducoco Produtos Alimentícios S.A.*, que atua na produção e transformação industrial do coco. Seu portfólio soma cerca de 130 produtos, sendo que os principais são água de coco, leite de coco, coco ralado, óleo de coco, isotônicos e sucos de frutas acrescidos de água de coco. É uma das maiores exportadoras de água do coco do Brasil.

Figura 2 - Alguns dos principais produtos do portfólio da Ducoco: água de coco envasada, leite de coco, coco ralado e óleo de coco.



Fonte: Disponível em: <<http://www.ducoco.com.br/produtos/>>. Acesso em: 21 jul. 2020

<https://www.dinheirorural.com.br/secao/capa/sem-tempo-para-descansarr>. Acesso em: 20 jun. 2020.

Fundada no início dos anos 1980, é hoje uma das maiores empresas do segmento de produtos à base de coco no país. A Ducoco possui sete fazendas distribuídas pelos municípios de Itapipoca, Itarema e Camocim (CE),<sup>30</sup> duas unidades industriais (Itapipoca/CE e Linhares/ES), três centros de distribuição (Itapipoca/CE, Linhares/ES e Barueri/SP) e uma sede corporativa na cidade de São Paulo, localizada no principal centro financeiro do país.<sup>31</sup>

Apesar de produzir parte importante de todo o coco que processa, aproximadamente 50% vêm de cerca de 800 produtores espalhados por várias áreas agrícolas, especialmente de municípios litorâneos cearenses, tais como Acaraú, Amontada, Beberibe, Camocim, Cascavel, Itapipoca, Itarema, Paraipaba, Pentecoste e Trairi, mas também do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia,<sup>32</sup> evidenciando, assim, uma grande quantidade de fluxos entre estas áreas e a cidade de Itapipoca, local da transformação industrial.

Tais fluxos não são somente da produção agrícola, mas também de trabalhadores com distintos níveis de formação, de inúmeros produtos associados ao consumo produtivo (SANTOS, 1988) do agronegócio (ELIAS, 2015), tais como fertilizantes, agrotóxicos, mudas, máquinas agrícolas etc.

Se pensarmos nas várias etapas do processo de produção de uma empresa como a Ducoco, fica fácil perceber as inúmeras relações campo-cidade que se processam, das áreas de produção agrícola para as unidades industriais, para os centros de pesquisa, para o consumo produtivo (produtos e serviços), para a comercialização e consumo dos produtos, para os fixos associados à logística voltados à exportação etc.

---

<sup>30</sup> Dados do ano de 2009 mostravam que a empresa concentrava mais de 10 mil hectares de terra. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ducoco-alimentos-ativa-ha-26-anos-1.101512>>. Acesso em 22 jul. 2020.

<sup>31</sup> RODRIGUES, Jéssica. Beneficiamento do coco amplia setor industrial. **Diário do Nordeste Online**, Fortaleza, 22 fev. 2013. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/beneficiamento-do-coco-amplia-setor-industrial-1.195825>. Acesso em: 01 abr. 2018

<sup>32</sup> Idem.

Para esse último caso, diferente das outras empresas até aqui apresentadas, a Ducoco tem parte importante de sua produção voltada para exportação, notabilizando-se por ser uma das maiores exportadoras de água de coco do país, sendo que o escoamento se dá a partir do Porto do Pecém, localizado na RMF. Tudo isto, por si só, mostra que a empresa possui uma densa, complexa e multiescalar rede geográfica, que inclui campo e cidades de diferentes dimensões.

Nosso último exemplo das relações campo-cidade, a partir das grandes empresas agroindustriais cearenses, pertence ao grupo de *Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais*, trata-se da *Companhia Industrial de Óleos do Nordeste (Cione)*, associada a uma das mais tradicionais culturas cearenses, a cajucultura, de grande importância econômica e social para o estado.

No Brasil, a produção de castanha de caju concentra-se na região Nordeste, especialmente nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí, constituindo um produto de elevada importância no PIB desses estados, assim como de suas respectivas pautas de exportação. A cajucultura abrange as atividades agrícola e industrial. O Ceará é o principal produtor do país, somando também o maior parque industrial de beneficiamento do produto, algo em torno de 90% da capacidade instalada no Nordeste (SINDICAJU, 2016). Dados da Associação dos Cajucultores do Ceará (ASCAJU) indicam que o estado possui em torno de 500 mil hectares de cajueiros, distribuídos em várias áreas do Estado, sendo que 70% da área plantada está nas mãos de pequenos produtores rurais com áreas em torno de 10 a 20 hectares. Quanto aos empregos na indústria, são cerca de 25 mil na cidade, sendo que o setor ainda se coloca em segundo lugar na pauta de exportação.<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup> ASCAJU e SINCAJU pedem audiência a Assembleia para discutir Cajucultura. **Comunicação FAEC/SENAR**, 26 jul. 2019. Disponível em: <<http://faec.org.br/novo/ascaju-e-sincaju-pedem-audiencia-a-assembleia-para-discutir-cajucultura/>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

No intervalo de algumas décadas, a produção agrícola de caju passou de uma produção basicamente extrativista para uma atividade agroindustrial. Localiza-se principalmente ao longo da faixa litorânea, especialmente na faixa leste, destacando-se municípios como Beberibe, Cascavel, Aracati, entre outros, e hoje disputa terras com outras culturas também em expansão, como a do coco.

O produto da atividade industrial do caju de maior valor comercial é, sem dúvida, a amêndoa da castanha de caju. Mas o líquido resultante do processamento da casca da castanha também tem grande importância comercial, pois é utilizado como matéria-prima para industrialização de uma gama de produtos (tintas, vernizes, lubrificantes, inseticidas etc.)

O ramo industrial da cajucultura é bastante concentrado. Hoje são perto de dez empresas que dominam o processamento industrial do caju, sendo a Cione um destaque entre estas.<sup>34</sup> Fundada no início dos anos 1960, atua tanto na produção de caju, quanto na sua transformação industrial e na comercialização de castanhas de caju, constituindo-se uma das maiores plantadoras de cajueiros do mundo e a maior exportadora de castanha de caju não só do estado, mas do Brasil. De sua produção, 95% são destinados à exportação.<sup>35</sup> De acordo com dados do Ministério do Comércio Exterior (MDIC, 2018), figura entre as vinte maiores exportadoras do Ceará no ano de 2017.

A Cione possui quatro fazendas distribuídas nos estados do Ceará e do Piauí, das quais se origina parte importante da matéria-prima que processa. Estas somam mais de 70 mil hectares, sendo perto de 60 mil plantados com cajueiros, incluindo o maior projeto de cajueiro anão precoce do estado do Ceará.<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> Fonte: dados do site. Além da Cione destacaríamos entre as mais importantes agroindústrias da cajucultura no Ceará as empresas: Amêndoas do Brasil; Iracema Indústria e Comércio de Castanhas de Caju Ltda (ambas em Fortaleza); Companhia Brasileira de Resinas – Resibras (Forquilha); Copan – Agroindustrial LTDA (Jaguaruana) e Usibrás – Usina Brasileira de Óleos e Castanha Ltda (Aquiraz) (SINDICAJU, 2016).

<sup>35</sup> Disponível em: <https://www.cione.com.br/cione>. Acesso em: 16 mar. 2018.

<sup>36</sup> Espécies de caju resultantes das pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa

Sua sede administrativa e sua unidade industrial localizam-se na cidade de Fortaleza.

Além das áreas de produção agrícola, da indústria, da sede corporativa, podemos indicar outros fixos ligados diretamente à cajucultura e, portanto, de grande relevância à produção da Cione, e que também nos servem para evidenciar as relações campo-cidade promovidas a partir da empresa. Entre estes podemos citar a sede da Embrapa na cidade de Fortaleza, assim como o seu campo experimental no município de Pacajus. Boa parte das novas áreas de produção da Cione são realizadas utilizando os clones de cajueiro anão precoce, tal como ocorre nas suas plantações no Piauí.

Das redes políticas associadas à cajucultura vêm outros exemplos importantes de fixos entre os quais se dão inúmeros fluxos campo-cidade associados à Cione, tal como o Sindicato das Indústrias de Castanha de Caju (Sindicaju), cuja sede localiza-se no próprio prédio da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), na cidade de Fortaleza, ou ainda a Câmara Temática do Caju, vinculada à Adece.<sup>37</sup> Podemos citar também o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste como os principais agentes financeiros associados à cajucultura, já que são responsáveis por grande parte dos empréstimos para custeio e produção até hoje realizados pela empresa. Os dados até aqui apresentados sobre a Cione mostram, então, uma complexa rede geográfica, que une campo e cidade em múltiplas escalas.

---

Agropecuária (Embrapa Agroindustrial), localizada na cidade de Fortaleza, a partir de melhoramento genético. São mais produtivas e produzem em menor tempo. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2361282/pequeno-notavel-cajueiro-anao-precoce-e-produtivo-apos-tres-anos-de-seca>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

<sup>37</sup> A Câmara Temática do Caju é composta por representantes de entidades privadas, de organizações não-governamentais e órgãos públicos envolvidos com o setor. Disponível em: <<https://www.adece.ce.gov.br/camaras/ct-caju/>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

## Considerações finais

Diante do exposto, muito embora a atividade agroindustrial cearense seja majoritariamente formada por pequenos estabelecimentos, a força das grandes empresas é inegável, evidenciando-as como variável-chave para a compreensão de inúmeros processos inerentes ao agronegócio globalizado no Ceará.

Entendemos que as redes geográficas tecidas por essas empresas, considerando seus diversos fixos e fluxos, sistemas de objeto e sistemas de ação (SANTOS, 1988, 1996), revelam, entre outros, parte importante das inúmeras relações campo-cidade associadas ao agronegócio de maneira geral, aqui incluso os associados às agroindústrias.

Por outro lado, evidenciou-se também que parte da produção agropecuária cearense está fortemente monopolizada pelo capital industrial. Lembrando Oliveira (2016), a agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado estrutura-se, entre outros, a partir da formação das empresas monopolistas. Essas controlam a produção e se articulam através de dois processos monopolistas territoriais no comando da produção agropecuária e florestal mundial: a territorialização dos monopólios e a monopolização do território.

Ambos os processos podem ser observados para as empresas citadas, dado que atuam, simultaneamente, tanto no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária, quanto no controle de mecanismos de subordinação de camponeses e capitalistas produtores agropecuários.

Evidente está, então, que a agropecuária cearense, vem passando por muitas metamorfoses nas últimas três décadas, com a difusão do agronegócio globalizado, através dos processos de reestruturação produtiva, representando um crescente domínio do neoliberalismo e do capital financeiro.

## Referências

- ABU-EL-HAJ, J. Neo-Desenvolvimentismo no Ceará: a política industrial do governo Tasso. **Revista de Economia do Nordeste**, v. 28, n.3, p. 325-345, 1997.
- AMORA, Z. B. Aspectos históricos da industrialização do Ceará. In: SOUZA, S. (org.). **História do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1994. p. 117-124.
- BRASIL. **Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961**. Aprova o Plano Diretor da SUDENE, para o ano de 1961, e dá outras providências, Brasília: Presidência da República, 1961.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais - RAIS**. Disponível em: <http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>. Acesso em: 10 fev. 2018.
- BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Empresas brasileiras exportadoras e importadoras**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/empresas-brasileiras-exportadoras-e-importadoras>. Acesso em: 28 mar. 2018.
- CORRÊA, R. L. **Trajетórias geográficas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 302p.
- FERREIRA, A. O crescimento recente da economia cearense. **Revista de Economia do Nordeste**, v. 26, n. 2, p. 157-180, 1995.
- ELIAS, D. A agropecuária do estado do Ceará no contexto da globalização. In: AMORA, Z. B. (org.). **Ceará: enfoques geográficos**. Fortaleza: Funece, 1999. p. 43-72.
- ELIAS, D. A modernização da produção agropecuária. In: ELIAS, D. (org.). **O novo espaço da produção globalizada: Baixo Jaguaribe (CE)**. Fortaleza: Funece, 2002a. p. 281-355.
- ELIAS, D. Integração competitiva do semiárido cearense. In: ELIAS, D.; FURTADO, J. L. S. (org.). **Modernização excludente**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002b. p.15-43.
- ELIAS, D. **Globalização e agricultura: a Região de Ribeirão Preto**. São Paulo: EdUSP, 2003a.
- ELIAS, D. Desigualdade e pobreza no espaço agrário cearense. **Mercator**, v. 2, n.3, p. 61-69, 2003b. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/165>
- ELIAS, D. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. **Scripta Nova**, v. 12, p. 74-96, 2008. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/ScriptaNova/article/view/115472>
- ELIAS, D. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **Acta**

**Geográfica**, v. 1, p. 13-32, 2013. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/actageo/article/view/1937>

ELIAS, D. Consumo produtivo em Regiões do Agronegócio do Brasil. *In*: BELLET, C.; MELAZZO, E. S.; SPOSITO, M.E.B.; LLOP, J. M. (org.). **Urbanización, producción y consumo em ciudades medias/intermedias**. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015. p. 35-56.

ELIAS, D. Agronegócio globalizado: do campo à metrópole. *In*: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (org.). **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 587-509.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Introdução à Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE versão 2.0**. IBGE: Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: [https://concla.ibge.gov.br/images/concla/documentacao/CNAE20\\_Introducao.pdf](https://concla.ibge.gov.br/images/concla/documentacao/CNAE20_Introducao.pdf). Acesso em: 10 jan. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Industrial Anual - PIA**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

MENDES, M. C. **Metropolização e indústria: Maranguape no contexto da Região Metropolitana de Fortaleza - CE**. 2006. 160 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2006.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-Território**, v. 5, n.10, p. 5-64, 2010. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT51012048>

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988. 132p.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994. 190 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.

SILVA, C. A. F. Da política à rede política territorial. *In*: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (org.). **Tendências da urbanização brasileira: novas dinâmicas de estruturação urbano-regional**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018. p. 167-190.

## CAPÍTULO 7

# Agronegócio e economia urbana na Região Metropolitana de Fortaleza (CE)

*Denise Elias*

*Felipe Rodrigues Leitão*

### Resumo

**E**ste capítulo expõe resultados parciais de uma pesquisa em desenvolvimento sobre o agronegócio na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), estado do Ceará. Analisamos o papel de Fortaleza e sua região metropolitana no oferecimento de produtos e serviços especializados para a realização do agronegócio cearense e examinamos a atuação da cidade na gestão deste segmento econômico. Para orientar a pesquisa e a redação do capítulo, entendemos a cidade como lugar de reprodução de parte das condições materiais de reprodução do capital do agronegócio. Como elemento de argumentação para trabalhar tal tese, selecionamos o consumo produtivo da agropecuária, definindo-o como aquele inerente à reprodução dos meios de produção (bens e serviços), no caso, para a agropecuária. Concluímos que comércios e serviços voltados às demandas do agronegócio não só participam da economia urbana de alguns dos municípios da RMF, como compõem o circuito superior de tais economias, especialmente de Fortaleza. Da mesma forma, evidenciamos que essa metrópole constitui o centro de comando e gestão do agronegócio no estado do Ceará.

### Introdução

Este capítulo expõe resultados parciais de uma pesquisa em desenvolvimento sobre o agronegócio na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), estado do Ceará e tem como objetivo principal

analisar a importância de Fortaleza e sua região metropolitana no oferecimento de produtos e serviços especializados para a realização do agronegócio cearense, além de examinar a atuação da cidade na gestão deste segmento econômico.

Para orientar a redação do capítulo, baseamo-nos nas seguintes teses complementares defendidas por Elias (2020a,b): 1. o agronegócio soma uma grande quantidade de atividades comerciais e de serviços em alguns dos 19 municípios da RMF; 2. a cidade de Fortaleza é o principal centro de gestão do agronegócio no Ceará e; 3. atividades associadas ao consumo produtivo da agropecuária compõem o circuito superior da economia urbana de algumas cidades cearenses, sendo que em Fortaleza esse fenômeno é mais acentuado e complexo.<sup>1</sup>

Essas teses complementares derivam da tese estrutural que concebe a cidade como lugar de reprodução de parte das condições materiais necessárias à reprodução do capital do agronegócio. Em outras palavras, a cidade é vista como o centro pulsante da economia, da sociedade e do território do agronegócio globalizado (ELIAS, 2003a, 2022a,b). O ineditismo desta pesquisa reside na adoção de uma metrópole e sua respectiva região metropolitana como recorte espacial.

Como recorte temporal da pesquisa, ainda em andamento, consideramos o período que vai desde a década de 1990 até o momento presente, por identificarmos esse intervalo como um marco importante para um conjunto de reestruturações econômicas e territoriais que vem ocorrendo no Ceará (ELIAS, PEQUENO, 2013). Para a elaboração deste capítulo, as variáveis abarcam especificamente o período entre 2000 e 2023.

Entre os principais temas que fundamentam a pesquisa principal, abordamos aqui o consumo produtivo associado à agropecuária intensiva, denominada por nós como agricultura científica (ELIAS, 2003b).<sup>2</sup> Consideramos consumo produtivo aquele inerente à reprodução dos meios de produção (bens e

---

<sup>1</sup> Sobre os circuitos da economia urbana, ver Santos (1979).

<sup>2</sup> Sobre os temas da pesquisa em andamento, assim como a matriz metodológica ampliada da mesma, consultar o capítulo 2.

serviços), no caso para a consecução do agronegócio (ELIAS, 2003a, 2015, 2022b) e entendemos que esse tipo de consumo é essencial para se compreender a dinâmica da economia urbana associada ao agronegócio.

As forças produtivas da agricultura científica são amplamente embasadas em um vasto conjunto de produtos e serviços especializados, o que gera inúmeras e complexas demandas, resultando no aumento da quantidade e dos tipos de estabelecimentos comerciais e de serviços diretamente associados às condições gerais de produção do agronegócio. Assim, é recorrente que cidades próximas às áreas onde se processa a reestruturação produtiva da agropecuária (ELIAS, 2003a), como é o caso do estado do Ceará (ELIAS, 2001, 2002a,b, 2003c, 2005, 2006), passem a desenvolver novas funções associadas ao consumo produtivo, aquecendo as economias locais.

Esta pesquisa foi norteadada pelas seguintes questões: a metrópole Fortaleza tem importância no oferecimento de produtos e serviços voltados à agricultura científica? De maneira geral, qual é a importância do consumo produtivo da agropecuária na economia urbana de Fortaleza e da RMF? Quais os principais tipos de comércios e serviços inerentes à agropecuária ofertados na RMF?

Para responder essas perguntas, adotamos as seguintes metodologias: pesquisa bibliográfica e documental de temas de interesse ao trabalho em questão; levantamento de dados estatísticos e, quando possível, elaboração de séries históricas associadas às variáveis selecionadas para análise, como número de estabelecimentos e de empregos nos serviços e comércios inerentes ao consumo produtivo da agropecuária; criação de uma hemeroteca temática através da consulta a *sites* de jornais diários, jornais especializados em economia e negócios, novas mídias e outras instituições, buscando ampliar o acervo da pesquisa com informações e notícias atuais; realização de trabalhos de campo e visitas técnicas; utilização da ferramenta *Google Maps* para coletar e confirmar informações quanto a endereços de estabelecimentos empresariais; e, por fim, sistematização e análise de todo o banco de dados organizado.

Como fonte de dados secundários aqui trabalhados, destacamos:

- O trabalho sobre a Região de Influência das Cidades (REGIC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em sua edição de 2018, a partir da qual foi possível fazer inferências sobre a região de influência de Fortaleza quanto ao fornecimento de insumos agrícolas;
- A Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE)<sup>3</sup> do IBGE, que consiste na classificação oficial adotada pelos órgãos públicos e privados, a partir da qual selecionamos as atividades econômicas relacionadas à indústria de insumos, à agroindústria e às atividades comerciais e de serviços funcionais ao agronegócio;
- A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que constitui um banco de dados alimentado pelas empresas, sendo permitida a consulta de informações sobre estabelecimentos empresariais e empregos formais. Foram consideradas as seguintes variáveis: número de estabelecimentos e empregos formais nas atividades de comércio e serviços associados à agropecuária;<sup>4</sup>
- A Junta Comercial do Ceará (JUCEC), instituição do Governo do Estado do Ceará, que traz o registro das empresas que atuam no Ceará, além de reunir informações de estabelecimentos registrados e ativos no estado de indústria produtora de insumos, comércio e serviços funcionais ao

---

<sup>3</sup> “A CNAE é o instrumento de padronização nacional dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do país. Trata-se de um detalhamento da CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas, aplicada a todos os agentes econômicos que estão engajados na produção de bens e serviços, podendo compreender estabelecimentos de empresas privadas ou públicas, estabelecimentos agrícolas, organismos públicos e privados, instituições sem fins lucrativos e agentes autônomos (pessoa física)” (BRASIL, 2014).

<sup>4</sup> A RAIS é uma base de dados estatísticos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), gerada a partir da declaração obrigatória da Relação Anual de Informações Sociais. Estão disponíveis as bases RAIS Trabalhadores e RAIS Estabelecimentos. Ambas podem ser acessadas em plataforma *on-line* para o período de 1985 até o último ano da RAIS disponível.

agronegócio. Tais informações foram adquiridas a partir de solicitação direta ao órgão;

- A Plataforma E-MEC, do Ministério da Educação (MEC), que reúne as principais informações sobre Instituições de Educação Superior (IES) de todo o Brasil, bem como a disponibilidade de cursos e vagas. Essa fonte nos permitiu verificar as instituições que ofertam cursos de formação associadas ao agronegócio;
- A Plataforma do Sistema Nacional de Informação da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) do Ministério da Educação (MEC), que possibilita a consulta das instituições e os cursos técnicos e tecnológicos ofertados por município.

Dessa forma, o texto aqui apresentado é resultado de um esforço de sistematização de informações obtidas a partir de um conjunto de fontes quantitativas e qualitativas, primárias e secundárias, visando avaliar o efetivo papel de Fortaleza e sua região metropolitana na gestão do agronegócio cearense.

Este capítulo está dividido em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, destacamos a importância da cidade como fornecedora dos bens e serviços para a agropecuária, considerando especialmente o consumo produtivo. Na segunda, evidenciamos a centralidade de Fortaleza para o consumo produtivo da agropecuária a partir dos dados da REGIC. O número de estabelecimentos e de empregos associados ao consumo produtivo da agropecuária, segundo classes da CNAE estão apresentados na terceira seção. Por fim, a quarta seção trata de alguns dos serviços especializados relacionados à agropecuária.

## Cidade e consumo produtivo da agropecuária

A moderna produção agropecuária tem seu ciclo econômico cada vez mais associado à economia urbana, de tal forma que, “quanto mais moderna [...], mais urbana se torna sua regulação”

(ELIAS, 2003a, p. 188). Assim, na cidade, desenvolvem-se diversas atividades voltadas para atender às demandas de uma agricultura cada vez mais tecnicizada e exigente de produtos e serviços específicos. Como afirmava Singer (1998):

Quando a agricultura se torna capitalista, ela expande fortemente sua demanda por mercadorias oriundas da economia urbana: instrumentos de trabalho, insumos industriais (energia elétrica, combustíveis, adubos químicos, inseticidas, rações etc.), bens de consumo industrializados e serviços (de transporte, comerciais, financeiros etc.) produzidos a partir da cidade (SINGER, 1998, p. 44).

O ato de produzir é igualmente um ato de consumo, pois, a produção em si implica no consumo dos meios de produção utilizados, da matéria prima necessária ao processo e das faculdades intelectuais envolvidas. Dessa forma, o consumo associado diretamente ao ato de produzir é denominado consumo produtivo (MARX, 2008).

Ao comentar esse conceito de Marx, Lencioni (2007) associa o consumo produtivo à reprodução dos meios de produção de tal forma que “mantém relação com o conjunto do processo de produção e circulação do capital. Em outras palavras, devido a sua natureza ‘produtiva’, mantém relações com o processo de produção e circulação do capital.” (ibid., p. 3).

Para Santos (1997), diante da modernização agrícola, o consumo produtivo se expande no campo, ao passo que a produção agrícola passa a demandar variadas máquinas, implementos e insumos, além de requerer conhecimento intelectual, crédito e a atenção da administração pública. A expansão desse consumo na produção agropecuária tende a ser parte importante das trocas entre o local da produção agrícola e os espaços urbanos (SANTOS, 1993), tornando as relações entre campo e cidade cada vez mais complexas.

Constituindo-se em uma forma de consumo que “não se esgota em si, mas desenvolve atividades terciárias precedentes à produção material e sem as quais ela não pode se realizar”

(ELIAS, 2003a, p. 188), o consumo produtivo associado à moderna produção agropecuária “não se adapta às cidades, mas ao contrário, adapta-as” (SANTOS, 1993, p. 95), de tal forma que converte as cidades próximas aos modernos centros agrícolas em verdadeiros “laboratórios da produção agropecuária moderna, uma vez que fornecem a grande maioria dos aportes técnicos, financeiros, de mão de obra e de todos os demais produtos e serviços necessários a sua realização” (ELIAS, 2003a, p. 191).

Segundo Moreira (2008), a cidade assume o papel de comando sobre um verdadeiro “vaivém ininterrupto do intercâmbio mercantil”, que acaba por unir os espaços rurais e urbanos. Nesse processo, o setor terciário assume a posição de elo integrador entre os polos de produção (agricultura e indústria) e o restante do conjunto econômico. Ainda de acordo com o autor:

[...] a cidade é quem encarna esse elo integrador do terciário, organizando o território da divisão do trabalho e das trocas dos produtos do lado agropastoril e do lado industrial, numa hierarquia de circuitos que começa em sua relação com o campo e se alarga para a região, o país e o plano mundial (MOREIRA, 2008, p. 106).

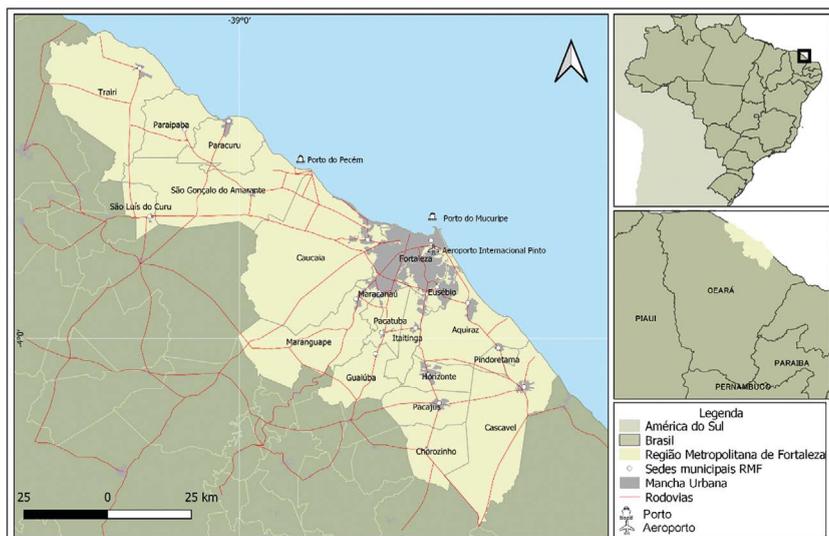
A temática do consumo produtivo do agronegócio vem sendo trabalhada por Elias (2003a, 2011, 2015, 2022b) em estudos principalmente associados às regiões e às cidades do agronegócio. Para a autora (ELIAS, 2015), os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação (SANTOS, 1986) do agronegócio ocorrem em associação aos espaços urbanos, próximos e distantes das regiões produtivas associadas ao agronegócio. Entretanto, esta é a primeira pesquisa que traz uma metrópole e sua respectiva região metropolitana como recorte espacial.

No presente capítulo, abordamos o consumo produtivo associado à agropecuária como elemento chave para analisar seu funcionamento em uma das principais metrópoles brasileiras, visando uma avaliação mais profunda do papel de Fortaleza na gestão do agronegócio cearense.

## A centralidade de Fortaleza para o consumo produtivo da agropecuária

A Região Metropolitana de Fortaleza foi constituída em 1973, formada então por cinco municípios (Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz). Hoje, fazem parte da RMF 19 municípios (Figura 1), os quais foram sendo anexados com o passar do tempo a sua formação original.<sup>5</sup> Essa região consiste na mais populosa e complexa aglomeração urbana do Ceará.<sup>6</sup> Seus cerca de quatro milhões de habitantes correspondem a aproximadamente 45% do total da população do estado, a qual se concentra principalmente em Fortaleza, capital do Ceará e município polo da respectiva região.

Figura 1 - Mapa de localização da Região Metropolitana de Fortaleza (CE).



Fonte: Organizado por Felipe Rodrigues Leitão.

<sup>5</sup> A RMF é hoje composta pelos seguintes municípios: Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Paraipaba, Paracuru e Trairi.

<sup>6</sup> Sobre o conceito de aglomeração urbana, pode ser consultado Miyazaki (2017).

Dados do IBGE (2019) mostram que, em 2019, Fortaleza somava pouco mais de 2,6 milhões de habitantes, que correspondiam a 29% do total da população do Ceará e a 65% da RMF. Além disso, a cidade concentrava cerca de sete vezes a quantidade de habitantes de Caucaia, o segundo município mais populoso da RMF. Segundo dados do Censo Demográfico de 2022, Fortaleza tornou-se a quarta maior cidade do país, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

De acordo com a última pesquisa Regiões de Influência das Cidades - REGIC (IBGE, 2020), Fortaleza é considerada uma metrópole regional. Sua economia está fortemente calcada no setor terciário e sua importância extrapola o próprio estado do Ceará, já que sua centralidade se estende para outros estados da região Nordeste (Piauí, Maranhão e Pernambuco) e Norte (Tocantins e Pará), abrangendo as capitais São Luís e Teresina, além de alcançar 34 centros sub-regionais, 58 centros de zonas e 630 cidades. Isso a coloca como a quarta maior área de influência em termos de população no Brasil, contando com mais de 20 milhões de habitantes. Ademais, desde 2020, Fortaleza detém o maior Produto Interno Bruto (PIB) municipal da região Nordeste e o nono maior do país.

Na presente seção, apresentamos variáveis associadas à economia urbana que evidenciam, de acordo com dados da última REGIC (IBGE, 2020), a centralidade de Fortaleza também para o consumo produtivo da agropecuária de ampla região. Essa fonte de dados evidencia que a centralidade de Fortaleza extrapola o consumo consumptivo, voltado às demandas mais prementes da população (saúde, educação, lazer, entre outros), mas associa-se também ao consumo produtivo da agropecuária, uma vez que a cidade é um importante centro fornecedor de produtos e serviços para o setor.

A REGIC trabalhou com dados relacionados às origens dos insumos, dos maquinários e implementos e da assistência técnica para a produção agropecuária, revelando que, em relação aos insumos agrícolas, a capital cearense atendia a 207 municípios, abrangendo não apenas o Ceará, mas também estados vizinhos,

como Rio Grande do Norte, Maranhão, Piauí, Bahia, Paraíba e Sergipe. Tais insumos contemplam um leque diversificado de atividades agropecuárias, com destaque para a produção de frutas, leguminosas, cereais, oleaginosas, aquicultura, pecuária bovina, leiteira e de corte, avicultura, entre outras atividades.

Os dados também mostram que 114 municípios adquirem seu maquinário agrícola em Fortaleza. Cem desses municípios pertencem ao estado do Ceará, enquanto 14 estão distribuídos pela Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão e Piauí. As máquinas e equipamentos destinam-se principalmente às atividades de aquicultura, produção de frutas, grãos e sementes, oleaginosas, ceras, horticultura, pecuária bovina, leiteira e de corte, avicultura, entre outras.

A centralidade de Fortaleza quanto ao consumo produtivo também é expressiva em relação à assistência técnica para a produção agropecuária, uma vez que a cidade exerce influência sobre 50 municípios distribuídos entre os estados do Ceará, Bahia, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Dentre as atividades atendidas, estão a produção de frutas (banana, goiaba, manga, maracujá, melão, castanha de caju, coco-da-baía), a horticultura, a aquicultura, a avicultura (ovos de galinha, ovos de codorna, frango de corte), a bovinocultura de corte e leiteira, criação de caprinos, ovinos e suínos e cultivo de café arábica e cana-de-açúcar, em especial.

**Tabela 1 - Municípios de destino dos insumos, máquinas e implementos agrícolas e assistência técnica com origem em Fortaleza (CE), segundo estados em 2018**

Estados	Insumos agrícolas	Máquinas e implementos agrícolas	Assistência técnica
BA	1	1	1
CE	182	100	43
MA	6	1	-
PB	1	1	-
PI	5	1	3
RN	11	10	2
SE	1	-	1
<b>Total</b>	<b>207</b>	<b>114</b>	<b>50</b>

Fonte: REGIC (IBGE, 2020). Organizado por Denise Elias.

Os dados apresentados até aqui destacam Fortaleza como um importante centro de fornecimento de insumos, máquinas e implementos agrícolas, bem como assistência técnica para todo o Ceará, mas cuja influência vai além dos limites político-administrativos desse estado. Dessa forma, investigaremos quais são as atividades de consumo produtivo voltadas à agropecuária realizadas em Fortaleza.

## Estabelecimentos e empregos associados ao consumo produtivo da agropecuária

Através da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE), pesquisamos as atividades de comércio e serviços associadas ao setor agropecuário e encontramos 12 atividades de prestação de serviços e seis de comércio. Para chegar ao nível de detalhamento de subclasses, utilizamos a versão CNAE 2.0 (Quadro 1), o que nos impôs certa limitação quanto ao recorte temporal, uma vez que essa base de dados traz informações somente a partir de 2006. Assim, nesta seção, os dados apresentados se referem ao período entre 2006 e 2017.

A partir dessa seleção, consultamos a *Relação Anual de Informações Sociais* (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para obter informações quanto ao número de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços dentro das classes e subclasses selecionadas, segundo a CNAE.

### **Estabelecimentos**

Em 2017, a RMF tinha 70 estabelecimentos comerciais enquadrados nas atividades selecionadas da CNAE, representando mais de 53% do total existente no estado. Em 2006, esse valor era de 62,5%. Já as atividades de prestação de serviços somavam 83 estabelecimentos, correspondendo a 49% do total do estado, enquanto em 2006 essa representação era de 45% (Tabela 2).

**Quadro 1 - Composição das atividades de comércio e serviços associados à agropecuária**

<b>Natureza</b>	<b>Descrição</b>	<b>Nível CNAE</b>
Serviço	Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas	Subclasse
	Serviço de poda de árvores para lavouras	Subclasse
	Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita	Subclasse
	Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente	Subclasse
	Serviço de inseminação artificial em animais	Subclasse
	Serviço de tosquiamento de ovinos	Subclasse
	Serviço de manejo de animais	Subclasse
	Atividades de apoio à pecuária não especificadas anteriormente	Subclasse
	Atividades de pós-colheita	Subclasse
	Atividades veterinárias	Subclasse
	Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador	Subclasse
	Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias	Subclasse
Comércio	Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	Classe
	Comércio atacadista de alimentos para animais	Subclasse
	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário	Subclasse
	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças	Classe
	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	Classe
	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários	Classe

Fonte: CNAE, IBGE. Organizado por Felipe Rodrigues Leitão.

**Tabela 2 - Ceará e RMF. Número de estabelecimentos comerciais e de serviços associados ao consumo produtivo da agropecuária para o período entre 2006 e 2017**

	Comércio		Serviços		Total	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Ceará (A)	75	132	102	169	177	301
RMF (B)	47	70	46	83	93	153
Participação (B/A)	62,5	53	45	49	52,5	51

Fonte: RAIS, MTE. Organizado por Felipe Rodrigues Leitão.

De forma geral, observa-se um crescimento de 64,52% desses estabelecimentos do terciário na RMF entre 2006 e 2017, o que representa o incremento de 60 novas unidades. A prestação de serviços foi a atividade que apresentou maior expansão, com 37 novos estabelecimentos, seguida do comércio, com 23 novos estabelecimentos. Essa variação pode ser observada na Tabela 3.

**Tabela 3 - RMF. Variação do número de estabelecimentos comerciais e de serviços associados ao consumo produtivo da agropecuária entre 2006 e 2017**

Atividades	Variação	
	Absoluta	Relativa (%)
Comércio	23	48,94
Serviços	37	80,43
Total	60	64,52

Fonte: RAIS, MTE. Organizado por Felipe Rodrigues Leitão.

Embora a RMF se destaque no Ceará em relação às variáveis analisadas, é importante ressaltar que esses estabelecimentos estão distribuídos de forma desigual ao longo de seu território, pois, como principal município da RMF, Fortaleza apresenta a maior concentração de comércio e de serviços. Em 2017, dos 153 estabelecimentos da RMF, 64%, ou seja 98 estabelecimentos, situavam-se na capital do Ceará, de modo que Fortaleza se destaca como principal município do estado no fornecimento de atividades inerentes ao consumo produtivo da agropecuária, como indicado na Tabela 4.

**Tabela 4 - RMF. Número de estabelecimentos comerciais e de serviços associados ao consumo produtivo da agropecuária segundo os municípios entre 2006 e 2017**

Município	Comércio				Serviços				Total			
	2006		2017		2006		2017		2006		2017	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Aquiraz	1	2	-	-	1	2	6	7	2	2	6	4
Cascavel	1	2	1	1,5	1	2	1	1	2	2	2	1,5
Caucaia	-	-	5	7	-	-	4	5	-	-	9	6
Chorozinho	-	-	-	-	2	4,5	-	-	2	2	-	-
Eusébio	4	8,5	7	10,00	3	6,5	1	1	7	7,5	8	5
<b>Fortaleza</b>	<b>40</b>	<b>85</b>	<b>46</b>	<b>65,5</b>	<b>31</b>	<b>67,5</b>	<b>52</b>	<b>62,5</b>	<b>71</b>	<b>76,5</b>	<b>98</b>	<b>64</b>
Itaitinga	-	-	1	1,5	-	-	-	-	-	-	1	0,5
Horizonte	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1	0,5
Maracanaú	1	2	5	7	-	-	5	6	1	1	10	6,5
Maranguape	-	-	1	1,5	1	2	3	3,5	1	1	4	2,5
Pacajus	-	-	2	3	-	-	-	-	-	-	2	1,5
Paraipaba	-	-	-	-	1	2	3	3,5	1	1	3	2
Pindoretama	-	-	-	-	-	-	3	3,5	-	-	3	2
São Gonçalo do Amarante	-	-	2	3	3	6,5	1	1	3	3	3	2
São Luís do Curu	-	-	-	-	1	2	-	-	1	1	-	-
Trairi	-	-	-	-	2	4,5	3	3,5	2	2	3	2
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>100</b>	<b>70</b>	<b>100</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>83</b>	<b>100</b>	<b>93</b>	<b>100</b>	<b>153</b>	<b>100</b>

Fonte: RAIS, MTE. Organizado por Felipe Rodrigues Leitão.

Observação: visando facilitar a leitura visual da tabela, os percentuais foram arredondados.

Analisando os estabelecimentos por classe/subclasse de atividade CNAE (Tabela 5), observamos que o *comércio atacadista de alimentos para animais* é o mais numeroso, seguido pelo *comércio atacadista de drogas de uso veterinário*. Também nos chamam a atenção os estabelecimentos de *comércio de máquinas, aparelhos e equipamentos de uso agropecuário*, bem como de *defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo*, sendo os primeiros fortemente concentrados em Fortaleza, com dez dos 11 estabelecimentos da RMF.

**Tabela 5 - RMF. Quantidade de estabelecimentos comerciais associados ao consumo produtivo da agropecuária segundo os municípios e classes da CNAE em 2017**

Município*	Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário	Comércio atacadista de alimentos para animais
Cascavel	-	-	1	-	-	-
Caucaia	1	-	1	-	1	2
Eusébio	1	-	-	1	1	4
<b>Fortaleza</b>	<b>4</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>11</b>	<b>14</b>
Itaitinga	-	-	1	-	-	-
Maracanaú	-	-	4	-	-	1
Maranguape	-	-	-	1	-	-
Pacajus	-	-	1	-	-	1
São Gonçalo do Amarante	-	1	-	-	-	1
Total	6	11	12	5	13	23

Fonte: RAIS, MTE. Organizado por Felipe Rodrigues Leitão.

\* Foram considerados somente os municípios que possuíam algum estabelecimento dos comércios considerados para análise.

Quanto aos serviços associados ao setor agropecuário, Fortaleza também apresentou forte concentração em grande parte das classes analisadas, como mostra a Tabela 6. A principal classe em número de estabelecimentos é a de atividades veterinárias, com Fortaleza concentrando 29 dos 34 estabelecimentos em toda a RMF. Destacam-se ainda outras três atividades específicas e especializadas: *aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador*, com seis dos nove estabelecimentos concentrados em Fortaleza; *serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias*, com concentração ainda maior na capital, com seis dos sete estabelecimentos; e a moderna atividade de *produção de sementes e mudas certificadas*, com três dos cinco estabelecimentos da RMF localizados em Fortaleza.



## Empregos

Em relação à quantidade de empregos, em 2017, as atividades comerciais e de serviços associadas à agropecuária geraram 2.492 postos de trabalho em todo o Ceará, dos quais 1.607 se concentraram na RMF, ou seja, 64,5% do total (Tabela 7). Vale lembrar que consideramos apenas os dados de trabalhadores com carteira assinada registrados pela RAIS e não o total de pessoas que trabalham no segmento, o que possivelmente tornariam os valores encontrados ainda maiores.

**Tabela 7 - Ceará e RMF. Quantidade de empregos nos estabelecimentos comerciais e de serviços associados ao consumo produtivo da agropecuária entre 2006 e 2017**

	Comércio		Serviços		Total	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Ceará (A)	544	1.342	1.164	1.150	1.708	2.492
RMF (B)	417	1.055	573	552	990	1.607
Participação (B/A)	76,5	78,5	49	48	58	64,5

Fonte: RAIS, MTE. Organizado por Felipe Rodrigues Leitão.

De forma geral, entre 2006 e 2017, a RMF apresentou um crescimento de 62,5% do número de empregos nessas atividades. A atividade comercial foi, de fato, a única que cresceu, com a abertura de 638 novos postos de trabalho, o que representou um crescimento de 153%. Já o segmento de serviços apresentou um decréscimo de 3,5%, valores nada desprezíveis para um país que vem experimentando uma redução de postos de trabalho em vários ramos ao longo dos anos.

**Tabela 8 - RMF. Variação do número de empregos nos estabelecimentos comerciais e de serviços associados ao consumo produtivo da agropecuária entre 2006 e 2017**

Atividade	Variação	
	Absoluta	Relativa (%)
Comércio	638	153
Serviços	-21	-3,5
Total	617	62,5

Fonte: RAIS, MTE. Organizado por Felipe Rodrigues Leitão.

Novamente, dentre os municípios da RMF, Fortaleza concentra grande parte desses empregos, com 43% do total ou 839 dos 1.607 postos de trabalhos existentes em 2017. Também

chama atenção o aumento do número de empregos no segmento em Maracanaú, notadamente no segmento comercial,<sup>7</sup> o que foi responsável por uma queda na participação relativa de Fortaleza no período analisado (Tabela 9).

**Tabela 9 - RMF. Quantidade de empregos nos estabelecimentos comerciais e de serviços associados ao consumo produtivo da agropecuária segundo os municípios entre 2006 e 2017**

Município	Comércio				Serviços				Total			
	2006		2017		2006		2017		2006		2017	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Aquiraz	9	2	-	-	12	2	52	9,4	21	2,1	52	3,2
Cascavel	13	3	7	0,5	3	0,5	3	0,5	16	1,6	10	0,6
Caucaia	20	4,8	39	3,5	-	-	17	3,1	20	2,0	56	3,5
Chorozinho	-	-	-	-	2	0,4	0	-	2	0,2	0	-
Eusébio	42	10	83	7,8	151	26,5	40	7,2	193	19,5	123	7,7
Fortaleza	313	75	428	40,5	320	56	289	52,4	633	63,9	717	44,6
Guaiúba	-	-	-	-	-	-	0	-	0	-	0	-
Horizonte	-	-	-	-	-	-	1	0,2	0	-	1	0,1
Itaitinga	-	-	15	1,5	-	-	0	-	0	-	15	0,9
Maracanaú	18	4,5	463	44	-	-	49	8,9	18	1,8	512	31,9
Maranguape	-	-	4	0,4	12	2	15	2,7	12	1,2	19	1,2
Pacajus	-	-	5	0,5	-	-	0	-	0	-	5	0,3
Pacatuba	-	-	-	-	-	-	0	-	0	-	0	-
Paracuru	-	-	-	-	-	-	0	-	0	-	0	-
Paraipaba	2	0,5	-	-	12	2	56	10,1	14	1,4	56	3,5
Pindoretama	-	-	-	-	-	-	15	2,7	0	-	15	0,9
São Gonçalo do Amarante	-	-	11	1	5	1	10	1,8	5	0,5	21	1,3
São Luís do Curu	-	-	-	-	3	0,5	0	-	3	0,3	0	-
Trairi	-	-	-	-	53	9	5	0,9	53	5,4	5	0,3
Total	417	100	1055	100	573	100	552	100	990	100,0	1607	100,0

Fonte: RAIS, MTE. Organizado por Felipe Rodrigues Leitão.

Observação: visando facilitar a leitura visual da tabela, os percentuais foram arredondados.

Observando a quantidade de empregos por classe/subclasse de atividades comerciais, destacam-se, em ordem de importância: 1. o comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; 2. o comércio atacadista de matérias-primas agrícolas e animais vivos; 3. comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário. Para o período estudado, Fortaleza concentrava a maior parte dos empregos em duas dessas três classes/subclasses, sendo a segunda com 62% e a terceira com 92,5% (Tabela 10).

<sup>7</sup> Atualmente conurbado a Fortaleza, Maracanaú é o terceiro município mais populoso da RMF. Seu crescimento está associado à implantação de um distrito industrial e de conjuntos habitacionais desde os anos 1970.

**Tabela 10 - RMF. Quantidade de empregos nos estabelecimentos comerciais associados ao consumo produtivo da agropecuária segundo os municípios e as classes/subclasses CNAE em 2017<sup>8</sup>**

Municípios	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas e animais vivos	Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário
Cascavel	-	-	-	7	-	-
Caucaia	28	1	-	6	-	4
Eusébio	49	-	-	-	29	5
<b>Fortaleza</b>	<b>165</b>	<b>19</b>	<b>73</b>	<b>48</b>	<b>8</b>	<b>115</b>
Itaitinga	13	-	-	2	-	-
Maracanaú	-	-	-	463	-	-
Maranguape	-	-	-	-	4	-
Pacajus	1	-	-	4	-	-
São Gonçalo do Amarante	10	-	1	-	-	-
Total	266	20	74	530	41	124

Fonte: RAIS, MTE. Organizado por Felipe Rodrigues Leitão.

Quanto aos serviços, as duas classes/subclasses com maior número de empregos eram, segundo ordem de importância: 1. as de *atividades veterinárias* e; 2. as de *aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador*. Em relação à primeira classe/subclasse, Fortaleza concentrava 86% do total de empregos, enquanto Paraipaba se destacou com 56,5 % de todos os empregos na segunda (Tabela 11). Esse foi o único caso em que os empregos não permaneceram concentrados no eixo Fortaleza-Maracanaú. Paraipaba é um dos municípios com menor taxa de urbanização da RMF (44,5% em 2019), com 67% de sua área ocupada por estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2019) e tem na produção de coco sua principal atividade econômica.<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Os municípios de Aquiraz, Chorozinho, Guaiúba, Horizonte, Pacatuba, Paracuru, Pindoretama, São Luís do Curu e Trairi foram omitidos desta lista por não apresentarem nenhum estabelecimento comercial em 2017.

<sup>9</sup> A RMF é marcada por consideráveis diferenças entre seus municípios, incluindo os níveis de urbanização. Para além da diversidade, apresenta especificidades bastante *sui generis* quando se trata de uma região metropolitana, tal como a forte presença de espaço rural e de atividades agropecuárias, que caracterizam predominantemente o uso e a ocupação do território de alguns municípios. Para mais informações sobre essa característica da RMF, consultar Elias, Pequeno, Leitão (2022) e Leitão (2021).

**Tabela 11 - RMF. Quantidade de empregos nos estabelecimentos de serviços associados ao consumo produtivo da agropecuária, segundo municípios e classes/subclasses CNAE em 2017**

Município	Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas	Serviço de poda de árvores para lavouras	Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita	Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente	Serviço de inseminação artificial em animais	Serviço de manejo de animais	Atividades de apoio à pecuária não especificadas anteriormente	Atividades de pós-colheita	Atividades veterinárias	Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador	Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias	Produção de sementes e mudas certificadas
Aquiraz	-	-	10	-	-	-	34	-	1	7	-	-
Cascavel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Caucaia	-	-	-	1	-	-	2	-	14	-	-	-
Eusébio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40
<b>Fortaleza</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>21</b>	<b>22</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>169</b>	<b>30</b>	<b>12</b>	<b>12</b>
Horizonte	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Maracanaú	4	27	-	11	-	-	4	-	3	-	-	-
Maranguape	-	-	-	3	-	-	-	-	10	-	2	-
Paraipaba	-	-	-	1	-	-	-	7	-	48	-	-
Pindoretama	-	-	1	-	-	14	-	-	-	-	-	-
São Gonçalo do Amarante	-	-	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-
Trairi	-	-	-	3	-	-	2	-	-	-	-	-
Total	12	27	32	42	0	19	58	11	197	85	14	55

Fonte: RAIS, MTE. Organizado por Felipe Rodrigues Leitão.

## Serviços especializados

Nesta seção, tratamos dos seguintes serviços especializados, que são importantes para a reestruturação produtiva da agropecuária e estão associados ao consumo produtivo a ela relacionado: a pesquisa e consultoria agropecuária, o ensino superior e técnico e as feiras agropecuárias.

### **Pesquisa e consultoria agropecuária**

No contexto do consumo produtivo para a agricultura científica, destacamos a atuação de empresas voltadas para a pesquisa e assistência técnica, assim como a organização de feiras e outros eventos especializados. Entre as instituições associadas à pesquisa agropecuária na RMF, chama atenção a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária, que conta com unidades especializadas e descentralizadas em todo o Brasil. No Ceará, há duas unidades, sendo uma delas situada em Fortaleza.

Denominada de Embrapa Agroindústria Tropical e criada em 1987, a unidade de Fortaleza é determinante para a reestruturação produtiva da agropecuária que vem ocorrendo no Ceará. Compõem o portfólio desta unidade as atividades de proteção e sistemas de produção de plantas, melhoramento e biologia vegetal, segurança dos alimentos, gestão ambiental, pós-colheita e processos agroindustriais.<sup>10</sup> Também merece destaque a atuação de empresas privadas nas atividades de serviços agronômicos e consultorias agrícolas.

---

<sup>10</sup> O Ceará, incluso à RMF, é um dos principais produtores de caju do Brasil. Uma das principais pesquisas desenvolvidas pela Embrapa Agroindústria Tropical foi na área da cajucultura, com o desenvolvimento de variedades de cajueiro, denominadas de cajueiro anão-precoce, que se caracterizam por seu baixo porte, adensamento das copas e grande precocidade etária e produtiva. Tais características permitem a produção precoce, além da redução dos custos com a produção, manutenção e colheita, bem como o controle de pragas (PIMENTEL, 1993). Isso aumenta em até três vezes a produtividade do cajueiro, o que tem levado ao crescimento da área plantada com essa variedade nas áreas de expansão deste produto, assim como a substituição dos pomares em áreas de produção mais antigas. Fonte: Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agroindustria-tropical>. Acesso em 19 jul. 2023.

Um levantamento realizado junto ao cadastro da Junta Comercial do Ceará (JUCEC),<sup>11</sup> nos permitiu identificar 20 empresas na RMF que, em 2019, contemplavam tal atividade econômica em sua atividade primária ou secundária.<sup>12</sup> Dentre essas empresas, cinco apresentavam a consultoria agrônoma entre suas atividades principais. Destas, quatro situavam-se em Fortaleza e não em qualquer endereço, mas na Aldeota, o metro quadrado mais caro da cidade, importante bairro onde estão instalados os principais estabelecimentos do circuito superior da economia urbana, como as torres empresariais e de serviços de saúde e alguns *shopping-centers* (Quadro 2).

**Quadro 2 - RMF. Empresas de serviços agrônômicos e consultorias agrícolas em 2019<sup>13</sup>**

Nome	Bairro	Município	CNAE PRIMÁRIO
Del Monte Fresh Produce Brasil Ltda	Aldeota	Fortaleza	Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente
Consulvet - Consultoria e Assessoria em Nutrição Animal Ltda	Centro	Eusébio	Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias
Orgânica Consultoria Eireli - EPP	Aldeota	Fortaleza	
Rubenio Borges de Carvalho	Aldeota	Fortaleza	
Rede Cearense de Assistência Técnica e Extensão Rural Ltda	Centro	Fortaleza	

Fonte: JUCEC, 2019. Organizado por Felipe Rodrigues Leitão.

<sup>11</sup> Os dados fornecidos pela JUCEC foram filtrados por atividade e, posteriormente, cada empresa teve seu cadastro consultado na Receita Federal, a fim de averiguar a consistência dos dados e se estavam realmente ativas. Devemos destacar que, embora a base de dados da JUCEC seja uma fonte relevante para o levantamento de informações sobre o consumo produtivo em análise, ela apresenta ausências de informações e não permite a construção de séries históricas.

<sup>12</sup> A distinção entre atividade primária e secundária ocorre segundo o grau de importância em relação à receita: “A atividade econômica principal, dentre as constantes no ato constitutivo ou alterador, é aquela considerada de maior receita auferida ou esperada. As atividades econômicas secundárias são as demais atividades exercidas na mesma unidade produtiva, além da atividade principal.” Fonte: [https://www38.receita.fazenda.gov.br/cadsincnac/jsp/coleta/ajuda/topicos/Codigo\\_CNAE\\_Principal.htm](https://www38.receita.fazenda.gov.br/cadsincnac/jsp/coleta/ajuda/topicos/Codigo_CNAE_Principal.htm). Acesso em 04 dez 2020.

<sup>13</sup> Destacamos que essa lista se caracteriza como um ponto de partida para o estudo das atividades e de serviços, cabendo uma investigação detalhada posterior de cada agente listado.

## **Ensino Superior e Técnico**

A agricultura científica necessita de mão de obra qualificada para várias de suas atividades. Assim, é recorrente o crescimento de cursos técnicos e superiores associados ao segmento. Segundo os dados do Ministério da Educação (MEC), em 2019, no Ceará havia 65 cursos de nível superior em diferentes instituições públicas e privadas, associados a uma agricultura calcada em bases científico-técnicas voltadas ao mercado.

Para esse levantamento, foram considerados inicialmente todos os cursos superiores ofertados nas IES do Ceará. Em seguida, estes foram classificados a partir da relação da atuação profissional com atividades associadas à agricultura científica. Como resultado, encontramos os seguintes cursos: Agronegócio, Agronomia, Alimentos, Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia Ambiental, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Aquicultura, Engenharia de Pesca, Gestão Ambiental, Gestão do Agronegócio, Medicina Veterinária, Processos Ambientais, Produção de Ovinos e Caprinos, Saneamento Ambiental e Zootecnia.

Dos 65 cursos, quase a metade (30) são oferecidos em instituições localizadas na RMF, sendo 26 (40%) em Fortaleza, três em Caucaia (4,5%) e um em Maracanaú (1,5%), como apresentado na Figura 2, a seguir.

No que concerne à quantidade de vagas autorizadas por período nesses cursos,<sup>14</sup> Fortaleza concentrava sozinha mais da metade, com 2.678 vagas. Se a esse valor somarmos as vagas ofertadas nos demais municípios da RMF, como Caucaia (200) e Maracanaú (120), chegamos a 2.998 vagas, o equivalente a quase 60% do total (Figura 3).

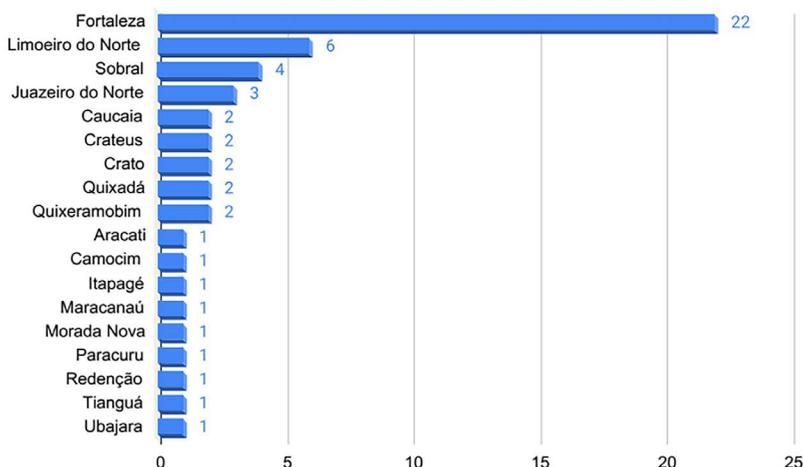
Na RMF, esses cursos vinculados à agropecuária são oferecidos por 13 instituições de ensino superior (IES), entre públicas e privadas. Além de concentrar a maior oferta de cursos e vagas, conforme já indicado, Fortaleza também detém o maior

---

<sup>14</sup> A depender da IES ou do curso, a periodicidade da oferta dessas vagas pode ser semestral ou anual.

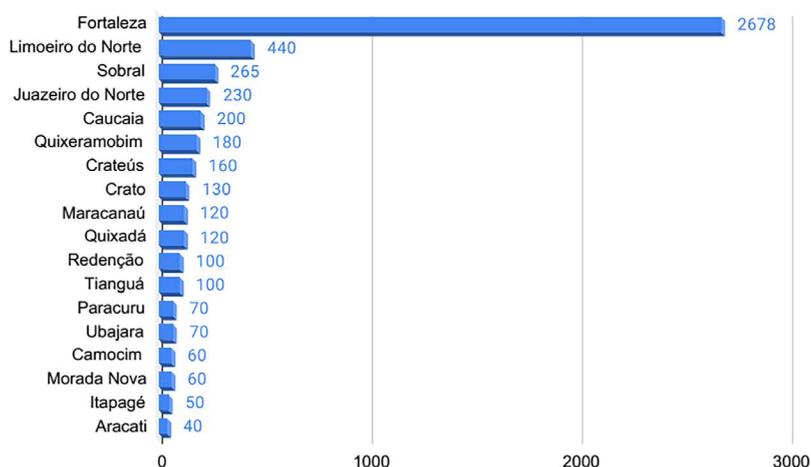
número de IES responsáveis por esses cursos. Dentre as públicas – que concentram a maior quantidade de vagas ofertadas –, duas são federais (UFC e IFCE) e uma é estadual (UECE) (Quadro 3).

**Figura 2 - Ceará. Número de cursos superiores relacionados à agropecuária segundo os municípios em 2019**



Fonte: E-MEC. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 20 set 2019. Organizado por Felipe Rodrigues Leitão.

**Figura 3 - Ceará. Número de vagas nos cursos relacionados ao agronegócio segundo os municípios em 2019**



Fonte: E-MEC. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 20 set 2019. Organizado por Felipe Rodrigues Leitão.

**Quadro 3 - Fortaleza. Relação de IES, cursos superiores associados à agropecuária e vagas ofertadas segundo os municípios em 2019**

Município/Instituição/Curso	Qtde de vagas autorizadas
<b>Fortaleza</b>	<b>2.928</b>
<b>Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO</b>	<b>150</b>
Medicina veterinária	150
<b>Centro Universitário Fanor Wyden – UNIFANOR</b>	<b>500</b>
Engenharia ambiental e sanitária	300
Engenharia de alimentos	200
<b>Centro Universitário da Grande Fortaleza – UNIGRANDE</b>	<b>240</b>
Gestão ambiental	240
<b>Centro Universitário Farias Brito – FBUNI</b>	<b>80</b>
Engenharia ambiental e sanitária	80
<b>Faculdade Pitágoras de Fortaleza</b>	<b>100</b>
Gestão ambiental	100
<b>Faculdade Uninassau Fortaleza – UNINASSAU</b>	<b>360</b>
Engenharia ambiental e sanitária	240
Medicina veterinária	120
<b>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE</b>	<b>368</b>
Gestão ambiental	120
Saneamento ambiental	248
<b>Ratio - Faculdade Teológica e Filosófica</b>	<b>200</b>
Gestão ambiental	200
<b>Universidade De Fortaleza – UNIFOR</b>	<b>430</b>
Alimentos	100
Engenharia ambiental e sanitária	100
Medicina veterinária	130
<b>Universidade Estadual do Ceará – UECE</b>	<b>60</b>
Medicina veterinária	60
<b>Universidade Federal do Ceará – UFC</b>	<b>440</b>
Agronomia	140
Engenharia ambiental	40
Engenharia de alimentos	100
Engenharia de pesca	100
Zootecnia	50

Fonte: E-MEC. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2019. Organizado por Felipe Rodrigues Leitão.

Já os cursos técnicos encontram-se bem mais disseminados pelo estado, com 117 cursos direta e indiretamente associados à agropecuária, distribuídos em 58 municípios.<sup>15</sup> Isso se deve em grande parte à política pública adotada pelo Governo do estado de criação de escolas técnicas no interior para atender às demandas locais. Em 2019, em toda a RMF foram ofertados 17 cursos (14,5 %), dois quais seis (35,5%) foram oferecidos em Fortaleza (Quadro 4).

**Quadro 4 - RMF. Quantidade de cursos técnicos direta e indiretamente relacionados à agropecuária segundo os municípios em 2019**

Município/Curso	Qtde de cursos
<b>Cascavel</b>	<b>2</b>
Agroindústria	1
Agronegócio	1
<b>Fortaleza</b>	<b>6</b>
Agroindústria	2
Agronegócio	1
Aquicultura	1
Meio ambiente	2
<b>Guaiúba</b>	<b>2</b>
Agropecuária	1
Aquicultura	1
<b>Horizonte</b>	<b>2</b>
Agroindústria	1
Agronegócio	1
<b>Maracanau</b>	<b>1</b>
Meio ambiente	1
<b>Maranguape</b>	<b>1</b>
Meio ambiente	1
<b>Paracuru</b>	<b>1</b>
Meio ambiente	1
<b>Paraipaba</b>	<b>2</b>
Agroindústria	1
Fruticultura	1
<b>Total Geral</b>	<b>17</b>

Fonte: MEC/SISTEC. Disponível em: <https://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino/>. Acesso em 03 nov. 2019. Organizado por Felipe Rodrigues Leitão.

<sup>15</sup> Inicialmente, foram considerados todos os cursos técnicos ofertados no Ceará. Em seguida, estes foram classificados de acordo com o alinhamento da atuação profissional a alguma das atividades associadas à agropecuária. São eles: Agricultura, Agroindústria, Agronegócio, Agropecuária, Alimentos, Aquicultura, Fruticultura, Meio Ambiente e Pesca.

## Feiras Agropecuárias

Outra importante atividade associada ao consumo produtivo da agropecuária sediada em Fortaleza são as feiras agropecuárias. Destacamos dois eventos anuais da cidade: o Seminário Nordestino de Pecuária (PECNordeste) e a Exposição Agropecuária e Industrial do Estado do Ceará (EXPOECE). Desde 1997, Fortaleza sedia o PECNordeste, a maior feira agropecuária do Norte e Nordeste, promovida pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (FAEC),<sup>16</sup> o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e os Sindicatos Rurais (SINRURAL), com o apoio do SEBRAE Ceará, Sesi Ceará, EMBRAPA, Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e Sindialimentos.

O evento promove a Feira de Produtos e de Serviços Agropecuários e conta com a exposição de animais, máquinas, equipamentos, insumos agrícolas, além de uma extensa programação de atividades de capacitação técnico-científica voltadas para oito segmentos do agronegócio: apicultura, aquicultura e pesca, avicultura, bovinocultura de leite, caprinovincultura, equinocultura e suinocultura.<sup>17</sup> A feira também disponibiliza palestras, cursos, oficinas e seminários e promove a socialização de trabalhos científicos associados a todos esses segmentos.

As últimas edições ocorreram no Centro de Eventos do Ceará, principal local de eventos de Fortaleza. Em junho de 2023,

---

<sup>16</sup> De acordo com *site* da entidade, “A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará – FAEC filiada à Confederação da Agricultura do Brasil – CNA, é uma entidade Sindical de grau superior, sem fins lucrativos, reconhecida pela Lei 4.214 de 2 de março de 1963 e publicada no Diário Oficial da União de 16/12/1965, é constituída para fins de estudos, coordenação, defesa e representação da categoria econômica dos ramos da agricultura, da pecuária, do extrativismo rural, da pesca, da silvicultura e da agroindústria, no que se refere às atividades primárias desta ou de qualquer outro ramo, independente da área, inspirando-se na solidariedade social, na livre iniciativa, no direito de propriedade, na economia de mercado e nos interesses do País, tendo duração por prazo indeterminado.” Disponível em: <https://faec.org.br/sistema/quem-somos/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

<sup>17</sup> Fonte: Revista Ceará e Municípios. Fortaleza: FEAC, 2016.

foi realizada a 26ª edição dessa feira,<sup>18</sup> que contou com cerca de 50 mil visitantes de todo o Ceará e de estados vizinhos, em seus três dias de evento. Também foram registrados 120 ônibus com caravanas de produtores rurais de todas as regiões do estado.<sup>19</sup> A edição de 2023 disponibilizou cerca de 500 estandes, sendo 98 no ramo de máquinas e implementos agrícolas; 16 de empresas de implementos para irrigação, bombas hidráulicas, fertilizantes, defensivos agrícolas e sementes; 16 do ramo de laticínios, entre outros.<sup>20</sup>

Uma das novidades desta edição foi a presença do segmento da carcinicultura, importante ramo do agronegócio cearense, que realizou a Expocamarão, focada na aquicultura, resultado da parceria da FAEC com a Associação dos Produtores de Camarão do Ceará (APCC). A Expocamarão também contou com programação técnica. A carcinicultura envolve diversos negócios no estado, como o de rações e equipamentos, o que favoreceu a geração de negócios, assim como ocorreu nos demais segmentos da feira.

Outra feira agropecuária ainda mais tradicional realizada em Fortaleza é a Exposição Agropecuária e Industrial do Estado do Ceará (EXPOECE), cuja 64ª edição ocorreu em 2019, organizada pela Associação dos Criadores do Ceará (ACC), com o apoio do Governo do estado, através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA). Com foco na promoção de negócios associados à agropecuária, a feira conta com a participação de criadores e produtores agropecuários, empresas de comercialização de produtos e insumos agrícolas, além de entidades financeiras.<sup>21</sup>

Após uma lacuna de dois anos, devido à pandemia de Covid-19, a edição de 2022 ocorreu no Parque de Exposição

---

<sup>18</sup> Por conta da pandemia de Covid-19, o evento não aconteceu em 2020. Já em 2021, foi realizado inteiramente de forma *on-line*.

<sup>19</sup> Fonte: <https://portalradar.com.br/pec-nordeste-2023-comeca-hoje-com-a-expectativa-de-receber-50-mil-visitantes/>. Acesso em 20 jul. 2023.

<sup>20</sup> Fonte: <https://portalradar.com.br/pec-nordeste-2023-comeca-hoje-com-a-expectativa-de-receber-50-mil-visitantes/>. Acesso em 20 jul. 2023.

<sup>21</sup> Fonte: <https://www.ceara.gov.br/2019/11/06/expoece-chega-a-65a-edicao-com-expectativa-de-movimentar-r-12-milhoes-em-negocios/>. Acesso em 19 mar. 2020.

Governador César Cals, no Bairro São Gerardo, em Fortaleza e contou com cerca de 100 expositores e mais de quatro mil animais em exposição. O público estimado foi de cerca de 200 mil pessoas, de acordo com levantamento da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA).<sup>22</sup>

Esses eventos constituem importantes vitrines para o agronegócio cearense e colocam Fortaleza no centro das grandes decisões, do comércio e dos serviços voltados ao agronegócio. Além disso, movimentam outros ramos da economia da cidade, como alimentação, hospedagem, transporte, aluguel de veículos e os demais tipos de serviços utilizados pelos visitantes das feiras. Da mesma forma, utilizam os serviços das empresas de organização de eventos, de montagem de estandes, de transporte de carga, de aluguel de equipamentos de informática, de segurança, entre outros.

## Considerações finais

Os dados analisados neste trabalho comprovam que Fortaleza se destaca não só na RMF como em todo o estado como um importante centro de realização e fornecimento de atividades comerciais e de serviços associados à agropecuária. É possível afirmar ainda que sua influência não se restringe ao Ceará, abrangendo também outros estados. Os produtos e serviços ofertados à agropecuária mostram ainda que, além de compor significativamente a economia de Fortaleza, o agronegócio também atua no circuito superior da economia urbana da cidade.

Além disso, Fortaleza sedia as mais importantes instituições públicas associadas à agropecuária,<sup>23</sup> destacando-se direta e

---

<sup>22</sup> Fonte: <https://www.ceara.gov.br/2022/11/01/expoece-volta-apos-dois-anos-com-exposicao-de-mais-de-quatro-mil-animais-e-complexo-da-agricultura-familiar/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

<sup>23</sup> Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura (SEAPA); Secretaria de Desenvolvimento Agrário; Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará (ADAGRI); Agência de Desenvolvimento do Ceará (ADECE), que inclusive tem uma diretoria do Agronegócio; Secretaria de Recursos Hídricos (SRH); EMBRAPA, entre outros.

indiretamente como agentes políticos que atuam na gestão e no controle do setor, que nos últimos 30 anos muito claramente têm favorecido a difusão do agronegócio (ELIAS, 2001, 2002a,b, 2003c, 2005).

Da mesma forma, estão localizadas em Fortaleza as sedes de um conjunto de sindicatos patronais, associações e grupos de representação de interesses relacionados ao agronegócio,<sup>24</sup> assim como as sedes corporativas de diversas corporações do segmento, ainda que os locais de produção possam se situar em outras regiões do estado.<sup>25</sup>

Não podemos deixar de citar os complexos sistemas de objetos (SANTOS, 1996) que participam de maneira determinante da logística do agronegócio, como o porto de Mucuripe, por onde chega todo o trigo utilizado como matéria-prima para os três grandes moinhos cearenses sediados em Fortaleza;<sup>26</sup> o Aeroporto Internacional de Fortaleza, que conta com um terminal refrigerado para flores, frutas e pescados, *produtos do agronegócio cearense por ele exportados*; escritórios de empresas de exportação (castanha de caju, coco e derivados, flores, crustáceos, cera de carnaúba etc.).

Assim, não temos dúvida em afirmar que a economia do agronegócio que se realiza em Fortaleza e respectiva região metropolitana é um dos elementos importantes da produção de seus espaços urbanos ou agrícolas.<sup>27</sup> A partir de Fortaleza,

---

<sup>24</sup> Tais como do Sindicato das Indústrias da Alimentação e Rações Balanceadas no Estado do Ceará (Sindialimentos); Sindicato das Indústrias de Águas, Cervejas e Bebidas em Geral no Estado do Ceará (Sindibebidas); Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado do Ceará (Sindlaticínios); Sindicato das Indústrias de Massas Alimentícias e Biscoito no Estado do Ceará (Sindmassas); Sindicato das Indústrias do Trigo Nos Estados do Pará, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte (Sindtrigo); Associação Cearense de Avicultura (Aceav); Sindicato dos produtores de frutas do estado do Ceará (Sindifruta); Sindicato das indústrias do açúcar e de doces e conservas alimentícias do estado do Ceará (Sindicaju); entre outros.

<sup>25</sup> Tais como da Betânia Lácteos S.A.; Companhia de Alimentos do Nordeste (CIALNE) - avicultura e pecuária; CIONE - amêndoas de castanha de caju; J.Macedo - alimentos e bebidas; Grande Moinho Cearense - alimentos e bebidas; entre outros.

<sup>26</sup> M.Dias Branco, J.Macedo Alimentos e Grande Moinho Cearense.

<sup>27</sup> Apesar de área urbana de alta densidade, Fortaleza possuía 244 estabelecimentos

se estabelece um conjunto de circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação, que espalha seus tentáculos por todo o território cearense, especialmente por onde mais existam pontos, nós ou manchas das redes do agronegócio com atuação no Ceará. Pelo exposto, entendemos que a metrópole Fortaleza não só compõe a economia do agronegócio cearense, como efetivamente é o centro de comando e gestão desse agronegócio.

## Referências

BRASIL. Ministério da Fazenda. Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE: **Apresentação**. Brasília: Ministério da Fazenda, 25 nov. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/cadastros/cnpj/classificacao-nacional-de-atividades-economicas-2013-cnae/apresentacao>. Acesso em 05 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC. Brasília: 2019a. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 20 set. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais** – RAIS. Brasília: 2019b. Disponível em: <http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>. Acesso em 10 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema Nacional de Informação da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC**. Brasília: MEC, 2019c. Disponível em: <https://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino/>. Acesso em 03 nov. 2019

ELIAS, D. Globalização, fragmentação e reorganização do espaço agrário cearense. **Geonordeste**, ano XI, n. 2, 2001, Aracaju (UFS).

ELIAS, D. (org.). **O novo espaço da produção globalizada: o Baixo Jaguaribe (CE)**. Fortaleza: Funece, 2002a. 363p.

ELIAS, D. Integração competitiva do semiárido. *In*: ELIAS, D.; FURTADO, J. L. S. (org.). **Modernização excludente**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002b. p. 11-36.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura**. São Paulo: EdUSP, 2003a, 400 p.

ELIAS, D. Agricultura Científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. *In*: SOUZA, M. A. A. de. (org.). **Território Brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003b. p. 315-340.

---

agrícolas que totalizavam 288 hectares em 2017, de acordo com dados do último Censo Agropecuário (IBGE, 2019). Sobre a importância do espaço rural e da atividade agropecuária na RMF, pode ser visto o capítulo 3: O que há de agrário na Região Metropolitana de Fortaleza?

ELIAS, D. Desigualdade e pobreza no espaço agrário do estado do Ceará. **Mercator**, Fortaleza, v. 2, n. 3, 2003c. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/165>.

ELIAS, D. Territorialização do capital no espaço agrário cearense. **Geografia**, Rio Claro, v. 30, n. 2, p. 223-239, 2005. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/658>.

ELIAS, D. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista Nera (Unesp)**, v. 1, n. 8, p. 29-51, 2006. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1442>.

ELIAS, D. Agronegócio e Novas Regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 13, n. 2. p.153-167, 2011. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/400>.

ELIAS, D. Consumo produtivo em regiões do agronegócio do Brasil. In: BELLET, C. *et al.* **Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista; Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015. p. 35-56

ELIAS, D. A Região Metropolitana como recorte espacial para estudos sobre o agronegócio: questões de método e metodologia. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 40, n. 01, p. 1-28, 2020a. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/63448>.

ELIAS, D. Agroindústria alimentar: epicentro do agronegócio no Estado do Ceará. **Confins (Paris)**, v. 1, p. 1-24, 2020b. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/27877>.

ELIAS, D. Agronegócio globalizado e (re)estruturação urbano-regional no Brasil. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 39, p. 290-305, 2022a. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/254811>.

ELIAS, D. Consumo produtivo e urbanização no Brasil: as cidades do agronegócio. **Ciência Geográfica**, v. XXVI, p. 1003-1019, 2022b. Disponível em: <https://www.ppg.revistas.uema.br/index.php/cienciageografica/article/view/2929>.

ELIAS, D.; PEQUENO, R.; LEITAO, F. R. O que há de agrário na Região Metropolitana de Fortaleza? **Geotextos (on-line)**, v. 18, p. 31-61, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/49491>.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Reestruturação econômica e a nova economia política da urbanização no Ceará/Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 28, pág. 95 a 112, ago. 2013. ISSN 1984-2201. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1142>.

IBGE. Classificações Estatísticas e a Comissão Nacional de Classificação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/estrutura/atividades-economicas-estrutura/cnae>. Acesso em: 05 ago. 2023.

IBGE. **Introdução à Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE versão 2.0**. IBGE: Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: [https://concla.ibge.gov.br/images/concla/documentacao/CNAE20\\_Introducao.pdf](https://concla.ibge.gov.br/images/concla/documentacao/CNAE20_Introducao.pdf).

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. **Região de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LEITÃO, F. R. **O agronegócio na Região Metropolitana de Fortaleza - Ceará**. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Estadual do Ceará, 2021.

LENCIONI, S. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades do desenvolvimento regional. **Scripta Nova** (Barcelona), v. 11, p. 1-15, 2007. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/1335>.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed. São. Paulo: Expressão Popular, 2008.

MIYAZAKI, V. K. Aglomeração urbana. *In*: SPOSITO, E. S. (org.). **Glossário de Geografia Humana e Econômica**. São Paulo: Ed. Unesp, 2017. p. 9-21.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?** São Paulo: Contexto, 2008.

PIMENTEL, C.R.M. **Situação atual e alternativas para expansão da cajucultura no RN**. Fortaleza: EMBRAPA ICNPAT, 1993. 18p.

SANTOS, M. **O espaço dividido**. Os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. RJ: F. Alves, 1979.

SANTOS, M. Circuitos espaciais da produção: um comentário. *In*: SOUZA, M. A. A. de (Org.). **A construção do Espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 121-134.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço e Tempo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 14. ed. São Paulo, Contexto, 1998.

## Os autores

**Denise Elias** - Geógrafa e Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP, 1996). Pós-Doutora em Geografia pela Unesp (2007) e UFRJ (2015). Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) Globalização, Agricultura e Urbanização (GLOBAU) e da Rede de Pesquisas sobre Regiões Agrícolas (REAGRI) e pesquisadora da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe) e da Rede Observatório das Metrôpoles. Email: deniseliasgeo@gmail.com

**Renato Pequeno** - Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP, 1991), Mestre em Planejamento de Infraestruturas pela Universitaet Stuttgart (1995), Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela USP (2002), Pós-Doutor pela PUC-SP (2008) e pela FAU USP (2023). Professor Titular do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, graduação e pós-graduação, da UFC. Coordenador do Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB / UFC), vice-líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) Globalização, Agricultura e Urbanização (GLOBAU) e pesquisador da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe) e da Rede Observatório das Metrôpoles. *E-mail:* renatopequeno@gmail.com

**Felipe Rodrigues Leitão** - Graduado, Mestre e Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor da rede municipal de educação de Fortaleza. Membro do Grupo de Pesquisa (CNPq) Globalização, Agricultura e Urbanização (GLOBAU), da Rede de Pesquisas sobre Regiões Agrícolas (REAGRI) e Rede Observatório das Metrôpoles. Email: mr.feliper@gmail.com

ISBN 978-85-7785-961-0



9 788577 859610

O Brasil do século XXI é muito diferente do Brasil da maior parte do século XX. No entanto, a percepção dessa nova realidade encontra dificuldades na sociedade, na política e mesmo na academia para se converter em uma representação social amplamente compartilhada e em uma chave incontornável de leitura do presente e de projeção do futuro de nosso país. Tal é a primeira e destacável contribuição desta obra: ajudar a construir e compartilhar essa representação do novo Brasil. Trata-se de um livro baseado na análise da relação entre os agronegócios e a urbanização, com o objetivo de identificar e compreender algumas das principais tendências de transformação da Região Metropolitana de Fortaleza.

*Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro  
Nelson Diniz*

